



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO
URBANISMO, HISTÓRIA E ARQUITETURA DA CIDADE
PGAU-CIDADE**

Elisiana Trilha Castro

*Aqui também jaz um patrimônio: identidade, memória e preservação
patrimonial a partir do tombamento de um cemitério
(o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville/SC, 1962-2008)*

Florianópolis

Julho, 2008



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO
URBANISMO, HISTÓRIA E ARQUITETURA DA CIDADE
PGAU-CIDADE**

*Aqui também jaz um patrimônio: identidade, memória e preservação
patrimonial a partir do tombamento de um cemitério
(o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville/SC, 1962-2008)*

**Área de concentração: Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade
Linha de pesquisa: Arquitetura da cidade**

Elisiana Trilha Castro

Julho, 2008

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, PGAU-CIDADE da UFSC como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Área de concentração em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Linha de Pesquisa em Urbanismo, Cultura e História da Cidade, orientadora Prof^a Dr^a Arq-Urb. Alicia Norma Gonzáles de Castells.

Florianópolis, 2008.

Castro, Elisiana Trilha

Aqui também jaz um patrimônio: identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério (o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville/SC, 1962-2008) / Elisiana Trilha Castro. - - Santa Catarina: UFSC / PGAU, 2008.

x, 210 f. : il. ; 31 cm.

Orientadora: Alicia Norma Gonzáles de Castells

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, PGAU-CIDADE, 2008.

1. Patrimônio Histórico. 2. Arquitetura da Cidade - Dissertação. I. Castells, Alicia Norma Gonzáles de. II. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, PGAU-CIDADE. III. Título.

CDD 363.69

A dissertação, intitulada *Aqui também jaz um patrimônio: identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério (o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville/SC, 1962-2008)* de autoria de Elisiana Trilha Castro foi submetida ao processo de avaliação conduzido pela Banca Examinadora instituída pela Portaria nº 020/PGAU-Cidade/08 para a obtenção do título de Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, tendo sido aprovada sua versão final em 14 de julho de 2008, em cumprimento às normas da Universidade Federal de Santa Catarina e do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, PGAU-CIDADE; ser assinada pela Banca Examinadora: Prof^a Dr^a Alicia Norma Gonzáles de Castells (orientadora), Prof. Dr. Nelson Popini Vaz (Membro - Presidente), Prof. Dr. Renato Cymbalista (Membro Externo), Prof^a Dr^a Janice Gonçalves (Membro Externo) e Coordenação do PGAU-CIDADE, Prof. Dr. Almir Francisco Reis.

Morte

*Término da vida, cessação
de funções orgânicas vitais.*

*Um nada, vazio, escuridão,
sumiço d'amigos e rivais.*

*Desaparecimento do ser.
A negação do querido ente.*

*Eliminação do pretender
ter existência permanente.*

Expedito Ramalho de Alencar

Ofereço esta dissertação ao meu esposo, Juliano. Ele a compreendeu desde o primeiro instante, não precisei explicar muito, como geralmente acontece.

Amor também é isso...

Agradecimentos

Agradeço primeiramente e, principalmente, a Juliano, meu esposo, por seu amor dedicado e companheiro de todos os momentos, imprescindível para a realização deste trabalho.

Agradeço aos meus pais, Aída Márcia Trilha Castro e Edi Castro, que ficam felizes por cada vitória minha (meu pai é um “pesquisador” sempre atento recolhe todas as notícias sobre o tema). À Mariáh que entendeu todas às vezes que eu não podia responder “mil” perguntas a cada visita, sempre com o computador entre nós duas. À minha vó Dacy, sempre querida e amorosa com sua neta.

A todos os professores com os quais compartilhei meus anos de formação, em especial a banca e minha orientadora que participaram da construção do trabalho.

A todos os meus amigos, agradeço a amizade e as partilhas. Principalmente aqueles que tiveram participação direta neste trabalho: Adelson André Brüggemann, Anderson Felisberto Dias, Alice Oliveira Viana, Henrique Sérgio de Araújo Batista, Áurea Regina Lopes, Fabiana Comerlato e Ana Lucia Herberts. Ainda sobre amizade, aos amigos e pesquisadores da *ABEC - Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais* pela partilha de pesquisas sobre o tema. Aos companheiros do Grupo de Estudos sobre Patrimônio Cultural - NEH/UDESC, com carinho especial a Janice e o Adelson, por muitos debates e diálogos desde 2004.

Ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da cidade (PGAU-cidade), pelo apoio dado, principalmente pela bolsa que possibilitou esta pesquisa.

Ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) pelo apoio com a documentação. De forma muito especial, a Adler Homero Fonseca de Castro (funcionário do Setor de análise de processos de tombamento - IPHAN/Rio de Janeiro) pelas informações sobre vários processos de tombamentos e por muitas respostas às minhas dúvidas (Adler, obrigada mesmo!!!!). Também agradeço a ajuda dada por Eloy de Brito (Arquivista/GEDAB/COPEDOC/IPHAN) e Zenaide Santos (Arquivista GEDAB/COPEDOC/IPHAN) no envio do processo de tombamento do Cemitério do Imigrante para a 11ª Superintendência Regional em Florianópolis, onde também recebi apoio e acesso aos documentos para esta pesquisa, em especial ao Cadu e a Carina (11ª Superintendência), muito obrigada!

A Maria Cristina Alves (Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville), Arselle de Andrade Fontoura (Arquivo Histórico de Joinville) e Gessônia L. de A. Carrasco (Fundação Cultural de Joinville) que colaboraram com informações e apoiaram este trabalho.

Enfim, agradeço pela oportunidade em transformar minha paixão pela preservação do patrimônio funerário em palavras e, sempre novas, inquietações.

CASTRO, Elisiana Trilha. *Aqui também jaz um patrimônio: identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério (o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville/SC, 1962-2008)*. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, PGAU-CIDADE, UFSC, Florianópolis, 210 págs., Orientador Prof. Dra. Arq-Urb. Alcía Norma Gonzáles de Castells, Linha de Pesquisa: Arquitetura da cidade.

Resumo: A presente dissertação tem a proposta de compreender como um cemitério pode se configurar como objeto de políticas de patrimônio cultural nas cidades atuais, a partir do estudo de caso do Cemitério do Imigrante de Joinville (SC). Os cemitérios, presentes nas cidades como equipamentos necessários para o sepultamento dos mortos, são discutidos neste trabalho como passíveis de inclusão dentre os bens culturais, promovendo novos olhares sobre os mesmos na dinâmica urbana. Para tanto, procura refletir sobre o lugar ocupado pelo patrimônio funerário nas políticas e ações de preservação do patrimônio cultural, no Brasil e no mundo. São destacadas as ações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) com seus tombamentos de patrimônio funerário e as ações de preservação cemiterial, encontradas em diferentes países do mundo, incluindo iniciativas brasileiras. No estudo da experiência do Cemitério do Imigrante, realizado por meio da aplicação da metodologia de estudo de caso, além de visitas de campo e do levantamento de imagens, são analisados vários documentos, destacando o seu processo de tombamento e o relatório do projeto “Cemitério do imigrante - pesquisa, interdisciplinaridade e preservação”. Além destes, são examinadas as declarações emitidas por moradores, técnicos envolvidos nos projetos de preservação, parentes de sepultados e outros, presentes em diferentes fontes, como jornais, sites e projetos nele realizados. Esta pesquisa, que apontou questões relacionadas com a preservação dos cemitérios e buscou contribuir para a ampliação do debate em torno deste tema, evidenciou que os cemitérios podem participar como objeto das políticas de patrimônio cultural nas cidades atuais. Entretanto, apesar de serem considerados patrimônio em cidades pelo mundo e no Brasil, a valorização dos cemitérios nas cidades contemporâneas como um bem cultural ainda conta com impeditivos relacionados, na maioria das vezes, com sua ligação com o momento da morte e requer discussões mais amplas que considerem as singularidades presentes nesta relação. A análise empreendida, por meio do Cemitério do Imigrante, colaborou para a compreensão da inserção destes espaços nas políticas de preservação patrimonial, por meio da experiência concreta de um cemitério tombado, alvo de projetos e também de discussões sobre o seu papel como um bem cultural.

Palavras-chaves: Patrimônio, cemitério e cidade.

CASTRO, Elisiana Trilha. *Here lies a heritage: identity, memory and heritage preservation from the tipping of a cemetery (the case of the Immigrant Cemetery of Joinville / SC, 1962-2008)*. Dissertation (Master in Urban Planning, History and Architecture of the City, PGAU-CIDADE, UFSC, Florianópolis, 210 p., Orientador Prof. Dra. Arq-Urb. Alícia Norma Gonzáles de Castells, Line Research: Architecture of the city.

Abstract: This dissertation is the proposal to understand how a cemetery can be set as the object of policies of cultural heritage in cities today, from the case study of the Immigrant Cemetery of Joinville (SC). The cemeteries, present in cities such as equipment needed for the burial of the dead, are discussed in this work as qualifying for inclusion among the cultural goods, promoting new visions about the same in urban dynamics. To do so, demand reflect on the place occupied by the equity funeral in the policies and actions of preservation of cultural heritage, in Brazil and the world. They are the outstanding shares of Institute of Historical and Artistic Heritage National (IPHAN) with their wealth of fallings funeral and the actions of preservation cemiterial, found in different countries of the world, including Brazilian initiatives. In the study of the experience of the Immigrant Cemetery of, held by the application of the methodology of case study, in addition to visits from field and the lifting of images, several documents are examined, highlighting the process of tipping and the project report “Cemetery of immigrant - Research, interdisciplinary and preservation”. In addition, examined the declarations made by residents, technicians involved in projects to preserve, relatives, buried and others, present in different sources such as newspapers, websites and projects it made. This survey, which highlighted issues related to the preservation of cemeteries and sought to contribute to the broadening of the debate surrounding this issue, showed that the cemeteries may participate as object of policies of cultural heritage in cities today. Meanwhile, although they are considered assets in cities around the world and in Brazil, the appreciation of contemporary cemeteries in cities as a cultural still has impede related, most of the time, with its connection with the moment of death and requires further discussion they consider the singularities in this regard. The analysis undertaken through the Immigrants Cemetery, cooperated to understanding the integration of these spaces in the policies of heritage preservation through the experience of a cemetery protected, target projects and also in discussions about his role as a cultural.

Keywords: Heritage, cemetery and city.

Lista de Siglas

ABEC - Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais

ACCAF - Associação Cemitério da Comunidade Alemã de Florianópolis

AHJ - Arquivo Histórico de Joinville

ASCE - Association of Significant Cemeteries in Europa

CONURB - Companhia de Desenvolvimento e Urbanização de Joinville

CPBC - Centro de Preservação de Bens Culturais

DPHAN - Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

FAPESC - Fundação de Apoio a Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina

FCJ - Fundação Cultural de Joinville

IPPUJ - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville

FUNDEMA - Fundação Municipal do Meio Ambiente de Joinville

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

IELB - Igreja Evangélica Luterana do Brasil

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPPUJ - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville

MASJ - Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville

NSW - National Trust of Australia

SEINFRA - Secretaria de Infra-Estrutura Urbana

SPHAN - Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO - Fundo das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNIVILLE - Universidade da Região de Joinville

Lista de Figuras

Figura 1 - Divisão de lotes em Joinville (SC).....	119
Figura 2 - Evolução do núcleo inicial de Joinville (SC).....	120
Figura 3 - Malha urbana inicial da Colônia Dona Francisca	122

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição por década	72
Gráfico 2 - Distribuição por região.....	72
Gráfico 3 - Distribuição por unidade da Federação	72
Gráfico 4 - Distribuição por participação do bem no pedido de tombamento	74
Gráfico 5 - Tipo do tombamento	74
Gráfico 6 - Distribuição nos Livros de Tombo.....	74

Lista de Imagens

Imagem 1 - Cemitério do Imigrante (SC).....	5
Imagem 2 - Panorâmica do Cemitério de <i>Alyscamps</i> (França).....	34
Imagem 3 - Cartazes com informações aos visitantes - Cemitério de <i>Alyscamps</i> (França).....	35
Imagem 4 - Detalhes dos túmulos – Cemitério de <i>Alyscamps</i> (França)	35
Imagem 5 - <i>Les Alyscamps one of a pair of paintings</i> - Vincent van Gogh/1888 (Cemitério de <i>Alyscamps</i> /FR) .	36
Imagem 6 - <i>Les Alyscamps</i> - Paul Gauguin/1888 (Cemitério de <i>Alyscamps</i> /FR).....	36
Imagem 7 - Cemitério <i>Père-Lachaise</i> (França).....	38
Imagem 8 - Detalhes - Cemitério de <i>Père-Lachaise</i> (França)	41
Imagem 9 - Avenida do Cemitério de <i>Père-Lachaise</i> (França)	41
Imagem 10 - Cemitério Alemão (Argentina).....	42
Imagem 11 - Arlington Cemetery (EUA).....	42
Imagem 12 - Cemitério de Buceo (Uruguai)	43
Imagem 13 - Cemitério Central de Montevideo (Uruguai)	45
Imagem 14 - Cemitério de Buceo (Uruguai)	45
Imagem 15 - Igreja Penitência, Cemitério e Museu (RJ)	64
Imagem 16 - Cemitério do Batalhão (PI)	64
Imagem 17 - Igreja da Vitória, inscrições tumulares (BA).....	65
Imagem 18 - Capela de São Pedro de Maruí (RJ)	65
Imagem 19 - Convento N ^o S ^a dos Anjos (RJ).....	66
Imagem 20 - Lápide tumular de Estácio de Sá (RJ)	66
Imagem 21 - Cemitério da Soledade (PA).....	67
Imagem 22 - Local onde estão enterrados Lund e seus colaboradores (MG).....	67
Imagem 23 - Frontispício de Arez (RN).....	68
Imagem 24 - Mausoléu da família Cajaíba (BA).....	68
Imagem 25 - Porto Seguro, Igreja da Misericórdia (BA)	69
Imagem 26 - Cemitério Mucugê (BA)	69
Imagem 27 - Cemitério da Candelária, Estrada de Ferro Madeira Mamoré (RO).....	69
Imagem 28 - Lugar de sepultamento do Guia Lopes (MS)	69
Imagem 29 - Cemitério da Recoleta (Argentina)	94
Imagem 30 - Cemitério <i>Kensal Green</i> (Inglaterra).....	95
Imagem 31 - Cemitério <i>Campo Verano</i> (Itália).....	97
Imagem 32 - Cemitério <i>Certosa di Bologna</i> (Itália).....	97
Imagem 33 - Cemitério Monumental de Milão (Itália)	97
Imagem 34 - Cemitério <i>San Miniato al Monte</i> (Itália)	97
Imagem 35 - Cemitério <i>Mount Auburn</i> (EUA).....	97
Imagem 36 - Cemitério de <i>Highgate</i> (Inglaterra).....	97
Imagem 37 - Cemitério <i>Woodland</i> (Suécia)	98

Imagem 38 - Visitantes no túmulo de Evita Perón – Cemitério da Recoleta (Argentina)	98
Imagem 39 - Detalhe de túmulo no Cemitério da Recoleta (Argentina)	99
Imagem 40 - Detalhe de túmulo no Cemitério da Recoleta (Argentina)	99
Imagem 41 - Portas dos mausoléus do Cemitério da Recoleta (Argentina)	100
Imagem 42 - Vista do cemitério da Recoleta (Argentina)	100
Imagem 43 - Cemitério Monumental de Staglieno Gênova (Itália).....	101
Imagem 44 - Visitantes no Cemitério <i>Père-Lachaise</i> (França)	102
Imagem 45 - Visitantes no túmulo Jim Morrison, Cemitério <i>Père-Lachaise</i> (França)	102
Imagem 46 - Jazigos do cemitério <i>Père-Lachaise</i> (França)	103
Imagem 47 - Arquiteturas variadas do Cemitério <i>Père-Lachaise</i> (França)	103
Imagem 48 - Placa de localização do cemitério <i>Père-Lachaise</i> (França).....	103
Imagem 49 - Túmulo da atriz Marie Trintignant com homenagens no cemitério <i>Père-Lachaise</i> (França).....	103
Imagem 50 - <i>Arlington National Cemetery</i> (EUA)	104
Imagem 51 - Vista do cemitério Acatólico de Roma (Itália).....	105
Imagem 52 - Cruzes no cemitério Acatólico de Roma (Itália)	105
Imagem 53 - Túmulos do cemitério Acatólico de Roma (Itália)	105
Imagem 54 - Vista do cemitério Acatólico de Roma (Itália).....	105
Imagem 55 - Entrada do cemitério do Forte São Miguel (Uruguai).....	107
Imagem 56 - Vista do cemitério do Forte São Miguel (Uruguai).....	107
Imagem 57 - Delimitação do cemitério do Forte São Miguel (Uruguai).....	107
Imagem 58 - Estrutura presente no cemitério do Forte São Miguel (Uruguai)	107
Imagem 59 - Vista do cemitério do Forte Santa Teresa (Uruguai).....	108
Imagem 60 - Entrada do cemitério do Forte Santa Teresa (Uruguai).....	108
Imagem 61 - Placa na entrada do cemitério do Forte Santa Teresa (Uruguai)	108
Imagem 62 - Vista do cemitério do Forte Santa Teresa (Uruguai).....	109
Imagem 63 - Cruz do cemitério do Forte Santa Teresa (Uruguai)	109
Imagem 64 - Cemitério de Sapanta (Romênia)	111
Imagem 65 - Vista panorâmica 1ª quadra - cemitério da Comunidade Alemã de Florianópolis (SC)	131
Imagem 66 - Vista panorâmica 2ª quadra - cemitério da Comunidade Alemã de Florianópolis (SC)	131
Imagem 67 - Vista panorâmica 3ª quadra - cemitério da Comunidade Alemã de Florianópolis (SC)	131
Imagem 68 - Vista panorâmica 4ª quadra - cemitério da Comunidade Alemã de Florianópolis (SC)	131
Imagem 69 - Vista panorâmica 5ª quadra - cemitério da Comunidade Alemã de Florianópolis (SC)	131
Imagem 70 - Vista panorâmica 6ª quadra - cemitério da Comunidade Alemã de Florianópolis (SC)	131
Imagem 71 - Vista panorâmica 7ª quadra - cemitério da Comunidade Alemã de Florianópolis (SC)	132
Imagem 72 - Cemitério Inglês em Buenos Aires (Argentina).....	137
Imagem 73 - Vista do cemitério Inglês em Buenos Aires (Argentina).....	137
Imagem 74 - Túmulo e vegetação no cemitério Inglês em Buenos Aires (Argentina).....	137
Imagem 75 - Formatos tumulares do cemitério do Imigrante (SC).....	139
Imagem 76 - Poucos ornamentos e esculturas - Cemitério do Imigrante (SC).....	139
Imagem 77 - Formato tumular – Cemitério do Imigrante (SC).....	139
Imagem 78 - Cruzes em ferro – Cemitério do Imigrante (SC)	139
Imagem 79 - Santos e anjos - Arquitetura monumental do cemitério Central de Montevideo (Uruguai).....	141
Imagem 80 - Túmulos do cemitério do Imigrante (SC).....	141
Imagem 81 - Túmulo do cemitério do Imigrante (SC)	141
Imagem 82 - Vista do Cemitério do Imigrante (SC)	141
Imagem 83 - Cruzes e cabeceiras do Cemitério do Imigrante (SC).....	141
Imagem 84 - Lápide em cerâmica – Cemitério do Imigrante (SC).....	142
Imagem 85 - Ornamentos e gradis em ferro – Cemitério do Imigrante (SC)	142
Imagem 86 - Túmulos no cume do morro – Cemitério do Imigrante (SC)	143
Imagem 87 - Vegetação sobre os túmulos – Cemitério do Imigrante (SC)	143
Imagem 88 - Vista de um dos outeiros do Cemitério do Imigrante (SC)	143
Imagem 89 - Anjo - Ornamento do Cemitério do Imigrante (SC).....	144
Imagem 90 - Âncora - Ornamento do Cemitério do Imigrante (SC).....	144
Imagem 91 - Flores - Ornamento do Cemitério do Imigrante (SC).....	144
Imagem 92 - Palmas - Ornamento do Cemitério do Imigrante (SC)	144
Imagem 93 - Vista da parte antiga do Cemitério Valdense (Uruguai).....	145
Imagem 94 - Vista da parte novo do Cemitério Valdense (Uruguai)	145
Imagem 95 - Túmulos do Cemitério Valdense (Uruguai)	146
Imagem 96 - Túmulos com poucos ornamentos - Cemitério Valdense (Uruguai)	146
Imagem 97 - Vista do Cemitério Alemão em Buenos Aires (Argentina).....	146

Imagem 98 - Vegetação incorporada aos túmulos no Cemitério Alemão em Buenos Aires (Argentina).....	146
Imagem 99 - Sepultamentos compostos por lápides - cemitério Alemão em Buenos Aires (Argentina)	147
Imagem 100 - Arquitetura funerária do cemitério Alemão em Buenos Aires (Argentina).....	147
Imagem 101 - Vias do Cemitério do Imigrante (SC).....	156
Imagem 102 - Árvores do Cemitério do Imigrante (SC)	156
Imagem 103 - Aspecto “agreste” do Cemitério do Imigrante (SC)	157
Imagem 104 - Vista do Cemitério do Imigrante (SC)	157
Imagem 105 - Detalhes - Cemitério do Imigrante (SC).....	159
Imagem 106 - Trabalho de monitoramento arqueológico no Cemitério do Imigrante de Joinville (SC)	163
Imagem 107 - Placa de Localização – Cemitério do Imigrante (SC)	169
Imagem 108 - Entrada e bancos do Cemitério do Imigrante (SC).....	169
Imagem 109 - Casa da Memória - Cemitério do Imigrante (SC)	169

Lista de Mapas

Mapa 1 - Distribuição geográfica dos tombamentos do IPHAN	73
Mapa 2 - Localização das colônias do sul do Brasil.....	115
Mapa 3 - Cemitérios próximos ao núcleo inicial de Joinville (SC).....	134
Mapa 4 - Distribuição espacial dos cemitérios de Joinville (SC)	135

Lista de Quadros

Quadro 1 - Características dos cemitérios tombados pelo IPHAN	70
Quadro 2 - Lista dos cemitérios de Joinville (SC).....	135

Sumário

Introdução	1
1 - Cidade, cemitérios e patrimônio: lugares, memórias e identidade.....	10
1.1 - Pensando as cidades: mudanças e permanências	11
1.1.1 - Lugar, memórias e monumentos	14
1.1.2 - O campo do patrimônio, políticas culturais e alguns conflitos.....	23
1.2 - Cidades e espaços cemiteriais: lugares de memória.....	32
1.2.1 - <i>Père-Lachaise</i> e a afirmação de novas crenças e tipologias cemiteriais	38
1.2.2 - A morte contemporânea: novos projetos e territórios para a morte.....	48
2 - Preservação e patrimônio funerário: cemitérios como objetos nas políticas de preservação das cidades.....	58
2.1 - O reconhecimento do patrimônio funerário como bens nacionais	59
2.1.1 - A cidade vista a partir de pareceres de tombamentos cemiteriais do IPHAN	75
2.2 - Considerações sobre a importância de preservação dos cemitérios em várias cidades no Brasil e no exterior.....	82
2.2.1 - Turismo cemiterial e políticas culturais: algumas observações.....	95
3 - Joinville, uma cidade, um cemitério: uma memória dentre outras memórias.....	113
3.1 - A instalação da Colônia Dona Francisca e seu primeiro cemitério: necessidade e conflito....	114
3.2 - Cemitérios protestantes: arquitetura cemiterial e as marcas do sagrado	136
3.3 - Joinville: ações de preservação patrimonial e o processo de tombamento do Cemitério do Imigrante.....	147
3.4 - O projeto “Cemitério do Imigrante: pesquisa, interdisciplinaridade e preservação”	161
3.5 - Projetos e impressões sobre o cemitério tombado.....	170
Considerações finais.....	176
Referências.....	181

Introdução

Depois que Caim matou Abel, ele precisava esconder o que tinha feito dos olhos de Deus e também de seus pais. Conta-se que um corvo, próximo a ele, inspirou o primeiro sepultamento da humanidade: Caim observou como o pássaro cuidava do corpo morto de um corvo, cavando com o bico um buraco e jogando terra sobre o mesmo, e assim fez também, com o corpo de seu irmão Abel (DANNEMANN, 2008).

A solução encontrada por Caim, a de sepultar os mortos, é até hoje, a forma mais comum adotada em diferentes momentos da história das cidades ocidentais para guardar os corpos sem vida. Pequenos ou de grande porte, os cemitérios têm se apresentado como uma solução adequada ao convívio entre vivos e mortos nas cidades. Neste trabalho, esta solução urbanística é vista de outra forma: a partir de sua inserção como um item do conjunto do patrimônio cultural nas cidades contemporâneas.

Esta dissertação estuda um dos territórios que constituem o tecido urbano: os cemitérios. A relação entre cidade e cemitério, apesar de antiga, hoje parece ser, de certa forma, conflituosa e, ao mesmo tempo, reveladora. Se por um lado, busca-se cada vez mais camuflar tal equipamento no meio citadino, com projetos de cemitérios jardins¹ ou verticais², vêem-se também, projetos de preservação patrimonial que o incluem como um bem cultural, protegidos por tombamento.

Nas cidades atuais, o patrimônio cultural tem se destacado como objeto de políticas e discussões, sendo possível afirmar, que houve um evidente incremento das políticas voltadas à gestão dos bens culturais, com a inclusão de novos objetos ao rol destes bens e, dentre esses, encontram-se os cemitérios. Mas para abordar o campo do patrimônio, foi necessário antes considerá-lo, como um campo de múltiplos significados e valores, e para tal proposta, foi importante:

[...] explorar os diferentes sentidos ligados ao conceito mesmo de 'patrimônio cultural'. As línguas românicas usam termos derivados do latim *patrimonium* para se referir à 'propriedade herdada do pai ou dos antepassados, uma herança'. Os alemães usam *Denkmalpflege*, 'o cuidado dos monumentos, daquilo que nos faz pensar', enquanto o inglês adotou *heritage*, na origem restrito 'àquilo que foi ou pode ser herdado' mas que, pelo mesmo processo de generalização que afetou as línguas românicas e seu

¹ Entende-se por *cemitérios jardins* aqueles compostos por sepultamentos assinalados por uma pequena placa colocada sobre o local da sepultura, combinando uma paisagem composta de árvores e flores.

² Entende-se por *cemitérios verticais* os edifícios próprios para sepultamentos, que oferecem vários andares para colocação de corpos ou cinzas após a cremação.

uso dos derivados de *patrimonium*, também passou a ser usado como uma referência aos monumentos herdados das gerações anteriores. Em todas estas expressões, há sempre uma referência à lembrança, *moneo* (em latim, ‘levar a pensar’, presente tanto em *patrimonium* como em *monumentum*), *Denkmal* (em alemão, *denken* significa ‘pensar’) e aos antepassados, implícitos na ‘herança’ (FUNARI, 2000, p. 01).

Ao tratar também destas heranças, lembranças e registros históricos, esta pesquisa, pautou-se por pensar tais relações presentes nas cidades, por meio da patrimonialização dos cemitérios. Em uma definição para cemitério, pode-se dizer que ele é o recinto, no qual se enterram e guardam os mortos (FERREIRA, 1999). Mas ele pode se configurar em algo mais, se for visto a partir de sua introdução como objeto de interesse histórico, artístico e cultural. Pode se tornar um museu tendo, como acervo, sua arquitetura funerária ou um sítio histórico, no qual está registrada a memória de uma localidade. Também pode ser ainda, um espaço de lazer, no qual estão, ilustres e famosos sepultados, em uma atração a mais para o mercado turístico. Três possibilidades, relacionadas aos cemitérios, que aparecem com regularidade quando os mesmos são alvos de preservação.

A morte, como acontecimento da vida, é culturalmente aprendida e, o modo como se lida com a morte e com os mortos, mudou de forma significativa nas últimas décadas. Pode-se afirmar que, em grande medida, há um certo distanciamento das questões relacionadas com os cultos dos mortos, que muitas vezes, restringe as visitas aos cemitérios, ao Dia de Finados.

Em contrapartida, os cemitérios parecem se reintegrar como lugar na cidade, para outras visitas. Presentes em roteiros histórico-culturais, no Brasil e no mundo, os cemitérios se transformaram em um dos muitos lugares destacados para se conhecer em uma cidade. Cidades como Paris, Buenos Aires, Joinville e São Paulo incluem cemitérios como opções de turismo cultural, como um local onde se pode encontrar parte da memória da cidade a qual pertence. Apesar das novas iniciativas patrimoniais e também turísticas, os cemitérios como lugares de visita, ainda não são recebidos de forma pacífica. O *site* do cemitério da Recoleta, Buenos Aires, aponta o temor da morte, e tudo que a ela está relacionado, como a causa da resistência, ainda existente, à visita de cemitérios (PCR, 2004).

As cidades, nesta pesquisa, são vistas a partir desta relação particular com os cemitérios buscando, por meio deste tema, contribuir com os estudos urbanísticos. Cabe destacar que são poucas as pesquisas que abordam os cemitérios e os estudos sobre sua inclusão nas políticas de preservação das cidades, são ainda mais raros. Mas algumas pesquisas já apontam o valor dos estudos cemiteriais para a análise da cidade, como o da historiadora Mirtes Timpanaro. Em *A morte como memória: imigrantes nos cemitérios da*

Consolação e do Brás, esta autora que trata de cemitérios paulistas, afirma que o tema pode: “[...] auxiliar a compreensão dos diferentes espaços existentes em São Paulo como espaços recheados de história e memória, pronta a ser estudada, refletida e contada [...]” (TIMPANARO, 2006, p. 68), algo que pode ser extensivo a outras cidades.

Esta pesquisa, por tratar de um tema ainda pouco debatido, exigiu considerar um campo amplo de estudos relacionados a uma série de crenças e imaginários. Requiriu o contato com diferentes escritos e pesquisas, em busca do repertório que pudesse responder às questões impostas pelo tema. Isto incluiu leituras sobre a morte contemporânea, diferentes trabalhos sobre temas como fantasmas, corpos que não se corrompem e, especialmente em relação ao Brasil, o contato com cemitérios que podem ser o lugar do assombro, das almas e dos santos populares. Este local, repleto de imagens capazes de espantar os vivos, pode ter transposto o umbral formado por tal imaginário. Atualmente é possível encontrar os cemitérios compondo, juntamente com outros lugares, parte do que se considera como importante para pensar a história e a memória de uma cidade.

O estudo sobre a morte na contemporaneidade, realizada nesta pesquisa, como forma de buscar associações entre a inclusão dos cemitérios como patrimônio e o afastamento da morte do cotidiano apontou que, como um tabu, a morte e os seus territórios acabaram por cercar-se de um silêncio. Silêncio que quando rompido, cobra um preço, muitas vezes de escárnio e, até mesmo, de desprezo ao tema da pesquisa. Mas tais atitudes não impediram a realização deste estudo que acredita, como a pesquisadora Maria Manuel Lobo Pinto de Oliveira, que:

[...] contrariando a tendência de denegação da morte verificada ao longo do último século, o território da morte nas suas mais variadas expressões poderá, acredita-se, vir a ser recuperado como significante na sociedade e na cidade, e ver valorizado o seu caráter de local de culto, de memória e de sacralidade laica ou religiosa - assegurando, nomeadamente, a expressão da alteridade às intensas diásporas contemporâneas (OLIVEIRA, 2007, p. 6).

Este estudo surgiu do interesse da pesquisadora pelos trabalhos direcionados à preservação dos cemitérios e a menção deste interesse revela um conjunto de objeções variadas, compostas por expressões como *vade reto*, *cruz credo* ou *como podes?* Mas, independente das expressões e reações, como não pensar no passado ao entrar em um cemitério: suas lápides guardam testemunhos por meio de frases e declarações de saudades, sendo o cemitério nas cidades, um dos lugares mais pretéritos constituídos para atender as necessidades de abrigo dos vivos.

O contato com a temática foi iniciado durante as pesquisas para o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de História no ano de 2004. Contando com trabalhos sobre a morte, mas pouco sobre cemitérios, naquele momento, pesquisar sobre a retirada do primeiro cemitério público de Florianópolis para a construção da ponte Hercílio Luz, foi o primeiro desafio (CASTRO, 2004). Depois da defesa do trabalho de conclusão, a atenção desta pesquisadora foi direcionada para a questão da preservação do patrimônio funerário. Interesse despertado pelos convites para conhecer e interceder por cemitérios antigos, ameaçados de destruição, geralmente em municípios relacionados com a imigração germânica.

Foi durante a pesquisa sobre a preservação dos cemitérios, que o interesse pelo Cemitério do Imigrante³ de Joinville foi despertado. Este cemitério chamou atenção, primeiramente, por ser o único tombado pelo IPHAN, pelos projetos de preservação e conservação nele realizados e, por oferecer, por meio da Casa da Memória, um local de atendimento e pesquisa sobre o cemitério. Tal estrutura e projetos competentes, que incluíam atividades de educação patrimonial, fizeram surgir o interesse em elegê-lo como estudo de caso, pesquisando-o e descrevendo-o em detalhes.

O Cemitério do Imigrante, situado à Rua XV de Novembro, foi tombado pelo IPHAN, em 09/11/1962. Ele possui uma arquitetura típica de cemitérios de imigrantes alemães, influenciada pelos preceitos religiosos protestantes, que o diferencia dos cemitérios comumente encontrados em solo brasileiro, conhecidos como, convencionais ou secularizados⁴. Possui um conjunto tumular composto, principalmente, por lápides, sem a adoção de esculturas funerárias, destacando-se por sua instalação em uma encosta e por seu paisagismo em bosque (Imagem 1). Localizado em área central de Joinville, o Cemitério do Imigrante está aberto ao público e recebe visitantes, que podem obter informações e realizar pesquisas na Casa da Memória, instalada dentro do terreno do cemitério.

³ O Cemitério do Imigrante é também chamado de *Cemitério dos Imigrantes* em algumas publicações ou por *Cemitério Protestante* (Portal do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Nesta pesquisa adotou-se a denominação de *Cemitério do Imigrante*, também utilizado no Relatório *Cemitério do Imigrante - pesquisa, interdisciplinaridade e preservação* (FONTOURA, 2007).

⁴ Entende-se por *cemitérios secularizados* ou *convencionais* aqueles, em sua maioria, surgidos no Brasil no século XIX e que se caracterizam pela presença de sepultamentos realizados em construções funerárias, como túmulos ou mausoléus, podendo também aparecer na forma de cova simples, fora do espaço interno das igrejas. Também conhecido como a “céu aberto”, tradicionais, extramuros ou monumentais.



Imagem 1- Cemitério do Imigrante (SC)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008

Diante do que foi exposto, o objetivo principal desta dissertação é compreender como um cemitério pode se configurar como objeto de políticas de patrimônio cultural nas cidades atuais, a partir do estudo de caso do Cemitério do Imigrante de Joinville (SC). A experiência do Cemitério do Imigrante contribuirá na discussão da presença dos cemitérios como novo objeto das políticas patrimoniais, e também para apresentar algumas questões sobre a singularidade da preservação e do tombamento destes bens. Para atender as propostas desta pesquisa, foram estabelecidos como objetivos específicos:

- Discutir a relação entre patrimônio cultural, as cidades contemporâneas e os cemitérios em sua trajetória ocidental, destacando as transformações ocorridas nos rituais funerários e novos territórios ocupados pelo tema da morte;
- Analisar as ações de associações, as leis e as declarações internacionais e nacionais direcionadas à preservação do patrimônio funerário, destacando a experiência do IPHAN com seus tombamentos e pareceres;
- Apresentar o estudo de caso, o Cemitério do Imigrante de Joinville, com sua instalação, arquitetura e tombamento dentro do conjunto de ações de preservação patrimonial em Joinville, para compreender o papel dos cemitérios como bens culturais.

Sobre a metodologia do trabalho, optou-se pelo estudo de caso como modalidade de pesquisa. A opção por este método se deu como forma de observar de modo mais detalhado um caso específico, o Cemitério do Imigrante de Joinville. Por meio de visitas de campo e coleta de dados, este cemitério foi escolhido pela possibilidade de sua contribuição para o entendimento do tema por meio da exploração detalhada de um caso, destacando que:

O estudo de caso como modalidade de pesquisa é entendido como uma metodologia ou como a escolha de um objeto de estudo definido pelo interesse em casos individuais. Visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações (VENTURA, 2007, p. 02).

O estudo de caso foi pautado pelo recolhimento de diferentes fontes sobre o Cemitério do Imigrante e também por visitas, em diferentes ocasiões, com a coleta de imagens e informações. A equipe do projeto “Cemitério do imigrante: pesquisa, interdisciplinaridade e preservação” foi consultada e contribuiu com dados sobre o cemitério e o projeto, além de ceder o seu relatório final para análise (FONTOURA, 2007). Os resultados das fontes e procedimentos adotados no estudo de caso serão apresentados no terceiro capítulo.

Também foi realizado um estudo do Cemitério da Comunidade Alemã de Florianópolis como contribuição na análise do Cemitério do Imigrante de Joinville. Este estudo compreendeu o levantamento de fontes bibliográficas e também visitas de campo no qual foram coletadas informações e imagens⁵. Além do Cemitério do Imigrante, foram visitados outros cemitérios, como o *da Recoleta* e o Cemitério Alemão, ambos na Argentina, o *Père-Lachaise* (França), o cemitério Acatólico (Itália) e o Cemitério do Museu Forte São Miguel (Uruguai) para levantamento de imagens e informações que contribuiriam para as discussões apresentadas ao longo dos capítulos. Durante a pesquisa além destes, também foram visitados cemitérios na Região da Grande Florianópolis, em um conjunto formado por cerca de 130 cemitérios em Santa Catarina e fora do Brasil. Somente foram listados nas referências aqueles descritos ao longo do texto.

As fontes documentais para a realização da pesquisa foram coletadas em arquivos, como a Casa da Memória de Joinville, Arquivo da 11ª Superintendência Regional - IPHAN

⁵ O estudo do Cemitério da Comunidade Alemã de Florianópolis foi realizado como parte das atividades de bolsista da CAPES para o NUCOMO (Núcleo de Investigação em Configuração e Morfologia na Arquitetura e no Urbanismo/UFSC). Esta pesquisa foi apresentada também em artigos e banners em Congressos, a saber: CASTRO, Elisiana Trilha; CASTELLS, Alicia Norma Gonzáles de. Lugar de patrimônio é no cemitério: O desterro luterano no Cemitério São Francisco de Assis - Itacorubi/Florianópolis. In: **XIV Congresso da SAB - Sociedade de Arqueologia Brasileira**, 2007, Florianópolis. Anais do XIV Congresso da SAB; CASTRO, Elisiana Trilha; VIANA, Alice de Oliveira. A arte que nasce da saudade: a representação funerária do cemitério alemão de Florianópolis (SC). In: **III. Simpósio Internacional de História**, 2007, Goiás. Anais do III. Simpósio Internacional de História.

em Florianópolis e o do Rio de Janeiro e o Arquivo da Fundação Catarinense de Cultura (Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural).

Dentre os documentos, destaca-se o processo do Cemitério do Imigrante (PT nº 659-T-62) consultado na íntegra na cópia enviada pelo Arquivo Central do IPHAN para a consulta na 11ª SR/IPHAN/Florianópolis, o relatório “Cemitério do imigrante: pesquisa, interdisciplinaridade e preservação” (FONTOURA, 2007), gentilmente cedido pela equipe do projeto e os pareceres de processos de tombamentos do IPHAN⁶. Foram também analisados documentos como as Cartas Patrimoniais, páginas virtuais, jornais.

Para responder aos objetivos anteriormente relacionados, buscou-se, em três capítulos, tecer possíveis aproximações com o tema. O primeiro foi dividido em duas partes. A primeira apresenta diferentes abordagens sobre as cidades, lugar primordial desta análise, seguindo com a discussão de alguns dos conceitos que foram considerados importantes para refletir sobre a relação entre cidade e preservação patrimonial, como lugar, memória e monumento. Foram apontadas questões relativas às políticas culturais atuais e também aos embates desta relação. Nesta primeira parte do capítulo, as discussões foram realizadas com autores⁷ como os arquitetos Fernando Chueca Goitia (1982), Aldo Rossi (1998) e Carlo Aymonino (1975), o historiador Pierre Nora (1993), o antropólogo Marc Auge (1994), o sociólogo Henri-Pierre Jeudy (1990), a filósofa Otília Arantes (2000), incluindo algumas das Cartas Patrimoniais, como a de Atenas (1933), Petrópolis (1987), Quito (1964) e Burra (1980). Procurou-se, por meio destas contribuições teóricas, discutir o panorama, muitas vezes, conflituoso e discordante que cerca a preservação do patrimônio cultural nas cidades atuais.

Na segunda parte deste capítulo, foi apresentado o cemitério buscando apontar as diferentes formas concebidas para o mesmo nas cidades ocidentais. Foi destacada nessa trajetória, a criação do cemitério *Père-Lachaise* como marco na afirmação e na reintegração deste espaço nas cidades do século XIX e as mudanças ocorridas na forma de tratar a morte e os mortos, que introduzem novas práticas fúnebres. Este capítulo finalizou com algumas considerações sobre a morte na contemporaneidade, buscando discutir a existência de possíveis afastamentos com o tema da morte, por meio de novos projetos e territórios ocupados pelo tema como no caso de *sites* e comunidades virtuais. Discussão esta que buscou aporte nas pesquisas do arquiteto Renato Cymbalista (2002) e Maria Manuel Lobo Pinto de Oliveira (2007), do historiador Philippe Ariès (1983), do geógrafo Eduardo Coelho Morgado

⁶ Os pareceres do IPHAN e outras informações sobre tombamentos foram cedidos por Adler Homero Fonseca de Castro, funcionário do IPHAN - Setor de análise de processos de tombamento - Rio de Janeiro, por meio de cópias destes documentos.

Rezende (2007), do antropólogo Louis Vicente Thomas (1983) e de José Carlos Rodrigues (2000), o sociólogo Norbert Elias (2001), Clarival do Prado Valladares (1970) e Maria Elizia Borges (2001).

No segundo capítulo, foi discutida a introdução dos cemitérios nas políticas de preservação do patrimônio cultural, como um dos novos objetos destas políticas. Sendo o Cemitério do Imigrante tombado pelo IPHAN, optou-se por abordar a atuação desta instituição na proteção do patrimônio funerário nacional. Para tanto, foi feito um levantamento dos tombamentos realizados nos quais, o objeto da solicitação do tombamento foram cemitérios ou partes desses. Esta análise buscou perceber as diferentes características destes tombamentos e de que forma, o Cemitério do Imigrante está situado dentro deste conjunto. Também, a partir de alguns pareceres de processos de tombamentos realizados pelo IPHAN, buscou-se relacionar valores atribuídos a estes locais, que justificaram sua manutenção nas cidades. Como parte destas discussões, serão apresentadas algumas ponderações sobre a peculiaridade dessas ações diante da singularidade desses bens: reflexões sobre o encaminhamento das ações de preservação relacionadas com o patrimônio cemiterial.

Para complementar esta reflexão foram levantadas, em um segundo momento, iniciativas de diferentes países, incluindo o Brasil, relacionadas com a defesa do patrimônio funerário. Foram selecionadas algumas dessas iniciativas como forma de oferecer um panorama dessas ações e apresentar diferentes propostas existentes. Para finalizar o capítulo, foram relacionadas algumas iniciativas turísticas cemiteriais, devido à estreita relação destas ações com a preservação destes espaços. Para tanto, foram recolhidas informações em cemitérios preservados em diferentes países e cidades do Brasil, alguns destes visitados para realização da pesquisa. Neste capítulo, os temas foram abordados a partir de uma pesquisa que além do aporte teórico de pesquisadores, como os antropólogos Gilberto Velho (2006) e Isabela Tamaso (2006), os historiadores Harry Bellomo (2000), Francisco Queiroz (2007) e Mirtes Timpanaro (2006), pautou-se também pela análise da documentação do IPHAN, além de dados coletados em *sites* de associações ligadas ao tema e material recolhido em pesquisas de campo.

O último capítulo apresenta o estudo de caso, o Cemitério do Imigrante de Joinville, a partir da instalação da Colônia Dona Francisca. De forma mais detalhada é abordada a instalação deste cemitério, que desde sua origem foi um espaço destinado a uma maioria luterana, os acatólicos. Para entender a singularidade de sua instalação, foi apresentada a resistência enfrentada pelos protestantes ao chegar no Brasil. Este capítulo também trata, de forma especial, a arquitetura deste cemitério e a sua ligação com os preceitos religiosos

protestantes. O objetivo foi divisar por meio de sua arquitetura, o modo como os imigrantes imprimiram sua visão de mundo na paisagem preservada.

O capítulo segue com um levantamento das principais ações do município de Joinville com relação ao seu patrimônio cultural, e com a análise detalhada do processo de tombamento do cemitério na íntegra, buscando perceber as motivações para a sua manutenção na cidade de Joinville. Em um outro sub-capítulo, dentre os projetos realizados no cemitério, foi escolhido para análise mais minuciosa, o projeto “Cemitério do Imigrante: pesquisa, interdisciplinaridade e preservação”, por englobar diferentes etapas desenvolvidas, dentre elas, atividades de educação patrimonial. A leitura atenta do relatório final possibilitou o encontro de declarações de diferentes agentes sociais sobre o cemitério, como moradores, vizinhos, estudantes e técnicos do projeto.

Por fim, como parte das pesquisas realizadas em diversas bases documentais, serão apresentadas declarações e impressões sobre o cemitério, encontradas em jornais e *sites* que abordaram o tema do Cemitério do Imigrante. Contribuíram para as análises, além do relatório do projeto (FONTOURA, 2007) e o processo de tombamento do Cemitério do Imigrante (PT nº 659-T-62), também estudos realizados pelos historiadores Haroldo Leitão Camargo (2006), Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes (2005), Maria Bernadete Ramos Flores (1997), João Klug (2003), Luiz Felipe de Allencastro e Maria Luiza Renaux (1997).

1 - Cidade, cemitérios e patrimônio: lugares, memórias e identidade

*A cidade é a mesma, a dos vivos,
pois mesmo a cidade dos mortos, os cemitérios,
são constitutivos da primeira cidade.
Como as duas faces de Janus,
as duas repúblicas conformam a cidade.
Trata-se sobretudo de um jogo semântico
para atentar à importância desse espaço
como fundador da cidade,
da república e da história.*

Junia Mortimer Cambraia

A partir da proposta de discutir a participação dos cemitérios como objeto das políticas de preservação patrimonial na cidade atual, este primeiro capítulo procura construir, um caminho até o tema da preservação dos cemitérios. Para tal, na primeira parte, foram discutidos diversos conceitos como memória, lugar, monumentos, gestão do patrimônio cultural, dentre outros, problematizando a forma como, determinados lugares citadinos se configuram como bens patrimoniais. A discussão reconhece o campo do patrimônio cultural como uma área de conflitos e negociações e busca traçar possíveis olhares sobre as políticas e ações de preservação patrimonial. Para tanto é considerada nesta análise, a crescente patrimonialização das cidades, uma iniciativa que, muitas vezes, surge como a única saída para a conservação da história e da memória coletiva nas cidades, mas que também pode ser uma alternativa na salvaguarda de importantes registros para o patrimônio cultural das cidades.

Na segunda parte do capítulo, a reflexão chega ao cemitério e procurou discutir sua relação com a cidade. Situando os cemitérios em sua trajetória ocidental, buscou apresentá-los em diferentes fases e tipologias, as transformações ocorridas em sua apresentação e também nos rituais funerários como subsídios para pensar a sua inserção enquanto bem cultural nas cidades atuais. Tendo como mote o deslocamento do tema da morte das discussões e também do cotidiano das cidades, apresenta também os novos territórios ocupados pela morte, como as páginas de condolências *on line* e os cemitérios já disponíveis em *sites*.

1.1 - Pensando as cidades: mudanças e permanências

No mundo antigo era o culto aos antepassados que reunia os membros de uma sociedade e o destino da cidade dependia da relação com os mortos, que eram tratados de forma especial. É a partir do culto aos mortos - que não podiam ficar sem sepultura⁸ e sem os ritos fúnebres - que as instituições domésticas e sociais dos antigos surgiram.

Essa relação entre vivos e mortos, descrita na obra *A cidade antiga* de Fustel de Coulanges (2001), acabava por determinar uma proximidade entre os mesmos: os mortos estavam presentes nos lares, por meio de um fogo que deveria ser mantido sempre aceso e nas: “[...] mais antigas crenças dos povos itálicos e gregos, não seria em um outro mundo que a alma iria viver essa sua outra existência; ficaria perto dos homens, continuando a viver na terra, junto deles” (COULANGES, 2001, p. 13-14).

Junto aos vivos *viveriam* os mortos por séculos até que, novas formas de se relacionar com a morte, fossem estabelecidas ao longo da história das cidades ocidentais. Nas cidades atuais não se reconhecem mais tais relações descritas por Fustel de Coulanges (2001): os mortos, por meio do fogo, não *habitam* mais as casas e não são vistos com muita frequência nas áreas mais centrais como foi até quase o fim do século XIX. Além de não *viver* mais no mundo dos vivos, para alguns, viraram *almas do outro mundo*, assinalando com tal denominação, a distância a ser mantida com os mortos. Hoje os mortos ocupam cemitérios, geralmente, distantes dos centros urbanos. Considerando tais questões é possível ponderar, que as cidades precisam acolher vivos e mortos, e com relação aos mortos, vê-se a implantação de cemitérios de diferentes formatos ou tipologias, dentre eles, também os crematórios⁹.

Nas cidades, manifestam-se a vida e a morte. Em seu traçado, praças, construções e paisagens são encontrados diferentes registros das diversas etapas e passagens da vivência humana. Dentre essas etapas, está a morte, popularmente conhecida como a única certeza da vivência humana e, tal como os nascimentos, casamentos, encontros e desencontros desde os primeiros agrupamentos humanos, pode ser vista de alguma forma no meio citadino. Para o antropólogo José Carlos Rodrigues, “[...] a consciência da morte é uma marca da humanidade” (RODRIGUES, 2006, p. 19), e a consciência desse evento na vida humana deixa suas marcas também no traçado das cidades.

⁸ Entende-se por *sepultura*, o local onde os mortos são enterrados. A sepultura pode ser um túmulo, mausoléu ou cova simples.

⁹ Entende-se por *crematório*, o local onde são realizadas cerimônias e a cremação de cadáveres.

Sendo um elemento necessário à vida cidadina, alguns aspectos sobre a história da presença dos cemitérios nas cidades foram abordados nesta pesquisa buscando discutir sua presença no conjunto de bens patrimoniais. Entretanto, para desenvolver tal discussão e, refletir acerca do modo como os homens se portam diante da necessidade de dar lugar aos corpos sem vida na cidade e o modo como elaboram este espaço e suas representações atuais, é preciso antes apresentar algumas reflexões sobre a cidade.

Pensar as cidades significa, em grande medida, pensá-las como um campo constituído de diferentes atores, forças, desejos e projetos, aberto a possibilidades múltiplas de análise e estas proposições foram o ponto em comum percebido nas obras consultadas para esta pesquisa. No urbanismo, obras como, por exemplo, a do arquiteto Fernando Chueca Goitia em *Breve História do Urbanismo*, pressupõe que “[...] acontece com a cidade o mesmo que, de certo modo, acontece com a pessoa humana, que é sempre a mesma e nunca é a mesma” (GOITIA, 1982, p. 29), afirmação que o autor completa destacando que a cidade pode ser caracterizada por sua desintegração, sendo fragmentária, caótica e dispersa.

Visão reforçada pelo arquiteto Aldo Rossi (1998) ao afirmar que a cidade é hoje um organismo sem vida, que faz o cidadão perder todas suas referências em um lugar homogêneo sem seus elementos urbanos heterogêneos, sem elementos que possibilitem relações de identidade e integração. Visões que indicam a mutabilidade e a heterogeneidade das cidades contemporâneas, contudo as cidades, seus espaços e elementos, mesmo diante da fragmentação e das mutações, podem ser alvos de ações, como as de preservação de patrimônio cultural, que buscam aproximar e reunir valores e singularidades.

Mas mesmo não podendo ser reduzida a uma “idéia base” (ROSSI, 1998, p. 80), as cidades são importantes objetos de pesquisa para diferentes pesquisadores de áreas diversas que contribuem para sua análise. Pesquisadores como o sociólogo Richard Sennett (2001) em *Carne e Pedra*, por exemplo, contribuem com o estudo das cidades ao apresentar a proposta de refletir sobre as mesmas, por meio de experiências corporais em atos, como andar, comer ou o uso de vestimentas. Esta última abordagem indicou para esta pesquisa importantes relações entre as ações cotidianas e o meio urbano. Uma perspectiva de análise na qual as cidades são vistas, como artefatos moldados pelo corpo o que pode ser identificado principalmente em sua arquitetura. Um olhar que pode alcançar diferentes espaços arquitetônicos, como os cemitérios, na arquitetura e a disposição desses, também moldados pela relação diante do corpo morto.

Ainda com relação entre corpos e cidades, na introdução da obra *Corpos e cenários urbanos*, Henri-Pierre Jeudy e Paola Berenstein Jacques (2006), abordam a existência de uma recusa do envelhecimento dos corpos e também das cidades, ao salientar que:

[...] nossa sociedade tem dificuldade em aceitar o envelhecimento de nosso corpo físico, cada dia surge uma nova técnica de anti-envelhecimento, creme, *lifting* ou cirurgia plástica...Também a restauração patrimonial da cidade se parece com *lifting*. Esse envelhecimento, tanto para os corpos humanos quanto para o corpo urbano, é uma ação que acompanha a gente desde os movimentos corporais e da cidade como metáfora de vida urbana (JEUDY; JACQUES, 2006, p. 8).

A dificuldade atual em aceitar o envelhecimento, tanto dos corpos como das cidades, apontada na citação acima, também corrobora com o que foi assinalado por Richard Sennett (2001) sobre a relação entre corpo e cidade. Evidencia possíveis questões presentes nas políticas de preservação patrimonial que parecem rejeitar não só o envelhecimento, mas também a morte ou os seus sinais, que marcam principalmente a arquitetura das cidades.

Sem a possibilidade de definir uma forma ou padrão único para as cidades, para estudá-las é preciso contar, com diferentes olhares. Para diversas áreas disciplinares e pesquisadores, a cidade apresenta-se em variadas formas. Para a História, a cidade pode ser uma fonte de análise das relações travadas pelos homens ao longo do tempo. Para a arquitetura, ela é o lugar de intervenção por excelência. Para os preservacionistas, pensar a cidade implica identificar os bens dignos de proteção e manutenção de sua paisagem ou parte da mesma e esta perspectiva é abordada nesta pesquisa.

Na formação das cidades o arquiteto Norbert Schultz (2006) afirma que a arquitetura é a concretização de um mundo que permite as atividades humanas. Assim, refletir sobre o modo como o homem concretiza seu mundo, por meio da construção ou preservação de elementos e espaços ou da destruição dos mesmos, pode revelar importantes aspectos da relação do homem com o meio que habita. No caso desta pesquisa por meio dos cemitérios, pensar sobre o modo como esses se apresentam nas cidades atuais, por meio de ações patrimoniais, é uma forma de enriquecer a discussão sobre os temas que envolvem o urbano.

Na perspectiva da geografia, Milton Santos (2002) destaca que as cidades apresentam, em sua materialidade, a presença dos tempos. Presença que pode ser percebida de forma substancial por meio de sua arquitetura, sendo a cidade um lugar de representações materiais e simbólicas e a arquitetura neste sentido, seria o suporte material destas representações. Questões que foram relevantes para a análise aqui proposta, já que no estudo de caso desta pesquisa, o Cemitério do Imigrante de Joinville (SC), não estando mais em uso, o que se

preserva neste local é o suporte material das representações, práticas e valores que ali foram depositados, ou seja, a sua arquitetura, como os túmulos¹⁰ e a sua disposição espacial, dotados de um significado dentro da história da cidade.

Vê-se que são muitas as formas de ver a cidade. As cidades, como espaços de negociação, podem assim expor diferentes faces sujeitas a uma multiplicidade de formas, onde o espaço e a sociedade contribuem simultaneamente, em uma rede de influências para o resultado final do que se conhece por cidade. Isto a faz mutante por mais que pareça manter-se igual, como muitas cidades preservadas por ações patrimoniais (GONÇALVES *et. al*, 1990). Neste contexto, o arquiteto Carlo Aymonino (1975) assinalou que para entender a cidade e seu significado é preciso levar em consideração que a mesma é:

[...] um lugar artificial de história no qual cada época - todas as sociedades por se diversificar da que as precedera - tentam, mediante a representação de si própria nos monumentos arquitetônicos, o impossível: assinalar naquele tempo determinado para além das necessidades e dos motivos contingentes porque os edifícios foram construídos... uma espécie de herança, de permanência, destinada a testemunhar as aspirações e as ambições, pessoais ou coletivas, através de instrumentos duráveis: os monumentos em pedra, em mármore, em ferro e em cimento (AYMONINO, 1975, p. 11).

Esta citação de Carlo Aymonino (1975) relaciona-se de forma importante com o tema da preservação patrimonial. A cidade é apresentada pelo autor como um lugar no qual as sociedades em cada época buscam diferenciar-se das demais que as precederam, representando-se em construções para os mais variados usos em monumentos arquitetônicos que podem ser de pedra, mármore, ferro e cimento. Construções estas que podem ser selecionadas por meio de políticas de preservação e ganhar o *status* de bens patrimoniais, como no caso do Cemitério do Imigrante e para refletir acerca deste *status* serão considerados neste estudo categorias como lugar, memória e monumentos, no próximo item.

1.1.1 - Lugar, memórias e monumentos

Nas ações de patrimonialização é preciso considerar alguns conceitos, que serão discutidos neste momento, como o lugar, a memória e os monumentos. A figura do lugar é aquele representativo de valores considerados referenciais para determinado grupo ou sociedade em seus contextos correspondentes. Espaços de existências, experiências, passageiras ou duradouras, os “lugares de referências”, constituem-se em importantes eixos

¹⁰ Entende-se por *túmulo*, a construção erguida em memória de alguém no lugar onde se acha sepultado. O túmulo pode cobrir o espaço da sepultura ou delimitá-la e abrigar um ou mais sepultamentos.

para pensar a cidade. Contudo, além de suas características físicas, são também produtos da experiência humana, portanto, espaços vividos, dotados de um tempo e relações históricas.

Os lugares se diferem em suas formas e características e se constituem lugares em determinados contextos. Diferentes lugares como a casa, a praça, o mercado, que possuem uma função determinada, podem carregar diferentes identidades e referências. Lugares que, por suas características, são referências na cidade e que têm essa condição reforçada por ações e discursos patrimoniais e identitários, como o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville (SC). Este cemitério, tombado pelo IPHAN, em 1962 pode ser pensado por meio do conceito de lugar, por sua inclusão como um sítio representativo de um período histórico da cidade de Joinville relacionado à participação e ao papel dos imigrantes em sua formação.

Nas políticas de patrimonialização, o passado pode se transfigurar em um lugar a ser resguardado em sua integridade, instaurando a memória como forma de pertencimento social, criando e preservando lugares para a memória coletiva, como possibilidades de evitar o desaparecimento do passado e de resguardar uma identidade de todos e para todo o grupo social.

Para o historiador Pierre Nora (1993) a busca por locais que sejam representativos da história, e que possam ser referências para a identidade, cria o que ele chama como lugares *de memória* - na busca contemporânea de manter laços com a história. Os estudos de Pierre Nora e principalmente seus lugares *de memórias* são fundamentais para pensar o processo que tem expandido tal sentido de lugar especial a muitos lugares, inclusive o cemitério.

O autor trata como lugares *de memória* aqueles que devem dar conta de um passado, que selecionado, remete a ritos, símbolos, fatos e que, portanto, possibilitam a construção de laços sociais e temporais. Por meio da criação destes *locais* de preservação são mantidos espaços onde ritos que zelam pela identidade de um grupo têm continuidade mediante símbolos, pelos quais, os participantes podem se reconhecer e se diferenciar. Algo que pode ser percebido nas ações empreendidas no cemitério joinvilense que foi criado para sepultar os mortos e que está preservado por remeter a valores que corroboram para a manutenção de laços e identidade.

O historiador José Clerton de Oliveira Martins reforça tal sentido do lugar afirmando também que apenas o espaço físico em si não é o suficiente para a condição de lugar *especial*. Esta condição é dada, em grande medida, na relação entre lugar e usuário. O autor destaca que “[...] o que de verdade dá sentido a um lugar é o conjunto de significados, os símbolos que a cultura local imprimiu nele, via isso que leva ao outro a sentir, partindo de seus valores, o lugar ao qual se visita” (MARTINS, 2004, p. 504).

Neste sentido, o antropólogo Marc Augé (1994), apresenta o conceito de lugar antropológico como aquele que possui caráter identitário, relacional e histórico, pleno de referências que por sua forma e elementos, indicam sua especificidade, a de serem lugares de relação entre os indivíduos. Lugares que se opõem aos não lugares que são aqueles de caráter transitório, lugares de passagem, que se encontram, em diferentes partes do mundo, sem apresentar referências identitárias, ausentes de singularidade, como os aeroportos, estações de metrô, supermercados, prontos para atender e receber, mas que não causam reconhecimento ou possíveis laços identitários dentre os seus usuários.

O sociólogo Carlos Fortuna (1997) em seu artigo “As cidades e as identidades narrativas, patrimônios e memórias”, no qual, procura compreender o modo como os indivíduos se relacionam com os lugares históricos e monumentais da cidade, afirma que os locais históricos são lugares especiais dentre os demais presentes no meio urbano. Locais onde se travam relações necessárias à sobrevivência de laços de convivência social, e que cumprem papel importante no contexto urbano. No caso do Cemitério do Imigrante identificar o cemitério como um lugar especial para a memória da cidade de Joinville (SC) implica considerá-lo como um bem patrimonial significativo para a memória da sua coletividade.

A discussão sobre o conceito de memória é outro dos temas relevantes na problemática sobre os bens considerados de importância para o patrimônio cultural. Em boa parte do que está relacionado com a temática da preservação patrimonial, parece ser a memória, um dos pontos principais das questões que envolvem cidade e patrimônio. Cabe ressaltar que é em nome dela, e principalmente, da ameaça à sua integridade, é que boa parte das ações patrimoniais é realizada e a memória tornou-se um dos conceitos mais presentes nas discussões patrimoniais.

O patrimônio cultural habilitou a memória como um dos eixos da preservação nas cidades e para tratar da mesma, é importante considerar seu papel na construção da história e do passado. Passado entendido como o lugar de onde emergem as memórias que devem dar conta do que houve e de como eram determinados lugares ou sujeitos. De memórias individuais a coletivas, a memória tem se destacado como importante elemento na construção histórica e identitária.

Mais que um ato individual, a memória pode ser aquela que justifica ou indica a guarda e a preservação de lugares e costumes. Mas é importante destacar que a memória é fruto de um processo seletivo, que escolhe lugares, costumes, passados, tendo assim, um papel definido. Evocando o passado, esse processo pensa e repensa o pretérito a partir de necessidades do presente, sendo a memória, portanto, mutante. Os grupos que a constroem

estão em constantes transformações, passando por revitalizações e sofrendo ajustes derivados das necessidades de manutenção do próprio grupo, portanto:

Nós temos que ser lembrados de que memórias e identidades não são coisas fixas, mas representações ou construções da realidade, fenômenos subjetivos em vez de objetivos. Estamos constantemente revendo nossas memórias para adaptar às nossas identidades atuais. Memórias nos ajudam a fazer sentido no mundo em que vivemos; e ‘trabalho de memória’ é, como qualquer outro tipo de trabalho físico ou mental, embutido em relações complexas de classe, gênero e poder que determinam o que pode ser lembrado (ou esquecido), por quem e para que fim (GILLIS, 1994, p. 1).

Na relação com a memória de um grupo, o sentimento de pertencimento vai ser saciado, dentre outros, por um passado que vai reunir os interesses de seus integrantes e que os unifica em um lugar chamado nação: uma identidade maior – identidade nacional - que vai agrupar diversas identidades e vai impor sobre tradições locais uma nova tradição, que vai substituir antigos vínculos e criar novas leis e costumes. A identidade nacional é um conceito que surge de forma significativa no século XIX, fortalecendo um sentido de pertencimento a um país, partilhado por um grupo de pessoas, que consideram determinadas práticas e símbolos como comuns (HOBSBAWN; RANGER, 1984). Por meio de um passado permitido e que constrói a identidade por meio de certas referências, como ritos, símbolos, lugares, que possibilitam a construção de laços e que se mantém por meio da criação de locais de preservação destas referências.

Mas, para compreender os mecanismos que possibilitam diferentes identificações grupais ou mesmo nacionais, é necessário, levar em conta, o conceito de etnicidade. Este conceito tem um caráter primordial, originado na identidade básica do grupo dos seres humanos e, neste sentido, é possível afirmar que as pessoas têm uma necessidade essencial de pertencimento, o que é satisfeito por grupos baseados na ancestralidade e na cultura em comum. Não se trata, portanto, de uma *ficção coletiva*, mas de um processo de construção que incorpora e ajusta as solidariedades comunais, atributos culturais e memórias históricas preexistentes, tendo como base, a vida real e a experiência social, e que pode influenciar os descendentes de imigrantes entrando mesmo na terceira e quarta geração (COZEN *et al*, 1992).

Para pesquisadores como o museólogo Mário Chagas (2002) a maioria das ações de preservação, musealização e memorização estão a serviço de determinados sujeitos que acabam por determinar, na maioria das vezes, parte substancial do que deve ser conservado e preservado. São atos de vontade, atos de poder e lembra que preservar testemunhos materiais não equivale a preservar a memória, já que a memória não está aprisionada às coisas. Mas,

creditar valores a determinados objetos ou lugares é algo que se estabelece, a partir de conceitos construídos culturalmente e, sendo possível dizer, que o conjunto de valores de um determinado grupo é sua marca registrada: é aquilo que lhe dará forma e o representará como uma marca de distinção, mas é preciso também considerar que:

[...] estes conceitos venham a variar de intensidade ou mesmo a mudar. É possível que hoje nos agarremos ao patrimônio um pouco como a uma bóia salvadora que resiste à grande fúria do mar encapelado que é a vertiginosa marcha desta nossa civilização. Mas o fato é que hoje é assim. Precisamos destas bóias ou âncoras que nos referenciem a qualquer coisa transversal ao tempo. De forma a podermos saber de onde viemos e onde estamos. E assim poderemos saber para onde vamos (PINTO, 2001, p. 4).

A partir destas constatações o patrimônio cultural é o que se pode chamar de uma construção social, no qual um pretérito passa a ser aquele que o grupo irá destacar como representativo da sua memória. São eleitas assim determinadas tradições e apesar do contato com outros grupos e da apropriação desigual desta memória, esta geralmente contam com investimentos estatais, são valorizadas como objetos de identificação grupal coletiva (GILLIS, 1994).

O autor Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (1992), discutindo o público e o privado nas ações patrimoniais, observa como estão ligadas a um conjunto de valores reconhecidos socialmente, o que determina diferentes acepções acerca do que é de todos ou o que é do âmbito pessoal. Os “patrimônios” são como uma forma de identificação, de se entender como participante de um grupo ou nação, formas eleitas, em grande medida, a partir de seleções e ações que acabam por preservar determinados traços, espaços e costumes em detrimento de outros, mas que são necessárias para o estabelecimento das relações em grupo.

Os discursos de patrimônio usualmente se articulam em nome de uma totalidade, que eles pretendem representar e da qual se julgam a expressão autêntica. Nesses discursos, o patrimônio é em tese, aquilo que não se divide, o que não se fragmenta nem no tempo, nem no espaço. Discursos que remetem à integridade, ao completo, ao definitivo e aqueles que narram essa história o fazem sob a autoridade da nação, ou de outra coletividade qualquer, cujas memórias e identidades são materialmente representadas pelo patrimônio cultural.

É preciso salientar também, que os bens reunidos por cada sociedade em sua história não pertencem a todos, ainda que formalmente pareçam ser de todos. Diferentes grupos se apropriam de forma desigual desses bens considerados como herança cultural, presentes em instituições, como os museus. Nesses locais a apropriação dos bens selecionados e expostos como representativos de determinada cultura é realizada de forma desigual e são apropriados

de forma diferenciada por grupos de diferentes classes econômicas e sociais. Contudo, não se pode descartar o papel fundamental de instituições, como os museus, na preservação e no debate sobre bens culturais. A desigualdade na apropriação do patrimônio cultural pode estar na participação parcial desses grupos na sua formação e seleção, na hierarquia dos bens culturais, já que o:

[...] patrimônio cultural expressa a solidariedade que une os que compartilham um conjunto de bens e práticas que os identifica, mas também costuma ser um lugar de cumplicidade social. As atividades destinadas a defini-lo, preservá-lo e difundí-lo, amparadas pelo prestígio histórico e simbólico dos bens patrimoniais, incorrem quase sempre numa certa simulação ao sustentar que a sociedade não está dividida em classes, etnias e grupos, ou quando afirmam que a grandiosidade e o prestígio acumulados por esses bens transcendem essas frações sociais (CANCLINI, 1994, p. 96).

Tal como as diferenças apresentadas na apropriação, os valores são atribuídos de forma particular pelos povos e em diferentes momentos históricos e lugares. Na Grécia clássica, o espaço público sendo espaço da cidadania e da gestão coletiva da cidade, era o lugar valorado socialmente. Era neste onde deveria estar o que era considerado de direito de todos, como a arte e suas expressões: a arte não poderia estar relegada ao âmbito privado, no lar, como algo a ser desfrutado por poucos. Diferente da intimidade burguesa do século XVIII, que decorou e equipou a casa de tudo o que pudesse permitir o descanso e o deleite. A arte decorativa, presente em profusão nas casas, era o prazer seguro, já que o espaço público era associado ao perigo das massas, novo personagem urbano agregado às cidades ocidentais depois da Revolução Industrial. Em dois momentos da história, vê-se que o conceito do que deve ser de todos mudou e assim:

[...] para entender o patrimônio cultural nesse quadro que lhe é próprio - como fenômeno social, sempre vinculado a um espaço e tempo específicos - é preciso entender também historicamente as formas de sociabilidade, que são extremamente variáveis. Por isso, os conceitos, sentidos e práticas da vida privada e da vida pública, o espaço privado e público, de ação privada e pública, não são universais nem estáveis (MENESES, 1992, p. 190).

Já não é novidade nas discussões patrimoniais, considerar a importância de seu caráter de construção social e seu teor simbólico. Como também, ponderar sobre o patrimônio como algo além do material, sendo aquele que também abrange as ações, os saberes e outras manifestações que não estão materialmente presentes nos grupos sociais. Todavia ao considerar um cemitério como patrimônio cultural, muitos projetos não ultrapassam a barreira das representações materiais, na hora de tratar de suas características. Muitos desconsideram que um cemitério, além do patrimônio material presente nas construções e representações

tumulares, apresenta também manifestações imateriais, como os ritos que dão forma à despedida e que cercam a preparação do corpo para o seu sepultamento. Além destas, seguem-se as manifestações decorridas após o sepultamento como a visita ao túmulo, o cuidado e a manutenção do mesmo, missas para o morto e outros. Algo que será discutido mais adiante, tendo papel importante na manutenção destes bens culturais nas cidades atuais.

Na questão dos bens culturais, como no caso do Cemitério do Imigrante, selecionar algo como participante de seu patrimônio é atribuir um lugar para o objeto, prática ou edificação dentre os referenciais identitários e considerá-lo um bem. Contudo tal ação, dotada de uma intencionalidade, mais do que selecionar elementos é parte fundamental no decurso da gestão dos bens culturais, com a definição, muitas vezes arbitrária, do que deve permanecer como bem. Em uma definição do termo bem cultural, pode-se dizer que este: “[...] em seu sentido amplo, compreende todo testemunho do homem e seu meio, apreciado em si mesmo, sem estabelecer limitações derivadas de sua propriedade, uso, antiguidade, ou valor econômico” (SCMG, 2008).

Os memoriais, obeliscos, estátuas, centros de memória que se espalham por diferentes cidades, inclusive no Brasil, são destinadas a rememorar algum acontecimento e evitar as perdas destes bens. Muitos são feitos para guardar, comemorar pessoas ilustres e, por sua função, são destinados a ganhar evidência dentro da categoria dos lugares especiais ou diferentes, ganhando o *status* de monumento.

Dentro deste processo de monumentalização de lugares e também da criação de lugares da memória coletiva é preciso considerar que, no caso do monumento, este é algo que sintetiza, decorre e representa um discurso, não sendo, portanto, neutro e em grande medida, informa algo que é previsto em seu projeto ou representação. Construídos em um determinado período, são históricos por sua natureza, apesar de receberem a denominação de histórico para definir aqueles representativos de uma memória ou história (CHOAY, 2000).

Os monumentos estão ligados a uma visão de mundo, a um conjunto de valores que ganham destaque em sua forma e concepção e que motivam sua inserção no meio urbano. A idéia de monumento histórico foi forjada no contexto da valorização da arte e da identidade, preservando o que o mundo depois da Revolução Industrial parecia velozmente destruir. Esta noção ainda parece mover, boa parte das ações de preservação patrimonial, mesmo passado séculos da Revolução Industrial (MENESES, 2004).

O historiador José Newton Coelho Meneses (2004) afirma que o homem precisa de monumentos arquitetônicos, escultóricos e pictóricos para fundar seus marcos históricos, artísticos e técnicos, como algo que documente suas ações e seu tempo. São estes: os

memoriais, museus, arcos, obeliscos, estelas¹¹ e também as avenidas e viadutos, construídos para marcar, ligar, comemorar e lembrar. Para ele, destroem-se construções para edificar outras que marcam o feito, a necessidade e a vontade humana.

Mas o simples ato de destacar tais lugares como marcos de uma história não lhes garante o valor a ele atribuído. É preciso considerar sua interação com o meio ao qual pertence e o cotidiano que o cerca. Muitos são os casos de marcos, estátuas que parecem perder-se na cidade, sem que, ao menos seus habitantes, visitantes e outros saibam dizer algo sobre sua presença ou que esse representa.

Em diferentes situações, o termo monumento surge para qualificar algo como importante e digno de referência. No caso do Cemitério do Imigrante de Joinville, o termo monumento está tanto em seu pedido de tombamento como também para salientar a necessidade de preservá-lo como símbolo da cidade em projetos e notícias de jornais, o que pede uma atenção maior a este conceito. Apesar do caráter memorial que os túmulos de um cemitério adquirem por sua apresentação, ele não foi criado com o intento de ser monumento, mas em diferentes momentos, o Cemitério do Imigrante recebe esta denominação.

Os monumentos aparecem em muitas cidades ocidentais contemporâneas, como possíveis representantes de uma ordem simbólica do passado ligada à idéia do sagrado, em uma possível aproximação com as pretéritas representações dos deuses. Estão presentes na contemporaneidade e, em muitos lugares, são considerados representações ou marcos de um passado. Dentre eles, encontram-se os cemitérios, como representantes da composição social vigente em um determinado período e que conservam por meio de sua arquitetura, partes deste passado, ameaçado pela mudança e a transformação. Mas é importante destacar que:

[...] na cidade contemporânea, de facto, o monumento, como lugar de referência e de síntese do significado e por isso necessariamente 'central' (não no sentido topográfico, mas arquitectónico), ao qual se chega e que é visível de vários pontos (de todos, no limite) vizinhos e longínquos, como eram as catedrais, os campanários, as torres municipais, as cúpulas, etc., foi substituído por um sistema de percursos, como representação 'total' (e contudo sempre parcial, no que se refere à classe burguesa) da forma urbana e da sua múltipla utilização (AYMONINO, 1975, p. 23).

Aqui o arquiteto Carlo Aymonino (1975) aponta novas perspectivas na construção de espaços que possam no meio urbano, tal como um dia o fizeram as catedrais e outras construções, serem destacados por seu caráter especial tal como os monumentos. Para Aymonino (1975) os monumentos foram substituídos por percursos ou outros elementos nas

¹¹ Entende-se por *estela*, o monumento feito de pedra, normalmente feita em um só bloco, contendo representações pictóricas e inscrições.

idades contemporâneas, como os centros de memória, museus e pelos tombamentos de bens considerados, na maioria das vezes, como de importância histórica ou artística.

Na maioria das vezes, tais elementos estão concentrados nos centros históricos. Estes últimos são locais onde geralmente estão as edificações e lugares mais antigos de uma localidade. Muitos destes tombados ou reconhecidos como representativos da memória e da identidade do lugar, passam a ser objetos de intervenções patrimoniais, que vão destacar a sua forma e que buscam barrar possíveis modificações em seu meio. De acordo com a Carta Patrimonial de Petrópolis de 1987, que discutiu a questão dos centros preservados nas cidades, pode-se retirar a seguinte definição para centro histórico:

[...] espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações. Este sítio histórico deve ser entendido em seu sentido operacional de área crítica, e não por oposição a espaços não-históricos da cidade, já que toda cidade é um organismo histórico (CARTA DE PETRÓPOLIS, 1987).

Esta carta destaca que os centros são partes de um contexto mais amplo, que abrange paisagens naturais e construídas, costumes e cotidiano dos habitantes. Um conceito que leva em conta o dinamismo e as constantes transformações impostas tanto aos seus cidadãos, como à forma das cidades e elementos. O centro histórico não é uma oposição aos demais espaços da cidade. Mesmo aqueles que o cercam e que ficam fora da denominação de centro histórico pela ausência das características arquitetônicas que são previstas na seleção do que deve ser um centro histórico.

Principalmente os centros antigos vêm ganhando destaque como lugar privilegiado nas ações patrimoniais. Muitos destes lugares são mantidos agregando às suas características e tipologia construtiva, significados para a história de determinada localidade. A crescente qualificação de centros como patrimônio cultural tem alterado, de forma significativa, tanto a paisagem quanto a proteção desses lugares. Os centros, como alvos preferenciais das ações de patrimônio, concentram em si, as atrações patrimoniais, ganhando destaque dentro do processo de patrimonialização das cidades.

Muitas vezes tais atrações podem ser apresentadas por meio de diferentes construções, como por exemplo, igrejas, a antiga prefeitura, casas de câmara e cadeia. O cemitério também pode integrar este roteiro que leva o visitante a “percorrer o passado” também dentre os mortos. O chão onde repousam os antepassados pode ser considerado um bem passível de ser conservado e patrimonializado, como no caso do Cemitério do Imigrante de Joinville.

1.1.2 - O campo do patrimônio, políticas culturais e alguns conflitos

A cidade é cada vez mais um cenário, onde podem ser encontradas ações patrimoniais que falam em nome da memória. Ações criticadas pelo sociólogo Henri-Pierre Jeudy em sua obra “Memórias do Social” (1990). Este autor salienta que para pensar as questões relacionadas com o patrimônio cultural é preciso considerar que este é uma idéia forjada na necessidade de uma memória. Uma memória necessária para a sobrevivência de um grupo social, uma forma de reprodução das memórias coletivas, como um ato de manutenção social diante das mudanças cada vez mais empreendidas no meio urbano.

Neste estudo já foi discutido o patrimônio cultural como resultado de seleções que expressam vontades e escolhas realizadas por determinados grupos em momentos históricos específicos. Pensar acerca destas escolhas, que envolvem memória e identidade, requer perceber, como apontou Henri-Pierre Jeudy (1990), a quem representam tais bens, mas também considerar o que motiva tais ações patrimonializantes cada vez mais presentes nas cidades atuais.

Para o antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves o que cerca as ações patrimoniais é o medo da perda. Em sua obra *Retórica da perda* (1996), ele salienta a importância da figura da perda nas articulações e ações patrimoniais e chama a atenção para o perigo do caráter arbitrário desses discursos. Estes, que se pautam por uma disputa de reconhecimento público de identidades e memórias, são direcionadas aos grupos sociais. São discursos movidos pelo perigo da perda que, de certa forma, desconsidera a possibilidade da memória estar presente no aparecimento do novo. Também parecem desconsiderar a possibilidade de indivíduos e grupos, serem constituídos tanto pela presença quanto pela ausência de memória, ou melhor, pelo esquecimento de certos traços e práticas, não somente pela guarda e registro muitas vezes, compulsiva.

Como forma de romper com um ciclo de alterações e mudanças que possa ameaçar o patrimônio cultural está cada vez mais presentes nas ações patrimoniais um esforço em monumentalizar os lugares, objetos e manifestações e, em grande medida, conceder-lhes um caráter especial, dentre tantos outros presentes no meio urbano. Eles são destacados como lugar de referência de algum acontecimento, com a promoção de sua preservação, buscando evitar assim, sua perda. Sobre a questão da monumentalização, aqui considerada como o investimento ou reforço do caráter especial de lugares e construções, o sociólogo Carlos Fortuna (1997) questiona se os monumentos, ruínas e museus podem ser apenas espaços

decorativos nas cidades ou “[...] elementos históricos, artísticos e culturais que atualizam o passado e lhe dão vida?” (FORTUNA, 1997, p. 8).

Um ponto de concordância entre diferentes pesquisadores sobre o tema do patrimônio é que este campo é, antes de tudo, um lugar de conflitos e de disputa de interesses, que abrangem desde sua conceituação até a definição de que e como preservar. Mudança e permanência, perda e salvaguarda, parecem rondar tais ações que falam em nome do passado da cidade e da memória de seus habitantes, sendo possível afirmar que:

[...] o patrimônio cultural, como se sabe, é terreno em construção, fruto de eleição e campo de combate. Todo projeto de preservação patrimonial resulta de exercício do poder, ainda que em muitos casos a sua justificativa seja apresentada em nome do perigo de destruição ou de hipotéticos valores que todos devem acatar e reconhecer (CHAGAS, 2002, p. 19).

Para José Reginaldo Santos Gonçalves (1996) atualmente, os discursos de patrimônio competem entre si na busca pela representação de uma identidade como memória coletiva. No caso brasileiro esses discursos assumiram duas modalidades, as quais ele chama de “discurso da monumentalidade” e outro de “discurso do cotidiano”. Para ele tanto a narrativa monumental quanto a narrativa do cotidiano correm o risco de desconsiderar o patrimônio cultural como um conjunto de diferentes aspectos que podem ser tanto materiais como imateriais, tanto presente quanto passado, como também a inclusão e a exclusão de determinadas memórias. Esses discursos são estratégias narrativas do patrimônio cultural que deve ser considerado como um espaço de luta material e simbólica entre classes, etnias e grupos.

Ainda sobre campo do patrimônio cultural, para Henri-Pierre Jeudy (1990), este é composto pela seleção dos lugares a serem conservados, que devem evidenciar uma ordem no processo de conservação. Para Jeudy (1990) as novas modalidades do patrimônio cultural, como a imaterial é, dentre outras, uma forma de atender a crise da monumentalidade. A etnologia propôs um rompimento com o determinismo do monumento, trazendo novos patrimônios, outras memórias ocultadas no processo de patrimonialização, como sendo a memória do social. Entram em cena novos museus e também os cemitérios, como museus a céu aberto, denominação que aparece em muitos projetos de preservação destes locais.

Como um campo de disputas e afirmação de determinados valores, vê-se que muitas ações patrimoniais acabam por possibilitar a ocorrência de certas práticas que revelam outras formas de se lidar com o reconhecido potencial patrimonial de alguns espaços. Não são poucas as ações patrimoniais que têm tornado os centros, conhecidos como históricos, em

espaços de exclusão por meio de ações conhecidas como “gentrificações” (MENEGUELLO, 2008). A expressão gentrificação remete, de forma geral, a um processo de revitalização que busca atrair habitantes de outras classes e grupos sociais para lugares considerados degradados. São ações que ignoraram as relações de identidade e memória das populações originais destes locais, e impelindo-as para outros lugares, trazendo novos habitantes para renovar lugares que sem investimentos, foram perdendo sua potencialidade econômica (ZUKIN, 2000).

Mas mesmo com conflitos e a ocorrência de ações como a descrita acima, as políticas de preservação no Brasil e muitas cidades do mundo, vêm ganhando destaque na gestão das cidades, que cada vez mais vêm buscando lugares para preservação. Lugares que são relacionados com a identidade e com a cultura, esta última aqui entendida como a “[...] resultante das práticas sociais que, através das ações dos homens, tem sua representação enquanto expressão cultural no seio da sociedade [...]” (ARARIPE, 2004, p. 7).

A filósofa Otília Arantes (2000) considera tais atitudes que vêm direcionando as políticas urbanas em muitos lugares, como uma âncora identitária da nova urbanística. Em “A cidade do pensamento único” ela discute e critica o papel da gestão cultural no novo receituário de planificação urbana e se concentra nas estratégias culturais da “cidade-emprego”, cidades que possam oferecer algo como um atributo estético, cultural e turístico. O crescente investimento na preservação de diferentes elementos que possam falar em nome da memória coletiva e da história de uma cidade, em bens conhecidos como culturais, são ações que têm multiplicado:

[...] aceleradamente - museus, galerias, centros de memória - mas também nos circuitos - menos culturalizados de consumo - *shopping centers*, supermercados, mercados - extensões de história cada vez mais impressionantes, da vida social, da política aos objetos de arte, das tradições populares à culturalização/historicização dos objetos corriqueiros do cotidiano (FERNANDES, 2006, p. 54).

Para a autora Izabela Tamasso, a procura pelas relíquias e coisas antigas promove hoje, em grande medida, uma busca por lugares, objetos, costumes que possam ser patrimonializados. Esta procura, em muitos lugares motivada pelo aumento do interesse do mercado turístico, parece suplantando o desejo pelo progresso e pelo desenvolvimento e assim:

[...] as relíquias, bens culturais que nos remetem ao passado, são então identificadas, classificadas, restauradas, expostas, protegidas, resignificadas. O recurso ao ‘arquivismo’ é abusivamente usado. As culturas são postas em ‘museus’, literal ou metaforicamente, enquanto registros de patrimônio vão sendo realizados (TAMASSO, 2006, p.3).

Henri-Pierre Jeudy (1990) vê exageros na proliferação de objetos e lugares, a serem conservados. Para ele, esta proliferação ultrapassa o próprio sentido da conservação, o que ele chama de maquinaria patrimonial. Jeudy (1990) questiona se uma sociedade só pode sobreviver idealmente às suas mutações por meio de sua auto-musealização e se neste processo, a tentativa de ofertar seus traços históricos-culturais em um espaço como os museus, não pode anulá-la na própria demonstração de seus signos e traços.

Mas tais associações, entre patrimônio cultural e turismo, são cada vez mais valoradas em um momento em que o gerenciamento do urbano presta grande atenção aos pontos a serem destacados em uma cidade. Se em muitas cidades valoram-se seus atributos naturais, como praias, serras, montanhas, no caso das cidades conhecidas como históricas, o destaque fica por conta das ações de preservação que vão promover a valorização de ambientes, construções, objetos e costumes no mercado do turismo cultural.

Atualmente este tipo de gerenciamento do urbano tem recebido destaque no mundo e também no Brasil, no qual as cidades, muitas vezes, aparecem como um pacote onde o produto em forma de tradições e culturas parece ser o grande “lance” do momento. Proliferam-se os museus, que desde os seus primórdios atribuídos aos gabinetes de curiosidades, são locais onde se resguardam vestígios e artefatos que possam compor acervos e exposições.

O passado, na forma de lugares para se ver, movimenta as viagens pelo mundo. A busca por antigas civilizações e pelo exótico, ainda estimula muitas cidades, a compor um repertório para o turismo cultural: a patrimonialização contribui na construção de uma paisagem que se destina a atender também este público. A cidade histórica parece ganhar, neste contexto, o *status* do cenário adequado ao consumo, na qual, reserva-se ao patrimônio, um papel essencial na formação da cidade, como também, na memória coletiva.

A mercantilização da cidade, como objeto cultural, ganhou força a partir da década de 1990 junto com desenvolvimento de novos processos de acumulação de capital. Nas cidades, a cultura passou a ser o pano de fundo de um conjunto de intervenções que podem ser completamente antagônicas, tanto em termos de produção de sentidos, como em termos de perspectivas sociais. A arquiteta Ana Fernandes (2006) chama atenção para uma patrimonialização convulsiva das cidades, nas quais infinitas possibilidades de história e memória se apresentam das mais diferentes maneiras e “[...] transformam-se em supermercado de produtos e eventos produzidos para serem consumidos de maneira contínua e voraz” (FERNANDES, 2006, p. 58).

São diferentes propostas e formas de olhar a cidade e que podem ser expressadas em sua paisagem, onde ganham destaques, elementos que ajudam a compor tais propostas urbanas. Hoje na era da “museofília” (JEUDY, 1990) muitos lugares, construções, costumes tornam-se passíveis de serem patrimonializados e, portanto, acabam permanecendo na cidade, onde podem ser visto, muitas vezes, o espetáculo de montar cenários moldados por identidades e costumes, partes centrais de modelos patrimoniais a serem implantados.

Assim, a caminho de outras possibilidades cidadinas como, a cidade virtual, a cidade histórica aparece, muitas vezes, como um recanto seguro da memória diante da ameaça de novas formas de pensar lugares e espaços. A cidade, dotada de significados e elementos que possam ser cultuados ou desfrutados e que, portanto, atraia seus adoradores, é uma versão cada vez mais comum atualmente.

Por meio de um processo que distribui esculturas, museus, edifícios que colaboram para a invenção do cultural, a cidade é pensada na busca de uma monumentalidade espetacular. São ações motivadas por governantes, sendo a classe hoje na vanguarda destes movimentos urbanos, formada por incorporadores, corretores seguidos por outros interessados, como a mídia, os políticos, as universidades e os promotores culturais. A busca e a identificação de bens passíveis de serem considerados patrimoniais têm tornado a cidade algo próximo a um palco da memória coletiva, pintada de diferentes formas e cores. E isso não é difícil de perceber em muitas cidades encontradas inclusive no Estado de Santa Catarina.

Em um passeio pela região do Vale do Itajaí (SC), conhecida pela influência da colonização alemã e também italiana, é possível perceber em muitas cidades, que a busca, principalmente, pelos bens arquitetônicos representativos desta colonização, tem propiciado a manutenção de edifícios, casas e locais. São preservados diferentes exemplares considerados significativos para representar a história da cidade.

Além dos lugares, são estimuladas festas e tradições que atraem milhares de pessoas, como no caso de Blumenau (SC) e sua *Oktoberfest*¹². Mas nesta cidade além da festa que já é conhecida nacionalmente, um passeio pelo seu centro passando pelas ruas XV de Novembro e 7 de Setembro, dá o tom da cidade, que afirma sua identidade étnica, em sua arquitetura e na manutenção de tradições. Também em Joinville (SC), um passeio pela cidade, oferece uma paisagem construída pela manutenção de casas, estabelecimentos comerciais, de seu cemitério

¹² A *Oktoberfest* é um festival de cerveja, realizada originalmente em Munique no estado da Baviera, sul da Alemanha, e disseminada para vários lugares do mundo, como Blumenau (SC). Para saber mais: FLORES, Maria Bernadete Ramos. **Oktoberfest**: festa, cultura e turismo na estação do Chopp. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

mais antigo, o Cemitério do Imigrante. Esta paisagem é formada também por construções contemporâneas que buscam refazer o estilo arquitetônico mais próximo ao que consideram como representativo de uma cidade de colonização alemã, além de nomes de lojas, supermercados, hotéis que apresentam nomes que remetem à mesma etnia.

É possível afirmar que tais ações, principalmente, quando são em maior escala, acabam muitas vezes por criar imagens, que associam as cidades ao que é oferecido como característica a ser destacada, geralmente por meio de campanhas turísticas. Assim é possível encontrar as seguintes associações:

- Blumenau e festas, arquitetura e comidas germânicas,
- Joinville e a cidade das flores, da dança e das tradições germânicas.

Blumenau e Joinville, municípios catarinenses, são apenas dois exemplos de cidades que fomentam a manutenção de aspectos étnicos e culturais a partir da preservação patrimonial. Dentre estas cidades, recebe destaque nesta pesquisa, a cidade de Joinville por meio do seu primeiro cemitério oficial. Este foi protegido por tombamento federal em um processo que parece ter lançado um outro olhar sobre o local dos mortos, relacionando com a identidade e a história da cidade. A proposta é compreender como um cemitério, elemento importante na estrutura e parte da configuração das cidades, pode se configurar como objeto de políticas de patrimônio cultural nas cidades atuais.

Na busca pela gênese da afirmação das ações patrimoniais dentro das políticas que gerenciam o urbano, é preciso remontar ao século XIX. Neste século ganhou força no Ocidente, a estruturação de noções de preservação e principalmente de restauro, ligadas à conservação do “passado histórico” e das heranças deixadas pelos ancestrais. No caso do Brasil, foi nas primeiras décadas do século XX, com o aparecimento das primeiras leis de preservação na década de 1920 (PINHEIRO, 2006) que o patrimônio anuncia sua estada como elemento no meio citadino, por meio da preservação de edifícios, objetos e também pela criação de monumentos, destacando a criação na década de 1930 do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

Tais ações de preservação patrimonial podem ser encontradas em várias cidades no Brasil, mas na história das cidades não houve somente espaço para a preservação patrimonial. Quando a preocupação com o patrimônio cultural no Brasil se firma a partir da década de 1930, com a criação do SPHAN voltada principalmente para a preservação das referências materiais ou do patrimônio edificado, cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo e outras capitais já haviam passado por profundas reformas urbanas. Foram ações que redesenharam estas cidades, derrubando edifícios, criando avenidas e praças. O passado, personificado nas

construções do período colonial, não encontrava mais espaço no começo do século XX (CHALHOUB, 1996).

A modernidade, prometida pelas novas avenidas e edifícios, derrubava os antigos casarios e ampliava os becos. Tal atitude teve suas implicações no desenho urbano. Cidades praticamente novas surgiam com traçados onde a memória coletiva e a história estavam associadas, a figuras como atraso e insalubridade e, portanto, não faziam parte deste novo projeto, cidades nas quais:

A negação da história e da memória em favor de uma suposta modernidade condenou irremediavelmente as malhas urbanas tradicionais, as construções históricas oficiais, os marcos e as referências das cidades, os conjuntos singelos de casario, a arquitetura vernacular e a arquitetura modernista, os bairros e as sedes rurais, as capelas, os chafarizes, os sítios arqueológicos, as paisagens, as estações de estrada de ferro, os cinemas, as praças e, com eles, (contando com o crescimento dos meios de comunicação de massa) as festas, as tradições, enfim, a alma das comunidades (SANTOS, 2001, p. 3).

O que estava em jogo, em grande medida, era o desejo e a busca por um outro tipo de cidade, com políticas urbanas diferentes das ações patrimoniais atuais, onde a preservação da memória e da história não parecia estar na pauta destas reformas. As cidades já passaram por diferentes fases ou formas de pensar seu espaço. No caso de Joinville, formada a partir de uma colônia de imigrantes em 1851, esta cidade não passa por transformações urbanas profundas no começo do século XX, aos moldes do que ocorreu em outras cidades brasileiras aqui citadas. Cidades que tiveram seus espaços arquitetônicos, marcadamente coloniais, reconhecidos como empecilhos à modernidade neste período. Tal contexto é importante para refletir acerca da afirmação de diferentes formas de gerenciar o urbano.

São questões que estão presentes em muitas ações de preservação, já que o crescente investimento na preservação de diferentes elementos que possam ser reconhecidos como bens culturais, tem como já foi mencionado, causado uma busca de itens passíveis de serem identificados como bens patrimoniais.

Mas é importante destacar que, em meio a tais considerações, que estas ações contribuem para a manutenção de espaços necessários, em grande medida, pelas referências que criam vínculos entre os cidadãos. São elementos que fornecem em meio à cidade contemporânea, um lugar para lembrar, como um lugar seguro, que pode oferecer a muitos, uma identidade essencial, algo a qual indivíduos possam recorrer e pertencer, já que:

Entende-se a conformação da paisagem do ambiente urbano como o suporte físico ambiental onde se dão nossas relações, onde se conformam vínculos e subjetividades. Nela comparecem, tanto a forma espacial e física resultante

da relação entre os sistemas ambientais e as práticas sociais, quanto a forma visual do conjunto de valores que se estabelecem entre os homens e o meio físico (ALVES, 2006).

Na busca por lugares e objetos com potencial de memória, estimulada pelo crescente interesse turístico, o autor Nestor Garcia Clanclini (1994) considera como contextos e não como inimigos do patrimônio cultural, a mercantilização, as indústrias culturais e o turismo. Para ele, são contextos que pedem a redefinição de noções importantes para o entendimento do que seja, o patrimônio. Para ele, muitos dos instrumentos acusados de destruir são responsáveis pela documentação e pela difusão da própria cultura, como a rádio e a televisão. Sendo assim, eles também contribuem para a preservação do patrimônio cultural, como meios de socialização e manutenção de certos costumes e comportamentos. Algo também abordado por José Reginaldo Santos Gonçalves (2002), que afirma a existência de uma tensão nos discursos patrimoniais, em relação a toda e qualquer iniciativa que proponha perspectivas diferentes ao falar de identidade e memórias, tratadas como se fossem ameaças aos valores patrimoniais.

Desse modo, apesar dos conflitos e das questões aqui debatidas, tais ações atendem às necessidades de diferentes grupos, por meio de diferentes valores a eles atribuídos e que devem ser preservados. Valores que, além de serem atribuídos e destacados no bojo de ações de patrimonialização, podem estar relacionados com a manutenção de solidariedades comuns, com a preservação de identidades culturais e memórias, a partir de uma experiência real de grupos e sociedades, apesar das seleções sempre previstas neste processo.

A importância da preservação dos bens culturais, como referenciais necessários a sobrevivência dos grupos sociais, reside principalmente em sua posição como suporte para diferentes relações, dentre elas, históricas e afetivas. As Cartas Patrimoniais, a partir da década de 1930, manifestam questões relativas à necessidade de preservação do que é destacado como patrimônio neste contexto. A Carta de Atenas de 1933 (EMBRATUR/UFSJ, 2007), ao tratar dos testemunhos do passado, ressalta que com o tempo determinados valores são inscritos no patrimônio de um grupo, que pode ser estar em diferentes objetos e lugares. O tempo atinge os exemplares deste patrimônio que são considerados como condicionantes da formação do indivíduo, da mesma forma que o clima e o costume, devendo-se, portanto, proteger tais testemunhos culturais.

Mas a mesma Carta assinala que é preciso distinguir e definir aqueles que devem permanecer, devendo haver critérios para selecionar quais testemunhos devem ser deixados para as futuras gerações. Sobre a permanência destes testemunhos, a Carta de Atenas salienta

também, que estes não devem lesar os interesses da cidade e de seus moradores, forçando-os a viver em condições insalubres. Ela sugere que em caso de construções repetidas em numerosos exemplares, algumas sejam conservadas a título de documentário e as demais demolidas. Sugere também a possibilidade de serem transplantados em casos excepcionais elementos incômodos, mas que mereçam ser conservados por seu significado estético ou histórico (EMBRATUR/USJ, 2007).

São recomendações sobre a importância das ações de preservação do patrimônio cultural. Com relação à manutenção de lugares e construções, a Carta de Petrópolis, chama a atenção para algumas considerações a serem tomadas ao pensar na substituição de artefatos presentes no meio citadino:

A cidade enquanto expressão cultural, socialmente fabricada, não é eliminatória, mas somatória. Nesse sentido, todo espaço edificado é resultado de um processo de produção social, só se justificando sua substituição após demonstrado o esgotamento de seu potencial sócio-cultural. Os critérios para avaliar a conveniência desta substituição devem levar em conta o custo sócio-cultural do novo (CARTA DE PETRÓPOLIS, 1987).

Já a UNESCO fundada em 1948 - tendo o Brasil assinado a Convenção do Patrimônio Mundial em 1972 - defende a manutenção de espaços ou construções com significado cultural para uma sociedade ou comunidade, destacando que “[...] a degradação ou o desaparecimento de um bem cultural e natural acarreta o empobrecimento irreversível do patrimônio de todos os povos do mundo” (UNESCO, 2007). São argumentos que contribuem para pensar o papel do patrimônio cultural e da importância de sua preservação, considerando que o patrimônio cultural deve cumprir sua função social (CARTA DE QUITO, 1964), apesar das muitas questões envolvidas na definição do que deve ou não ser preservado, já debatidas anteriormente. Dentre muitos bens preservados, cabe destacar, o papel de bens culturais, como os cemitérios, que ainda permanecem muitas vezes esquecidos pelas ações preservacionistas, questão que será debatida ao longo deste estudo.

A palavra patrimônio remete à herança por meio do que, por uma questão de valores, foi mantida como representante de um legado. Mas o processo histórico que, a partir do fim do século XIX, foi consolidando diferentes práticas de conservação e preservação, concomitante, a outro processo que culminou com o afastamento da morte da cidade. Morte e patrimônio ligam-se de forma irrefutável, já que a “morte das coisas” ou o seu fim, é o grande embate presente na maioria das ações patrimoniais. Em uma ligação que muito tempo norteou este campo, agora o patrimônio, como o grande “filão” do momento, volta suas atenções

também para o cemitério. Mas antes de pensar como os cemitérios podem representar parte da história das cidades e ser oferecido como monumento, é preciso antes acompanhar a história de presença no meio citadino e o modo como este vem se apresentando como forma de dar guarda aos corpos sem vida.

1.2 - Cidades e espaços cemiteriais: lugares de memória

Desde os primeiros assentamentos humanos, o local dos mortos foi praticamente um dos principais lugares no qual se registrava a presença humana, senão o primeiro, já que muitas vezes, precediam as construções destinadas aos vivos. Tomando o caso das cidades brasileiras, eles sempre estiveram presentes nas fundações das mesmas, sendo partes essenciais do início do processo de urbanização já que por:

[...] muito tempo, não foram propriamente cidades, mas ralos arranjos humanos cuja coesão era dada principalmente pela organização religiosa, pelo tempo das missas, das procissões e dos funerais. Os vivos e os mortos, juntos e íntimos, sem nenhum estranhamento. Mais do que isso: os mortos pesavam decisivamente na organização intra-urbana (CYMBALISTA, 2002, p. 30).

Os cemitérios parecem não ter apenas cumprido uma função básica na manutenção das sociedades. A questão do corpo sem sepultura foi em diferentes culturas, algo condenável desde a Antiguidade. Ainda hoje para muitas pessoas, a impossibilidade de dar sepultura ao corpo de um ente querido é algo como não cumprir um dever social ou como não encerrar um ciclo de sofrimento pela perda de alguém. Dar sepultura parece neste sentido, acalantar com sua presença, parte de diferentes sentimentos que emergem no momento em que a perda é inevitável.

Lugar de diferentes formas de despedida, os cemitérios em suas mais diferentes versões, são também os locais onde são expressos sentimentos relacionados ao evento da morte. Aqui neste estudo, o cemitério é discutido por meio de sua participação dentre os bens patrimoniais preservados nas cidades. Mas apesar da estranheza que isto ainda possa causar, eles surgem para guardar os corpos dos que se foram e, acabam por celebrar a memória e contar diferentes histórias por meio da forma como são ritualizados e guardados os corpos sem vida. De certa forma, mesmo sem tal intenção, ele já nasce como lugar de memórias, de histórias, de monumentos. Mas mesmo criado para guardar, pensar em um cemitério como um bem tombado ou preservado é ainda alvo de inquietações para muitas pessoas.

O fato é que os cemitérios, destacados como bens patrimoniais, já são encontrados em muitos lugares, inclusive no Brasil, onde alguns já estão tombados. Para discutir esta condição atribuída aos cemitérios foi preciso antes pensar o lugar da morte no Ocidente, já que é este o campo do qual se fala: cidades ocidentais com cultura e práticas influenciadas pela base cultural judaico-cristã. O pensamento sobre a morte e os mortos no Ocidente influenciou, dentre outros, a forma e a localização dos cemitérios e, portanto, para falar do cemitério, requer tocar a morte - seu evento social gerador.

São muitos os modos de lidar com a morte, dada à diversidade de contributos religiosos e culturais que ajudaram a compor, em diferentes lugares, um quadro de diferentes ritos, representações e crenças funerárias. Mas, para apontar as razões pelas quais determinadas imagens são freqüentemente associadas aos cemitérios e podem se configurar em impeditivos para sua distinção como bem cultural é preciso levar em consideração que:

Mitos e ritos sobre a morte são incontáveis; todas as culturas criam uma forma especial de imaginar e contar a própria versão, estruturando as características coletivas das diferentes civilizações. Se, por um lado, essas versões coletivas vão se organizando com o tempo, lembramos que esta temática sempre é amplificada por variações e interpretações muito específicas de cada indivíduo, com seus credos e superstições pessoais (CALLIA, 2005, p. 9).

No Brasil, são encontradas histórias cercadas de medos, assombrações, *causos* e almas penadas. Uma conversa com os mais idosos ou até com os coveiros, pode atribuir aos cemitérios a condição de “lugar do fantástico”, no sentido de um lugar do sobrenatural e de superstições, com referências, como a “cidade dos pés juntos”, sendo assim, importante considerar com relação aos cemitérios brasileiros que:

[...] Historicamente, muitos foram os sentimentos despertados, porém o homem sempre pressentiu uma vida sobrenatural, desconhecida e amedrontadora, principalmente à noite. Durante o dia, o espaço dos mortos era o local dos atos de fé e piedade; à noite era o ponto de atuação dos desassossegados, daqueles que dedicavam-se às artes mágicas, bruxas, feiticeiras, invocadores dos mortos, os pactuados com o demônio, violadores e ladrões de túmulos (SILVA, 1993, p. 162).

Os cemitérios são, geralmente, cercados por uma série de referências que podem ir do medo ao evitamento, reações geralmente atribuídas por sua relação direta com a morte. Muitos dos estudos sobre o tema dos cemitérios, destacando o de Philippe Ariès (2003) em sua obra “História da morte no Ocidente”, apresentam a morte como um evento que ao longo dos anos teve diferentes formas de se inserir no cotidiano, como também, no meio urbano das cidades ocidentais. Mas nesta relação, entre cemitério e morte, é preciso considerar que não

há uma categoria global para compreendê-la, já que cada cultura possui suas formas próprias e dentro de cada sociedade ocorrem diferentes práticas e ações.

Se fosse traçado um caminho percorrido pelos cemitérios nas cidades ocidentais, em sua longa duração, seria possível ver que estes já se localizaram ao longo de estradas, em Roma. Neste período, a palavra necrópole (cidade dos mortos) era o termo utilizado para os locais onde eram realizados os sepultamentos, antes do advento do cristianismo, que passou a utilizar o termo cemitério que se refere ao lugar de dormir, de descanso (REZENDE, 2007). Nessa mudança do termo, vê-se a mudança da concepção em função da profunda sacralidade imposta pelo cristianismo. Mais do que um lugar para sepultar os mortos e contar seus feitos, como no período romano, faz do lugar do sepultamento, local de afirmação da fé na ressurreição dos mortos, no dia do retorno de Cristo. O termo necrópole ainda é utilizado para cemitérios de grandes cidades ou para os locais de sepultamento de cidades antigas, como a necrópole *Les Alyscamps*¹³ que pode ser vista na Imagem 2 e Imagem 4, localizado em Arles na França. Dentre os casos de cemitérios com atividades de preservação patrimonial, tal como o Cemitério do Imigrante, está esta necrópole francesa. Nela são realizados trabalhos de preservação, contando com uma estrutura de atendimento ao turista com informações, mapas de localização Imagem 3, o que motivou sua inclusão nas pesquisas de campo.



Imagem 2 - Panorâmica do Cemitério de *Alyscamps* (França)

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2007

¹³ Para saber mais sobre o cemitério, ver: Patrimoine de La Ville d'Arles. Disponível em: <http://www.patrimoine.ville-rles.fr/arles/ville_cfm?action=site&id=1>. Acesso em: 26 abr. 2008.



Imagem 3 - Cartazes com informações aos visitantes -
Cemitério de *Alyscamps* (França)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2007



Imagem 4 - Detalhes dos túmulos – Cemitério
de *Alyscamps* (França)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2007

Les Alyscamps foi uma necrópole romana transformada no século IV d.C. em cemitério católico. Este cemitério foi mencionado na obra “O Inferno, da Divina Comédia” de Dante Alighieri (1265-1321), e também foi pintado por Vincent van Gogh (1853-1890) e Paul Gauguin (1848-1903), pinturas apresentadas na Imagem 5 e Imagem 6. O cemitério ainda mantém parte de seu conjunto tumular permitindo visualizar o formato cemiterial adotado pelos romanos e que colocava os mortos fora dos limites das cidades, principalmente, ao longo de estradas como a Via Apia¹⁴. As sepulturas margeavam a passagem dos vivos que circulavam por dentre as lápides¹⁵, túmulos e monumentos funerários que marcavam os caminhos que levavam à Roma.

Seguindo a trajetória dos cemitérios nas cidades ocidentais, são encontrados os cemitérios na idade média e moderna, localizados, em sua maioria, no meio das cidades. Eles podiam estar dentro das igrejas, muito próximo dos vivos, em um cotidiano no qual a vida acontecia, em seus principais eventos, em torno dos sepultamentos. O trajeto segue com a retirada dos mortos no século XIX do centro citadino e das igrejas, colocando-os em lugares mais distantes, abertos, fora das paredes das igrejas e de seus altares, tal como hoje são geralmente encontrados.

¹⁴ A Via Ápia (em latim *Via Appia*, em italiano *Via Appia Antica*) é uma das principais estradas militares da antiga Roma. Sua construção foi iniciada em 312 a.C. e ao longo dela foram construídos túmulos que margeavam a estrada. Disponível em: **La via Apia**. <<http://www.imperivm.org/articulos/via-apia.html>>. Acesso em: 26 maio 2006.

¹⁵ Entende-se por *lápide*, o local (suporte) onde está a identificação do sepultado - nome e datas e onde pode estar também, o epitáfio.



Imagem 5 - *Les Alyscamps* one of a pair of paintings - Vincent van Gogh/1888 (Cemitério de *Alyscamps*/FR)
Fonte: WIKIPEDIA, 2008e



Imagem 6 - *Les Alyscamps* - Paul Gauguin/1888 (Cemitério de *Alyscamps*/FR)
Fonte: WIKIPEDIA, 2008d

No século XIX a morte é tratada como um evento social da qual participavam parentes, vizinhos e comunidade, um “espetáculo” que ocorria no meio citadino e contava com diferentes atores sociais. A morte era um ato religioso, comandado pelo padre, que iniciava nas últimas horas do moribundo e seguia com o velório culminando com o cortejo e enterro. O cortejo anunciava o fim de uma vida e mais uma oportunidade de congraçamento no qual família, comunidade e principalmente as irmandades religiosas e a Igreja, tinham seu papel definido (ARIÈS, 2003).

Antes do momento derradeiro, a morte era esperada e tratada por meio de testamentos com recomendações, de orações e outros, aos familiares e demais, algo comum em diferentes classes sociais. A leitura de testamentos oitocentistas realizada pela historiadora Amanda Aparecida Pagoto (2004) na obra “Do âmbito sagrado da Igreja ao cemitério público: transformações fúnebres em São Paulo (1850-1860)” apontou para uma morte esperada e partícipe do cotidiano de homens e mulheres. Um evento que iniciava e que era antecipado na composição dos testamentos que previam detalhes sobre o funeral e o lugar onde deveria ocorrer o enterro, além de tratar dos demais assuntos menos religiosos.

Diferente de hoje, onde são encontradas poucas pessoas que se dizem possuidoras de um testamento (algo geralmente restrito a classes abastadas) ou mesmo que declaram que já pensaram no que deve ser feito com si ou com suas posses depois de sua morte. Indícios que

evidenciam que algo mudou, na percepção ou na assimilação da morte, como o fim que a todos espera.

Percepções como esta indicam que mudou o modo de se lidar com a morte e o local do sepultamento ao longo dos anos. No Brasil, como em outros países marcados pela religiosidade católica, até o começo da segunda metade do século XIX, eram comuns os sepultamentos dentro das igrejas. As sepulturas cercavam os altares, as paredes, o chão de capelas e matrizes e, quanto mais próximo aos santos e ao altar da consagração, mais digno e desejado era o local da sepultura. A proximidade com os mortos sepultados dentro das igrejas era parte de um processo, no qual, a morte era vivida através de outros ritos próximos de homens e mulheres, com a realização de cortejos e de velórios em casa (REZENDE, 2007).

O século XIX terminou com a secularização de diferentes locais, dentre eles, o cemitério. O arquiteto Renato Cymbalista em sua obra “Cidades dos Vivos: Arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do estado de São Paulo” destaca que “[...] o século XIX pode ser considerado em sua totalidade um período de transição para um novo modelo de relação entre vivos e mortos - pelo menos no que diz respeito à tradução urbanística dessas relações [...]” (CYMBALISTA, 2002, p. 17).

A partir da segunda metade do XIX são fortalecidos no Brasil novos preceitos e costumes. Dentre esses, pode-se destacar os preceitos higienistas que determinavam que certas práticas, como os sepultamentos nas igrejas, eram prejudiciais à saúde. Os preceitos higienistas exigiram uma nova forma de pensar o urbano e colaboraram com a determinação de novos lugares para os sepultamentos, arejados e fora das igrejas (RODRIGUES, 2005).

Influenciada pela afirmação dos ideais higienistas, como também, por uma nova ordem econômica e social ditada pelos signos e costumes da classe burguesa em ascensão neste período, a exigência de novas práticas funerárias culmina com um processo que alterou, entre outros, a paisagem urbana e os costumes. Findam-se os sepultamentos nas igrejas e surgem no Brasil os cemitérios extramuros por volta de 1850, alterando significativamente a geografia da morte em nossas cidades, já que:

Os cemitérios, encravados no centro urbano, focos de uma insalubridade que se tornou culturalmente sensível nessa época, estavam muito naturalmente no âmago das preocupações higienistas. A sua sobrelotação atingiu tais níveis que a própria igreja, de início muito reticente a mudança que pressentia ser fatal ao exercício de um poder que reclamava, acabou por se juntar àqueles que exigiu a saída de cemitério do centro da cidade por motivos sanitários. Como é evidente, encontrava-se por detrás dessa razão uma ideologia laicizante que procurava implantar o novo sistema econômico e social, favorável ao desenvolvimento do capitalismo moderno (OLIVEIRA, 2007, p. 67).

Em um conjunto de transformações, que culminou com a introdução do cemitério fora das paredes das igrejas, é importante destacar a trajetória do francês Père-Lachaise. Este será aqui apresentado não para efeitos de estudo comparativo com o estudo do cemitério joinvilense, mas por ser uma referência quando são abordados projetos de preservação cemiterial. O Père-Lachaise se consolidou como modelo para vários países, por meio de uma nova forma de pensar o lugar dos mortos. Ele surge como a primeira necrópole moderna do mundo ocidental, marcando a presença dos cemitérios no meio urbano e hoje, destaca-se como o um dos mais famosos e visitados do mundo.

1.2.1 - *Père-Lachaise* e a afirmação de novas crenças e tipologias cemiteriais

Para a arquiteta Maria Manuel Lobo Pinto de Oliveira o *Père-Lachaise* é um "[...] marco fundamental na história do espaço urbano da morte [...]" (OLIVEIRA, 2007, p. 98). Pela primeira vez, uma cidade da dimensão de Paris, dedicava um espaço exclusivamente para sepultamento. Também pela primeira vez o cemitério é considerado tema de arquitetura, tema que até então parecia relacionar-se muito mais com o religioso do que constituir-se em uma questão urbana. O *Père-Lachaise* é considerado, por esta arquiteta, uma matriz para a concepção da necrópole moderna cristã, tendo influenciado muitos cemitérios pelo mundo, caso dos cemitérios norte-americanos, dos oitocentistas alemães e ingleses e também no Brasil. Outras questões, como o fato de atrair milhares de turistas na França, foram debatidas em outro capítulo deste trabalho.



Imagem 7 - Cemitério *Père-Lachaise* (França)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2007

A sua construção foi objeto de discussões que envolveram políticos, arquitetos e também a população, dentro de um conjunto de ações que questionaram os sepultamentos em igrejas, em nome de valores como higiene e insalubridade. O cemitério, neste processo, passa a ser tratado como um espaço de debate urbano e social, como também, sua administração, passa a ser considerada como uma questão de gerência pública.

Mas o processo que culminou com a construção do *Père-Lachaise* é parte de uma série de mudanças na forma de pensar o cemitério e seu lugar na cidade. No caso francês, já a partir de 1765, surgem as primeiras proibições de sepultamentos no interior das igrejas e capelas e no interior das cidades. Surgem outras proibições como o fim das valas comuns, a obrigatoriedade do uso do caixão, espaçamento mínimo entre sepulturas, como também, a permissão do uso de lápides individuais e monumentos em concessões perpétuas. São deste período outras recomendações, como a construção dos cemitérios em locais ou terrenos afastados do núcleo urbano, protegidos por muros, implantados em zonas altas, expostos aos ventos norte. Além de muros, os cemitérios deveriam ter controle de acesso, com identificação individual do lugar do sepultamento prevendo, assim, o controle do espaço individual de sepultamento e permitindo a sua localização. Posturas que diferem sobremaneira das encontradas nos sepultamentos internos das igrejas (OLIVEIRA, 2007).

Em 1793 uma portaria regulamentava outras questões acerca do que deveria ser respeitado na construção de novos cemitérios. Por esta portaria francesa ficava proibido o sepultamento em perímetros urbanos e, decretava-se a substituição de padres por funcionários da administração pública. Ordenava também, que os símbolos religiosos fossem substituídos por símbolos cívicos e também que o recinto fosse arborizado. Com tais regulamentações o cemitério se firmava, pouco a pouco, como um tema de gerência pública. Ele passou a ser incluído na lista de questões urbanas, sendo um dos equipamentos especializados indispensáveis à infra-estrutura da cidade o que incluía definir uma nova arquitetura e determinar sua localização (OLIVEIRA, 2007).

A idealização das necrópoles foi assumida como tema pela Academia Real de Arquitetura Francesa, já no início do século XIX, tornando-se matéria disciplinar do campo da arquitetura e assim a França encabeçou o processo de construção de cemitérios fora das igrejas. Para Maria Manuel Lobo Pinto de Oliveira (2007) o contato com a cultura clássica, a partir da relação com Roma por meio de intercâmbios de alunos que partiam em viagens culturais em visita às antiguidades arqueológicas, pode ter influenciado os novos projetos idealizados para o espaço dos mortos neste período. Tal prática contribuiu para a afirmação de concepções funerárias da Antiguidade Clássica: os cemitérios passam a ser pensados como

espaços de comemoração e memória e tais considerações possibilitaram o surgimento, em 1804, do cemitério francês *Père-Lachaise*.

Em 1825, passadas duas décadas de sua fundação, o *Père-Lachaise* contava com 26.000 monumentos e era tratado como um jardim e, muito provavelmente, era o maior espaço público verde da capital parisiense em plena Revolução Industrial. Mas, mesmo depois de sua fundação, surgem outras propostas, como a de *Georges-Eugène Haussmann*¹⁶, que em 1866, propõe o fechamento de todos os cemitérios parisienses da cidade e sua transferência para uma área distante cerca de 22 km sendo que todos deveriam ser colocados em uma única e grande necrópole. Tal proposta, considerada como um abandono dos mortos, provocou uma reação coletiva contrária (OLIVEIRA, 2007).

Além da França, em outros países como a Inglaterra, ocorreram mudanças na forma de conceber os cemitérios. Após a Reforma Protestante no século XVI, o abandono da idéia do Purgatório¹⁷ que não fazia parte dos preceitos religiosos reformistas, pode ter ocasionado um aparente afastamento do culto aos mortos. A Reforma ocasionou a busca de terrenos pelas seitas dissidentes para a instalação de seus cemitérios, já que os protestantes em muitos países, inclusive no Brasil, eram proibidos de sepultarem-se no mesmo solo dos católicos. Somadas a estas mudanças, a partir de 1750, diante de cemitérios que se encontravam em situação análoga ao caso francês antes da criação do *Père-Lachaise*, começam a surgir outras mudanças. Em 1820 na Inglaterra já aparecem as primeiras companhias cemiteriais que edificaram cemitérios em várias cidades inglesas. O movimento cemiterial inglês buscava atender a duas questões centrais: a salubridade e a segurança dos corpos, podendo-se acrescentar também com relação à Inglaterra que:

A extensão da cidade para além das suas periferias imediatas foi precedida pela deslocalização cemiterial, em busca de terreno a preços interessantes. Ainda a indústria se situava no interior e nos arredores próximos da urbe tradicional, fazendo-a crescer em mancha de óleo, já a administração, ou os privados, pretendiam desviar o cemitério para distâncias significativas, numa lógica higienista de afastamento do equipamento impuro e de centralização de um serviço que exigia áreas muito substanciais (OLIVEIRA, 2007, p.112).

¹⁶ O Barão Georges-Eugène Haussmann, conhecido por Barão de Hausmann, foi prefeito do antigo Departamento do Sena (que incluía os atuais Departamentos de Paris, Hauts-de-Seine, Seine-Saint-Denis e Val-de-Marne), entre 1853 e 1870, e foi responsável pela reforma urbana de Paris, determinada por Napoleão III, e tornou-se uma referência na história do urbanismo e das cidades (WIKIPEDIA, 2008a).

¹⁷ Entende-se como *Purgatório*, o lugar que de acordo com a Igreja Católica, é o nível intermédio entre o Inferno e o Céu. Local onde as almas que não seguiram diretamente para o Céu, mas que estão destinadas a salvação, ganham a oportunidade de redenção, para poder chegar até Deus. O Purgatório foi retirado dos preceitos reformistas protestantes.



Imagem 8 - Detalhes - Cemitério de Père-Lachaise (França)

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2007



Imagem 9 - Avenida do Cemitério de Père-Lachaise (França)

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2007

Mudanças na França e em outros países, marcaram o modo de pensar o lugar dos mortos ao longo do século XIX. Como forma de assinalar a afirmação de diferentes tipologias cemiteriais, serão apresentados a seguir, três modelos de cemitérios, apontados pela arquiteta Maria Manuel Lobo Pinto de Oliveira (2007) como modelos dominantes que surgem neste período. Estes três modelos sugeridos pela autora, não podem descartar peculiaridades e a multiplicidade de formas e influências encontradas neste campo, podendo ser considerados, como base para pensar o surgimento de novas formas de pensar o espaço cemiterial, contrapostas principalmente aos sepultamentos em igrejas e recintos fechados. São eles:

- *Cemitério Beaux-Arts*: uma composição hierarquizada com espaços que reproduzem ambientes naturalizados, produzidos a partir de discursos do bucólico e concebidos como lugares de lazer e descanso, com regras de simetria e equilíbrio com vegetação, com recursos curvos e sinuosos. Modelos adotados nas áreas de influência protestante, sendo a Alemanha o país onde foi mais difundida esta tipologia (Imagem 10);



Imagem 10 - Cemitério Alemão (Argentina)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008

- *Cemitério paisagista*: proposta difundida nos Estados Unidos. O naturalismo cemiterial americano é marcado com áreas arborizadas, com aproveitamento da morfologia natural do terreno que acentua a sua irregularidade e pela adoção de lápides em vez de túmulos e mausoléus¹⁸ (Imagem 11);



Imagem 11 - Arlington Cemetery (EUA)
Fonte: ANC, 2008

¹⁸ Entende-se por *mausoléu*, um túmulo de grande porte, que ultrapassa as dimensões do túmulo por meio de formas que remetem a casas, capelas. Podem agregar diferentes referenciais como esculturas e outros ornamentos, podendo abrigar um ou mais sepultamentos.

- *Cemitério Monumental*: implantado, sobretudo, na Itália e Espanha, com formas regulares que se impõem às condições do terreno, com um centro que geralmente abriga uma capela ou cruz, sem pretensões de serem cemitérios jardins, apresenta grande monumentalidade, como mausoléus e túmulos de grande porte (Imagem 12).



Imagem 12 - Cemitério de Buceo (Uruguai)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008

As transformações e o surgimento das tipologias cemiteriais supracitadas, evidenciam a afirmação de novas concepções culturais e sociais, já que tais mudanças empreendidas, por meio de portarias e regulamentações, acompanharam um processo que mudaria substancialmente o modo e o cotidiano dos costumes nas cidades ocidentais. A ascensão e a afirmação da moralidade burguesa, com a expressão de valores como o individualismo e higiene, norteou o que deveria ser visto na cidade. Além de criar novos hábitos, práticas e valores para os vivos, influenciou o que viria a ser o cemitério católico ou monumental, que por sua configuração, é também particularmente burguês.

Como parte de uma nova ordem social e econômica os cemitérios também participariam do conjunto de signos a serem apresentados como partícipes do modo de vida burguês: mais do que um lugar de sepultamento, seriam o espaço dos grandes homens, onde seriam expostas suas memórias e feitos. Os cemitérios foram também parte da expressão das

mudanças que foram empreendidas na cultura funerária cristã. Um local dos cidadãos, dos heróis, uma área arborizada para a melancolia e o romantismo, de novos costumes e de práticas inspiradas pela ascensão de uma nova classe, a burguesa. Como também para a introdução de seus signos ligados ao civismo, aos seus valores morais e também às suas crenças (BORGES, 2001).

O cemitério, concebido como local afastado da cidade, consagrou-se como o exílio dos mortos, como um espaço criado para, dentre outros, possibilitar que as classes mais abastadas pudessem expor seus signos por meio de uma nova tipologia cemiterial (Imagem 13 e Imagem 14). O estudo da participação dos cemitérios neste processo contribuiu para pensar a atual qualificação dos cemitérios como lugares de visitação pública, muitas vezes motivada pela presença de uma arquitetura funerária afirmada neste período histórico, formada por mausoléus, bustos e estátuas, firmadas pela busca da monumentalidade.

É fato que a maioria de cemitérios encontrados em solo brasileiro tem marcadamente influência da religiosidade católica. Esta religiosidade os ordenou espacialmente e introduziu maciçamente seus símbolos e ritos religiosos, configurando a paisagem e a sua estética. Apesar da ligação da criação dessas novas tipologias cemiteriais com o processo de secularização dos espaços. Os cemitérios criados a partir deste processo, e que inclui o estudo de caso desta pesquisa além daqueles tradicionalmente encontrados no Brasil, não deixaram totalmente para trás os preceitos religiosos com a saída das igrejas.

No bojo das mudanças acerca das práticas funerárias, além do fortalecimento do cemitério como um espaço de afirmação religiosa e social, a partir da segunda metade do século XIX, vê-se o fortalecimento de novas concepções religiosas como o kardecismo ou espiritismo. Esta doutrina religiosa iniciou com a tentativa de diferentes pesquisadores, como o próprio Allan Kardec¹⁹ (decodificador da doutrina), de entender fenômenos sobrenaturais em Paris e tem importante influência e maior expressão no Brasil (FEB, 2008). O surgimento do kardecismo neste período histórico também compõe o cenário de modificações, pelas quais, passaram as concepções religiosas. Uma nova visão sobre a morte que pode ter contribuído para mudanças nos ritos fúnebres.

¹⁹ *Hippolyte Léon Denizard Rivail*, nascido em Lyon/França em 3 de outubro de 1804, foi pedagogo e escritor francês e sob o pseudônimo de Allan Kardec, notabilizou-se como o codificador do Espiritismo, também denominado de Doutrina Espírita. In: **FEB** - Federação Espírita Brasileira. Disponível em: <<http://www.febnet.org.br>>. Acesso em: 24 fev. 2008.

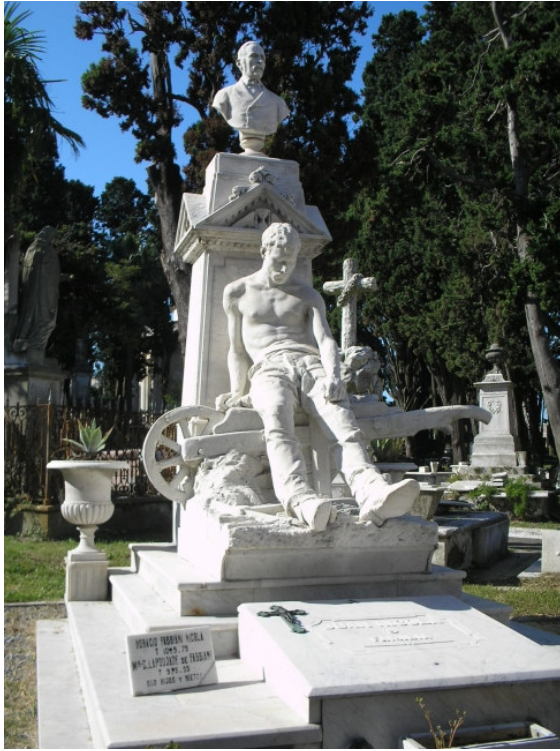


Imagem 13 - Cemitério Central de Montevideo (Uruguai)

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008

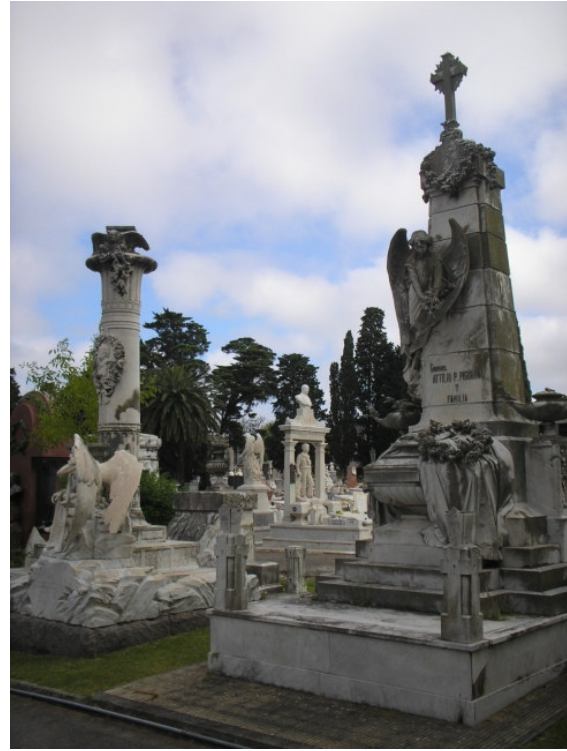


Imagem 14 - Cemitério de Buceo (Uruguai)

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008

No século XIX, outras formas de pensar a morte e os mortos instauravam-se dentre as concepções funerárias mais arraigadas. Depois da Reforma Protestante, o kardecismo pode ser considerado como outro elemento importante no questionamento dos valores religiosos predominantemente, católicos. Esta constatação foi considerada como relevante para este estudo, na apreensão do conjunto de mudanças ocorridas na forma de relacionar-se com a morte e, que permite discutir, possíveis relações com a patrimonialização dos cemitérios.

Tendo como marco fundador, a publicação do “Livro dos Espíritos” em 18 de abril de 1857 por Allan Kardec. Para o kardecismo o espírito é maior que a matéria e a morte não é o fim, dado a possibilidade de ter várias vidas. A doutrina espírita, um conjunto de princípios e leis, acabou por reforçar a idéia de uma morte não existente e da continuação da vida no plano espiritual (FEB, 2008).

Tal afirmação não se distancia dos movimentos e do imaginário cultural correntes nesse período. Para uma sociedade que vai gradativamente afastar a idéia de morte do cotidiano e fortalecer ideais, como consumo e individualismo, que parecem contradizer o que parecia indiscutível no século XVIII, como a idéia de finitude, o kardecismo surge justamente fortalecendo a noção de que a morte como fim, não existe.

De certa forma, como a religião protestante, o kardecismo além de apontar mudanças substanciais no pensamento religioso, pode ser considerado como motivador das mudanças na forma como seriam concebidos os locais de sepultamento. Para um kardecista, o ritual funerário se pautará, de certo modo, pela adoção de símbolos materiais mais contidos, sem imagens de santos e velas nos velórios, elementos ausentes em suas convicções, como aparece na citação a seguir:

A prática espírita é realizada com simplicidade, sem nenhum culto exterior, dentro do princípio cristão de que Deus deve ser adorado em espírito e verdade. O Espiritismo não tem sacerdotes e não adota e nem usa em suas reuniões e em suas práticas: altares, imagens, andores, velas, procissões, sacramentos, concessões de indulgência, paramentos, bebidas alcoólicas ou alucinógenas, incenso, fumo, talismãs, amuletos, horóscopos, cartomancia, pirâmides, cristais ou quaisquer outros objetos, rituais ou formas de culto exterior (FEB, 2008).

Tal como os luteranos, recomenda-se para o kardecista, a não adoção de santos, altares e de rituais como procissões. Tais recomendações devem ter concorrido para o reforço de mudanças gradativas na arquitetura funerária, como o uso de lápides verticais ou horizontais em vez de grandes túmulos, utilizando apenas uma identificação do morto e epitáfios²⁰, sem a necessidade da presença de uma estatuária religiosa.

São muitas as mudanças religiosas que iniciam com a Reforma Protestante no século XVI. O aparecimento de doutrinas que contrariam o Credo Católico, passando pelas novas tipologias cemiteriais surgidas no século XIX, pode ter tido papel importante no fortalecimento, ao longo do século XX, do isolamento da morte e dos cemitérios. O Iluminismo parece ter imposto sua cientificidade também à fé e uma das formas de resposta pode ser percebida na concepção da doutrina kardecista. Uma doutrina que se pauta, pela busca de explicações para diferentes questões religiosas e que confirmou a continuidade da vida após a morte e recomendou novas posturas religiosas. A construção da morte como passagem é um dos contributos da doutrina kardecista para pensar a morte contemporânea.

Observa-se que foram transformações significativas que, tornaram os cemitérios em espaços não somente utilitários, mas em extensões urbanas representativas, de novas concepções religiosas e também do prestígio de classes sociais ao longo do século XIX. Mas seguindo para o século XX, diante das profundas transformações ocorridas no campo da arquitetura, como o movimento modernista nas primeiras décadas de 1900, os cemitérios

²⁰ Entende-se por *epitáfio*, a inscrição encontrada nos sepultamentos. São palavras, frases ou textos adicionais aos dados do sepultado (datas e nome), como citações bíblicas ou frases celebrativas do morto ou de sua memória, geralmente presentes nas lápides, mas podendo vir também, horizontalmente, sobre o túmulo.

parecem não ter acompanhado de forma significativa, os estímulos e propostas deste movimento.

O movimento moderno não reconheceu este território urbano como um material significativo de atuação. Algo que pode ser corroborado, pelo número reduzido de projetos considerados exemplares da arquitetura deste período. Com o fortalecimento dos preceitos deste movimento arquitetônico, pode-se destacar como contributo deste movimento, a instalação dos cemitérios em lugares de imenso solo livre, como parques sem delimitação, com a adoção de sepulturas em sua maioria horizontalizadas, com pouca altura. Em muitos dos projetos do século XX, vê-se um declarado abandono dos elementos de representação social oitocentista que figuraram nos cemitérios do século XIX, como cruzes, alegorias²¹, ânforas²² e mausoléus (OLIVEIRA, 2007; RODRIGUES, 2006).

As transformações ocorridas, principalmente, com relação à arquitetura funerária fizeram com que esses espaços perdessem o seu marcado simbolismo, dada a forte uniformização ou quase ausência da iconografia funerária. Mas isso não determinou o fim da relação deste espaço com o sagrado, nos quais ainda foram mantidas, principalmente, as cruzes mesmo acanhadas, como referência de seu caráter religioso.

É possível perceber, a importância das ações que mudaram a localização dos mortos no espaço urbano e seus reflexos nas formas também de lidar com a morte. Se o XIX viu os mortos se instalarem fora das igrejas, o século XX apresentará outras relações com os mortos, recriando ritos e lugares para a morte e desse modo:

[...] acompanhando essas transformações de laicização dos ritos sagrados, o morto e a morte deixaram, lentamente, de ser vistos como algo estritamente ligado a Deus, merecedor de pompas e celebrações especiais, e passaram a ser objetos de interdição, tornando-se incômodos aos olhos dos vivos e, aos poucos, banidos do seio da sociedade (PAGOTO, 2004, p. 129).

Depois da afirmação de uma nova lógica de sepultamentos a céu aberto, da introdução expressiva da representação funerária e da promessa de dar acesso a todos, contrapondo-se aos sepultamentos nas igrejas que excluía outros credos e também que aqueles não podiam pagar pelo sepultamento junto aos santos, os cemitérios mantiveram sua distribuição espacial excludente. E esta disposição, evidencia importantes aspectos da ordem social e econômica, presentes em sua arquitetura nas formas, práticas, materiais e iconografias.

²¹ Entende-se por *alegoria*, a obra de arte representando uma idéia abstrata. Uma representação figurativa que transmite outro conceito para além do literal.

²² Entende-se por *ânfora*, um vaso grande de cerâmica, com duas asas simétricas e fundo pontiagudo, usado por gregos e romanos para armazenar azeite, vinho, água e outros.

Mas a morte, ao longo de um processo histórico iniciado no século XIX, foi aos poucos distanciada do cotidiano dos vivos e de suas relações. Dissimulando-se na paisagem urbana no ocidente e em nosso país, os cemitérios estão cada vez mais discretos, remetendo a jardins ou parques. O sociólogo José de Souza Martins, afirma que como fruto deste processo, hoje depara-se no Brasil, com uma perda cultural em relação à questão da morte e a culpa para o autor, está na vitória da racionalidade (MARTINS, 2005). Uma perda que é melhor traduzida pela palavra mudança, e que tem seu papel na construção do modo como a morte apresenta-se na contemporaneidade.

1.2.2 - A morte contemporânea: novos projetos e territórios para a morte

Para o antropólogo Louis Vicente Thomas (1983), nas últimas décadas, são cada vez mais raras as visitas aos cemitérios que geralmente ocorrem no Dia de Finados. Para ele: "[...] na maioria dos casos a ostentação prevalece sobre a piedade verdadeira [...]" (THOMAS, 1993, p. 313) e as visitas aos cemitérios ocorrem, na maioria das vezes, no caso de cemitérios parques por serem associados a lugares de passeio e meditação e em alguns, por seus aspectos históricos, mais do que pela relação pessoal com o morto. Tal afirmação aponta para um deslocamento de valores com relação à visita aos cemitérios, podendo estar diante de cemitérios incluídos em roteiros turísticos, mas ligados a outras motivações, como passeios, cultura e descanso. Tal argumento tem relação direta com o tema desta pesquisa e sinaliza a possível relação entre as mudanças nos ritos fúnebres e a inserção dos cemitérios dentre os lugares patrimonializados e também turísticos. Questão esta, a ser refletida também por meio das discussões sobre as atitudes fúnebres contemporâneas.

O ritual funerário, como uma forma de colocar ordem na crise que a morte geralmente instala e ainda, como uma maneira de socializar a perda por meio de atos públicos, permitindo manifestações de solidariedade por parte de outros, mudou ao longo das últimas décadas. É possível perceber que a morte é cada vez mais cercada de rituais e de práticas introspectivas e distanciadas, quando comparada, por exemplo, à morte descrita por Philippe Ariès (2003) no século XIX, com atitudes "[...] segundo a qual a morte é ao mesmo tempo familiar e próxima, por um lado, e atenuada e indiferente, por outro, opõe-se acentuadamente à nossa, segundo a qual a morte amedronta a ponto de não mais ousarmos dizer seu nome" (ARIÈS, 2003, p. 36).

São mudanças que vão desde o local dos velórios que não ocorrem mais somente em casa e também, com os poucos cortejos que ainda atravessam a cidade, já que os velórios ocorrem, muitas vezes, dentro do próprio cemitério. O quase desaparecimento em nossas

idades dos cortejos que saíam da casa enlutada seguindo a pé ou, mais tarde em carros até o cemitério, pode ser considerado também como outra das mudanças, em relação ao território da morte, refletidas no tecido urbano da cidade. O cerceamento e invisibilidade progressiva da morte, como bem ilustra a citação seguinte:

A transformação no modo de compreender a morte nos dias atuais é tão sensível que até a disposição dos velórios dentro da cidade foi modificada. Sua localização está cada vez mais próxima ao cemitério e, em muitos casos, acontece dentro dele próprio, poupando assim os transeuntes da visão - hoje considerada desagradável - de um cortejo fúnebre pelas ruas da cidade (PAGOTO, 2004, p. 131).

Tratando da morte contemporânea, em linhas gerais, muitos dos estudos consultados, apontam para uma morte que parece ser atualmente, mais um evento discreto e restrito à família, do que um evento partilhado e esperado por todos. A morte parece não ser mais a única certeza, sendo muitas vezes, distanciada e evitada. Algo apontado por pesquisadores como sociólogo Norbert Elias (2001) em “A solidão dos moribundos”, em um evitamento que, para o autor, começa com o isolamento do doente no hospital. Hoje de forma geral, os mortos habitam primeiramente o hospital e só depois vão para o seu destino final. Poucos morrem em casa junto aos familiares. Os doentes são isolados em hospitais e é de lá que vem a notícia da morte dada, geralmente, por telefone (ELIAS, 2001; RODRIGUES, 2006; CATROGA, 1999).

Restrito à família, ou a um pequeno grupo de amigos, também o luto e suas manifestações, como roupas pretas e reclusões, são cada vez mais raros, se forem tomados como referência, os grandes centros urbanos, não descartando aqui outras atitudes. É importante destacar que no Brasil, ainda são encontrados em algumas regiões, costumes fúnebres, como o velório em casa, a proibição do uso de determinadas cores como o vermelho durante os meses após a perda de um ente querido e outras práticas. Devendo-se para tanto considerar a multiplicidade de formas e também a:

[...] diversidade de sujeitos do processo histórico brasileiro e das contribuições que deram para a formação de uma cultura brasileira, que de fato não é uma cultura harmônica e de convergências, teve influências variadas no que podemos hoje, com menores relutâncias do que no passado, chamar de ‘cultura funerária brasileira’ (MARTINS, 2005, p. 80).

A diversidade da cultura funerária brasileira comporta velhos e novos rituais fúnebres. Mas, mesmo diante destas permanências de rituais, é possível afirmar que a morte está distanciada do cotidiano de diferentes maneiras. O luto manifesta-se, geralmente, pelo não falar mais sobre o morto depois das últimas despedidas. Parece de certa forma, faltar

habilidade de lidar com o morto e a morte. Uma realidade cada vez mais presente, destacando neste argumento que:

[...] as pessoas não encontram mais padrões de comportamento diante da morte. Das crianças são afastados os velhos, entre outros motivos porque são uma evocação da morte. Quando a morte acontece, a essas crianças, a quem hoje podemos explicar os complicados sistemas de tratamento eletrônico de informações e os detalhes da fisiologia sexual, dizemos que um morto fez uma viagem, que está descansando em outro lugar, que saiu e vai demorar a voltar (RODRIGUES, 2006, p. 165).

Mas a morte ainda habita o cemitério, contudo por meio de formas diferentes. Diante de novos projetos cemiteriais, como os edifícios de cemitério vertical ou jardins, muitas cidades têm optado por formas mais contemporâneas, sendo possível afirmar que estes são “[...] simultaneamente a barra de separação mundo dos vivos/mundo dos mortos e a dissimulação dessa barra [...]” (RODRIGUES, 2006, p. 174).

De uma forma geral, há como traçar um panorama que condensa o que diferentes pesquisadores do tema consultados destacam como elementos para as principais mudanças ocorridas no espaço cemiterial. Mudanças que podem ter contribuído para novas formas de se relacionar com os mesmos, como a crescente musealização destes espaços, ocorrida juntamente com a sua preservação patrimonial. Dentre estes elementos, pode-se destacar um certo desmembramento das estruturas familiares tradicionais que modificou a forma como as sociedades passaram a olhar os ritos de passagem e de comemoração.

São mudanças como as novas tecnologias, novos meios de transporte, novas configurações familiares e novos territórios, como a *internet*. Um novo modo de viver agora desterritorializado, que pode ter modificado o sentido de pertencimento e abreviado, de forma substancial, a necessidade de ritos ligados aos antepassados, juntamente com o crescimento do individualismo e a perda de sentido de grupo. O modo de vida contemporâneo, veloz e *plugado*, pode ter atingido formas de vida e atitudes tradicionais, dentre elas, os ritos mortuários (RODRIGUES, 2006; ELIAS, 2001).

Não que o homem contemporâneo não tenha rituais, aqui entendido como um conjunto de práticas que devem ser observadas em ocasiões determinadas, mas são encontrados atualmente, diferentes rituais também com relação à morte. Pode-se destacar mudanças como o deslocamento da importância dos rituais que ocorriam, em grande medida, em cortejos e no cemitério, para outras situações onde a despedidas rituais também ocorrem, como o velório. O que mudou, substancialmente, foi o local destes ritos e sua extensão, dado o distanciamento

imposto, na maioria vezes, para a preparação deste momento, o que pode tê-lo carregado de fatalidade e assim:

Este pavor à morte, esta postulação e reafirmação insistentes que 'amortalidade' são o outro lado da criação da morte verdadeira, da morte profunda, da Morte. A negação da morte e a invenção da Morte são um fato específico da sociedade industrial, fruto da oposição vida/morte que nossa cultura não sabe integrar (RODRIGUES, 2006, p. 200).

Se antes o domínio do espaço da morte estava sob a Igreja, hoje é possível perceber, o domínio crescente de organizações privadas, que se afirmaram não só na administração, mas na construção de novos empreendimentos cemiteriais. Este setor de negócios atrai interesses pela possibilidade do lucro, não só por parte de funerárias, mas de toda uma rede que prepara desde o corpo, como também organiza o próprio funeral. Tal como um outro evento da vida, a morte passou a contar com equipes especializadas e pagas, para cuidar de sua organização. A arquiteta Maria Manuel Lobo Pinto de Oliveira (2007) aponta como uma tendência também ligada aos empreendimentos neste setor, o futuro surgimento de grandes edifícios onde estarão reunidos todos serviços que dizem respeito à morte ou o que ela chama de: "[...] *shoppings* tanatológicos suburbanos" (OLIVEIRA, 2007, p. 312).

O antropólogo José Carlos Rodrigues (2006), ao tratar do afastamento da morte contemporânea, diz que este *status* é algo compreensível, se for considerado, o fato de que a morte é a derradeira coisa a ser lembrada em uma sociedade onde são afirmados valores, como a acumulação e o progresso. Este pesquisador também destaca o papel do comportamento hedonista, que nega o fracasso e, neste contexto, a morte pode se transfigurar no maior deles.

Independente dos motivos, o que se vê, na maioria dos casos, é a persistência de um isolamento imposto à morte, silenciado no cotidiano e que vai impor-se também ao seu espaço e a sua arquitetura. Um medo da morte que parece não requerer rituais, focados no enterro e em uma preparação para o momento derradeiro e que pode manifestar-se agora, no próprio ato de evitamento. A morte absorta na cidade ganha novos lugares em projetos arquitetônicos que revelam as novas concepções funerárias. A arquitetura da morte contemporânea, desde o projeto do espaço cemiterial até as construções de arte funerária, tornou-se uma arquitetura circumspecta que abandonou boa parte das representações materiais e simbólicas presentes na progênie dos cemitérios extramuros ou convencionais.

O século XX com seus cemitérios - jardins, verticais e crematórios, pode ser considerado o período, no qual, estes modelos mais se especializaram, fornecendo diferentes

opções de inumação e de ritos. Dentre elas, a cremação, que volta com o aumento da construção de crematórios, inclusive em Santa Catarina, que em 21 de julho de 2007, foi inaugurado o primeiro crematório do Estado, na cidade de Camboriú (JORNAL METAS, 2007). A cremação é uma forma utilizada desde a Antiguidade Clássica que parece negar, em grande medida, a necessidade do próprio cemitério. Ela desfaz da necessidade de um lugar determinado e espacialmente criado para comportar os mortos, já que os restos mortais podem ser guardados ou jogados em qualquer lugar, sem necessidade de uma demarcação, de registros e nomes. Reduzido às cinzas, o finado pode ser espalhado em um jardim, ou colocado em uma urna, que fica em poder da família, ou ainda, guardado em um nicho no cemitério.

Também são encontrados, em grande quantidade, os cemitérios jardins: uma concepção cemiterial com túmulos praticamente ocultos na paisagem, cercados de verde e flores, como em um jardim. Outras propostas, como os cemitérios verticais, parecem estar em consonância com as propostas defendidas pelo urbanismo moderno, que concentrou seus estudos nas questões urbanísticas e, principalmente, na habitação em larga escala, para atender a demanda de crescimento e reconstrução das cidades (FUENTES, 2006). Como forma de também atender a falta de espaço para sepultamentos, os cemitérios verticais, podem muitas vezes, ser confundidos na paisagem urbana com outros equipamentos urbanos, como centros empresariais e comerciais, oferecendo vários andares para sepultamentos, geralmente, em lóculos ou gavetas²³.

O autor Clarival do Prado Valladares (1970), em sua obra “Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros”, assinala já na década de 1960, mudanças que vinham se delineando no horizonte das atitudes com relação à morte e, principalmente, ao sepultamento. Dentre os novos projetos cemiteriais, ele destaca os anúncios de cemitérios verticais, descritos como uma saída para a densidade de sepultamentos metropolitanos e apontava que os cemitérios verticais serviam para ossuários e sarcófagos em um paralelo com os edifícios de apartamentos. No caso dos cemitérios jardins, o autor salienta que estes, nos rigores da arquitetura paisagística, possuíam vias de trânsito e estacionamento para automóveis, com sepulturas de caixas e gavetas de placas de concreto unidas pelo gramado, com pequenas estrelas assinalando.

Importante também destacar, no contexto destas novas proposições cemiteriais, que ser sepultado, principalmente, em cemitérios jardins, pode indicar em muitas cidades, por

²³ Entende-se por *lóculos* ou *gavetas*, os compartimentos verticais, nos quais são colocados caixões ou urnas com restos mortais.

conta do alto investimento financeiro a ser feito, a posição econômica privilegiada de seus ocupantes. Em muitas cidades, em comparação com os convencionais, o valor de um sepultamento em cemitério jardim é significativamente maior. Parece neste contexto, que a importância antes ocupada pela representação funerária, ter dado lugar para outros signos de *status* mais importantes dentro da lógica de vida contemporânea (FUNERÁRIA ON LINE, 2003).

As propostas de cemitérios verticais e parques são encontradas em muitas cidades pelo mundo e tais proposições arquitetônicas podem indicar o distanciamento e a ruptura na coexistência entre vivos e mortos, já que “[...] exilado para a periferia das povoações, cercado por um muro e dissimulado por árvores ele esteticiza exemplarmente a nova atitude de expulsão e de encobrimento” (CATROGA, 1999, p. 45).

A arquiteta Maria Manuel Lobo Pinto de Oliveira (2007), em sua tese que tem como tema central, o estudo da arquitetura do espaço funerário na área mediterrânea de influência católica, busca discutir certas imagens relacionadas com os cemitérios e também propõe novas questões que poderiam estar presentes na concepção atual dos espaços cemiteriais.

Por meio de um estudo que inclui, além do campo da arquitetura, um território onde estão presentes mitos, crenças, idealizações, esta arquiteta buscou subsídios, também na história da sociologia e na antropologia, para um trabalho que se revelou de importância para o estudo aqui proposto. Sua tese apresentou questões que colaboraram para pensar desde a formação dos cemitérios e o surgimento da concepção moderna deste espaço no meio urbano. Também colaborou com parte das reflexões acerca da qualificação desses lugares como patrimônio, dentro do processo de museificação, principalmente, daqueles espaços constituídos no século XIX e que se engendram em mais um espaço qualificado para o turismo cultural. Caso do Cemitério do Imigrante, apontado como um dos lugares a se conhecer em Joinville.

A tese de Maria Manuel Lobo Pinto de Oliveira também aponta propostas para os novos projetos cemiteriais. Para a arquiteta, apesar dos esforços empreendidos em alguns projetos com relação ao caráter sagrado destes locais, o que ainda se destaca nos atuais é, sobretudo, uma visão meramente utilitária, quer na sua concepção arquitetônica, quer sob o aspecto urbanístico de sua articulação com a cidade. São projetos de sepulturas com desenhos controlados, uniformizados que evitam a adoção de imagens sacras consideradas visualmente agressivas, o que acabou por fortalecer como tendência, os cemitérios jardins.

Tais argumentos puderam ser comprovados na pesquisa de campo, em vários cemitérios, realizadas para esta dissertação²⁴, nos quais, também foi observada a tendência na arquitetura cemiterial atual, de evitar desde imagens sacras como também os grandes jazigos²⁵, aos moldes dos encontrados em sepultamentos do século XIX. Mesmo em cemitérios convencionais é comum encontrar escolhas arquitetônicas, que remetem aos cemitérios jardins, como a adoção de uma lápide com poucos ornamentos²⁶.

Para Maria Manuel Lobo Pinto de Oliveira (2007) tais práticas desmerecem o valor dos cemitérios, como local de culto, de memória e de sacralidade laica ou religiosa. A proposta desta arquiteta é recuperar o caráter simbólico dos cemitérios por meio da introdução de outros elementos que não só os utilitários e também, reintegrar estes espaços à vida cidadina, já que, a maioria está sendo instalada em locais distantes dos centros. Como parte de suas propostas está a reintegração dos cemitérios como um equipamento digno de participar como outros, do cotidiano da cidade. Para tanto, sugere a realização de projetos que o considerem como documento identitário, como um contributo na construção dos espaços públicos, algo que se revela como um *déficit* nas grandes cidades atuais, destacando assim que:

As circunstâncias actuais indicam que poderá estar chegado o momento de uma nova mudança de ciclo, duzentos anos depois de se ter assistido à extradição da morte. Se entendido como uma oportunidade de reflexão crítica, em que seja reavaliado o papel que a essa presença compete na *polis*, ser-lhe-á possível - talvez - reaver o direito de cidadania, ultrapassando o tabu que ao longo do século XX se instalou na cultura ocidental (OLIVEIRA, 2007, p. 331).

O antropólogo José Carlos Rodrigues (2006) tem opinião, de certa forma, diversa. Para ele, os arquitetos contemporâneos buscam integrar o cemitério ao cenário urbano, não mais impondo o afastamento desses como foi feito em nome da higiene no século XIX. Para o pesquisador o afastamento dos mortos é pensado como forma de afastá-los da confusão do mundo urbano, em uma proposta que visa a alocação destes em um sítio onde possa haver paz:

[...] por isso, os projetos mais modernos têm concebido o cemitérios como parques em que o repouso dos mortos se confunde com um retorno à

²⁴ Como os cemitérios de Areia Segunda, no município de Governador Celso Ramos (SC) e o cemitério da localidade de *Schubert*, em Angelina (SC). Cemitérios formados por sepultamentos recentes, com predomínio de túmulos mais horizontalizados, sem grandes jazigos e profusão de esculturas.

²⁵ Entende-se por *jazigo*, a edificação utilizada nos cemitérios para sepultamento de várias pessoas, geralmente de menor porte que o mausoléu.

²⁶ Entende-se por *ornamento*, o símbolo ou adereço presente em um sepultamento, podendo ser pintado, colocado ou entalhado sobre este, com a proposta de embelezamento ou para referências religiosas.

natureza, quase como estadia prolongada na casa de campo tão sonhada, envolvida pelo verde cada vez mais raro. Assim, sob o pretexto de repouso dos mortos, o moderno urbanismo acaba oferecendo às grandes cidades industriais, muitas vezes, um dos únicos lugares de vivíveis de seus territórios, ou pelo menos uma contribuição ecológica importante da qual na maior parte das vezes os habitantes urbanos não tem consciência (RODRIGUES, 2006, p. 172).

Mas Rodrigues (2006) não desconsidera nestes projetos, a presença do distanciamento imposto à morte. Para ele, a integração da morte por meio de projetos parques, é também parte da negação da finitude humana. São duas visões diversas sobre a localização periférica dos cemitérios, contudo diante do modo como a morte é concebida, é possível perceber que a intenção pode estar mais relacionada com uma forma de afastar ou eufemizar a morte do que buscar lugares aprazíveis de repouso para os mortos, mas sim para os vivos.

Em uma pesquisa que aborda uma nova forma de introdução ou de apresentação dos cemitérios na contemporaneidade por meio de sua patrimonialização, foi preciso também buscar outros possíveis formatos de cemitérios, ou outros espaços que buscassem reproduzir sua função. E além dos tombados em vários países e reconhecidos como patrimônio, como também daqueles que são visitados por turistas foram encontradas novas modalidades cemiteriais em novos territórios como no caso da *internet*.

Uma busca pelo tema mostrou, que também no espaço virtual, os cemitérios e as questões relacionadas com a morte têm se apresentado em vários formatos. No mundo virtual é possível encontrar *sites* com diferentes propostas sobre o tema. No ambiente funerário virtual pode-se acender velas, enviar mensagens de condolências à família, fazer orações e colocar as flores em diferentes formatos em sepulturas *on line*. Também já é possível encontrar, cemitérios virtuais para animais de estimação e até caixões para cachorro em formato de osso, em uma opção que está ganhando cada vez mais adeptos em vários países (FUNERÁRIA ON LINE, 2007).

Alguns *sites* apresentam perfis de pessoas falecidas nos quais recebem mensagens de saudade e flores. Alguns possuem mais de 10 mil tumbas virtuais, dentre as quais, são distribuídas diariamente cerca de 1,2 mil flores. É o caso do *Le cimetière virtuel*²⁷, criado em 2003, por um trabalhador francês que o idealizou como um endereço virtual para homenagear seus artistas preferidos já falecidos. Depois começou a montar perfis para os familiares que partiam e para os amigos e assim surgiu o *site* que hoje conta com milhares de perfis e, no qual, qualquer pessoa pode se cadastrar e registrar a página de algum falecido (INFOFACIL, 2007).

²⁷ Portal *Le cimetière virtuel*: <<http://www.lecimetiere.net/>>. Acesso em: 01 abr. 2008.

O usuário do *site* encontra uma loja onde é possível comprar, com cartão de crédito, flores para deixar no túmulo visitado. As flores ficam nos perfis por sete dias e depois são eliminadas do túmulo, como se fossem cemitérios reais. No Dia de Finados muitas mensagens são deixadas por mães, familiares e amigos nas páginas dos entes queridos, o que pode indicar a *Internet*, como novo local para as práticas fúnebres antes realizadas nos cemitérios. O *site* também lembra na página inicial, os aniversários de morte e nascimento de cada dia e toda semana elege alguns perfis para serem os homenageados (INFOFACIL, 2007).

Dentre outros cemitérios virtuais está o *Campa virtual*²⁸, que possui um visual que reproduz um cemitério com tumbas, com a possibilidade de se escolher, dentre diferentes cidades portuguesas, onde se deseja colocar mensagens para o seu ente querido. Mas uma consulta a cada cidade ali disponível mostrou que o *site* possui poucos usuários. Dentre as outras modalidades disponíveis na *Internet* está o americano intitulado *Find a grave*²⁹ que ajuda o internauta a encontrar túmulos de famosos e não famosos. O *site* possui cerca de 22 milhões de túmulos cadastrados com fotos e mensagens (INFOFACIL, 2007).

Além dos cemitérios virtuais, novos lugares para compartilhamento de perdas de entes, alguns cemitérios já possuem versões virtuais, como o Cemitério de Torreto de Zaragoza na Espanha³⁰, o primeiro cemitério virtual espanhol. O *site* oferece a possibilidade de conhecer túmulos com suas localizações assinaladas em um mapa do cemitério. O *site* apresenta a história do cemitério e imagens, e destaca que, desde 1834, as pessoas ali enterradas são parte de um museu de História, de uma história que todos farão parte um dia e, que por isso, todos os cemitérios são testemunhos do tempo.

Também no mundo virtual, como novas formas de ritualização funerária, na comunidade de relacionamento *Orkut* uma prática já chama atenção: a manutenção de páginas de pessoas falecidas e a criação de comunidades em homenagens aos entes queridos. Os falecidos continuam a receber recados de seus amigos e familiares, sendo também compartilhados depoimentos sobre os mesmos. Também em vários perfis de usuários são acrescentadas palavras em referência à perda como luto ou saudades como forma de sinalizar e manifestar a morte de alguém. São várias formas ou práticas relacionadas com a morte encontradas neste *site* que se configura também como um espaço para tratar da perda, permitindo novas práticas fúnebres. São novos formatos e territórios ocupados pelos

²⁸ Portal do cemitério Campa Virtual: < <http://www.campavirtual.com/>>. Acesso em: 07 abr. 2008.

²⁹ Portal do *Find a grave*: < <http://www.findagrave.com>>. Acesso em: 07 abr. 2008.

³⁰ Portal do cemitério de Zaragoza: < <http://www.cementerio-zaragoza.com>>. Acesso em: 02 abr. 2008.

cemitérios e pelas ações dos homens diante da morte: os rituais não desaparecem, parecem ser de certa forma, reconfigurados.

Modificados em sua forma, os cemitérios abandonaram as igrejas, chegando ao espaço externo, com cruzeiros, santos, nomes, anjos e, vêm paulatinamente desaparecendo da paisagem urbana, em concepções de cemitérios parques, verticais e crematórios e, surgindo em novos territórios, como a *Internet*. É possível que o panorama aqui debatido, com relação ao afastamento da morte e aos novos territórios e projetos cemiteriais, tenha contribuído para esta nova forma de ver o cemitério, ou de tratá-lo: como um bem cultural, *status* muitas vezes reforçados por tombamentos. Ganhando outros atributos na vida atual, o cemitério pode assim ser visto como um museu, um local de lazer.

Mas se o cemitério pode representar o fim, é também nele, que se sobrevive de alguma forma. Independente das crenças e dos formatos tumulares adotados, o ato de sinalizar o lugar onde há um sepultamento remete também ao ato de lembrar, de impedir de alguma forma, o esquecimento, em uma celebração da memória em um processo de perda, de luto. Lugar de importância para a vida das cidades onde os mortos são abrigados, o cemitério passou por mudanças e tais mudanças podem ter colaborado com a inclusão do Cemitério do Imigrante de Joinville como patrimônio. Mas para discutir tal questão é preciso antes abordar diferentes iniciativas relacionadas com a preservação dos cemitérios.

2 - Preservação e patrimônio funerário: cemitérios como objetos nas políticas de preservação das cidades

*A vida de uma cidade
é um acontecimento contínuo,
que se manifesta ao longo dos
séculos por obras materiais, traçados ou
construções que lhe conferem sua
personalidade própria e dos quais emana
pouco a pouco a sua alma.*

Carta de Atenas, 1933

Com o objetivo de contribuir com a reflexão sobre o modo como os cemitérios se inserem nas atuais políticas de patrimonialização e preservação nas cidades, neste segundo capítulo foi analisada, na primeira parte, a experiência do IPHAN, órgão que tombou o Cemitério do Imigrante, e suas ações direcionadas ao patrimônio funerário nacional. A partir da análise dos tombamentos cemiteriais realizados por este órgão, buscou-se observar, como é composto o conjunto de tombamentos orientados aos cemitérios brasileiros, procurando, por meio de suas particularidades, posicionar o tombamento do Cemitério do Imigrante neste conjunto de ações. Também foram analisados pareceres presentes em processos de tombamento, que envolvem parte desse patrimônio, para identificar os valores e os elementos que justificam o tombamento dos cemitérios. A intenção foi perceber quais questões relacionam estes locais como importantes para a memória das cidades.

Ainda neste capítulo, em um segundo momento, foram relacionadas às diferentes ações direcionadas à proteção do patrimônio funerário nacional e internacional, por meio de um levantamento de associações, leis e declarações que objetivam a preservação dos cemitérios. A proposta foi refletir sobre o modo como estes podem participar do conjunto de bens reconhecidos como de valor cultural na percepção destas iniciativas. O segundo capítulo finaliza com um breve relato de algumas experiências turísticas cemiteriais, geralmente presentes como estímulos à atuação em defesa da preservação patrimonial dos cemitérios.

2.1 - O reconhecimento do patrimônio funerário como bens nacionais

Existem várias formas de se ver uma cidade e uma destas é por meio do que nelas se preserva. Aqui nesta pesquisa, a partir da preservação patrimonial dos cemitérios, a memória e a identidade das cidades aparecem em declarações que justificam a importância da preservação do patrimônio funerário. Atualmente são encontrados cemitérios que aparecem como lugares referenciais para uma dada coletividade por diferentes valores que podem ser, por exemplo, históricos, artísticos ou religiosos.

Conservar a memória por meio da criação ou do reforço do caráter especial de lugares e objetos no espaço citadino é algo complementar ao processo de patrimonialização como já foi discutido no capítulo anterior. Mas por quais motivos os cemitérios passam a ser considerados especiais para preservação ou dignos de tombamento? Foi possível perceber ao longo das pesquisas que ao preservar um cemitério, a este são incorporados valores que não se ligam somente ao fato deste lugar guardar os corpos sem vida. Creditam-se valores religiosos, sociais, arquitetônicos, históricos ou artísticos, ambientais ligados, geralmente, a uma determinada forma de representar as cidades e a memória coletiva. No estudo do Cemitério do Imigrante, vê-se que ele tem um papel na história do município de Joinville relacionado principalmente à participação dos imigrantes em sua formação, e este papel começou a ser delineado em seu processo de tombamento, como será analisado na íntegra no próximo capítulo.

Mas um olhar sobre a cidade contemporânea aponta para um modo diferente de lidar com a morte e com os mortos, que tendem a afastá-los ou apresentá-los de uma forma menos marcante na paisagem da cidade e no cotidiano, como foi debatido anteriormente. Apesar destas novas práticas ou por conta delas, afinal a inclusão dos cemitérios como bens patrimoniais pode ser outra forma de afastar a morte pela aplicação de novos usos, estes são enquadrados dentre os bens a serem preservados. Mas sua inclusão, quando comparada à sua historicidade e valor cultural, ao contrário de muitos lugares, costumes e edificações é fato que, na maioria das vezes, os cemitérios recebem pouca atenção das políticas de preservação.

São várias questões envolvidas e algumas já debatidas no capítulo anterior, mas com certeza o impedimento para sua presença dentre os bens a serem preservados, não é a falta de cemitérios para preservação. Durante a pesquisa de campo foram encontrados vários espaços cemiteriais que poderiam configurar como bens culturais nas políticas de preservação patrimonial em muitas cidades em Santa Catarina. A existência nestes espaços de monumentos funerários com importantes referências culturais transmitidas por meio de

características, como tamanho e formato de túmulos, símbolos utilizados, práticas como o uso de flores e de velas, dentre outros, poderiam justificar a sua importância enquanto caracterizadores dos costumes e crenças de uma região. Elementos culturais que muitas vezes escondem-se dentre outras referências mais destacadas, como o lugar do luto, do assombro, da saudade, da despedida.

Apesar do aumento substancial no interesse pelo tema, pode-se afirmar que a discussão em relação à configuração dos cemitérios como patrimônio cultural ainda é incipiente, principalmente no Brasil. Isso deve concorrer sobremaneira para o desapareço ao qual estão sujeitos e com o estado de abandono percebido durante a pesquisa, principalmente na situação dos túmulos mais antigos que não contam muitas vezes com quem possa zelar por eles.

Uma consulta ao IPHAN mostra que apesar de poucos, já existem desde a década de 1930 tombamentos específicos de cemitérios ou de partes de conjuntos funerários como, por exemplo, túmulos, estátuas funerárias e portões de entrada, incluindo o Cemitério do Imigrante, tombado por este órgão. Mas antes é preciso conceituar o que é entendido por patrimônio funerário no contexto desta pesquisa. O termo patrimônio funerário refere-se ao conjunto de elementos materiais e imateriais presentes em locais de sepultamentos ou cemitérios.

A fundação do IPHAN ocorreu por decreto presidencial em 30/11/1937³¹, com projeto original de Mário de Andrade. Durante as primeiras décadas, a política do órgão estava orientada a classificar como patrimônio, os itens que representavam a relação com o passado e a tradição, em uma mediação entre heróis nacionais e personagens da história brasileira. Boa parte dos trabalhos estava concentrada em Minas Gerais, na preservação do que consideravam como autêntico para a tradição brasileira, o barroco. Era o chamado patrimônio de pedra e cal, que ocorria por meio da preservação de monumentos, como igrejas, palácios, fortificações, casas de câmara e cadeia (TAMASO, 2006).

A partir da década de 1970, outras preocupações passaram a fazer parte das políticas preservacionistas, promovendo as primeiras ações em busca da ampliação do conceito de bem nacional. São ações que passavam a envolver lugares como fábricas, hospitais, escolas, assim como bens representativos de outras etnias que não a portuguesa. O conceito de patrimônio

³¹ O IPHAN em sua trajetória teve diferentes denominações. Em 1937 foi criado como Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Em 1946 o SPHAN passa a ser denominado de Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). A partir da década de 1970, este órgão passou por várias denominações até transformar-se em IPHAN, designação utilizada até os dias atuais (CERRI; GONÇALVES, 2002).

transpõe a abordagem clássica, passando a atingir de forma efetiva também, as ações populares e as apropriações destas classes, levando em conta artesanatos, línguas e a indústria cultural. Também outros credos e crenças religiosas como o candomblé passam a ser considerados como representativos da cultura brasileira, destacando o tombamento em 1982, do terreiro da Casa Branca em Salvador (VELHO, 2006).

Foi a partir de 1980, que se relacionou de forma mais direta, a noção de patrimônio ao uso auto-sustentável dos bens restaurados, por meio do turismo. Os lugares a serem preservados passam a ser tratados também, como opções para a atração turística em muitas ações de restauração de prédios e iluminação, que estimularam o uso comercial desses espaços preservados, como no caso do Centro Histórico de Salvador (TAMASO, 2006). A trajetória do atual IPHAN assinala mudanças ocorridas na forma de lidar e de qualificar o que é patrimônio, o que deve ter contribuído com a ampliação do próprio conceito, para o ingresso de novos objetos de políticas patrimoniais, dentre eles, os cemitérios.

O tombamento, como o que foi concedido ao Cemitério do Imigrante, é um instrumento legal de ação pela preservação de um bem aplicado por meio de ato administrativo previsto no Brasil pelo Decreto-lei nº. 25 de 1937, que organiza o Serviço de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN. O tombamento pode ocorrer em nível federal, feito pelo IPHAN, ou ainda nas esferas estaduais ou municipais, regido por leis específicas de cada estado ou município.

Importante destacar que o tombamento não retira a propriedade do imóvel e permite transações comerciais e eventuais modificações, previamente autorizadas e acompanhadas pelos técnicos de um órgão competente. O tombamento é uma ação que visa impedir legalmente a destruição ou descaracterização de um bem, contribuindo não só para a preservação da memória coletiva, mas dos recursos e esforços investidos na sua construção, garantindo seu bom estado de conservação e propiciando sua plena utilização sendo um ato que concede: “[...] um atributo que se dá ao bem cultural escolhido e separado dos demais para que, nele, fique assegurada garantia da perpetuação da memória. Tombar, enquanto for registrar, é também igual a guardar, preservar” (LEMOS, 2006, p. 85).

Como parte dos trâmites legais previstos no Decreto-lei nº 25 para a efetivação de um tombamento, primeiramente o proprietário é notificado e após a regularização da notificação, o bem estará protegido, não podendo ser destruído ou mesmo restaurado sem aviso ao órgão competente. No caso dos cemitérios, quando outro que não o proprietário é aquele que possui a guarda do bem, é aconselhado a notificação simultânea da pessoa ou entidade sob cuja

guarda estiver o cemitério, no caso do Cemitério do Imigrante foi notificada a Comunidade Evangélica de Joinville, proprietária do imóvel.

Nos tombamentos efetuados pelo IPHAN, os bens são inscritos em quatro livros que estão no Arquivo Central Noronha Santos que, de acordo com o artigo 4º. do Decreto-lei nº 25 (IPHAN, 2008a), são:

- *Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*: onde estão inscritas os bens pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, bem como os monumentos naturais, os sítios e paisagens que importe conservar e proteger por seu caráter notável com que tenham sido dotados pela natureza ou realizados pelo homem;
- *Livro do Tombo Histórico*: bens de interesse histórico e as obras de arte históricas;
- *Livro do Tombo das Belas-Artes*: os bens relacionados com a arte erudita, nacional ou estrangeira;
- *Livro do Tombo das Artes Aplicadas*: as obras que se incluam na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

Passando ao conjunto de ações pela preservação dos cemitérios realizadas por parte do IPHAN, vê-se que já no Anteprojeto de Criação do SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de 1936 elaborado por Mário de Andrade, a pedido do então Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, encontram-se, dentre as oito categorias de obra de arte patrimonial relacionadas por Mario de Andrade, os monumentos e as jazidas funerárias, as capelas e cruzeiros mortuários de beira-estrada (ANDRADE, 1981). Apresentando uma definição de patrimônio ampla, que incluía o folclore, como músicas populares, contos, lendas, superstições, dentre outros, este anteprojeto inclui o acervo funerário como parte do que o autor define como patrimônio. O anteprojeto sofreu alterações até a elaboração do texto final que deu origem ao Decreto-Lei nº 25 que criou o SPHAN.

Nesta pesquisa foram levantados 15 (quinze) tombamentos de patrimônio funerário, realizados dentro de um conjunto amplo de bens protegidos por tombamento nacional. São 15 (quinze) tombamentos direcionados a cemitérios e partes de seus conjuntos, como túmulos, portões, inscrições tumulares³². Antes de algumas considerações sobre estes tombamentos,

³² De acordo com o portal do IPHAN, são cerca de 21 mil edifícios tombados, 79 centros e conjuntos urbanos, 9.930 mil sítios arqueológicos cadastrados, mais de um milhão de objetos, incluindo acervos museológicos, cerca de 834.567 mil volumes bibliográficos, documentação arquivística e registros fotográficos, cinematográficos e videográficos, além do Patrimônio Mundial. Disponível em: Portal do IPHAN <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12138&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 09 de abr. de 2008.

cabe destacar que o levantamento considerou os tombamentos nos quais, cemitérios e partes destes, participaram do objeto do tombamento, ou seja, foram citados na inscrição ou no pedido de proteção do bem³³.

Outros cemitérios no Brasil, recebem proteção por participarem da área tombada, como é o caso de algumas cidades como São João d'el Rei, Sabará e Ouro Preto (MG) nas quais os tombamentos acabaram por incluir cemitérios - o Cemitério da Ordem Terceira do Carmo, Cemitério da Irmandade de São Francisco de Assis e Cemitério N^a S^a do Carmo - como parte de seus conjuntos tombados respectivamente e, assim, oferecendo a estes cemitérios proteção patrimonial, mas não a mesma oferecida ao bem que é alvo do tombamento.

Na questão da proteção do bem, o fato de estar associado a um bem tombado não garante a mesma proteção concedida pela inscrição no Livro de Tombo, já que os mesmos não foram valorados de forma específica e individual para proteção nos pedidos que tombamentos, aos quais, foram associados. Sendo fundamental, portanto, que os bens a serem tombados sejam requeridos pelas partes que instauraram os processos de tombamento (CASTRO, 2008). A seguir uma breve descrição³⁴ dos 15 (quinze) tombamentos:

1. **Igreja de São Francisco da Penitência, Cemitério e Museu de Arte Sacra (RJ)** - Processo de tombamento nº 0022-T-38 (PT nº 22-T-38): a igreja da Ordem Terceira foi iniciada em 1653, mas somente a partir de 1726 as obras se aceleraram, e no ano de 1773 foi inaugurada. O altar para a capela do Santíssimo Sacramento é obra realizada no século XIX, como também o cemitério, localizado nos fundos, colado aos barrancos do morro, de aspecto neoclássico, composto por duas colunatas que ladeiam uma parte central aberta em forma retangular. *Inscrição - Livro Histórico: nº 075 de 08-07-1938 e Livro de Belas Artes: nº. 161 de 08/07/1938* (Imagem 15).
2. **Cemitério do Batalhão (PI)** - Processo de tombamento nº 185-T-38 (PT nº 185-T-38): em 07/03/1990, pelo Decreto nº 99.058, o Cemitério do Batalhão

³³ Aqui cabe destacar que este levantamento foi realizado a partir de pesquisa no arquivo do portal do IPHAN - que informa os tombamentos efetivos feitos pelos órgãos, com o apoio de Adler Homero Fonseca de Castro (IPHAN) que acessou o Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro, para completar as informações sobre o conjunto destes tombamentos.

³⁴ As descrições e informações dos tombamentos apresentadas nesta análise foram retiradas das descrições encontradas no Portal do IPHAN, excetuando os processos 533-T-55 (*Lugar de sepultamento do guia Lopes, o Cel. Camisão e o Ten. Cel. Juvêncio*) e 1220-T-87 (*Cemitério da Candelária - Estrada de Ferro Madeira Mamoré*), informações cedidas por Adler Homero Fonseca de Castro (IPHAN). Estes dois tombamentos não tiveram descrições disponibilizadas no Portal. Ao *Cemitério Protestante (ou do Imigrante)* não foi acrescentada descrição e imagem, por ter o detalhamento do bem no corpo do trabalho.

foi declarado Monumento Nacional. Ali estão enterrados os mortos da Batalha do Genipapo, de 1823, possuindo um marco comemorativo e sepulturas indicadas por cruzes de madeira, algumas delas, protegidas por uma cerca. *Inscrição - Livro Histórico: nº 113 de 30/11/1938 e Livro Belas Artes: nº 232 de 30/11/1938* (Imagem 16).



Imagem 15 - Igreja Penitência, Cemitério e Museu (RJ)
Fonte: IPHAN, 2008b



Imagem 16 - Cemitério do Batalhão (PI)
Fonte: WIKIPÉDIA, 2008f

3. **Inscrições tumulares da Igreja da Vitória (BA)** - Processo de tombamento nº 0122-T-38 (PT nº 122-T-38): São quatro as inscrições lapidares que, hoje, se encontram na sacristia da Igreja da Vitória. Uma refere-se à construção da Igreja, sua elevação à Matriz e sua reedificação. As demais são pedras de jazigo, sendo a primeira do sepulcro de Affonso Rodrigues, marido da Magdalena Alvares e genro de Diogo Álvares Correia - o *Caramuru*. A segunda, da sepultura de Francisco Barros, que promoveu uma de suas reedificações, e a terceira, do túmulo de João Marante, que casara com uma neta de *Caramuru*, Isabel Rodrigues. *Inscrição - Livros de Belas Artes: nº 138, de 17/06/1938* (Imagem 17).
4. **Capela de São Pedro e Cemitério de Maruí (RJ)** - Processo de tombamento nº 0163-T-38 (PT nº 163-T-38): dentre os túmulos destacados neste cemitério, inaugurado em novembro de 1855, estão o do poeta Fagundes Varela, de autoria do escritor Ludovico Berna, o do exilado francês Charles Ribeyrolles - com projeto do engenheiro municipal Dionísio da Costa e Silva e epitáfio especialmente escrito por Victor Hugo - e do herói niteroiense General Luís José da Fonseca Ramos morto em 1895. O seu túmulo foi inaugurado em 01/11/1911, pelo Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca.

Inscrição - Livro Histórico: n.º 248 de 12/01/1948 e Livro de Belas Artes: n.º: 214 de 23/08/1938 (Imagem 18).



Imagem 17 - Igreja da Vitória, inscrições tumulares (BA)
Fonte: HISTÓRIA VIVA, 2008



Imagem 18 - Capela de São Pedro de Maruí (RJ)
Fonte: ECMV, 2008

5. **Convento e Igreja de N. S^a dos Anjos, Cruzeiro, Capela e Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco (RJ)** - Processo de tombamento n.º 0447-T-51 (PT n.º 447-T-51): compõe o conjunto a Igreja de N^a S^a dos Anjos, os remanescentes do Convento franciscano, a Capela dos Terceiros, e o claustro e cemitério respectivos, sendo a mesma uma obra representativa da arquitetura franciscana, século XVII, cujo o conjunto foi concluído em 13 de janeiro de 1696, quando o Frei Cristóvão da Madre de Deus Luz inaugura com benção a igreja, o cemitério (chão destinado as sepulturas na igreja), a Via Sacra e o Capítulo. *Inscrição - Livro Belas Artes: n.º 436 de 17/01/1955 (Imagem 19).*
6. **Lápide tumular de Estácio de Sá (RJ)** - Processo de tombamento n.º 0087-T-38 (PT n.º 87-T-38): a lápide tumular de Estácio de Sá, fundador da cidade do Rio de Janeiro é em mármore português e foi construída em 1583, por ordem de Salvador Correia de Sá, na Igreja de São Sebastião, localizada no Morro do Castelo para onde foram trasladados os restos mortais de Estácio de Sá, falecido em 1567. Por ocasião do desmonte do Morro do Castelo, ocorrido em 1922, a lápide foi transferida para a nova igreja dos frades capuchinhos, localizada na Tijuca. *Inscrição - Livro Histórico: n.º 288, de 20/09/1951 (Imagem 20).*



Imagem 19 - Convento Nª Sª dos Anjos (RJ)
Fonte: CB, 2008



Imagem 20 - Lápide tumular de Estácio de Sá (RJ)
Fonte: RJ, 2008

7. **Cemitério de Nossa Senhora da Soledade (PA)** - Processo de tombamento nº 0376-T-48 (PT nº 376-T-48): este cemitério, inaugurado em 1850, possui pórtico e portão com desenho do arquiteto-engenheiro Pezerat, sendo talhado em cantaria de pedra-de-lioz, lavrada e escovada. O gradeamento de ferro foi importado da Inglaterra. Dentre os monumentos funerários destacados está o jazigo do General Hilário Maximiliano Antunes Gurjão, construído nas oficinas de Lombardi, na Bréscia, com trabalho de escultura feito pelo professor Allegretti, do Instituto de Belas Artes de Roma. *Inscrição - Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: nº 029 de 23/01/1964* (Imagem 21).
8. **Túmulos do Dr. Pedro Lund e seus colaboradores (MG)** - Processo de tombamento nº 603-T-59 (PT nº 603-T-59): túmulo do Dr. Peter Wilhen Lund, considerado o pai da Paleontologia Brasileira e de seus colaboradores que formam um pequeno cemitério. *Inscrição - Livro Histórico: nº 331 de 09/05/1960* (Imagem 22).



Imagem 21 - Cemitério da Soledade (PA)
Fonte: HCG, 2008



Imagem 22 - Local onde estão enterrados Lund e seus
colaboradores (MG)
Fonte: LAGOA SANTA, 2008

9. **Portão do Cemitério de Arez (RN)** - Processo de tombamento nº 669-T-62 (PT nº 669-T-62): o frontispício ou fachada do cemitério de Arez foi considerado obra bastante expressiva e a peça mais sugestiva de todo o estado, com seus ornamentos do Barroco. Possui uma composição simétrica, com cinco divisões feitas por colunas compósitas e com divisão central, em arco pleno e frontão em forma de sino encimado por cruz. Possui motivos florais nas bases e no rodapé e pináculos em forma de lótus fechados sobre a cornija, coroando as colunas. Do cemitério foi tombado apenas o portão. *Inscrição - Livro Histórico: nº 351 de 23/08/1962* (Imagem 23).
10. **Cemitério Protestante ou Cemitério do Imigrante (SC)** - Processo de tombamento nº 659-T-62 (PT nº 659-T-62): o detalhamento deste bem e imagens estão no corpo do trabalho. *Inscrição - Livro Histórico: nº 354 de 09/11/1962 e Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: nº 033 de 09/11/1962.*
11. **Estátua do Mausoléu da família do Barão de Cajaíba (BA)** - Processo de tombamento nº 778-T-66 (PT nº 778-T-66): a imagem da Fé tombada, foi adquirida pelo Barão de Cajaíba, em Munique (Alemanha), no ano de 1865, para o jazigo de seu filho, José Joaquim Francisco Gomes de Argolo, falecido na Baviera, em 1861. O mausoléu em mármore de carrara é formado por uma cripta sobra a qual nasce o pedestal que sustenta a estátua de tamanho natural de autoria de escultor alemão João Halbig. *Inscrição - Livro de Belas Artes: nº 485 de 24/11/1966* (Imagem 24).

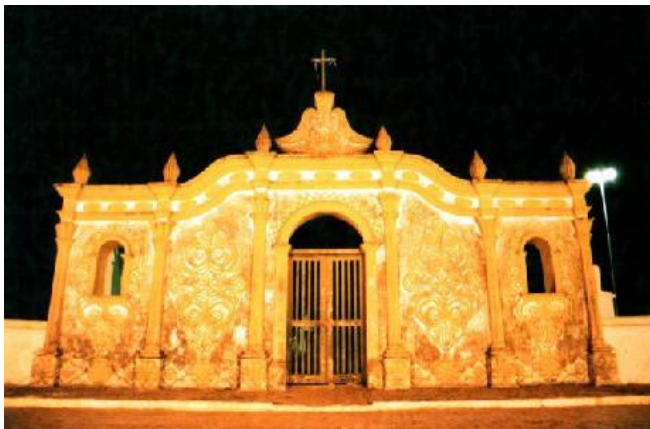


Imagem 23 - Frontispício de Arez (RN)
Fonte: PA, 2008



Imagem 24 - Mausoléu da família Cajaíba (BA)
Fonte: FGM, 2008

12. **Porto Seguro, conjunto arquitetônico e paisagístico (BA)** - Processo de tombamento nº 800-T-68 (PT nº 800-T-68): o tombamento abrange, especificamente, o Marco do Descobrimento; o Paço Municipal; as ruínas do Fortim, Reduto ou Bateria da Costa, juntamente com as duas velhas peças de artilharia ali existentes e o antigo canhão que jaz perto da praia; as ruínas da Igreja da Glória; e as Igrejas pertencentes à Diocese de Ilhéus: de N^a S^a da Pena; da Misericórdia e cemitério anexo; dos Jesuítas; e de N^a S^a da Ajuda. *Inscrição - Livro Histórico: nº 446 de 01/03/1974 e Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: nº 062 de 01/03/1974* (Imagem 25).

13. **Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade de Mucugê, especialmente o Cemitério (BA)** - Processo de tombamento nº 974-T-78 (PT nº 974-T-78): destaca-se no conjunto tombado, o cemitério de Santa Isabel, conhecido por Bizantino, que está implantado na encosta rochosa da Serra do Sincorá. Sua construção foi concluída em 1886 e está dividido em duas partes: uma plana, murada, onde estão as covas rasas e a outra, constituída por um conjunto de mausoléus implantado sobre a encosta rochosa da serra. O arranjo paisagístico integra os mausoléus, como forma, à rocha em decomposição, concorrendo para tal os elementos arquitetônicos empregados. A distinção é promovida pela cor dos mausoléus que são caiados. *Inscrição - Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: nº 081 de 26/09/1980* (Imagem 26).



Imagem 25 - Porto Seguro, Igreja da Misericórdia (BA)
Fonte: JORNAL DO SOL, 2008



Imagem 26 - Cemitério Mucugê (BA)
Fonte: IGATUR, 2008

14. Cemitério da Candelária - Estrada de Ferro Madeira Mamoré – (RO) -

Processo de tombamento nº 1220-T-87 (PT nº 1220-T-87): até a data deste trabalho não possui descrição no Portal do IPHAN (Imagem 27).

15. Lugar de sepultamento do Guia Lopes, o Cel. Camisão e o Ten. Cel.

Juvêncio (MS) - Processo de tombamento nº 533-T-55 (PT nº 533-T-55): até a data deste trabalho não possui descrição no Portal do IPHAN (Imagem 28).



Imagem 27 - Cemitério da Candelária, Estrada de Ferro Madeira Mamoré (RO)
Fonte: FLICKR, 2008



Imagem 28 - Lugar de sepultamento do Guia Lopes (MS)
Fonte: PMJMS, 2008.

Para analisar os tombamentos, que compuseram o conjunto supracitado, foram levantadas características encontradas neste conjunto, apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 1 - Características dos cemitérios tombados pelo IPHAN

	<i>Denominação</i>	<i>Década</i>	<i>Cidade</i>	<i>UF</i>	<i>Região</i>	<i>Participação no pedido</i>	<i>Tipo do Tombamento</i>	<i>Livros de tomo</i>
1	Igreja de São Francisco da Penitência, Cemitério e Museu de Arte Sacra	1930	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	Parte	Convencional	Histórico Belas Artes
2	Cemitério do Batalhão	1930	Campo Maior	PI	Nordeste	Objeto	Local	Histórico Belas Artes
3	Inscrições tumulares da Igreja da Vitória	1930	Salvador	BA	Nordeste	Objeto	Elementos	Belas Artes
4	Capela de São Pedro e Cemitério de Maruí	1940	Niterói	RJ	Sudeste	Parte	Convencional	Histórico Belas Artes
5	Convento e Igreja de N ^a S ^a dos Anjos, Cruzeiro, Capela e Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco	1950	Cabo Frio	RJ	Sudeste	Parte	Convencional	Belas Artes
6	Lápide tumular de Estácio de Sá	1950	Rio de Janeiro	RJ	Sudeste	Objeto	Elementos	Histórico
7	Cemitério de Nossa Senhora da Soledade	1960	Belém	PA	Norte	Objeto	Convencional	Arqueológico, etnográfico e paisagístico
8	Túmulos do Dr. Pedro Lund e seus colaboradores	1960	Lagoa Santa	MG	Sudeste	Objeto	Local	Histórico
9	Portão do Cemitério de Arez	1960	Arez	RN	Nordeste	Objeto	Elementos	Histórico
10	Cemitério Protestante (ou do Imigrante)	1960	Joinville	SC	Sul	Objeto	Convencional	Histórico Arqueológico, etnográfico e paisagístico
11	Estátua do Mausoléu da família do Barão de Cajaíba	1960	Salvador	BA	Nordeste	Objeto	Elementos	Belas Artes
12	Porto Seguro, conjunto arquitetônico e paisagístico	1970	Porto Seguro	BA	Nordeste	Parte	Convencional	Histórico Arqueológico, etnográfico e paisagístico
13	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade de Mucugê, especialmente o Cemitério	1980	Mucugê	BA	Nordeste	Parte	Convencional	Arqueológico, etnográfico e paisagístico
14	Cemitério da Candelária (Estrada de Ferro Madeira Mamoré)	2000	Porto Velho	RO	Norte	Objeto	Convencional	Tombamento aprovado, mas ainda sem inscrição
15	Lugar de sepultamento do Guia Lopes, o Cel. Camisão e o Ten. Cel. Juvêncio	2000	Jardim	MS	Centro-Oeste	Objeto	Local	Tombamento aprovado, mas ainda sem inscrição

No Quadro 1, as características dos tombamentos são apresentadas por meio de variáveis aplicadas para esta análise, a saber:

- **Denominação:** nome do bem em forma resumida, a partir da denominação encontrada no Portal do IPHAN;
- **Década:** década na qual foi realizada a inscrição do bem;
- **Cidade:** município em que o bem está localizado;
- **UF:** unidade da federação;
- **Região:** região geográfica na qual o bem está localizado;
- **Participação no pedido:** indica se o cemitério, ou elementos desse, foram os únicos motivadores do tombamento, ou seja, *objeto* do tombamento ou, quando ele foi *parte* do conjunto tombado valorado na inscrição do bem;
- **Tipo do Tombamento:** indica o que foi preservado pelo tombamento, podendo ser: *convencional* - quando se trata, em geral, de um cemitério tradicional em seu conjunto, composto de sepultamentos que podem apresentar-se em túmulos, mausoléus e delimitados por muro; *local* - quando se refere a um lugar de sepultamento, que não um cemitério convencional, mas que pode possuir construções tumulares; ou *elementos* - quando se refere a elementos constitutivos do cemitério, podendo ser túmulos, estátuas e outros, e não o cemitério em seu conjunto;
- **Livros de tombos:** indica em quais livros estão inscritos os tombamentos.

Analisando o Quadro 1 é possível verificar que estes tombamentos têm suas especificidades. Para discutir de que forma os cemitérios são inclusos, como parte do patrimônio reconhecido como nacional foi preciso atentar para os dados presentes na tabela e tecer algumas considerações. A partir da análise do quadro foi possível construir gráficos que sintetizam as características dos 15 cemitérios levantados, apresentados juntos com a análise, a seguir.

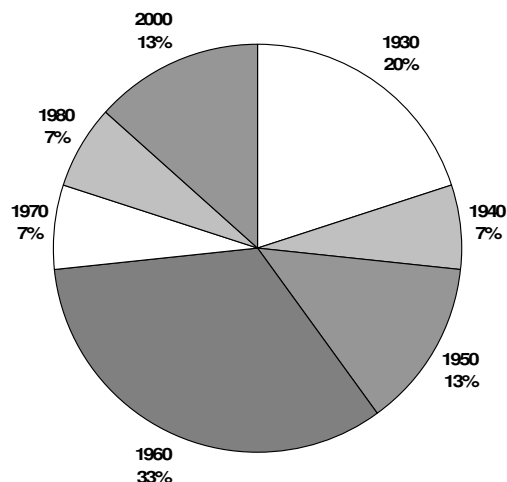


Gráfico 1 - Distribuição por década

Para iniciar a análise dos dados, com base no Gráfico 1, verificou-se que os tombamentos foram iniciados na década de 1930, sendo que a maioria (73%) ocorreram nas quatro primeiras décadas de atuação do IPHAN, com destaque para a década de 1960, na qual ocorreram 05 (cinco) tombamentos (33%).

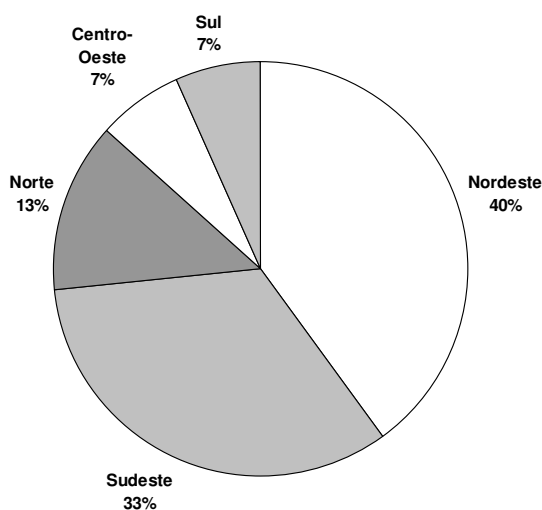


Gráfico 2 - Distribuição por região

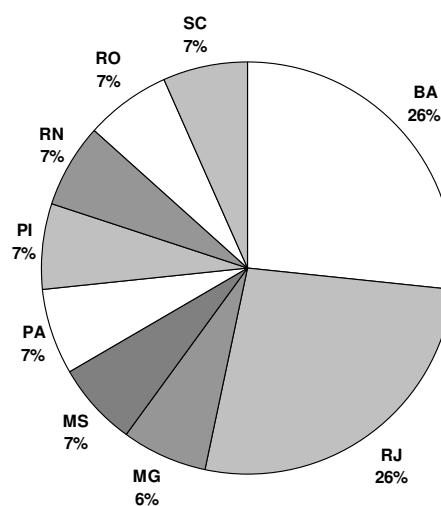


Gráfico 3 - Distribuição por unidade da Federação

No Gráfico 2 foi possível inferir que as regiões Nordeste e Sudeste são as que possuem o maior número, 40% e 33%, respectivamente. Com relação às UF, o Gráfico 3, aponta que os estados do Rio de Janeiro e Bahia concentram o maior número de tombamentos - perfazendo um total de 52% do total.

O Mapa 1 a seguir, apresenta a distribuição destes tombamentos no território nacional. Os números correspondem ao número de identificação de cada tombamento presente no Quadro 01.



Mapa 1 - Distribuição geográfica dos tombamentos do IPHAN

O Gráfico 4 demonstra que a maioria (67%) dos tombamentos foram motivados especificadamente por cemitérios ou elementos destes. São ações diretamente relacionadas com o papel e a representatividade destes locais para a memória coletiva, que não estando relacionados com outros bens ou como partes de conjuntos paisagísticos, destacaram-se por seus elementos, dentre outros, lugares citadinos.

Estes tombamentos não foram inscritos nos Livros de Tombo junto a outros bens, como o caso dos tombamentos que estão no Quadro 1 classificados por *parte*. Apesar do tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade de Mucugê, especialmente o Cemitério (BA), no qual, o cemitério ganha destaque no conjunto tombado, estes

tombamentos referem-se a cemitérios inclusos e valorados na inscrição como parte do conjunto ao qual se solicitou tombamento, não sendo o único objeto.

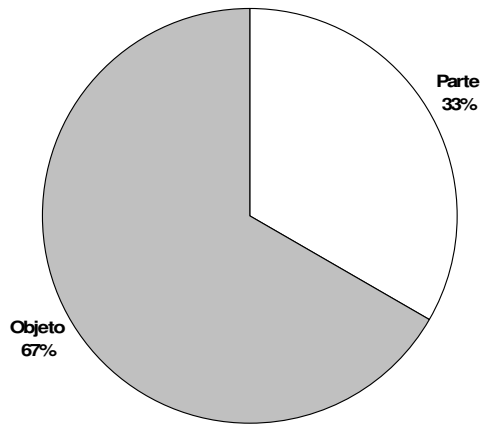


Gráfico 4 - Distribuição por participação do bem no pedido de tombamento

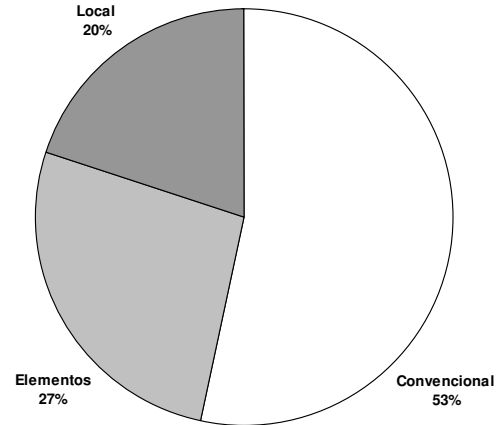


Gráfico 5 - Tipo do tombamento

Sobre o Gráfico 5, que apresenta os tipos do tombamento, dos 15 (quinze) tombamentos, 27% são somente de *elementos* funerários, 20% são de *locais* de sepultamentos, valorações direcionadas a locais de sepultamentos que nem sempre chegam a formar cemitérios oficiais. Tais tombamentos têm, geralmente, sua importância ligada à história nacional, como é o caso do Cemitério do Batalhão que foi declarado Monumento Nacional, pelo Decreto nº 99.058, de 07/03/1990. Os demais tombamentos, que perfazem a maioria (53%), são dirigidos a cemitérios convencionais e seu conjunto.

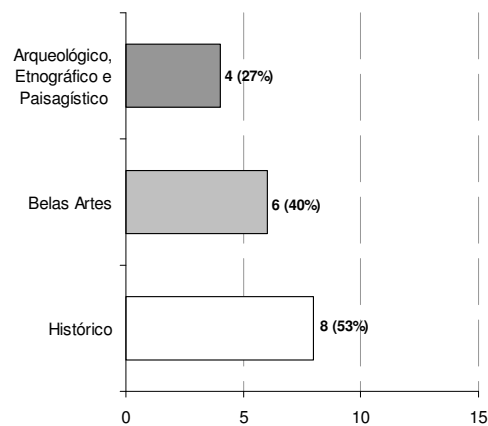


Gráfico 6 - Distribuição nos Livros de Tombo

Com relação à inscrição dos cemitérios nos Livros de Tombo, apresentada no Gráfico 6, foi possível perceber, que os cemitérios podem estar inscritos em mais de um dos Livros, sendo que o Livro Histórico é o que possui o maior número de registros (53%). No Livro de Belas Artes também estão um número considerável de registros (40%), e finalmente no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico a menor quantidade (27%), cabendo lembrar que são inscrições, muitas vezes, concomitantes e que o Cemitério da Candelária (Estrada de Ferro Madeira Mamoré) e Lugar de sepultamento do guia Lopes, o Cel. Camisão e o Ten. Cel. Juvêncio ainda não foram inscritos em Livros de Tombo. Tais números indicaram que os atributos mais relacionados ao patrimônio funerário, são os históricos e artísticos.

A análise dos dados relacionados aos tombamentos funerários realizados pelo IPHAN, aqui apresentada, foi importante para apreender alguns dos aspectos presentes nestas ações direcionadas a preservação do patrimônio funerário. A partir dos dados e dos gráficos, é possível inferir, que os cemitérios são inseridos de diferentes formas nas ações de proteção efetiva. Os dados apontaram para uma variada composição do conjunto de tombamentos formada por cemitérios, locais ou memoriais de sepultamento e por determinados elementos isolados, como portões, lápides e túmulos destacados por diferentes motivos como de importância para a história nacional.

Foi também possível perceber a marcante concentração geográfica do patrimônio funerário considerado de importância nacional nas regiões Sudeste e Nordeste, como também, a ocorrência maior destes tombamentos na década de 1960. Ao comparar tais dados com o tombamento do Cemitério do Imigrante, procurando localizar seu lugar neste conjunto, vê-se que este ocorreu em um dos períodos de maior concentração de tombamentos, em 1962, mas que se encontra fora das regiões que concentram a maior parte do patrimônio funerário tombado nacionalmente. O Cemitério do Imigrante está localizado em uma região que não apresenta outros tombamentos cemiteriais e passados quase 50 anos ele mantém seu pioneirismo no Estado, o que também lhe confere um caráter peculiar: é o único de Santa Catarina e também da região sul, a ter representatividade nacional reconhecida por tombamento.

2.1.1 - A cidade vista a partir de pareceres de tombamentos cemiteriais do IPHAN

Como forma de refletir, sobre os elementos ou valores evidenciados para a preservação e a manutenção dos cemitérios, dentro das cidades contemporâneas, e sobre as identificações dos cemitérios com as cidades, nas quais, estão inseridos, foram selecionados

alguns processos e pareceres³⁵ emitidos em tombamentos cemiteriais do IPHAN. Os pareceres são parte do processo instaurado para solicitar a efetivação da proteção de um bem junto ao IPHAN. Neles, conselheiros e funcionários do órgão emitem suas considerações acerca do pedido de tombamento. A análise de tal material contribuiu com um panorama de considerações acerca da importância destes locais para a história e a memória coletiva e permitiu a percepção das diferentes formas como estes se inserem de outra maneira nas cidades, não deixando de ser locais de sepultamentos, mas ganhando outra condição como se verifica nos pareceres apresentados a seguir.

Passando à análise dos pareceres, o caso do Processo nº 974-T-78 - Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade de Mucugê e especialmente o cemitério do Mucugê (BA), diante da proposta de tomar o cemitério e o casario de pedra, no parecer de Dora Alcântara³⁶ emitido em 04/04/1979 é alegado como motivo de tombamento, o caráter excepcional deste conjunto, especialmente do cemitério. Como quesitos importantes para preservação do cemitério neste conjunto, ressalta a presença de elementos materiais que se destacam por sua criatividade, como túmulos em formatos que reproduzem igrejas com arcos e, sobretudo, seus campanários, que remetem à formação rochosa das elevações pedregosas que envolvem a cidade (PT nº 974-T-78).

Já o parecer de Lygia Martins Costa³⁷ dado ao mesmo processo em 31/8/1979, apesar de alegar que as fotos existentes no processo não permitiram visualizar com exatidão os móveis de interesse, recomenda o tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade, com referência especial ao cemitério e casario de pedra seca (PT nº 974-T-78).

Nestes pareceres, percebe-se o destaque dado ao cemitério dentro do conjunto arquitetônico e paisagístico em questão. Foram enfatizando valores como, por exemplo, a criatividade arquitetônica de seus túmulos com formatos que podem ser associados ao ambiente natural que envolve a cidade. Interessante perceber que além de valores arquitetônicos atribuídos como importantes na preservação deste cemitério, um outro valor que o relaciona com a cidade é identificado: a proximidade das formas arquiteturais criadas por meio de seus campanários com a geografia da própria cidade, constituída por pontas rochosas de elevações pedregosas. Pode-se inferir que é uma maneira diferente de ver a cidade em seu cemitério, que não ocorre somente sobre seus personagens ali sepultados, mas

³⁵ As informações apresentadas sobre os processos e os anteprojetos de Pedro Calmon e Afonso Arinos são parte do conjunto documental cedido para análise por Adler Homero Fonseca de Castro (IPHAN).

³⁶ Dora Alcântara foi consultora do IPHAN.

³⁷ Lygia Martins Costa, museóloga, formada em 1948, assumiu a Seção de Arte e, depois da aposentadoria de Lúcio Costa, a Diretoria de Tombamento e Conservação do IPHAN.

sim em sua forma que parece remeter a aspectos paisagísticos característicos da cidade de Mucugê na Bahia.

Seguindo para outro Processo, o de nº. 603-T-59 - Túmulos de Peter Wiliam Lund, Pedro Andréas Brandt, Guilherme Behrens e João Rodolfo Muller, localizados em Lagoa Santa (MG) este apresenta questões peculiares em seu andamento. Além de conter a solicitação da inclusão no Orçamento Geral da República de uma renda para a restauração destes túmulos que se encontravam em estado de abandono, solicita também mudanças arquitetônicas nos túmulos e em sua disposição, visando assim um novo partido arquitetônico (PT nº. 603-T-59).

O pedido de tais mudanças parece destoar de alguns valores considerados como fundamentais na preservação dos bens culturais, como autenticidade e originalidade. Tal solicitação parece indicar que está sendo valorado de forma especial o local de sepultamento e, não da mesma forma, as construções tumulares ali existentes. Algo que pode ser percebido nos motivos alegados para o tombamento, como sua importância histórica dado que se trata do local de sepultamento de *Peter Wiliam Lund*, pai da Paleontologia Brasileira, conhecido no mundo inteiro.

A partir desta solicitação encontram-se pareceres, como de Carlos Drummond de Andrade³⁸ emitido em 08/02/1960, que se posiciona como favorável ao tombamento destes túmulos, sugerindo seu encaminhamento e também um novo arranjo no local a partir da solicitação das mudanças (PT nº. 603-T-59).

O parecer de Afonso Arinos³⁹ em 07/03/1960, favorável ao tombamento desse conjunto funerário de Lagoa Santa, pede que o mesmo seja imediato e neste parecer vê-se a preocupação diante do pedido de reformas no local. Afonso Arinos pede que o Conselho encaminhe aos técnicos do IPHAN o estudo do novo agenciamento e que os projetos devam ser submetidos ao Conselho do órgão como previsto no Artigo 17 do Decreto-lei nº 25, de que não se pode fazer nenhuma alteração no bem tombado sem prévia autorização especial do SPHAN (PT nº 603-T-59).

Ele também destaca em seu parecer que por meio de uma foto presente no processo, foi possível verificar que não é um cemitério no sentido clássico, mas sim um pequeno monumento. Tal afirmação reforça a questão do pedido do tombamento estar direcionado a um local de sepultamento e não às obras funerárias ali presentes ou seus valores artísticos e arquitetônicos, tipo de tombamento já apresentado anteriormente na análise de dados. Os

³⁸ Carlos Drummond de Andrade foi responsável pelo Arquivo e Chefe da Seção de História (SH), do IPHAN.

³⁹ Afonso Arinos foi colaborador do IPHAN.

motivos centrados no valor histórico do lugar parecem destacar o local de sepultamentos por sua ligação com a história nacional, reconhecida por seu potencial arqueológico que atraiu e ainda atrai vários pesquisadores como no caso do paleontólogo Peter Wiliam Lund.

Em outro Processo, o de nº 0669-T-62 - Portão do Cemitério Arez no Rio Grande do Norte, aberto por transcrição do relatório do Sr. Osvaldo de Souza em 25/10/1961, vê-se que a solicitação do tombamento é motivada pelos valores arquitetônicos do portão construído em 1882, de autoria atribuída ao capuchinho Frei Herculano. Nos pareceres emitidos neste processo são expressos como motivos, questões relacionadas à sua forma e elementos artísticos, destacando sua singularidade e também suas características que lhe concedem o *status* de curiosidade arquitetônica, valor destacado por Lúcio Costa⁴⁰. Para Paulo Thedim Barreto⁴¹, em seu parecer favorável emitido em 05/01/62, encontram-se como motivos para a proteção deste bem, o fato de tratar-se de uma composição singular, bem ornamentada (PT nº 669-T-62). Composição singular e curiosidade arquitetônica são atributos que podem confirmar outro elemento na composição dos processos: o da raridade ou caráter único do bem a ser preservado, no conjunto de outros espaços e objetos citadinos.

No caso de outro processo, o do Cemitério da Soledade (PT nº 376-T-48), iniciado diante do risco de desapropriação deste cemitério, para a construção de vilas de casas do Instituto dos Comerciantes, é interessante acompanhar a justificativa desfavorável ao seu tombamento emitida por Rodrigo Melo Franco de Andrade⁴².

Em carta à Divisão de Estudos e Tombamento em 24/04/1948, Rodrigo Melo Franco de Andrade, comunica que considera um ato lamentável a destruição do cemitério. Mas, diante de um grande número de outros cemitérios de igual importância existentes no Brasil, e que não foram tombados para os fins do Decreto-lei nº 25 de 1937, que este seria um tombamento sem justificativa diante da recusa aos demais. Tal afirmação pode indicar a ocorrência de muitos pedidos de tombamento ou o fato de o autor contar com a impossibilidade de negar o tombamento de outros, caso este seja feito por tal motivo, o de evitar a desapropriação (PT nº 376-T-48).

Os motivos para a negativa, dados por Rodrigo Melo Franco de Andrade, podem estar relacionados, dentre outros, com o fato de neste período - década de 1940 - tais cemitérios, conhecidos como secularizados ou convencionais e geralmente os mais requeridos como dignos de tombamento atualmente, serem mais comumente encontrados. Muitos destes

⁴⁰ Lúcio Costa foi diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos - IPHAN.

⁴¹ Paulo Thedim Barreto assumiu em 1959 como chefe da Seção de Arte - IPHAN.

⁴² Rodrigo Melo Franco de Andrade chefiou o IPHAN, desde a fundação do órgão, em 1937 até 1968.

cemitérios foram retirados, desativados ou transferidos ao longo das últimas décadas. Isso torna cada vez mais difícil encontrar cemitérios ou mesmos túmulos construídos nesta tipologia, devido às mudanças ocorridas nos formatos tumulares ao longo das últimas décadas do século XX, o que parece valorá-los mais atualmente.

A arquitetura destes cemitérios, ainda neste período era comumente utilizada, o que não os tornavam uma excepcionalidade arquitetônica ou artística. Hoje tal arquitetura ganha um maior destaque dadas as mudanças ocorridas no formato dos túmulos que acabou por torná-los mais geometrizados com pouca adoção de adereços, alegorias e praticamente com o abandono da construção de grandes jazidos familiares aos moldes do século XIX. Tais características, ainda comuns no período da emissão da justificativa pelo não tombamento podem ter motivado sua negativa. Mas apesar de não ser favorável ao tombamento do cemitério, no qual ele não viu um caráter de excepcionalidade, pede para que haja alguma intervenção junto às autoridades de Belém para impedir a sua destruição e o processo foi arquivado em 29/05/1950 (PT nº 376-T-48).

Na década de 1960 volta à discussão o tombamento deste cemitério. Mário Barata⁴³ em carta à Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 13/12/1963 pede que seja reconsiderado o pedido de tombamento deste cemitério visando à preservação da primeira necrópole efetivamente construída naquela cidade, por seu valor urbanístico-paisagístico de importância crescente no panorama da cidade. Ele acrescenta como motivos, os elementos históricos e artísticos presentes neste cemitério e que passados quinze anos do pedido de Ernesto Cruz, representante do Departamento de Patrimônio Histórico Artístico Nacional (DPHAN) no Pará, as transformações ocorridas na cidade fortaleceram a importância dessa necrópole (PT nº 376-T-48).

O cemitério para Mário Barata, diante das mudanças urbanas, destaca-se como um pedaço que conservava na cidade, um momento histórico e a sua feição, desde sua fundação em 1850. Importante perceber como este valor relaciona o Cemitério da Soledade a uma porção de memória e da história da cidade que se vê ameaçada em sua integridade pelas transformações urbanas. Neste cemitério são projetados valores de salvaguarda da história da cidade, sobretudo, no plano urbanístico-paisagístico que estava em rápida transformação.

Outros motivos alegados completam os aspectos relacionais do cemitério com a cidade. São valores como sua uniformidade arquitetônica mantida pelo curto espaço de tempo de funcionamento, cerca de 30 anos, o que possibilitou uma unidade de concepção e artística. Além deste motivo foi apresentado o fato de estar localizado em uma zona residencial de

⁴³ Mário Barata, museólogo e historiador era neste período conselheiro do IPHAN.

gabarito baixo, o que fornecia à cidade, perto do seu centro, um elemento de meados do século passado que deveria ser preservado para as gerações futuras. Também foi destacado o seu caráter urbanístico-paisagístico, já que o mesmo era uma quadra verde de mangueiras e árvores regionais, com gradis externos e internos também destacados no processo como, obras de valor estético (PT nº 376-T-48).

Destaca-se ainda em seu processo, que passados os anos, ainda permanecem as ameaças de destruição do cemitério para construção de edifícios residenciais, sendo que assim, diante da pressão imobiliária existente na capital, se torna imperativo o tombamento da área do cemitério. Mário Barata pede que tais valores em defesa do tombamento do cemitério, sejam anexados aos elementos apresentados anteriormente pelo Dr. Ernesto Cruz, no processo iniciado em 1948 e que foi arquivado.

Paulo Thedim Barreto em 20/10/1963 envia parecer favorável pelo tombamento, pelos motivos defendidos por Mário Barata, principalmente pela pressão exercida no cemitério pela forte especulação imobiliária e Lúcio Costa em seu parecer de 24/12/63, também se manifestou de acordo. Rodrigo Melo Franco de Andrade manda notificar o tombamento que ocorre em 23/01/1964 (PT nº 376-T-48).

Na tabela de tombamentos de patrimônio funerário do IPHAN, os processos e os pareceres apresentados, evidenciaram alguns valores atribuídos aos cemitérios em seus tombamentos. Ações que reiteraram a forma como este órgão relaciona o que deve ser preservado por seu valor para a memória coletiva do país. No caso dos cemitérios, é possível perceber, que os tombamentos, em sua maioria, são direcionados, principalmente, aos seus elementos materiais que ganham destaque em túmulos, estátuas e pórticos de entrada. Outros valores como o caráter ritual destes espaços, mesmo em projetos de preservação atual, são pouco citados. Sobre tal questão, o historiador Adler Homero Fonseca de Castro ressalva que o IPHAN busca por meio de suas ações a preservação dos valores culturais e que, portanto, o que se preserva não é a coisa física em si, já que ela é só um suporte do valor tombado, que é cultural. O que se busca preservar é o significado que o bem tem e que necessita também de suas características materiais para a garantia do seu valor (CASTRO, 2008).

Sobre a atuação do IPHAN, de acordo com o mesmo, este órgão, ainda não tombou nenhum cemitério em uso, todos eles, ao serem tombados, já estavam desativados. Tombar um cemitério em uso tem suas implicações. Em grande medida, com os sepultamentos não haveria como garantir a integridade do bem, haveria a necessidade de uma negociação com os proprietários dos túmulos que poderia prever, dentre outras, soluções além do

acompanhamento de técnicos na abertura dos túmulos, novos espaços para os sepultamentos, negociação que ao modo de outros casos de bens tombados, envolve negociações e conflitos.

Sendo o tombamento um instrumento legal, é importante refletir sobre sua ação em relação aos cemitérios quando se trata da manutenção de seus valores originais como um lugar de sepultamento. A pesquisa realizada apontou que a relação, “bem tombado/uso do bem”, ao se tratar de um cemitério, toma uma dimensão diferente de outros itens tombados como, por exemplo, uma casa. No caso de uma casa, esta pode ser utilizada por seus proprietários para habitação ou outros usos, como por exemplo, comerciais, respeitando as questões relacionadas com sua preservação, previstas em seu tombamento. Mas no caso dos cemitérios, boa parte das práticas habituais realizadas em um túmulo, por seus proprietários, podem prejudicar, em grande medida, a preservação do bem. E não são somente, com relação, aos sepultamentos a serem realizados nestes locais. Até mesmo costumes, como lavar os túmulos ou pintar, ações realizadas como parte dos ritos de Finados de “cuidado” com os mortos, podem ter sua ação restringida, na maioria dos casos, diante da possibilidade de transfigurar o bem com a realização destas práticas.

Tal restrição, que pode ocorrer como modo de preservar a integridade física do bem, pode soar muitas vezes como um obstáculo ao zelo pelos mortos por familiares e responsáveis, algo percebido nas pesquisas realizadas sobre tombamento de cemitérios e sobre o Cemitério do Imigrante.

É principalmente nesta contenda que o cemitério apresenta sua singularidade: não poder mudar a fachada de uma edificação tombada, em grande medida, não representa o mesmo que não poder cuidar, de acordo com rituais já há muito praticados, de um jazigo familiar. São questões que se impõe ao se tratar de um cemitério ou de um túmulo que passa a ter um caráter excepcional, que leva ao seu tombamento, quando este ainda tem interessados em sua manutenção.

Aqui fica o valor de um trabalho que congregue atividades de educação patrimonial e divulgação deste novo caráter atribuído ao cemitério, principalmente com os proprietários e responsáveis pelos túmulos nele presentes. A experiência de Joinville (SC), por meio do seu último projeto de preservação, mostra a importância de se estabelecer um diálogo entre as partes envolvidas na manutenção do cemitério, por meio de atividades de educação patrimonial e de divulgação da particularidade assumida por estes locais, com o tombamento. Trabalhos junto à comunidade e, principalmente, junto aos responsáveis pelos túmulos.

Por serem cemitérios, o cuidado com o valor destes bens que celebram os mortos perpassa de forma particular suas características formais, artísticas ou históricas destacadas,

como especiais ou originais. Trata-se, neste caso, de agir pela proteção e pelo resguardo de valores que podem tocar um valor essencial presente nestes artefatos humanos: a memória e a guarda dos mortos. Os cemitérios por suas especificidades, quando partícipes de ações de preservação e tombamentos, algo ainda pouco comum nas cidades brasileiras, pedem a observação de tais questões relacionadas a seu caráter também de local de veneração e de rituais.

São várias questões que se impõe na preservação dos cemitérios e a experiência de diferentes iniciativas no Brasil e no mundo podem elucidar caminhos neste processo.

2.2 - Considerações sobre a importância de preservação dos cemitérios em várias cidades no Brasil e no exterior

O cemitério é por si, o lugar da luta pelo não esquecimento, pode ser comparado a um grande monumento ou a um conjunto de monumentos erguidos em memória dos entes que se foram, sendo, portanto, um lugar da rememoração. É o local de sepultamentos, mas também pode ser fonte de informações ou referências para o estudo da história e da cultura. Para o pesquisador Harry Bellomo (2000) os cemitérios podem ser analisados como fontes:

- para preservação da memória familiar e coletiva, por meio da análise das inscrições, fotos, datas, dados pessoais ou profissionais;
- de estudo das crenças religiosas, por meio de símbolos, estátuas e pinturas de Cristos, anjos, crucifixos e estátuas de santos que permitem conhecer as devoções mais comuns da região analisada;
- de expressão do gosto artístico, indicando as preferências e escolhas particulares e públicas acerca de ornamentos;
- de preservação das identidades étnicas, analisando os nomes das famílias e as fotografias, sendo possível saber a origem e a etnia dos habitantes da área.

Na perspectiva do patrimônio cultural, como “[...] tudo aquilo que constitui um bem apropriado pelo homem, com suas características únicas e particulares” (FUNARI; PINSKY, 2005, p. 08) os cemitérios, como elementos que compõe o conjunto da produção humana, podem assim ser apropriados como representantes ou como bens de referência cultural para determinado grupo ou lugar. Também a Constituição Federal, em seu art. 216, estabelece que são considerados patrimônio cultural:

[...] os bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I) as formas de expressão; II) o modo de criar, fazer e viver; III) as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (PR, 2008).

Considerando esta definição, os cemitérios se encontrariam, por diferentes aspectos, dentre os bens ou espaços a serem preservados, por seu caráter memorialista, pelas diferentes manifestações artístico-culturais presentes em suas construções funerárias e por seus ritos.

No Brasil e no exterior, algumas iniciativas, como por exemplo, associações, declarações, leis, tombamentos e atividades turísticas encontradas na pesquisa do tema, têm lançado novos olhares e novas questões sobre a preservação do patrimônio funerário. Acompanhar tais discussões evidenciou que o tema dos cemitérios como bens culturais é antigo, apesar de ainda encontrar resistências. Começando pelas iniciativas nacionais, a partir de pesquisa efetuada nas edições da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do IPHAN⁴⁴, foi possível encontrar referências à necessidade de preservar os cemitérios nas primeiras décadas do século XX. A citação abaixo está presente em um artigo de 1937 e mostra, que já em 1925, o autor Raimundo Lopes manifestava sua preocupação com os cemitérios:

Num desses artigos (Revista da Semana⁴⁵, de 24-1-1925), tratei do ‘Cemitério dos Tamarindeiros’, no local do antigo engenho de S. Bonifácio do Maracú, da missão jesuítica da Conceição, hoje cidade de Viana. Chamo a atenção para esses vestígios das catequeses e especialmente, como dignos de zelosa conservação, para os três velhos tamarindeiros que deram o nome ao cemitério [...] (LOPES, 1937, p. 83).

Mais tarde em 1968, o problema da preservação dos cemitérios apareceu em propostas de leis. No processo da Estátua do mausoléu da família do Barão de Cajaíba (BA) a discussão acerca da possibilidade de garantir a proteção efetiva de túmulos e mausoléus, que tenham valor histórico e artístico, aparece no decorrer do processo na sugestão de uma lei pela proteção dos monumentos funerários (PT nº 778-T-66).

A discussão surgiu por iniciativa do conselheiro Pedro Calmon⁴⁶ que enviou uma proposta de projeto de lei, motivada pela denúncia realizada em 1966 ao 2º Distrito da

⁴⁴ Todos os números da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde a sua criação em 1937 estão disponíveis no Portal do IPHAN no endereço: <<http://portal.iphan.gov.br/portal>>. Acesso em: 05 dez. 2007.

⁴⁵ A *Revista da Semana* foi um semanário brasileiro editado de 1900 a 1962. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Revista_da_Semana>. Acesso em: 05 dez. 2007.

⁴⁶ Pedro Calmon foi membro do Conselho Federal de Cultura.

Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em Salvador, sobre a negociação da escultura presente no mausoléu da família do Barão de Cajaíba, objeto de tombamento do processo em questão. Buscando evitar novas ações desta natureza, como a transação e danificação de monumentos funerários, o Conselheiro Pedro Calmon propõe para a Comissão de Legislação e Normas do Conselho Federal de Cultura, o anteprojeto que segue:

Art. 1º - São insusceptíveis de transação ou negócio de qualquer espécie os túmulos perpétuos, de interesse histórico e artístico, nos cemitérios públicos.
Art. 2º - Os órgãos técnicos federais, estaduais ou municipais competentes declararão às entidades responsáveis pelos cemitérios públicos quais os túmulos cujo interesse histórico e artístico os coloca sob a proteção da presente lei.
Art. 3º - Será considerada nula, não podendo ser registrada nos livros próprios dos cemitérios públicos, qualquer escritura que envolva alienação onerosa ou gratuita, por parte de descendentes, ou cessão de uso, dos túmulos a que se refere o art. 1º (PT nº 778-T-66).

Em resposta, Renato Soeiro⁴⁷ destaca o valor de tal anteprojeto e se solidariza com o pedido realizado pelo conselheiro motivado pela preocupação com a proteção dos cemitérios brasileiros. Mas salienta, que os artigos que o compõem ou já estão presentes na legislação, como é o caso do artigo 2º, ou como estão elaborados, se tornam inconstitucionais, caso dos artigos 1º e 3º.

Explica que o artigo 1º implicaria colocar fora de comércio, a propriedade privada, esvaziando-a em um dos seus atributos elementares, que é a disposição de uso, facultada a seu dono e que independe da desapropriação. O mesmo ocorre no artigo 3º, que diz respeito à alienação gratuita e a cessão de uso, cuja ação também restringe a disponibilidade do bem, de forma provisória ou definitivamente. Ambos os artigos, destituem direitos assegurados por lei aos proprietários em relação a seus bens e, portanto, não podem ser efetivados por meio de lei. Tais medidas somente poderiam ser aplicadas, pelos órgãos competentes, a partir da aceitação de pedido de tombamento.

Renato Soeiro, em sua resposta apresenta o estudo elaborado pelo Conselheiro Afonso Arinos, o qual tem relação com as preocupações manifestadas pelo Conselheiro Pedro Calmon em seu anteprojeto. O estudo elaborado por Afonso Arinos também busca resguardar os monumentos funerários e propõe às autoridades, também em forma de um anteprojeto de lei, uma complementação da legislação protetora dos bens culturais. O anteprojeto de Afonso Arinos está a seguir:

Art. 1º - Os monumentos funerários perpétuos, de valor histórico ou artístico, existentes nas necrópoles e cemitérios religiosos ou leigos, como bens fora

⁴⁷ Renato Soeiro foi arquiteto da Seção de Conservação e diretor do IPHAN de 1967 a 1979.

do comércio, não podem ser objeto de cessão a terceiros não pertencentes às famílias usuárias, ainda mesmo a título gratuito. Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário (PT nº 778-T-66).

A presente proposta de lei também procurava impedir que monumentos funerários de valor histórico ou artístico (pelo teor do anteprojeto seriam provavelmente bens já com proteção efetiva) fossem vendidos a terceiros que pudessem os desfigurar, a exemplo do que ocorreu na Bahia com o monumento funerário da família do Barão de Cajaíba, que esteve na eminência de ser negociado. Também este anteprojeto de Afonso Arinos não virou lei e de, forma específica, não há leis que conduzam a ações específicas relativas ao patrimônio artístico ou histórico funerário visando a preservação deste patrimônio.

No Compromisso de Brasília de abril de 1970, assinado no “1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais”, a preocupação com a preservação dos cemitérios está presente. Estão no pedido leis que defendem a integridade destes espaços como mostra a declaração a seguir: “Urge legislação defensiva dos antigos cemitérios e especialmente dos túmulos históricos e artísticos e monumentos funerários” (COMPROMISSO DE BRASÍLIA, 1970).

Dentre outras ações e discussões em defesa do patrimônio funerário no Brasil está o Conselho Federal de Cultura (CFC) que foi criado por meio do Decreto-Lei nº 74, de 21/11/1966. O CFC permaneceu em funcionamento por mais de 20 anos e teve sua dissolução decretada em 1990, na gestão do Presidente Collor. Dentre as atribuições deste conselho estavam: a formulação de uma política cultural nacional; o reconhecimento de instituições culturais; a atualização do registro das instituições; a promoção de campanhas nacionais e a criação de conselhos estaduais e municipais de cultura.

O CFC era dividido em câmaras e deles participaram Adonias Filho, que presidiu a Câmara de Letras, Rodrigo Melo Franco de Andrade, a de Patrimônio, Clarival do Prado Valadares, a de Artes e Arthur César Pereira Reis, a de Ciências Humanas. Dentre os estudos e pedidos enviados estavam questões relacionadas à destruição de jazigos com valor histórico que suscitaram discussões sobre a defesa destes bens. Dentre as ações do CFC pode-se destacar a publicação da pesquisa do membro Clarival do Prado Valladares, considerado referência nos estudos cemiteriais no Brasil, a obra: “Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros”, publicada em 1972, edição do Conselho Federal de Cultura, uma fonte importante no estudo da temática cemiterial (CALABRE, 2006).

Entre outras ações relacionadas aos cemitérios, pode-se destacar a declaração de monumento nacional concedida ao Cemitério do Batalhão, no Estado do Piauí. Apesar de já estar tombado desde 30/11/1938, reforça-se nesta ação, a sua importância e questões já debatidas nesta dissertação acerca da relação entre patrimônio e monumentalização dos bens preservados. Além dessas, tal ação representa uma importante iniciativa no conjunto de proposições pela preservação cemiterial.

Os tombamentos cemiteriais são encontrados em algumas cidades do Brasil, como foi apresentado, por meio das ações de tombamentos do patrimônio funerário pelo IPHAN. Fora as iniciativas federais, alguns estados já incluem os cemitérios em seu conjunto de bens patrimoniais. No Paraná, elementos funerários foram tombados pela Secretaria de Estado da Cultura Estadual, como o jazigo da família Correia em Paranaguá. Inscrito no livro de Tombo Histórico em 17/05/1991, neste jazigo está enterrado Dr. Leocádio José Correia, que na segunda metade do século XIX, foi médico, político e escritor. São creditados a ele, poder de cura e sua tumba é considerada um ícone da cultura paranaense. Também o panteão do Cemitério de Santa Felicidade, em Curitiba, inscrito no Livro de Tombo Histórico em 20/06/1977, inaugurado em 01/11/1897, foi tombado pela Secretaria de Estado da Cultura Estadual do Paraná (CPCP, 2008).

Ainda no Brasil, em São Paulo, o Cemitério da Consolação foi tombado pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo), em 09/07/2005 e, vem se firmando, como lugar de visitação turística nesta cidade. Sendo o primeiro cemitério municipal da cidade, fundado em 10/07/1858, ele abriga cerca de 8.500 túmulos, dos quais, mais de 200, foram considerados de valor histórico e artístico. Dentre os sepultados estão: Monteiro Lobato, Marquesa de Santos, Tarsila do Amaral, Mário e Oswald de Andrade, Ramos de Azevedo, neste que é chamado pela prefeitura de São Paulo de “um verdadeiro museu a céu aberto” (PMSP, 2008). O tombamento também incluiu o Cemitério dos Protestantes, de 1864, e o Cemitério da Ordem Terceira do Carmo, localizados na mesma área, não se restringindo aos muros do Cemitério Consolação, mas incluiu a quadra formada pelas Ruas da Consolação, Cel. José Eusébio, Mato Grosso e Sergipe (PMSP, 2008).

Passando as iniciativas, como associações, no Brasil merece destaque o início das atividades da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC), fundada na Universidade de São Paulo (USP) durante o seu primeiro Congresso, que em 2004, reuniu pesquisadores de

diferentes estados brasileiros⁴⁸. Neste ano realizará seu IIIº Encontro Nacional, em julho de 2008, na cidade de Goiânia. Dentre suas atividades, realiza encontros nacionais, a cada dois anos, divulga e fomenta, por meio de seus membros, as pesquisas cimiteriais pelo Brasil, utilizando um grupo de discussão, onde são divulgadas publicações e pesquisas sobre o tema. O presidente da Associação, Eduardo Coelho Morgado Rezende, possui uma editora a *Necropolis*⁴⁹ especializada na publicação de livros sobre o tema.

Foram apresentadas algumas das ações direcionadas ao patrimônio funerário no Brasil. Ações que indicaram que a preocupação com a proteção dos cemitérios, já estão presentes nas primeiras décadas do século XX e segue ao longo das últimas décadas em anteprojetos, compromissos e associações. Durante as décadas de 1960 e 1970, o interesse pelos cemitérios, despertado pelos seus valores patrimoniais, começa a aparecer e é desse período as primeiras publicações sobre o tema da arte funerária no Brasil⁵⁰. É importante destacar que o tema dos cemitérios como bens patrimoniais têm crescido em vários países do mundo, como será destacado a seguir.

Passando ao âmbito das ações internacionais, algumas iniciativas serão apresentadas neste trabalho como forma de destacar sua colaboração na discussão sobre a importância da preservação dos cemitérios. Em 1945, foi criado o *National Trust of Austrália (NSW)* que recentemente publicou um guia, o *Guidelines for cemetery conservation* (Orientações para conservação dos cemitérios) para prestar assessoria e assistência técnica especializada em assuntos relacionados com a conservação e gestão dos cemitérios. Este Guia é baseado no livro *Cemitérios*, um primeiro documento produzido pela NSW em 1985, compilado pelos membros da Comissão de cemitérios (GOCC, 2008).

Declarando que os cemitérios constituem uma parte importante do patrimônio da Austrália, a publicação defende, dentre suas diretrizes, a preservação dos cemitérios como locais significativos para a comunidade. Destaca que a maioria deles, têm significado cultural e também natural, pela presença de plantas nativas, pássaros e animais. Assim, a conservação dos cemitérios seria também importante para a manutenção desta importância, atributos que foram encontrados no tombamento do Cemitério do Imigrante de Joinville, no qual se destaca seu valor paisagístico e natural, mas que não se configuram nos motivos mais apresentados nas ações pela preservação destes bens no Brasil (GOCC, 2008).

⁴⁸ A pesquisadora faz parte da Associação desde sua fundação, tendo participado com apresentação de trabalhos nos Congressos.

⁴⁹ *Necropolis* Editora. Disponível em: <<http://www.necropolis.com.br/>>. Acesso em: 21 jul. 2007.

⁵⁰ Como a obra: VALLADARES, Clarival do Prado. **Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros**: um estudo da arte cimiterial ocorrida no Brasil desde as sepulturas de igrejas e as catacumbas de Ordens e Confrarias até necrópoles secularizadas. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, vol. I, 1970.

Além de traçar diretrizes essenciais para a conservação dos cemitérios, o guia também oferece várias razões para a preservação do patrimônio funerário, já manifestadas em outras iniciativas. Dentre elas, o fato dos cemitérios serem, muitas vezes, o único lugar de registros como nomes e datas, não mais existentes em outras fontes, como por exemplos, arquivos de igrejas ou cartórios. O guia também ressalva que igualmente os cemitérios contemporâneos e ainda em uso, são preciosos documentos da história social e também das alterações do gosto artístico e do *design* destes espaços.

A contribuição singular desta publicação para a discussão acerca da significância dos cemitérios como bens culturais é a presença de critérios ou parâmetros de classificação dos cemitérios que foram estabelecidos como metodologia para conduzir o trabalho de avaliação patrimonial destes espaços. O objetivo da metodologia, sugerida no guia, é de garantir que elementos considerados importantes, sejam contemplados na avaliação do seu patrimônio.

O *National Trust of Australia (NSW)*, a instituição que produziu o guia, elaborou uma lista com dez valores específicos para cemitérios. Esta instituição adotou os valores patrimoniais descritos na Carta de Burra (1980) e na Carta do Patrimônio Natural da Austrália e aplicou-os diretamente para cemitérios. Estes critérios ou valores patrimoniais⁵¹ estão abaixo identificados e podem ser utilizados como base para contemplar diferentes elementos que o guia considera, como essenciais, no processo avaliativo destes patrimônios, a saber:

- 1 - Valores históricos;
- 2 - Valores religiosos;
- 3 - Valores sociais;
- 4 - Informações genealógicas;
- 5 - Valores artísticos, criativos e ou sobre uma técnica construtiva;
- 6 - Valor local, ou seja, sua importância com relação ao seu entorno natural e edificado;
- 7 - Valores paisagísticos;
- 8 - Elementos botânicos, ou seja, conter exemplares de planta rara ou nativa;
- 9 - Existência de elementos de apoio à vida natural - cemitério como habitat natural;
- 10 - Por guardar os antepassados.

O órgão oficial que protege o patrimônio na Austrália, o *NSW Heritage Office* possui uma lista com 07 (sete) critérios utilizados para determinar o significado patrimonial de um item ou local. Para um cemitério ser incluído na lista de proteção patrimonial estes devem ser

⁵¹ Critérios apresentados na forma traduzida do original em inglês pela autora.

utilizados em sua avaliação. A realização desta avaliação padrão aumenta a probabilidade de financiamento ou apoio do próprio órgão de patrimônio ou de outras agências governamentais em prol da preservação do bem. Os critérios para avaliar um item ou local são os seguintes:

- 1 - Ser importante ou ser um modelo para a história cultural ou natural;
- 2 - Ter associação forte ou especial com a vida ou com o trabalho de pessoas, ou o grupo de pessoas com importância na história cultural ou natural;
- 3 - Ser importante para a demonstração de características estéticas e/ou um alto grau de realização criativa ou técnica;
- 4 - Ter associação forte ou especial com uma determinada comunidade ou grupo por razões sociais, culturais ou espirituais;
- 5 - Ter potencial para produzir informação e contribuir para a compreensão da história cultural ou natural;
- 6 - Possuir aspectos incomuns, raros ou em perigo da história cultural ou natural;
- 7 - Ser relevante para demonstração das características principais de uma classe, ou ambientes culturais ou naturais.

Para definir quais critérios adotar na avaliação dos valores patrimoniais dos cemitérios, a *National Trust of Australia (NSW)*, apresentou 10 (dez) valores patrimoniais especificamente desenvolvidos para cemitérios como vê-se acima. O *NSW Heritage Office* possui sete critérios mais amplos que se aplicam igualmente a casas, parques e cemitérios também apresentados acima. A NSW fez uma tabela comparativa dos valores apresentados pelos dois órgãos supracitados, como também da Carta de Burra (1980) e Carta do Patrimônio Natural da Austrália e verificou que seus 10 (dez) critérios abrangem os demais critérios desenvolvidos nas cartas de conservação, permitindo assim uma análise específica da significação natural e cultural de um cemitério (GOCC, 2008).

Tais orientações propostas pelo guia buscam criar uma metodologia que pode ser adotada nos diagnósticos de cemitérios patrimoniais. Sendo aplicadas ou não, elas enfatizam em sua proposta a possível e marcante relação entre cemitérios e patrimônio, colaborando com a apresentação de atributos de significado patrimonial que podem ser encontrados nestes espaços. O guia sistematiza além de critérios as diferentes etapas na conservação do patrimônio funerário.

Seguindo com as ações direcionadas a proteção dos cemitérios a *Association of Significant Cemeteries in Europa - ASCE* (Associação de Cemitérios Históricos Monumentais) também conhecida como Rede Européia de Cemitérios Significativos (RECS)

foi fundada em Bolonha (Itália) em 2001, sendo representada por 107 cidades de 22 países e é composta por organizações públicas e privadas que gerem cemitérios significativos por seu patrimônio (ASCE, 2008).

Dentre as finalidades da ASCE, está a promoção do reconhecimento dos cemitérios como os bens culturais de excepcional importância, como também a colaboração, com ações para proteger, restaurar e assegurar a sua manutenção constante, incrementando o conhecimento dos cidadãos europeus sobre a importância destes lugares. Para cumprir tais propostas, a associação tem como objetivos: a cooperação em projetos comuns; a promoção das iniciativas legais necessárias para a melhor gestão dos cemitérios; a busca de espaços para o tema, nos meios de comunicação e nas publicações turísticas e literárias, como também aumentar o uso das novas tecnologias e apresentar projetos contemporâneos de cemitérios no *site* da associação. O *site*⁵² divulga vários eventos além de apresentar textos e propostas na defesa do patrimônio funerário, indicando sua atuação marcante e abrangente em várias cidades e países (ASCE, 2008).

Ainda dentro das iniciativas internacionais é preciso destacar a “Carta Internacional de Morelia de 2005” (ADIOS, 2008). A carta foi proposta durante o “VI Encontro Iberoamericano e “Primeiro Congresso Internacional de Valorização de Cemitérios Patrimoniais e Arte Funerária”, realizado nas cidades do México e de Morelia (México). A carta diz respeito à preservação dos cemitérios e da arte funerária e propõe, dentre outros, o conhecimento, a difusão e a apropriação social dos sítios funerários e de seus ritos. Esta carta por sua proposta e importância, dentro do tema aqui proposto, será apresentada detalhadamente⁵³.

No documento destaca-se que os monumentos, elementos e os ritos que acompanham o momento da morte são pouco valorados e recebem menos atenção que os demais equipamentos ou objetos presentes no meio urbano, apesar de guardarem importantes manifestações de patrimônio material e imaterial, declaração já enfatizada neste trabalho. Enfatiza que os sítios, monumentos, elementos e ritos funerários integram uma grande variedade de tipos e manifestações materiais e imateriais que devem ser considerados para a preservação (ADIOS, 2008).

Defende a preservação dos sítios funerários por congregarem paisagem e equipamentos urbanos, onde a arquitetura e a arte formam conjuntos e manifestações de

⁵² Associação dos Cemitérios Históricos Monumentais da Europa (ASCE). Disponível em: <<http://www.significantcemeteries.net/>>. Acesso em 22 jan. 2008.

⁵³ Tradução da autora.

mesma natureza. Os monumentos funerários, os conjuntos e elementos arquitetônicos (abertos, cobertos ou subterrâneos, públicos ou privados), incluindo a vegetação associada e os objetos culturais e artísticos ali localizados, são destacados como importantes para a conservação patrimonial por permitirem reconhecer as culturas e as épocas em que foram concebidos e utilizados, possibilitando, por meio de mensagens, imagens e símbolos, reconhecer signos, símbolos e identidades.

Também faz referência à importância dos usos e costumes funerários, em especial, aqueles que melhor caracterizam a atitude de cada cultura, época ou crença, por fornecerem diferentes testemunhos da riqueza cultural e espiritual dos povos bem como e de sua diversidade. Mais do que defender a proteção do patrimônio funerário, também aponta alguns problemas, considerados como obstáculos para adequada preservação e a apropriação social deste patrimônio, dentre eles: as oposições encontradas a sua preservação frente à mudança e/ou a não importância dada aos ritos e questões relacionados com a morte na atualidade; a deterioração ocorrida pelo transcurso do tempo ou provocados pela ação humana ou institucional como, por exemplo, conflitos regionais, nacionais e internacionais; a falta de manutenção dos monumentos, conjuntos e elementos funerários e as insuficiências presentes nos instrumentos de gestão e salvaguarda (ADIOS, 2008).

Para ultrapassar tais obstáculos aponta medidas, como a formulação de estratégias que permitam elaborar e desenvolver instrumentos interdisciplinares de identificação, localização e catalogação de sítios, monumentos e conjuntos, como também dos rituais e costumes fúnebres existentes assegurando a participação plena dos atores sociais envolvidos neste processo (ADIOS, 2008).

Destaca também, como forma de contribuir para a manutenção do patrimônio funerário, o registro e a avaliação das formas de procedimentos de intervenção e o conhecimento, o apoio e o estímulo à evolução gradual dos usos e costumes funerários e suas tradições no sentido do acompanhamento deste processo. Pretende também colaborar com o fomento do uso dos espaços funerários em rotas culturais ou programas de desenvolvimento econômico, por meio da geração de instrumentos de gestão que assegurem a sustentabilidade econômica e social desses lugares (ADIOS, 2008).

Os assinantes da Carta declaram que apóiam expressamente a sua divulgação e a realização de outros eventos e estudos relativos à preservação e a difusão do patrimônio funerário, como também, a busca pela presença desses temas nos sistemas formais e informais de educação, em reuniões da sociedade civil, em eventos museológicos e de turismo cultural. Também se comprometem a trabalhar pela abertura de um campo de investigação específica

do assunto que permita a formação e a manutenção de redes de interessados, uma base de dados e outras ferramentas de consulta. Por fim, comprometeram-se em propiciar mecanismos de cooperação cultural internacional para proteger o patrimônio funerário por meio de intercâmbio de experiências dos países participantes, solicitando ao centro de patrimônio mundial da UNESCO, a criação de uma estância especializada na preservação do patrimônio funerário (ADIOS, 2008).

Na análise deste documento, percebe-se a ênfase em uma das questões centrais na discussão sobre preservação desde patrimônio: o seu não reconhecimento como exemplares culturais dignos de proteção legal, como outros artefatos culturais, o que tem colaborado com as ações de abandono e destruição do patrimônio funerário.

O documento também se destaca por seu posicionamento diante da necessidade de uma cooperação internacional e de uma maior visibilidade das discussões sobre a importância do patrimônio funerário em eventos, nos bancos escolares, como também, a sua inclusão nas discussões acerca do turismo cultural e das discussões museológicas. Também ressalta a falta de ações por parte de órgãos que se ocupam da proteção do patrimônio, como a UNESCO, apesar deste organismo já reconhecer como patrimônios o Cemitério Paleo-Cristão de *Pécs* (*Sopianae*), na Hungria e diferentes túmulos distribuídos pelo mundo (UNESCO, 2007).

A leitura da carta ofereceu um panorama acerca das contribuições dos diferentes elementos que compõem o patrimônio funerário, como também apresentou como um dos empecilhos à preservação desses bens, a possível relação entre a importância dada aos ritos e as questões relacionadas com a morte, com seu significativo afastamento social, algo apontado em boa parte dos estudos sobre o tema da morte aqui apresentada.

Outro documento também relevante para este estudo é a “Ata de Compromisso e Anteprojeto de Lei para valorização, a proteção e a difusão do patrimônio funerário da cidade de Buenos Aires”, fruto das discussões do “VII Encontro Interamericano de Valorização e Gestão de Cemitérios Patrimoniais”, apresentada em Buenos Aires (Argentina) no dia 02/11/2006 (ADIOS, 2008).

Este documento se configura em um passo importante nas discussões e na preservação do patrimônio funerário e também será aqui apresentada de forma detalhada, dada a sua importância. Este documento apresenta uma declaração sobre a composição do patrimônio funerário:

[...] os cemitérios e sítios destinados aos mortos guardam uma riqueza que inclui os elementos tangíveis e intangíveis, seus espaços livres e construídos, seus monumentos, inscrições, lápides, etc., como também as oferendas, rituais

e demais expressões da particular concepção da morte que identificam culturalmente as comunidades na forma como se despendem de seus entes queridos. Este conjunto de elementos compõe o patrimônio funerário (ADIOS, 2008).

Dentre os seus fundamentos este documento afirma que o patrimônio funerário é uma riqueza que pertence às famílias, às comunidades e por extensão a todos os integrantes da humanidade. Que este patrimônio, em seu conjunto, possui riquezas tangíveis e intangíveis que representam os valores materiais, expressivos e espirituais das comunidades da qual participam na construção visível ou invisível dos espaços destinados aos mortos. Sendo portanto, considerados arquivos da memória familiar, local, nacional e universal.

Na realização deste documento, seus participantes se comprometem a investigar, estudar, conhecer e compreender o patrimônio funerário de sua cidade e das comunidades, assim como valorizar este patrimônio propiciando atividades educativas. Atividades que divulgam sua riqueza cultural e promovem ações em conjunto dirigidas a proteção, conservação e recuperação do patrimônio funerário, visando estimular e sustentar a colaboração e comunicação entre todos os atores sociais relacionados, com a manutenção dos valores patrimoniais funerários.

Também se comprometem a favorecer a integração das práticas funerárias contemporâneas nos cemitérios e lugares de sepultamento, respeitando o patrimônio funerário existente. Neste ponto, parece remeter a algo que pode se configurar como contraponto na conservação de jazigos pretéritos: as novas concepções e tipologias cemiteriais que sugerem outros formatos tumulares e, em grande medida, certa depreciação dos modelos encontrados em cemitérios oitocentistas.

Além destes propósitos, este documento destaca a importância de promover e divulgar o acordo assinado, o ato de compromisso, bem como os seus fundamentos e, de apresentarem um projeto a Legislatura de Buenos Aires para elaborar um projeto de lei para proteção e gestão do patrimônio funerário. Algo que se constitua em um marco legal para investigação, preservação, salvamento, proteção, restauração, promoção e transmissão às gerações futuras do patrimônio funerário da cidade autônoma de Buenos Aires. O anteprojeto, até o momento deste trabalho, não foi apresentado como projeto de lei, de acordo com informações dadas pelas editoras do *site* (ADIOS, 2008).

Importante destacar, que Buenos Aires, além da presença do Cemitério da Recoleta (Imagem 29), local preservado e bastante visitado na capital portenha, destaca-se também por importantes iniciativas como o “Órgão Oficial da Rede Argentina de Valorização e Gestão Patrimonial dos Cemitérios”, que possui um *site* que oferece consultoria em gestão de

cemitérios, diferentes publicações e documentos, como a “Carta Internacional de Morelia e a “Ata de Compromisso e Anteprojeto de Lei para valorização, a proteção e a difusão do patrimônio funerário da cidade de Buenos Aires”, apresentados anteriormente, como também uma revista sobre o tema⁵⁴.



Imagem 29 - Cemitério da Recoleta (Argentina)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008

Tal como a “Carta Internacional de Morelia”, a “Ata de Compromisso e Anteprojeto de Lei para valorização, a proteção e a difusão do patrimônio funerário da cidade de Buenos Aires” destaca o valor dos cemitérios e de seus elementos materiais enfatizando também os seus elementos imateriais, como importantes para o conhecimento da trajetória humana. Assim como outros bens, já comumente preservados, ao tema cemiterial faltaria, na perspectiva destes documentos, pesquisa, divulgação e ações educativas para a valoração destes bens que causam estranheza quando são apontados como patrimônios de uma cidade ou grupo social. A pesquisa sobre o tema da patrimonialização aponta que apesar da resistência maior acerca da presença destes bens, algumas iniciativas neste setor, tais como estes documentos, caminham para mudanças nesta conceituação.

Além destes documentos, anteprojeto e associações, outras iniciativas também têm colaborado para a introdução e a afirmação dos cemitérios como bens a serem preservados. Em alguns países são realizadas ações efetivas pela preservação da arquitetura funerária,

⁵⁴ Para saber mais consultar: <<http://www.revistaadios.com>>. Acesso em: 04 maio 2008.

como nas cidades de Lisboa e Porto, em Portugal onde estão sendo realizados levantamentos inventariais com posterior divulgação por meio de publicações dos levantamentos e visitas guiadas aos cemitérios (OLIVEIRA, 2007).

Percebe-se que em diferentes instâncias, tanto particulares ou governamentais apresentadas até este momento, a proteção dos monumentos e obras funerárias está sendo discutida. Além destas apresentadas, também se encontram organizações de amigos e associações que procuram manter cemitérios em diferentes lugares do mundo. É o caso de *Kensal Green* (Imagem 30) em Londres, da *National Federation of Cemetery Friends* (NFCF, 2008) no Reino Unido, da Associação de Amigos do Cemitério da Recoleta e do Cemitério Acatólico de Roma, que buscam preservar seus conjuntos. Em Lima, no Peru, um programa do tipo *adote uma escultura* estimula o custeio de recuperação e conservação e também conta com uma associação de amigos (QUEIROZ, 2008). Mas um segmento econômico vem também contribuindo de forma substancial para a inclusão dos cemitérios, como um item das políticas culturais nas cidades, o turismo cultural, tema que será debatido a seguir.



Imagem 30 - Cemitério *Kensal Green* (Inglaterra)
Fonte: WIKIPEDIA, 2008g.

2.2.1 - Turismo cemiterial e políticas culturais: algumas observações

Apesar de não ser foco deste trabalho, mas dada a importância de muitos cemitérios no mundo que se destacam no segmento do turismo cultural, foi necessário pesquisar sobre o tema, incluindo-os como parte das pesquisas de campo para este estudo. Observou-se, que boa parte dos projetos de preservação do patrimônio funerário concilia suas propostas, com a

possibilidade de incluir os cemitérios em rotas culturais para aproveitamento turístico. Neste último item, serão apresentadas algumas destas constatações.

A partir da década de 1990, as iniciativas turísticas direcionadas aos cemitérios, como a criação de roteiros e visitas guiadas começam a ser incrementadas. Alguns cemitérios por sua relevância e pioneirismo nas ações de preservação e divulgação da importância de manutenção do patrimônio funerário são fundamentais para a reflexão sobre a sua inclusão como bens culturais na cidade e serão aqui apresentados, principalmente, por oferecerem diferentes possibilidades para a preservação cemiterial.

Tal como outros pontos turísticos, alguns cemitérios são administrados por órgãos de cultura e de turismo e são destaques em suas cidades. Começando pelas iniciativas nacionais, algumas merecem destaque, como o Cemitério da Consolação que foi um dos primeiros a oferecer visitas com acompanhamento de guias. O “Projeto Arte tumular” (PMSP, 2007), desenvolvido pelo Serviço Funerário Municipal de São Paulo, propõe que este cemitério seja um museu a céu aberto, e pretende mostrar aos paulistanos e turistas de outros estados, os demais cemitérios antigos da cidade, seus acervos artísticos e históricos provenientes de várias épocas ou períodos.

Dentre os que têm destaque mundial, estão o *Mount Auburn* em Massachusetts - EUA (MAC, 2008), *Highgate* em Londres - Inglaterra (FHCT, 2008), *Père-Lachaise* em Paris - França e *Woodland* em Estocolmo - Suécia (WC, 2008). Cemitérios que atraem visitantes e são reconhecidos como bens de valor históricos e artísticos, como os italianos Cemitério Monumental em Milão (CMM, 2008), Cemitério Monumental de *Staglieno* em Gênova (CMS, 2008), *Campo Verano* em Roma e o Cemitério de *San Miniato al Monte* em Florença. Ainda na Itália, o Cemitério de *Certosa* em Bolonha (CCB, 2008) tem um projeto que estuda a musealização de parte deste espaço, com cadastro dos monumentos sepulcrais em abandono e levantamento fotográfico de epitáfios prevendo a realização de catálogos e colocação de sinalização de percursos para visitas turísticas, incluindo em seu acervo, um carro funerário oitocentista. Nos EUA os cemitérios de *New Orleans* também são bastante visitados (QUEIROZ, 2008). Alguns destes cemitérios estão em imagens a seguir.



Imagem 31 - Cemitério *Campo Verano* (Itália)
Fonte: ARLTR, 2008



Imagem 32 - Cemitério *Certosa di Bologna* (Itália)
Fonte: CCB, 2008



Imagem 33 - Cemitério Monumental de Milão (Itália)
Fonte: CMM, 2008



Imagem 34 - Cemitério *San Miniato al Monte* (Itália)
Fonte: ENEA, 2008



Imagem 35 - Cemitério *Mount Auburn* (EUA)
Fonte: CMA, 2008

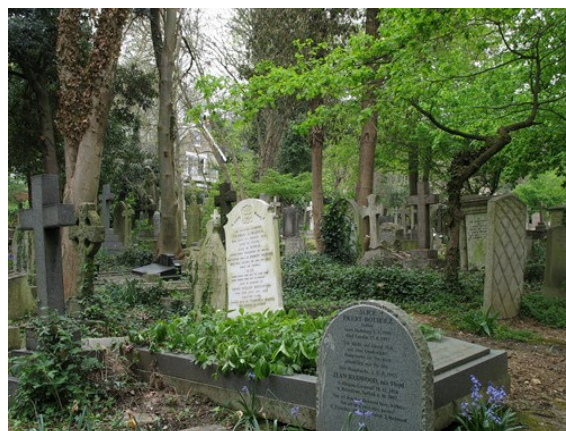


Imagem 36 - Cemitério de *Highgate* (Inglaterra)
Fonte: WIKIPEDIA, 2008c



Imagem 37 - Cemitério *Woodland* (Suécia)
Fonte: WC, 2008

O cemitério da Recoleta é um dos lugares mais visitados em Buenos Aires e possui uma estrutura de visitas guiadas e atendimento ao turista. O projeto deste cemitério, inaugurado em 1822, foi do engenheiro Próspero Catelín. É o primeiro cemitério público da Argentina e se destaca como o “lugar de ilustres”, dentre eles, Evita Perón e para ver seu túmulo é preciso, muitas vezes, entrar em uma longa fila e aguardar a passagem pelo túmulo que fica em uma das vias do cemitério, como se constata na Imagem 38.



Imagem 38 - Visitantes no túmulo de Evita Perón – Cemitério da Recoleta (Argentina)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008



Imagem 39 - Detalhe de túmulo no Cemitério da Recoleta (Argentina)

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008



Imagem 40 - Detalhe de túmulo no Cemitério da Recoleta (Argentina)

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008

Seus túmulos apresentam formas de capelas, sendo mausoléus familiares com portas ricamente decoradas, geralmente de vidro, de onde se pode avistar (não de forma menos curiosa) os caixões que ali ficam expostos, pois não são acondicionados em compartimentos fechados. Percebeu-se durante a pesquisa de campo que a visão dos caixões expostos, dentro dos jazigos, causa estranheza a muitos visitantes. Mas também é possível encontrar túmulos com alegorias e cruzes em formatos menores. Destacam-se as portas dos jazigos familiares que oferecem uma tipologia variada, com ricos ornamentos e materiais como ferro, madeira e vidro, algumas apresentadas na Imagem 41.

Na entrada deste cemitério, um painel bilíngüe (espanhol e inglês) informa sobre o “Programa de Conservação e Restauração de Monumentos e Obras de Arte” que conta com a participação do Ministério de Cultura, da Subsecretaria de Patrimônio Cultural e da Direção Geral do Centro Histórico, com a contribuição da “Associação de Amigos do Cemitério da Recoleta” (Imagem 42). O cemitério possui uma página virtual⁵⁵ (PCR, 2008) e a administração oferece visitas guiadas gratuitas que ocorrem em diferentes idiomas. Em seu entorno ocorrem feiras e possui belos jardins onde são encontradas placas da Secretaria de Turismo com informações sobre o cemitério.

⁵⁵ Portal do cemitério da Recoleta. Disponível em: <<http://www.cementeriorecoleta.com.ar/>>. Acesso em: 17 mar. 2008.



Imagem 41 - Portas dos mausoléus do Cemitério da Recoleta (Argentina)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008

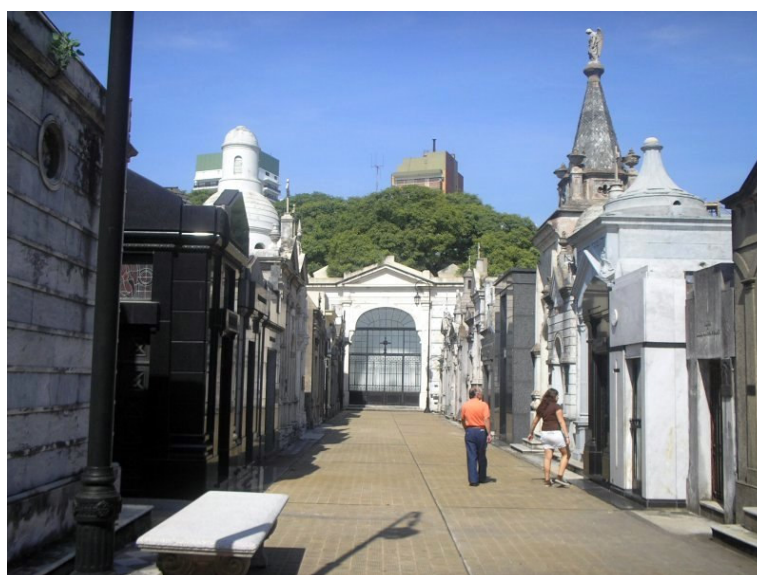


Imagem 42 - Vista do cemitério da Recoleta (Argentina)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008

É possível também encontrar à venda no local, uma publicação intitulada *City of angels: the history of Recoleta Cemetery* (MATO, 2002) que tem como foco imagens e histórias de vários sepultados, cada um com o mapa de localização trazendo no final da publicação um itinerário com a localização de vários túmulos. Com aproximadamente 6.000 mil túmulos, 70 jazigos declarados como Monumento Histórico Nacional, o cemitério é considerado Museu Histórico Nacional desde o ano de 1946 (PCR, 2008).

Outro cemitério destacado por seu acervo funerário é o Cemitério Monumental de Staglieno em Gênova - Itália (Imagem 43) que conta com uma página virtual⁵⁶, na qual é possível visitar e navegar por imagens de seus túmulos. Ele foi inaugurado em 01/01/1851 seguindo o modelo de cemitério monumental também presente em outras cidades européias. Seu projeto teve influência do pensamento iluminista e dele participaram arquitetos e escultores que criaram um espaço que atraiu muitos admiradores. No final do século XIX era considerado um dos cemitérios mais significativos da Europa (PCMS, 2007).



Imagem 43 - Cemitério Monumental de Staglieno Gênova (Itália)
Fonte: PCMS, 2008

O cemitério *Père-Lachaise*, inaugurado em 21/05/1804 em Paris (França), teve sua construção discutida no primeiro capítulo, é depois da Torre *Eiffel*, o Museu do Louvre e a Catedral *Notre Dame*, a atração mais popular da capital francesa. Com túmulos de porte

⁵⁶ Portal do Cemitério Monumental de *Staglieno*. Disponível em: <<http://www.cimiterodistaglieno.it>>. Acesso em: 10 de abril de 2008

menor do que o cemitério da Recoleta, é comum encontrar nos túmulos das celebridades, homenagens como cartas e flores. Também são encontrados além de muitos visitantes que por ele passeiam em suas avenidas e alamedas em busca de seus ilustres sepultados, bem como para apreciar sua arquitetura composta de alegorias diversas, próprias dos cemitérios oitocentistas, composta por sepultamentos de diferentes confissões religiosas, como pode ser percebido na Imagem 44.

Quem visita o cemitério *Père-Lachaise* encontra, já na entrada, um local de informações onde são distribuídos materiais sobre o cemitério e mapas que ajudam a localizar os sepultados mais procurados. Também é possível conseguir informações sobre a localização dos túmulos com funcionários que circulam pelo local.

Muito da fama que faz a popularidade do *Père-Lachaise* se deve pela presença de sepultados famosos, alguns trazidos para novo sepultamento no local, como o casal Abelardo e Heloísa⁵⁷, já que em sua fundação, ele não empolgou muito os parisienses, devido principalmente, a sua distância do centro da cidade. Com uma área imensa, cerca de 50 campos de futebol e com muita gente famosa sepultada, como Jim Morrison, Óscar Wilde, Honoré de Balzac, Frédéric Chopin, Edith Piaf e Maria Callas, alguns guias turísticos oferecem roteiros específicos para ver os túmulos de músicos ou de poetas, dada a quantidade e as celebridades que ali “descansam” (SILVA, 2008).



Imagem 44 - Visitantes no Cemitério *Père-Lachaise* (França)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2007

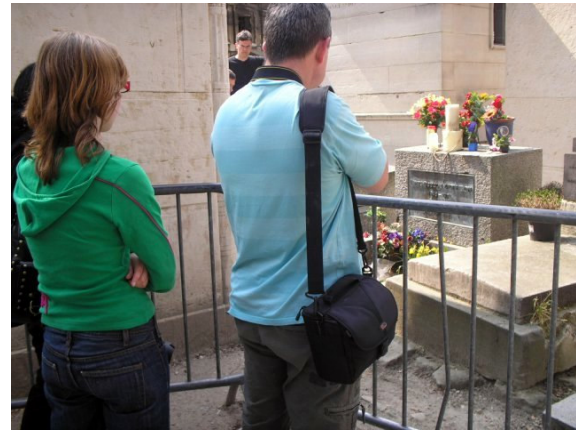


Imagem 45 - Visitantes no túmulo Jim Morrison, Cemitério *Père-Lachaise* (França)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2007

Dentre os mais famosos, está o cantor Jim Morrison da banda *The Doors*, sendo o entorno de sua sepultura, meio escondida dentre outros túmulos de grande porte, um lugar sempre repleto de fãs (Imagem 45). A administração do cemitério já tentou transferir o

⁵⁷ Pedro Abelardo, filósofo nascido em 1079, teve um romance proibido com uma aluna sua, Heloísa, romance que ficou conhecido do público em seu livro *História das Minhas Calamidades* (WIKIPEDIA, 2008b)

túmulo, mas como esse túmulo foi arrendado para sempre, tal intento não foi possível. A primeira metrópole moderna continua sendo um marco e tornou-se o cemitério mais *pop* do mundo, recebendo 2 milhões de visitantes por ano (SILVA, 2008), a seguir algumas imagens deste.

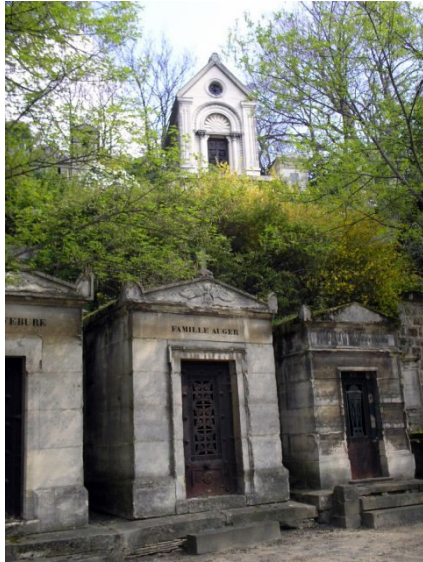


Imagem 46 - Jazigos do cemitério
Père-Lachaise (França)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2007



Imagem 47 - Arquiteturas variadas do Cemitério
Père-Lachaise (França)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2007



Imagem 48 - Placa de localização do cemitério
Père-Lachaise (França)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2007



Imagem 49 - Túmulo da atriz Marie Trintignant com
homenagens no cemitério *Père-Lachaise* (França)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2007

Por sua dimensão e popularidade este cemitério, como também o da *Recoleta*, é referência quando o tema é a relação entre cemitérios, turismo e patrimônio. Em vários

projetos que buscam a preservação de cemitérios em diferentes lugares do mundo, tanto o parisiense como o portenho, são citados como exemplos de uma nova forma de ver os cemitérios que guardam sepultamentos mais antigos, geralmente cemitérios oitocentistas, com mausoléus e estatuária.

Além destes, outros se destacam por suas características arquitetônicas e outras singularidades, como o *Arlington National Cemetery*, em Washington (EUA) que atrai visitantes para ver seus túmulos (Imagem 50). Ele é um típico cemitério americano projetado em um campo aberto com lápides instaladas no chão, onde está o da família Kennedy, o mais visitado. Também possui visitas guiadas (ANC, 2008).

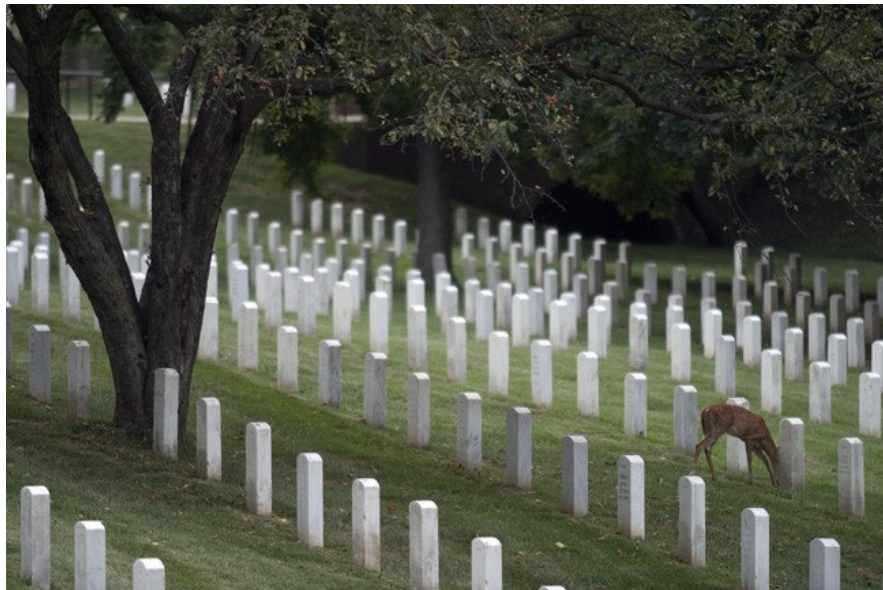


Imagem 50 - *Arlington National Cemetery* (EUA)

Fonte: ANC, 2008

Também os cemitérios protestantes, que possuem uma tipologia próxima a encontrada no Cemitério do Imigrante, são espaços que atraem visitantes. Em Roma (Itália) o *Cemitério Acatólico de Roma - Campo Cestio*, antigo cemitério para acatólicos de Roma, também conhecido como cemitério inglês, apresenta uma característica formal, também encontrada em outros cemitérios protestantes, onde predominam as lápides e no qual não são comuns os mausoléus. Observaram-se neste cemitério, características e tipologias tumulares encontradas no cemitério alvo desta pesquisa, como tipos de lápides e ornamentos, que podem ser observadas nas imagens a seguir.



Imagem 51 - Vista do cemitério Acatólico de Roma (Itália)

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2007



Imagem 52 - Cruzes no cemitério Acatólico de Roma (Itália)

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2007



Imagem 53 - Túmulos do cemitério Acatólico de Roma (Itália)

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2007



Imagem 54 - Vista do cemitério Acatólico de Roma (Itália)

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2007

Este cemitério possui um centro de informações, onde se encontra uma publicação intitulada *Il Cimitero Acattolico di Roma (2006)* que contém informações sobre o cemitério, como também, um mapa que situa os seus sepultamentos. O cemitério também conta com a publicação de jornal distribuído gratuitamente aos visitantes e possui como atração A Pirâmide de Cestio que foi construída no ano 16 a.C. Também centenas de gatos, que são vistos por todo o canto, são outra atração e também são assistidos por um grupo de voluntários (BECK-FRIIS, 2006).

Este cemitério possui placas em inglês e italiano na entrada que informam ao visitante, a possibilidade deste, contribuir para a manutenção do cemitério, que é o primeiro espaço de sepultamento em Roma para outras confissões religiosas que não a católica. Atualmente a

cargo de uma associação de amigos, ele também possui um *site*⁵⁸ no qual são disponibilizadas imagens, mapas, itinerário e a história do cemitério.

O *website* é outra modalidade utilizada para divulgar os cemitérios turísticos. O acesso via *website* permite ao internauta por meio de imagens e em alguns por mapas navegáveis, visitar e conhecer parte dos seus acervos, bem como suas atividades e publicações disponíveis. O cemitério *Père-Lachaise*⁵⁹ conta com uma página onde é possível fazer um *tour* virtual em duas línguas: francês e inglês. Ali podem ser percorridas alamedas, encontrar sepultados por meio de um instrumento de busca que apresenta a localização dos túmulos em um mapa e visualizar a imagem do túmulo procurado. Oferece também diferentes opções de visualização que permitem acessar panorâmicas de diferentes partes do cemitério, suas ruas e divisões. O *site* também possibilita a visualização do entorno do cemitério até a sua entrada.

Outro cemitério que também tem sua página virtual é o *Certosa di Bologna* - Cemitério Histórico Monumental⁶⁰, que apresenta em sua página, um museu virtual contendo uma planta do cemitério, além de imagens de seu conjunto funerário, composto de alegorias e estátuas em homenagens aos mortos. O cemitério se destaca por seu conjunto funerário monumental, primoroso, como muitas esculturas. O *tour* permite visitar as obras e as galerias, além de informar sobre mostras e publicações. Também informa sobre a sua importância histórica.

Da mesma forma, na América do Sul cemitérios aparecem como pontos ou como anexos de lugares turísticos. É o caso do Forte São Miguel no Uruguai, apresentados nas imagens a seguir, construído em 1734, que além de salas ambientadas contendo um significativo acervo militar, também é possível visitar o antigo cemitério do forte integrado ao conjunto e indicado por placas no caminho que lhe dá acesso.

Com uma entrada e pórtico onde se pode ler a inscrição *Campo Santo*, o acesso ao cemitério é feito por meio de um portão giratório onde estão as iniciais do Forte São Miguel. O cemitério é delimitado por um muro baixo feito de pedras cercado por muitas árvores e, dentro dele são encontradas algumas cruzeiras de ferro e uma construção junto à entrada, indicada por um funcionário do forte em visita realizada pela pesquisadora, como um ossuário. São encontradas também, algumas pedras em formato de lápides dentre as cruzeiras de

⁵⁸ Portal do cemitério Acatólico de Roma: <<http://www.protestantcemetery.it/main.html>>. Acesso em: 18 nov. 2007.

⁵⁹ Portal do cemitério *Père-Lachaise*: <<http://www.pere-lachaise.com>>. Acesso em: 21 nov. 2007.

⁶⁰ Portal do cemitério *Certosa di Bologna*. Disponível em: <<http://www.certosadibologna.it/>>. Acesso em: 21 fev. 2008.

ferro, sem inscrições, mas que parecem estar fora de seus locais originais, como indicações de possíveis lugares de sepultamento.



Imagem 55 - Entrada do cemitério do Forte São Miguel (Uruguai)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008



Imagem 56 - Vista do cemitério do Forte São Miguel (Uruguai)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008



Imagem 57 - Delimitação do cemitério do Forte São Miguel (Uruguai)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008



Imagem 58 - Estrutura presente no cemitério do Forte São Miguel (Uruguai)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008

Em outro forte, o de Santa Teresa, também no Uruguai e que está aberto para visitação é encontrado outro cemitério integrado. Mantendo sua estrutura com um acervo militar, com capela, casa de pólvora, alojamento e objetos do cotidiano do forte, dentre os espaços a serem visitados, o seu antigo cemitério. Ele está delimitado por um muro de pedra com uma entrada onde uma placa de ferro trás a inscrição “Campo Santo” com uma cruz encimada (Imagem 60). O portão é giratório, tal como o do Forte São Miguel, com as iniciais do Forte Santa Teresa. Junto ao portão está uma placa onde está escrito: “De acordo com o que consta no

primeiro livro de sepultamentos da capela de Santa Teresa aqui jazem os restos de militares e moradores da fortaleza desde 1775” (Imagem 61). O cemitério é formado por algumas pedras que lembram lápides, duas cruzes, uma cruz de pedra e outra de ferro, que também parecem representar os sepultamentos ali realizados.



Imagem 59 - Vista do cemitério do Forte Santa Teresa (Uruguai)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008



Imagem 60 - Entrada do cemitério do Forte Santa Teresa (Uruguai)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008



Imagem 61 - Placa na entrada do cemitério do Forte Santa Teresa (Uruguai)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008

Estes cemitérios integrados aos fortes, ao contrário dos demais aqui descritos, não são preservados, em grande medida, por seus túmulos e ritos. Estes são, por sua forma atual, espaços de sepultamentos que remetem à passagem daqueles que trabalharam ou viveram nos fortes, como também, exemplares de um tipo cemiterial que possui uma arquitetura particular,

que remete a sua estrutura de origem, o forte. São cemitérios construídos para atender à necessidade do forte, que também possuía um padre e uma capela para completar os ritos essenciais à vida do fiel, dentre eles, o sepultamento digno em um cemitério cristão.



Imagem 62 - Vista do cemitério do Forte Santa Teresa (Uruguai)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008



Imagem 63 - Cruz do cemitério do Forte Santa Teresa (Uruguai)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008

Mas apesar de muitos cemitérios receberem visitas turísticas, a idéia de visitar um cemitério, não sendo no Dia de Finados ou em um enterro, é para muitos, assombroso e tétrico. A pesquisadora Cristina Kasprzak, em seu estudo sobre a utilização turística do Cemitério Municipal de São José de Ponta Grossa (PR), destaca que o misticismo e o imaginário acerca da morte no Brasil, dificultam o andamento de projetos de turismo cemiterial, que são desacreditados e cercados de preconceito, o que implica o baixo aproveitamento turístico destes espaços (KASPRZAK, 2004, p. 20).

Além da resistência ao turismo cemiterial, são encontradas declarações como a de Alfredo de Souza, para ele “[...] o turismo em cemitério não é nada assombroso” (SOUZA, 2005, p. 01). Ao falar desta atividade, o autor pede um olhar mais atento às obras de arte presentes em muitos cemitérios brasileiros que geralmente só recebem visitas em Finados.

Como contribuição do turismo cemiterial, Francisco Queiroz (2007), cita a divulgação da necessidade de trabalhos de preservação que poderiam interromper determinadas práticas como a troca de jazigos antigos e outras descaracterizações às quais estão sujeitos os cemitérios. Tal contribuição também foi considerada para a apresentação destas iniciativas neste estudo. E sobre a resistência a tais empreendimentos este pesquisador assinala que, muitas vezes, o impeditivo está na difícil separação entre o cemitério como lugar de tristeza e como espaço artístico. E acrescenta que, para que ocorra tal separação é necessário que os cemitérios a serem visitados, sejam visualmente diferentes daqueles em que cada indivíduo

possui o seu jazigo familiar e assim talvez “[...] não seja mórbido para um inglês visitar um cemitério português, aplicando-se também o inverso” (QUEIROZ, 2007, p. 6).

Os cemitérios, em muitos projetos turísticos, encaixam-se na proposta de cemitério museu⁶¹. Junto às obras em seus túmulos, oferta-se como roteiro, a possibilidade de explorar dentre curiosidades, epitáfios, esculturas e imagens, a trajetória de pessoas ilustres destacadas por sua importância na história de cidades e que quase sempre tem seus feitos destacados. Propor que um cemitério seja um museu é corrente em muitos projetos de patrimônio, nos quais são chamados de “museus ao ar livre” e tal justificativa é a mais encontrada em defesas de tombamentos ou em projetos de preservação. Para a autora Maria Manuel Lobo Pinto de Oliveira:

Assiste-se agora à recuperação da necrópole oitocentista como museu-ao-ar-livre e repositório da memória da cidade, onde se pode admirar, através de um enorme acervo de mausoléus e obras de escultura, a história local de dilatado período de tempo; a sua apreciação - acessível a grande maioria das pessoas - alia prazer estético, comoção sentimental e narrativa social. Parece ser esta combinação, claramente sedutora para um público alargado portanto adequada a cada vez mais significativa indústria turística, que justifique o interesse crescente na abordagem do cemitério como equipamento cultural (OLIVEIRA, 2007, p. 325).

Para a pesquisadora Mirtes Timpanaro os “Nossos cemitérios, por sua própria constituição, já são verdadeiros museus, porém a céu aberto. Tudo, a princípio, permanece e permanecerá em seu local de origem ainda por muito tempo” (TIMPANARO, 2006, p. 68). A reintegração do cemitério como um bem patrimonial ou lugar passível de musealização pode estar de acordo com as novas formas de lidar com a morte e o morto. À medida que a morte deixa a cidade (ou participa dela de outra forma) por meio do isolamento do doente, dos cemitérios jardins, ela também se mantém presente, de certa forma, por meio do passado que foi preservado.

O modo como a morte é tratada atualmente, parece implicar em uma forma de não saber lidar com a perda, já que esta não participa da ordem, em uma sociedade capitalista. Perder é o risco velado nas relações que se estabelecem pelo consumo e acumulação. Interessante pensar que o tabu da morte fortalecido ao longo das últimas décadas, com novas formas de acolher o morto e de se despedir dele, também corresponde ao período de afirmação de ações e políticas que espalharam lugares e bens, chamados de patrimônios, para

⁶¹ Será utilizada esta denominação para caracterizar iniciativas de transformação e adaptação do espaço cemiterial aos projetos de museus, ligados em grande medida à iniciativas da área de turismo.

atender o que se pode chamar de “sede de história”. E, ao mesmo tempo em que se mantém o “passado”, os mortos ocupam novos lugares.

Para finalizar este capítulo, que tratou de outros novos olhares sobre os cemitérios, na Romênia um cemitério possui uma forma pouco comum para o local dos mortos. O Cemitério de Sapanta em uma comunidade de 5.000 habitantes na fronteira com Ucrânia, ocupa o posto dentre os cemitérios mais visitados da Europa. Conhecido como *Cemitério Feliz* ele faz parte de uma comunidade que mantém muitas de suas tradições ligadas à prática da religião ortodoxa, como a arte de esculpir a madeira e pintá-las com motivos coloridos, que também são encontradas em seu cemitério (ADIOS, 2008).

O escultor *Stan Ioan Patras*, herdeiro desta arte, criou o Cemitério de Sapanta (Imagem 64) que se destaca por seu clima festivo, composto por lápides talhadas, pintadas em azul, decoradas com vários desenhos e por um retrato do falecido representado em situações alegres. Em um passeio, dentre seus túmulos, é possível rir muito com seus epitáfios curiosos. Eles estão escritos em primeira pessoa e, em muitos deles, percebe-se o bom humor como neste exemplo: "Aqui descansa minha sogra, que se tivesse vivido mais um ano, eu é que ocuparia o seu lugar" ou neste: “Outra coisa que eu gostava muito era de sentar no calor de uma taberna acompanhado de uma garrafa de vinho e de uma mulher, desde que esta, fosse a mulher do outro” (ADIOS, 2008).



Imagem 64 - Cemitério de Sapanta (Romênia)
Fonte: ROMANIAN, 2008

O Cemitério de Sapanta, com sua proposta de fazer do lugar dos mortos um lugar alegre para os vivos, evidencia que os cemitérios podem ser também, como aqui foi

apresentado, um lugar para visitar, para descansar e também para conhecer parte da *vida* de uma localidade. A experiência de Joinville com seu cemitério tombado apresenta outra forma de conhecer esta cidade catarinense: por meio de seu cemitério considerando importante para a história da formação de uma cidade, tema do próximo e último capítulo.

3 - Joinville, uma cidade, um cemitério: uma memória dentre outras memórias

*Não acredito em vida após a morte,
por isso não preciso passar
toda minha vida temendo o inferno,
ou temendo o céu mais ainda.
Quaisquer que sejam as torturas do inferno,
penso que a chatice do céu seria ainda pior.*

Isaac Asimov

Neste último capítulo é apresentado o estudo de caso desta pesquisa, o Cemitério do Imigrante de Joinville. O objetivo deste capítulo é refletir sobre a participação dos cemitérios como objeto das políticas de preservação patrimonial nas cidades atuais. Para tal foi analisado o Cemitério do Imigrante começando por sua instalação e chegando aos projetos desenvolvidos nos últimos anos.

Este capítulo aborda primeiramente a cidade de Joinville desde sua instalação em 1850, como Colônia Dona Francisca, destacando em sua trajetória, a inauguração do seu primeiro cemitério oficial: o Cemitério do Imigrante. O texto segue com uma análise de sua arquitetura, destacando possíveis relações da mesma com a religiosidade e as práticas culturais dos imigrantes instalados na Colônia Dona Francisca.

Ainda nesse capítulo estão traçadas algumas considerações, sobre as ações de preservação patrimonial da cidade, a trajetória de seus órgãos de preservação, destacando o processo de tombamento do Cemitério do Imigrante. O processo está apresentado em sua íntegra com o objetivo de perceber, desde o momento de seu tombamento, as motivações e os atributos que justificam a sua preservação. Motivações apresentadas tanto por parte daqueles que requereram o pedido, como pelo IPHAN, na época DPHAN, ao qual foi solicitado o tombamento. Esta análise possibilitou delinear a forma como são projetadas imagens relacionadas com a cidade no cemitério tombado.

Para finalizar, foi analisado o projeto “Cemitério do imigrante - pesquisa, interdisciplinaridade e preservação” (FONTOURA, 2007). A proposta é pensar sobre o papel do cemitério tombado na atual cidade de Joinville, por meio deste projeto e de fontes, como jornais e *site*. Nestas fontes buscou-se identificar, discursos sobre a importância e o papel do

cemitério na formação da atual identidade joinvilense, por meio de diferentes agentes sociais, como moradores, parentes de sepultados e técnicos envolvidos em sua preservação.

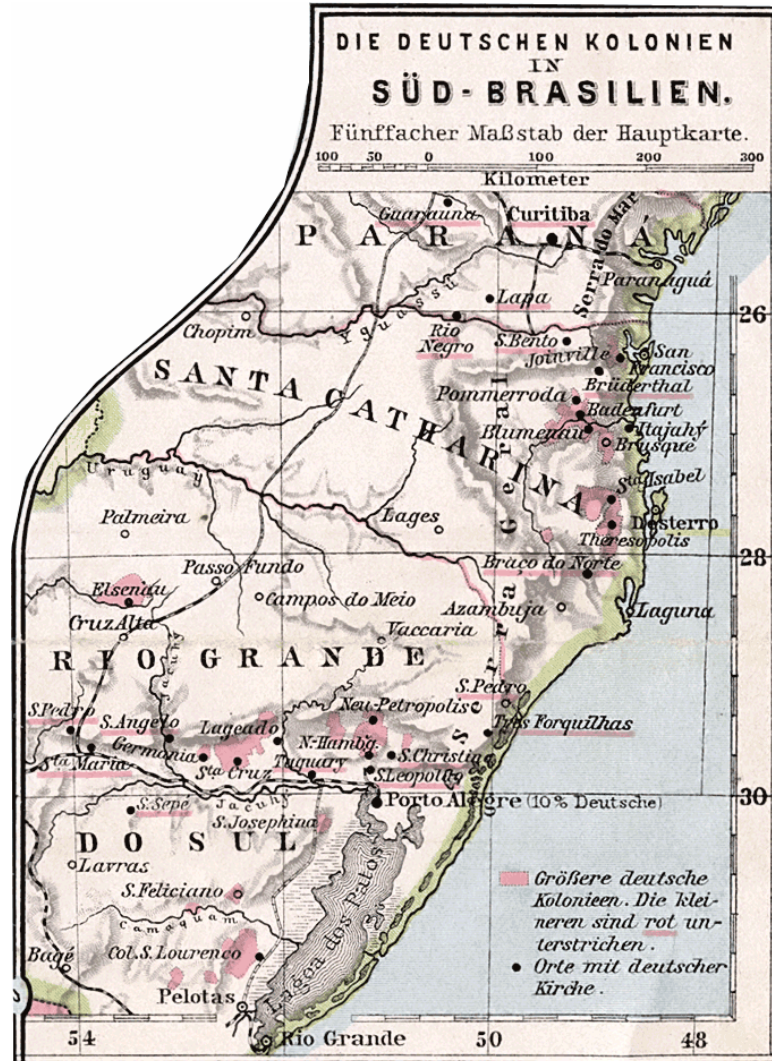
3.1 - A instalação da Colônia Dona Francisca e seu primeiro cemitério: necessidade e conflito

Joinville é uma das muitas cidades nas quais ocorrem ações de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Situada na região norte de Santa Catarina e formada a partir da criação da colônia de imigrantes Dona Francisca, em 1850, possui diferentes bens tombados, dentre os quais, o Cemitério do Imigrante.

Conhecida como a cidade alemã, das flores, dos príncipes, das bicicletas, da dança, para tratar de Joinville, é preciso considerar o contexto desta imigração, elemento fundamental na formação deste município catarinense. Para Joinville vieram imigrantes, como tanto outros milhares que tomaram o destino do Brasil, a partir das primeiras décadas do século XIX. Estes imigrantes vieram em busca de melhores condições de vida e das promessas de viver no *Eldorado* americano: a vinda para a América era mais que uma promessa, era a crença de que poderiam ter direito a terra, ao emprego e a uma vida promissora no novo mundo (JOCHEM, 1997).

De uma forma geral, a imigração para o Brasil foi estimulada pela situação da Europa e por campanhas governamentais brasileiras que atraíram trabalhadores para o país. Essas campanhas foram motivadas, dentre outras, pela necessidade de substituir o trabalho escravo, fortalecida por princípios de embranquecimento racial, como a “eugenia”. A eugenia é um conjunto de técnicas e ideais que defendiam a necessidade de promover o fortalecimento do elemento étnico branco na composição da população de um determinado país ou local, fruto da crença da superioridade racial branca (CASTAÑEDA, 2003).

O imigrante no Brasil era a afirmação do trabalho livre, da criação de um novo tipo de trabalhador exigido pela expansão do sistema capitalista, como também, um elemento essencial para “branquear” a população brasileira. No Brasil, o sul foi o destino de imigrantes de diferentes nacionalidades. Um destino que se mostrou mais propício para os europeus, principalmente, depois que, problemas de aclimação tornaram inviáveis colônias, como a de Leopoldina, na Bahia. Joinville, que recebeu imigrantes de diferentes nacionalidades, está no mapa a seguir, que apresenta a dispersão das colônias alemãs pelo sul do Brasil (SEIFERTH, 1990).



Mapa 2 - Localização das colônias do sul do Brasil
Fonte: WIKIPEDIA, 2007a

O mapa mostra a instalação de diversas colônias em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e no Paraná, três dos estados que receberam imigrantes no Brasil. A campanha pela imigração levou trabalhadores para todo o país, mas a autora Giralda Seiferth (1990) assinala que há diferenças dentre os imigrantes que foram trazidos para o sul e aqueles que foram para outros estados, como São Paulo. Enquanto no sul os colonos podiam tornar-se pequenos proprietários de terras, para o sudeste foram destinados imigrantes, de forma significativa, para trabalhar nas grandes lavouras, que passaram a viver próximos aos centros urbanos e, em grande medida, integraram-se culturalmente aos brasileiros. O sistema de colônias no sul do Brasil deve ter contribuído, para a manutenção de usos e costumes que foram alvos de ações nacionalistas durante o período do governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Foram decretadas proibições, durante a Segunda Guerra Mundial, com relação à língua e outras práticas

culturais mantidas e fortalecidas entre os imigrantes e descendentes. Assim também foi em Joinville, com o encerramento das atividades da Escola Alemã, em 1938, por Decreto do Interventor do Estado Nereu Ramos (LERMEN, 2006).

Mas para discutir o papel da formação da cidade de Joinville, a partir da Colônia Dona Francisca, dentro do processo de construção ou de escolha de lugares para a preservação da memória da imigração, como no caso do tombamento do Cemitério do Imigrante, é necessário considerar:

[...] o que é uma *colônia* (grifo do autor)? Termo consagrado pelo uso comum que, no entanto, é despido de qualquer precisão, não é transparente, nem do vocabulário usual pode ser elevado à categoria de modelo como, aliás, todas as outras palavras nessas circunstâncias. Tanto ele pode designar colônias agrícolas de povoamento de estrangeiros quanto, colônias (também agrícolas) penais [...]. Sob essa perspectiva é um agrupamento de iguais: numa todos são estrangeiros, idealmente da mesma origem, noutra são indivíduos geralmente do mesmo sexo, todos condenados. É possível ainda, encontrá-las entre os portadores de doenças transmissíveis ou até, como designação laboratorial dos organismos responsáveis por elas. Colônia soa então como agrupamentos de iguais segregados. Segregação auto-imposta por inúmeros motivos e assumida entre iguais ou, obrigada por coerção de natureza sanitária ou penal, que os iguala (CAMARGO, 2006, p. 12).

Igualando ou segregando os seus moradores, uma colônia passa para muitos a imagem do isolamento, e não é difícil encontrar tal sensação ainda hoje, em comunidades que surgiram a partir de colônias de imigração. Muitas parecem estar deslocadas, não só fisicamente, mas culturalmente dos centros urbanos.

É conhecido o contato destes imigrantes com diferentes agentes de outros grupos étnicos já em seus primeiros anos de fundação. Como no caso de Joinville, com o contato com os luso-brasileiros e negros, que já estavam instalados em terras próximas a Colônia Dona Francisca. Mas não há também como desconsiderar que, parte da afirmação de suas identidades étnicas têm em seu bojo um isolamento propiciado pelas condições aqui encontradas por esses imigrantes quando chegaram em terras brasileiras. De acordo com René E. Gertz: “[...] para a opinião pública brasileira, e também para muitos cientistas sociais, as comunidades de origem alemã em geral, e, sobretudo, as luteranas, se caracterizariam pelo profundo isolamento” (GERTZ, 2001, p. 14).

Diferentes relatos e documentos dão conta de promessas não cumpridas pelas companhias colonizadoras e pelo governo brasileiro (REITZ, 1988) que acabaram por fortalecer a idéia de isolamento. Tal isolamento existindo ou não, pode ao menos fazer parte do construto identitário que preserva lugares em nome de uma identidade de colonos

desbravadores de terras, e tal noção, deve contribuir para responder as questões presentes neste trabalho.

No caso de Joinville, uma colônia de iniciativa privada, a forte presença da companhia colonizadora em sua formação econômica, social e cultural durante os primeiros anos, em comparação a presença do estado brasileiro, pode ter contribuído para afirmar por meio da seleção e da preservação, os lugares relacionados aos imigrantes, como no caso do Cemitério do Imigrante.

Fortalecida por problemas sociais e econômicos enfrentados na Europa e por ideais de embranquecimento da população brasileira, diante da marcante presença de escravos negros, a vinda de imigrantes europeus é iniciada a partir de 1824 e após 1850, intensifica-se o processo de implantação de colônias. O incentivo à imigração passa a ser feito por conta das províncias abrindo, assim, para a iniciativa particular. Dentre as colônias, surgidas a partir de iniciativas particulares em Santa Catarina, estão: Brusque, Blumenau e a Colônia D. Francisca, atual Joinville. Para Joinville vieram cerca de 17.000 pessoas entre 1850 e 1888, de diferentes grupos étnicos, dentre eles, alemães, suíços, noruegueses e austríacos (CUNHA, 2001).

A Colônia Dona Francisca foi estabelecida ao fundo da Baía da Babitonga, com um sistema hídrico formado pelo Rio Cachoeira, Lagoa de Saguacu, o Ribeirão Mathias e a própria baía. Sua localização foi fixada pela Companhia Colonizadora de Hamburgo, em um acordo fixado com o Príncipe de Joinville, Francisco Fernando Filipe Luís Maria de Orléans, proprietário das terras. A região facilitava o escoamento da produção do planalto em direção aos portos. Foi denominada Joinville, em 1852, e o núcleo da colônia, compreendia também as atuais cidades de Garuva, Schroeder, Guaramirim, Campo Alegre e São Bento do Sul, sendo Joinville a sede administrativa (IPPUJ, 2006; JOINVILLE: CIDADE EM DADOS, 2006).

Os colonos ali estabelecidos, em sua maioria, tornaram-se pequenos proprietários de terras ao longo de rios, formando pequenas propriedades de produção policultora, nas quais, trabalhava a família do proprietário, em lotes em geral de 25 hectares. As casas eram, geralmente, instaladas junto à estrada e, próximo à casa, ficavam os ranchos que serviam para o estábulo, horta e chiqueiro, cabendo salientar que:

Através de um contrato estabelecido com o Governo Imperial Brasileiro, a companhia colonizadora deveria providenciar a infra-estrutura necessária à formação de um núcleo rural, ou seja: o hospital, igreja, cemitério, escola, estradas, loja de mantimentos e materiais agrícolas e de construção, sementes para plantio, dentre outras coisas. Quando os primeiros imigrantes chegaram à Colônia Dona Francisca, a nove de março de 1851, no entanto,

quase nada havia sido feito. A Colônia estava assentada em terreno de mangue, extremamente úmido e sujeito a enchentes constantes, além de não ter qualquer construção providenciada, a não ser um pequeno galpão onde ficavam todos os recém-chegados (GUEDES, 2005, p. 16).

Como se percebe na citação supracitada, também fazia parte do programa gerenciado pela Companhia Colonizadora, o provimento da colônia com determinados espaços para congregar a comunidade, dentre eles, a igreja, a escola e o cemitério, o que nem sempre acontecia. A demarcação de linhas e lotes nas colônias era feita pelos próprios imigrantes, como também, a abertura de linhas, a construção de pontes, de estradas, a colocação de marcos divisórios de edificação e, outros. Tais trabalhos ajudavam a quitar as dívidas coloniais do imigrante com a Companhia Colonizadora (HACKBARTH, 2005).

Além da capela, casas e pontos comerciais eram estabelecidos, outros equipamentos essenciais ao estabelecimento da colônia, como a escola e o cemitério. Os cemitérios são, por sua função, um dos primeiros lugares a serem instalados na formação das cidades e, assim não foi diferente nas colônias, sendo um dos mais pretéritos espaços de manifestações culturais destes imigrantes, como está na citação a seguir:

Os grupos que chegavam da Europa estabeleciam-se em vale nas margens dos rios, formando uma comunidade isolada que se organizava de modo a garantir sua sobrevivência material e cultural. O primeiro passo era a instalação dos equipamentos urbanos, iniciada com a construção de uma igreja, um cemitério, uma escola (ALENCASTRO; RENAUX, 1997, p. 322).

No sul, colônias como a de Joinville, eram formadas a partir de um programa que previa inicialmente a distribuição dos lotes feita de acordo com o relevo. A partir do sítio escolhido, geralmente pela Companhia e a partir do local reservado para a administração das colônias, os lotes eram marcados em ambos os lados de picadas e o mapa, ver Figura 1 (IPPUJ, 2006, p. 68) apresenta parte da divisão dos lotes em Joinville.

Seguindo o padrão de assentamento dos colonos no sul, as ruas de chão batido da Colônia Dona Francisca, foram planejadas para serem largas e ladeadas por grandes valetas, que facilitavam o escoamento das águas e eram abertas no sentido centro/periferia. Até 1915, o perímetro urbano era constituído pelas seguintes áreas: ao sul, Rua São Pedro (atual Rua Ministro Calógeras); ao norte, Rua Alberto; ao leste, Rio Cachoeira e a oeste, o antigo Cemitério do Imigrante. Toda área que estivesse fora dessa delimitação era considerada zona rural e, a malha urbana da cidade era bastante concentrada, com um pequeno centro no qual foram instalados, o comércio e as atividades industriais.

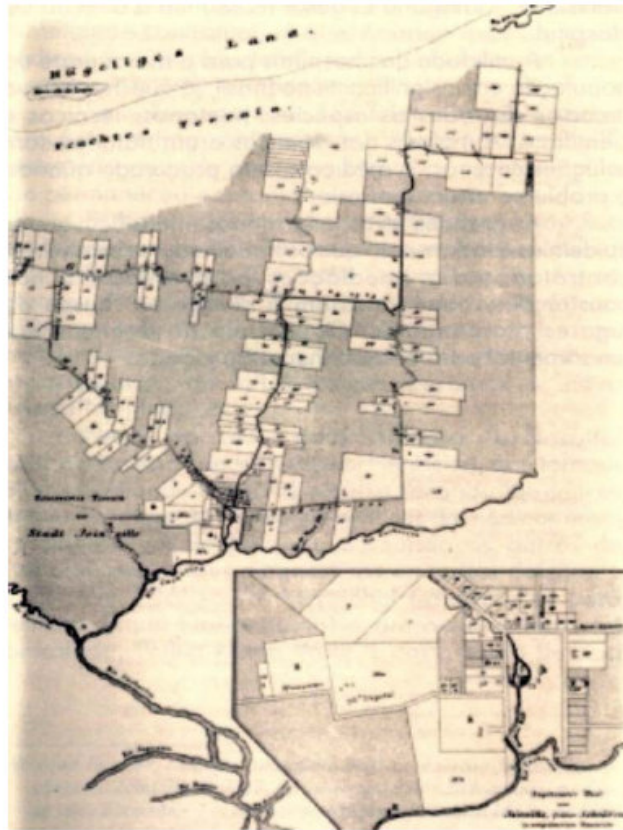


Figura 1 - Divisão de lotes em Joinville (SC)
Fonte: JOINVILLE: CIDADES EM DADOS, 2006

A partir das primeiras décadas do século XX, a cidade começava a apresentar substanciais transformações em seu traçado original. O centro da cidade, com suas ruas de chão batido, dava lugar a estradas pavimentadas e a luz elétrica chega à cidade. Mas no começo de 1922, a cidade ainda se mantinha como uma modesta colônia alemã com menos de 20 mil habitantes. O chamado núcleo urbano era constituído por duas ou três dezenas de quadras (IPPUJ, 2006).

Partindo do núcleo inicial a ocupação do território joinvilense ocorreu em caráter disperso ao longo de caminhos que iam em direção ao traçado das atuais Ruas Nove de Março, XV de Novembro, Dr. João Colín e Visconde de Taunay. Dada à adversidade do sítio, surgiram minifúndios de culturas variadas, lotes grandes e residências junto aos locais de trabalho, com densidade populacional baixa. De acordo com análise do Plano Básico de Urbanismo (PEU) a expansão urbana seguiu a orientação norte-sul, linearmente, condicionada à existência de bloqueios como a BR-101 e a Baía da Babitonga (IPPUJ, 2006).

Do centro, partiam as vias arteriais em direção aos bairros residenciais e, ainda esses traçados são percebidos e remontam aos momentos iniciais do assentamento da Colônia em

uma configuração urbana radial. A Figura 2 (IPPUJ, 2006, p. 69) apresenta a evolução do núcleo inicial, desde final da década de 1930 até 2004:

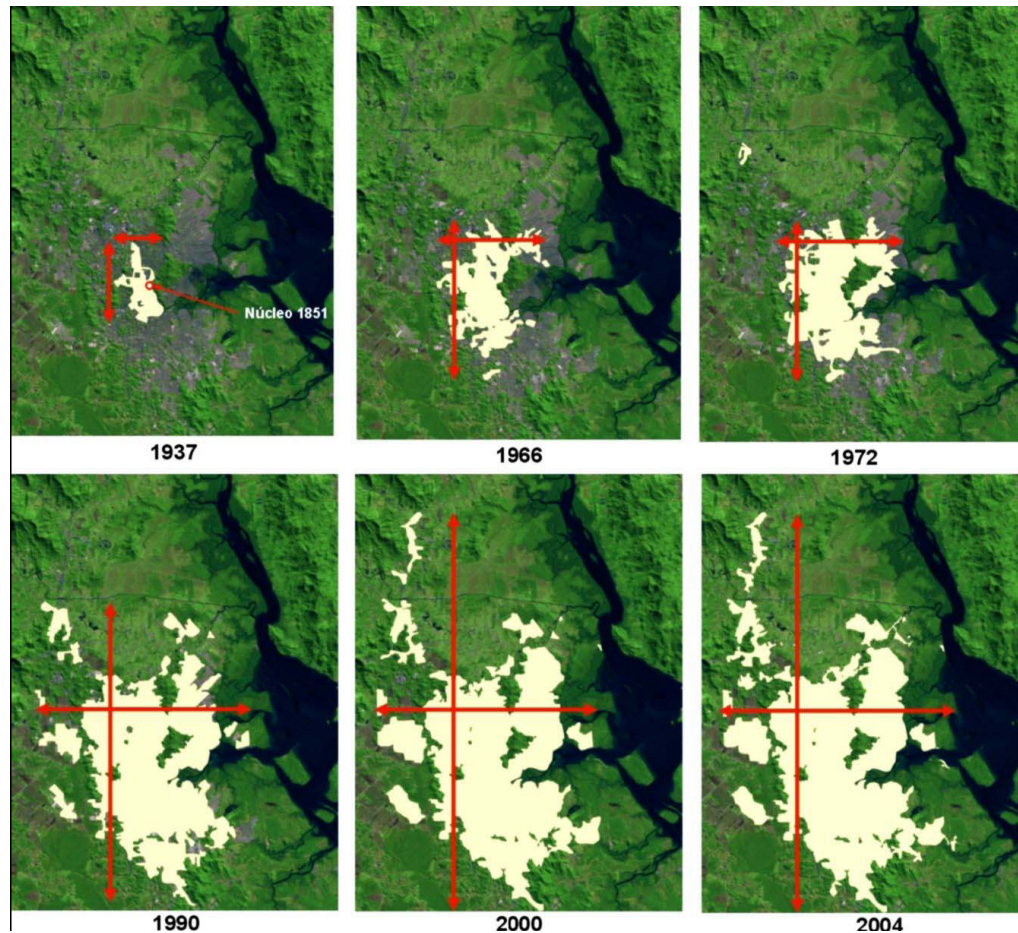


Figura 2 - Evolução do núcleo inicial de Joinville (SC)
Fonte: JOINVILLE: CIDADE EM DADOS, 2006

A figura anterior mostra que, o núcleo inicial, teve uma significativa expansão na década de 1960. No início desta década, a cidade foi se alongando em direção ao sul, concretizando-se a formação do Bairro Itaum. Em seguida, a sudoeste, surge o Bairro Nova Brasília e, no final dessa década, já acenavam duas novas zonas de ocupação, Glória e a Boa Vista. Foi também neste período, que foram realizados os primeiros trabalhos de planejamento urbano na cidade, buscando harmonizar seu crescimento com a configuração física da mesma. Mas somente décadas depois, foi criado o órgão responsável pelo planejamento e gerenciamento da cidade, a Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville - Fundação IPPUJ em 31/01/1991 por meio da Lei nº 2.497.

Dentre as principais transformações ocorridas na cidade em seus 100 primeiros anos de fundação é importante destacar, o processo de industrialização que se intensifica a partir da década de 1930. A criação de suas indústrias e o fortalecimento comercial de pontos da cidade

evidenciam importantes aspectos para entender a dinâmica atual da mesma. A autora Giralda Seyferth (1990) ressalta alguns fatores que favoreceram a forte industrialização das colônias do sul, dentre eles, a diversidade profissional na composição dos imigrantes. Embora todos fossem identificados pelos nomes de colono, vieram profissionais liberais, operários especializados, artesãos, professores, religiosos e intelectuais que imigraram por razões políticas, o que diversificou e intensificou a atividade artesanal nos povoados. Para a mesma autora, a partir das “vendas” - pontos comerciais - surgiram as primeiras empresas comerciais que fomentaram, em grande medida, a industrialização em associação com a produção artesanal.

Neste contexto, formavam-se as colônias, nas quais, a sucessão de casas de colonos em um mesmo trecho, associada geralmente a uma casa comercial e uma capela acabava por formar a povoação. A Figura 3 (PMJ, 2007), apresenta elementos geográficos presentes no período da formação da colônia.

Inicialmente a economia de Joinville era basicamente agrícola, mas a inauguração da Estação Ferroviária incentivou o comércio, a pequena produção e as conhecidas “fábricas de fundo de quintal”. Estas fábricas, juntamente com as vendas, que eram pequenos mercados que buscavam suprir as necessidades de mercadorias dos moradores das colônias e controlavam o transporte de mercadorias funcionando também, como casas bancárias, contribuíram com o início da industrialização em Joinville (SEYFERTH, 1990).

Durante a década de 1930, com a decadência da comercialização da erva mate e a prosperidade do comércio da madeira, foi criada a indústria de máquinas Raimann, logo após, a Keller e Cia. Nesta década já existiam olarias, indústrias de beneficiamento de madeira, fábricas de cigarros, funilarias, ferrarias, malharias, indústrias de tecidos, fundições e metalúrgicas. Na década seguinte Joinville já era o maior centro industrial do Estado, contando com a Cia Hansen, Buschle & Lepper, Malharia Arp e a Cônsul (PROMOTUR, 2007).

Joinville, maior centro produtor industrial de Santa Catarina e o terceiro maior do sul do Brasil (PMJ, 2007), convive atualmente com uma população formada por diferentes grupos étnicos que vai muito além dos primeiros imigrantes. É interessante destacar que, durante o período de intensa imigração motivada pelo surgimento das indústrias, percebe-se na cidade a realização de diversas ações e investimentos, ligados à preservação das referências culturais dos imigrantes europeus. Dentre estes investimentos, está o tombamento do Cemitério do Imigrante, em 1962, algo que será analisado mais adiante neste capítulo.

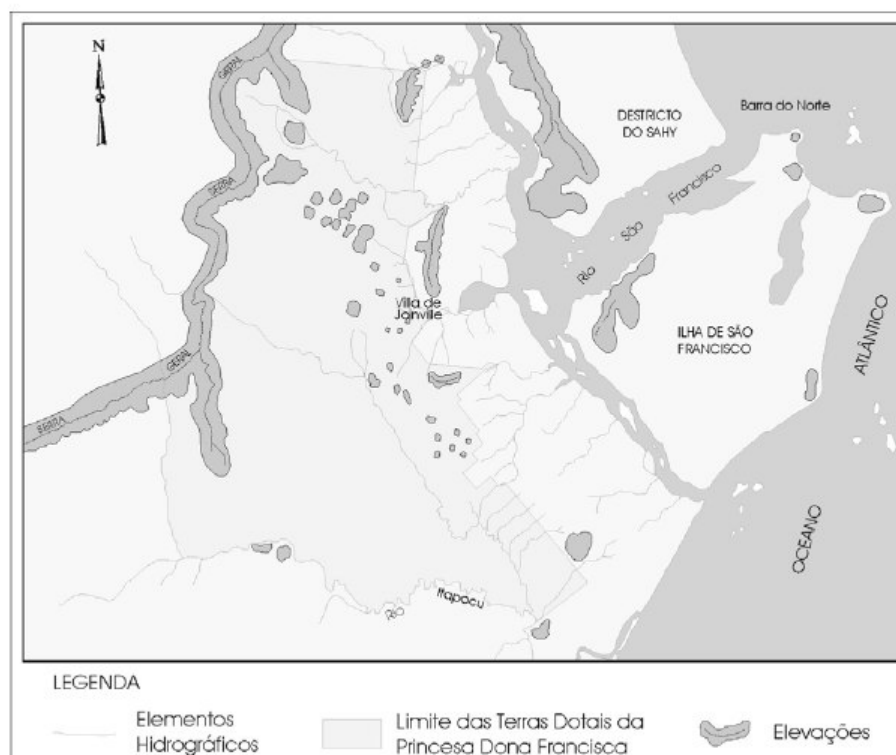


Figura 3 - Malha urbana inicial da Colônia Dona Francisca
Fonte: PMJ, 2007

O Cemitério do Imigrante, também conhecido como cemitério da Colônia é o primeiro cemitério oficial da Colônia Dona Francisca e sua localização foi determinada pela Companhia Colonizadora de Hamburgo, para atender os primeiros imigrantes. Ele foi sagrado pelo pastor protestante Daniel Hoffmann, que chegou à colônia em fins de dezembro de 1851 (KRISCH, 1991). Em 1913, com a instalação do cemitério municipal foram encerrados os sepultamentos no local, continuando apenas os sepultamentos em jazigos perpétuos⁶².

Localizado na primeira elevação da atual Rua XV de Novembro (Mapa 1, página 134), ocupa uma área de cerca de onze mil metros quadrados. Sobre sua instalação, a historiadora Sandra P. L. de Camargo Guedes (2005) em seu artigo “A Colônia Dona Francisca: a vida... o medo... a morte” comenta sobre as doenças e a morte como parte do cotidiano dos imigrantes na Colônia Dona Francisca e salienta que a escolha do local oficial, para o primeiro cemitério da colônia, reflete as discussões da época. Discussões em torno da instalação de cemitérios em locais afastados das cidades e em locais altos. Mas sua localização, no bairro América, confunde-se com o centro, pois, fica cerca de 1,63 km do mesmo (IPPUJ, 2006).

⁶² Até a data da desativação no Cemitério do Imigrante foram realizados aproximadamente 3.931 sepultamentos. O sistema de jazigos perpétuos é uma concessão de espaço para sepultamento para o comprador da concessão, com um prazo de uso geralmente indeterminado.

O Cemitério do Imigrante não foi o primeiro cemitério. Antes de sua inauguração, 45 pessoas dos 118 imigrantes pioneiros, que haviam falecido desde a chegada da barca *Colon* no dia 09 de março, foram sepultados em um cemitério provisório. Este cemitério ficava na atual esquina das Ruas 09 de março e Dr. João Colon, local no qual ocorriam freqüentes enchentes o que reforçou a necessidade de um novo local para sepultar os mortos (KRISCH, 1991).

O pastor luterano Dr. Jacob Daniel Hoffmann chegou para atender a comunidade e além de casamentos, batismos, passou a realizar os sepultamentos e foi no dia, 26 de dezembro de 1851, fez o primeiro sepultamento no Cemitério do Imigrante, do ex-tenente da marinha Karl August Andreas Buerow, morto aos 27 anos. Na época da fundação do cemitério, a cidade contava com cerca de 400 pessoas (KRISCH, 1991).

No caso da Colônia Dona Francisca, o primeiro cemitério oficial, atual Cemitério do Imigrante, mesmo tendo sido fundado por um pastor luterano, era inicialmente destinado a sepultamentos de católicos e luteranos, como também ali foram sepultados antigos escravos, pertencentes às famílias que já habitavam a região, da Fazenda de Cel. Antônio Vieira no lado oposto do Rio Cachoeira (JÜRGENSEN, 2007).

A morte, que logo impôs a necessidade de um local para sepultamento na colônia, também acompanhou os imigrantes na longa viagem até Joinville. Como outros imigrantes, que deixaram sua terra natal, os imigrantes com destino a Colônia Dona Francisca, enfrentaram dificuldades, como doenças, intempéries no mar e outros. Dentre tantos novos desafios, já durante a viagem, foram impostas situações e dificuldades, que acabaram por romper, de forma significativa, com seus costumes e práticas. Destes costumes, destacam-se as mudanças nas tradições funerárias. Os imigrantes, enfrentando doenças decorrentes das condições impostas pela viagem, tiveram que “sepultar” muitos companheiros e parentes, no mar.

O sepultamento no navio, composto de orações de despedida e do encaminhamento do corpo ao mar, marcava outra forma de sepultar os mortos dentro das condições impostas pela vinda para novas terras. Mas, tratando de mudanças ou impeditivos ao sepultamento, a viagem era só o início das mudanças e conflitos no que tange às práticas funerárias destes imigrantes, o que será visto mais adiante neste capítulo.

Em terra, o desbravamento das matas impunha muitas vezes a morte, picadas de cobras eram comuns e muitas delas eram fatais. Em uma cidade a ser construída, a mata era a realidade a ser vencida. Dentre os equipamentos e profissionais estipulados como estrutura mínima a serem providenciados pela companhia na Colônia Dona Francisca, estavam: a

presença de um médico, um hospital, um padre, um pastor luterano e um cemitério para ambas as concessões: a católica e luterana (GUEDES, 2005).

Muitas mortes eram causadas pelas más condições sanitárias do terreno alagadiço e vários tipos de febres. Mas além destas, outras dificuldades foram impostas aos imigrantes, mais especificamente relacionadas à sua religião. Além de colonos, com variada formação profissional como já foi abordado, também havia dentre esses, a diversidade religiosa. Vieram católicos e um grande número de luteranos, sendo esses últimos, a maioria nos primeiros anos após a fundação da Colônia Dona Francisca (CEJ, 2007). No caso específico do Cemitério do Imigrante, os protestantes vão compor o maior número dos sepultados e isso, determinará importantes características deste local, que tem sua história ligada ao da religião luterana em Joinville. O núcleo católico em Joinville se forma a partir de 1857, com a chegada do Padre Carlos Borgernhausen, que vem atender aos católicos ali residentes.

Os luteranos chegam com os primeiros imigrantes em Joinville, sendo esta região, o maior pólo latino-americano de luteranos (A NOTÍCIA, 2001a, p. 2). No Brasil, é juntamente com a grande imigração iniciada na primeira metade do século XIX, que chegam os acatólicos ou protestantes ocasionando o que se pode chamar de “[...] *protestantismo de imigração* (grifo do autor), ou seja, todos os protestantes existentes no Brasil eram estrangeiros que para cá tinham vindo como imigrante, especialmente ingleses (anglicanos) e alemães (luteranos)” (MATOS, 2006, p. 1).

Como forma de definir o conceito protestante, é importante lembrar que o termo abrange outras religiões, além da luterana, como calvinistas e anglicanos. O termo protestante diz respeito às igrejas cristãs e doutrinas que surgiram a partir da Reforma da Igreja Cristã Ocidental (Católica) realizada por um grupo de teólogos, dentre eles, o monge Martinho Lutero, observando que o “[...] primeiro grupo mais expressivo de protestantes a entrar no Brasil e estabelecer-se em definitivo foi o dos luteranos, que, a partir de 1819, e em especial depois de 1824, vieram como imigrantes alemães” (GERTZ, 2001, p. 09). Atualmente o luteranismo está dividido em duas igrejas: a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), sendo a primeira, a maior delas, cabendo ainda complementar que:

Os imigrantes, alemães, suíços e noruegueses eram, na maioria, de religião luterana. Apesar dos esforços do imperador em promover a imigração de católicos, religião oficial no Brasil, já em 1824, época das primeiras tentativas de implantação de colônias de imigrantes, teve de ceder às necessidades e aceitar pessoas com todos os tipos de credos, desde que fosse respeitar a religião oficial [...] (GUEDES, 2005, p. 16)

Mas, nas primeiras décadas do século XIX, professar a fé protestante em terras de reconhecido domínio de católicos, não foi tarefa tão fácil no Brasil. Os protestantes eram tolerados, desde que celebrassem seus cultos em lugares que não se parecessem com igrejas e não podiam enterrar seus mortos dentro das igrejas, como ocorria com os católicos. Eles tinham que ocupar os espaços fora da igreja, geralmente em seu entorno, junto com escravos, suicidas e com aqueles que não podiam pagar pelo sepultamento no sagrado espaço da igreja. Assim, ocuparam os primeiros lugares para sepultamento a céu aberto no Brasil. A citação a seguir, apresenta tal contexto: “Casos célebres como o do alemão Julie Frank, que acabou sendo sepultado dentro da Faculdade de Direito do Largo São Francisco da Universidade de São Paulo, mostram a dificuldade e as soluções que os acatólicos encontraram para enterrar seus mortos” (REZENDE, 2007, p. 33).

Os cemitérios a céu aberto, geralmente não eram ocupados pelos fiéis católicos, pois a prática de sepultamento preferencial até metade do século XIX eram os sepultamentos dentro das igrejas, da qual só podiam participar os católicos que podiam pagar por tal espaço. O cemitério, fora da igreja era o espaço dos menos privilegiados e, qualquer tipo de transgressão ou pecado, era pago pelo corpo que tinha que ficar sem sepultura digna, ou seja, longe do sagrado chão da igreja.

Tal contexto indica que os cemitérios, podem confirmar que muitas forças operam na conformação do meio urbano, dentre elas, as religiosas. Os cemitérios traduzem, em sua arquitetura e ritos, as crenças aos quais estão submetidos como também, questões relativas à organização do espaço nas cidades. Por uma imposição da religião católica dominante, os cemitérios a céu aberto, surgem antes que as medidas higienistas reiterassem e deflagrassem a necessidade de acabar com os sepultamentos dentro de igrejas e próximo aos centros urbanos. No caso de muitos cemitérios protestantes é possível atribuir de forma geral um elemento: são frutos de conflitos no campo religioso.

Ocupar os cemitérios a céu aberto foi determinado aos imigrantes. Tal postura não foi uma opção ou uma escolha da forma de inumação, sendo assim possível dizer, que sepultar-se a céu aberto foi uma marca da colonização, mostrando como a organização territorial pode ser determinada por diferentes questões. Além dos espaços cemiteriais, outras práticas da vida cotidiana os imigrantes protestantes, também passavam por cerceamento, pois:

[...] em virtude do predomínio do catolicismo no país e do fato de a Igreja Católica ser a religião oficial, os protestantes, tanto estrangeiros como brasileiros, enfrentaram sérios entraves ao longo de boa parte do século XIX. Suas casas de culto não podiam ter a forma exterior de templos, os fiéis não podiam casar-se legalmente ou registrar os seus filhos, as crianças

evangélicas sofriam discriminação nas escolas públicas e havia outras formas de intolerância aberta ou disfarçada. Outra restrição imposta aos protestantes dizia respeito aos cemitérios (MATOS, 2006, p. 12).

Como foi possível perceber, a união entre religião católica e o estado brasileiro, causou certas limitações aos imigrantes protestantes que chegavam ao Brasil. A Igreja executava atividades como registros de nascimento, casamento e de morte, sendo estas ações documentadas, apenas para os católicos, já que “[...] embora a primeira constituição monárquica, outorgada, também ‘outorgasse’ liberdade de culto religioso, ser acatólico como dizia o documento, significava ser excluído, na prática, de cidadania” (CAMARGO, 2006, p.25), devendo considerar que:

[...] durante o Império as regras do jogo eram muito claras aos imigrantes, sobretudo os luteranos: dificuldades de culto - e, mesmo, de sepultamento em cemitérios ‘públicos’, terra consagrada - tendo em vista a associação entre a Igreja Católica e o Estado antes da proclamação da República em 1889, dificuldades praticamente intransponíveis para a obtenção da cidadania que assinalavam a relativa marginalidade em que viviam, mesmos nos centros urbanos (NADALIN; BIDEAU, 2003, p. 21).

Abordando as restrições impostas por questões religiosas, é importante observar que, passado décadas destas primeiras proibições, durante o período do Governo Vargas, as ações nacionalistas empreendidas neste período, voltariam a atingir os imigrantes, agora por sua nacionalidade, em diferentes instâncias e setores, como suas escolas e lares, e também seus cemitérios. Muitos cemitérios sofreram ações durante este período (REITZ, 1988) e é comum encontrar, em muitos sepultamentos, epitáfios escritos em alemão apagados com riscos no mármore dos túmulos. Estas retaliações confirmam a importância dos cemitérios como locais de identificação étnica, por meio de registros de famílias e da reafirmação do parentesco, algo geralmente valorado por descendentes destes imigrantes.

Tal constatação evidencia como os cemitérios podem se configurar, não só por seus túmulos ou nomes, em locais para o estudo das relações e embates sociais e como um dos locais de expressão dos poderes hegemônicos. A pesquisadora Mirtes Timpanaro (2006) em sua dissertação “A morte como memória: imigrantes nos cemitérios da Consolação e do Brás”, na qual discute as diferentes formas de representação e de construção da memória do imigrante, afirma que o cemitério guarda importantes indícios para o estudo da imigração. São experiências, conquistas e dificuldades impostas por essa experiência à homens e mulheres e que aparecem no cemitério e em seus elementos.

Estas questões apresentadas são importantes para a reflexão sobre a instalação do Cemitério do Imigrante, que tem um caráter peculiar. Diferentemente da maioria das cidades

brasileiras, em Joinville, o Cemitério do Imigrante, será sagrado pelo pastor luterano Daniel Hoffmann, e mesmo atendendo a sepultamentos de católicos, serão os luteranos, os que terão, primeiramente, um espaço cemiterial.

O atual Cemitério do Imigrante configura-se em uma situação particular por diferentes razões. Ele é um dos primeiros locais onde se manifestariam importantes traços culturais destes imigrantes em novas terras. Um lugar que os identificaria com o fato de serem além de imigrantes, protestantes, o que pode destacar este cemitério, como um importante e pretérito, marco espacial identitário religioso destes imigrantes, por meio de suas formas de lidar com o morto e a morte. Características que foram mantidas e que representam atualmente uma marca histórica/cultural da própria cidade de Joinville.

O caso de Joinville é um caso diferente de tantos outros, no que diz respeito a sua criação. Para assinalar a diferença na criação deste local será apresentado, o estudo realizado sobre o Cemitério da Comunidade Alemã em Florianópolis. Visando a reflexão acerca do espaço cemiterial como espaço identitário, foi estudado este cemitério, localizado dentro do Cemitério São Francisco de Assis no Bairro Itacorubi, em Florianópolis.

O Cemitério da Comunidade Alemã de Florianópolis, diferente do Cemitério do Imigrante, foi fundado para abrigar aqueles que não podiam ser sepultados junto aos católicos, sendo um espaço criado para uma minoria, fruto de uma exclusão religiosa. Esse cemitério surge na capital catarinense, como um espaço, daqueles a quem era negado o direito a um lugar de sepultamento, tal como na maioria das cidades brasileiras. O Cemitério da Comunidade Alemã de Florianópolis, analisado para este estudo, é uma forma de contrapor a instalação do cemitério de Joinville.

Mas para tal intento é preciso antes pensar sobre o contexto de sua instalação. O Cemitério da Comunidade Alemã de Florianópolis foi instalado ao lado do primeiro cemitério público. Era um espaço exclusivo que atendia a comunidade alemã de Florianópolis que reivindicava um local digno para sepultamento. Ele foi criado, já que o cemitério público, que fora instalado em 1841, com a promessa de acolher diferentes credos tal como os demais instalados pelo Brasil, não podia ser utilizado plenamente pelos luteranos residentes na capital catarinense.

Apesar do governo brasileiro em 1863, por meio de um decreto, ter determinado que fossem criados nos cemitérios públicos, lugares separados para o sepultamento dos acatólicos tal medida não foi acatada, reforçando assim, em grande medida, o fato dos cemitérios públicos terem se mantidos como espaços de afirmação da religiosidade católica (KLUG, 1994).

A comunidade alemã, diante do impedimento de realizar sepultamentos no primeiro cemitério público da cidade, formou uma associação que além do cemitério, priorizava a organização de uma escola para os imigrantes. Eram empreendimentos simultâneos que envolviam pagamentos de mensalidades por parte dos associados e qualquer pessoa de origem alemã poderia ser membro, como também qualquer pessoa de outra origem, desde que indicada por três pessoas de origem alemã (KLUG, 1994).

O cemitério foi inaugurado ao lado do primeiro cemitério público da capital em 21/02/1869, no alto do morro do Vieira, com portão de ferro encomendado na Alemanha. Foram convidados para a cerimônia, tanto os luteranos, como demais membros de outras confissões religiosas. O Cemitério da Comunidade Alemã surgiu como um espaço para os alemães residentes na Ilha de Santa Catarina, mas para o pesquisador João Klug (1994) ao longo de sua história é possível perceber certa tensão no que diz respeito à confissão e etnia.

Em 1869, os alemães de confissão católica da capital catarinense, já reivindicavam participação no Cemitério da Comunidade Alemã. Tal atitude gerou certo desconforto e contrariedades: os luteranos defendiam que esse lugar deveria permanecer evangélico, até no nome, já que até então somente os evangélicos haviam contribuído com as mensalidades. Na associação, as discussões versavam sobre tais “disputas” entre as duas confissões. Entre defesas do cemitério como espaço luterano ou para os alemães, independente de sua confissão religiosa, em diferentes assembleias da associação, foi discutido ceder parte de um terreno para católicos alemães, mesmo que esses tivessem seu espaço no cemitério público (KLUG, 1994). E sobre tais embates, René E. Gertz observa que:

Em 1891, a diretoria da comunidade de Florianópolis decidiu que ‘cada alemão aqui residente pode ser membro da comunidade, independente de sua confissão’. Isso mostra que a comunidade era vista, sobretudo, como uma associação recreativa impregnada do espírito do germanismo, mas era do ponto de vista social, claramente excludente, em relação a determinados ‘alemães’ (GERTZ, 2001, p. 12).

Mas apesar da decisão a favor da cessão de uma área aos católicos, o cemitério continuou de propriedade dos protestantes e os católicos deveriam aceitar as normas destes. A princípio somente imigrantes alemães e descendentes teriam direito de sepultar ali seus mortos. Caso a diretoria permitisse, outros poderiam sepultar desde que tivessem condições financeiras favoráveis.

O Cemitério da Comunidade Alemã funcionou ao lado do primeiro cemitério público da capital no alto do morro do Vieira, até a transferência dos dois cemitérios durante a construção da Ponte Hercílio Luz, iniciada em 1923. O novo cemitério público foi instalado

em uma área periférica, no antigo bairro das Três Pontes, atual Bairro do Itacorubi e para lá também foi levado, o Cemitério da Comunidade Alemã (CASTRO, 2004).

O cemitério, que antes estava integrado ao tecido urbano central da cidade, está localizado em um dos vértices noroeste de Florianópolis, no cruzamento das estradas para as praias do norte da cidade e para a região leste da Lagoa da Conceição. A área do atual Bairro de Itacorubi (local de implantação do cemitério) periférica nas primeiras décadas do século XX é atualmente, um dos bairros da capital em expressiva expansão. O Cemitério da Comunidade Alemã abriga túmulos do século XIX que conjuntamente com os sepultamentos atuais, registram parte das práticas funerárias de alemães e possibilitam acompanhar diferentes concepções acerca das mesmas.

O Cemitério da Comunidade Alemã está localizado dentro do Cemitério São Francisco de Assis, no Itacorubi, em uma parte separada por um portão com as siglas da Associação Cemitério da Comunidade Alemã de Florianópolis (ACCAF) que administra o cemitério. Importante salientar que, este cemitério criado para demarcar uma separação, quando transferido para o novo local, continua reproduzindo um território separado.

Localizado na quarta alameda, à direita da entrada principal, ele ocupa oito quadras e os túmulos estão voltados para a entrada principal do cemitério público, orientados para o sentido sudeste. Dentre suas sete quadras, é possível perceber, elementos funerários comuns também encontrados no Cemitério do Imigrante, bem como, em outros cemitérios relacionados aos imigrantes alemães ou que estão presentes nas comunidades teuto-brasileiras. Em uma breve descrição de sua arquitetura funerária, na *primeira* (Imagem 65) e na segunda quadra (Imagem 66) estão os sepultamentos mais antigos, muitos transferidos do primeiro cemitério público. Nestes túmulos, que apresentam uma arquitetura funerária composta por alegorias, esculturas e elementos decorativos, são percebidas poucas características em comum com os túmulos do Cemitério do Imigrante, por conta destes elementos. A proximidade fica por conta do ferro tanto dos epitáfios em alemão como também do uso de pedras brutas para as lápides. Boa parte das lápides possui informações como o nome e a data do falecimento, sendo comum (como em outros sepultamentos desta origem) informar de qual lugar veio o imigrante e no caso de mulher casada, informar seu sobrenome de solteira.

Na terceira quadra (Imagem 67) encontram-se as sepulturas de uma mesma família, a da Família Hoepcke, onde são encontradas diferentes tipologias cemiteriais. Esta quadra reúne cerca de vinte sepultamentos dessa família, com epitáfios em túmulos horizontais e

também em túmulos, nos quais se pode encontrar, uma arquitetura composta por ânforas, flores e outros elementos decorativos construídos em mármore branco.

A partir da terceira quadra, ocorrem modificações no estilo arquitetônico e na representação funerária presente nos túmulos, que se tornam mais horizontais, diminuindo a presença de estátuas e outros adereços funerários. Também a partir desta quadra percebe-se o sepultamento de integrantes de outros grupos étnicos, além do alemão o que pode evidenciar mudanças acerca da cessão de espaços que, inicialmente atendia somente os luteranos, depois os católicos alemães, passando a receber outros que não pertenciam à comunidade alemã.

A quarta quadra (Imagem 68) apresenta túmulos com menos estatuária funerária e a quinta, apresenta a proposta mais horizontalizada adotando, como referências, lápides e epitáfios simples, apresentando geralmente nomes e datas. Nessa quadra, é grande a presença de grandes placas tumulares horizontais, com massiva utilização do granito. As quadras finais (Imagem 69, Imagem 70 e Imagem 71) já são compostas por sepultamentos em estilo cemitério jardim: placas com nomes e epitáfios, feitos de granito escuro e com sepultura sem marcação ou referência, tendo apenas por cima do lugar da sepultura, gramado verde.

Apesar da diferença presente no modo como cada um deles surgiu, o estudo do Cemitério da Comunidade Alemã mostrou que, tal como o Cemitério do Imigrante de Joinville, atendeu a alemães católicos em um espaço criado para luteranos. Para João Klug (1994) a análise da associação do Cemitério da Comunidade da Alemã é importante para compreender a história do luteranismo em Florianópolis e, no caso desta dissertação, contribuiu para a reflexão acerca do caso peculiar do Cemitério do Imigrante que surgiu para atender a prática de fé da maioria e não de uma minoria.

Tal como em Joinville, Florianópolis foi palco de algo incomum para as práticas funerárias da segunda metade do século XIX: o fato de luteranos e católicos dividirem o mesmo espaço cemiterial. Algo assinalado, como inusitado, pela pesquisadora Sandra P. L. de Camargo Guedes (2005): “O primeiro cemitério da cidade, denominado Cemitério da Colônia, contava com sepultamentos de católicos e de luteranos, fato inusitado para a época, mas compreensível a partir do fato de todos serem imigrantes alemães” (GUEDES, 2005, p.34). O Cemitério do Imigrante e o cemitério da Comunidade Alemã de Florianópolis foram envolvidos pela cidade e seus sítios perderam o caráter periférico presente quando da instalação de ambos.



Imagem 65 - Vista panorâmica 1ª quadra - cemitério da Comunidade Alemã de Florianópolis (SC)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2007



Imagem 66 - Vista panorâmica 2ª quadra - cemitério da Comunidade Alemã de Florianópolis (SC)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2007



Imagem 67 - Vista panorâmica 3ª quadra - cemitério da Comunidade Alemã de Florianópolis (SC)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2007

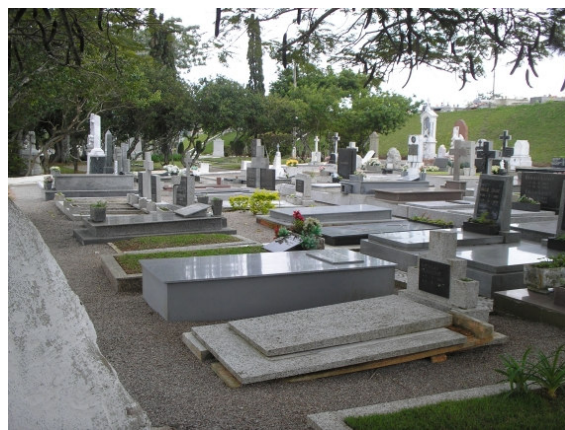


Imagem 68 - Vista panorâmica 4ª quadra - cemitério da Comunidade Alemã de Florianópolis (SC)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2007



Imagem 69 - Vista panorâmica 5ª quadra - cemitério da Comunidade Alemã de Florianópolis (SC)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2007



Imagem 70 - Vista panorâmica 6ª quadra - cemitério da Comunidade Alemã de Florianópolis (SC)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2007



Imagem 71 - Vista panorâmica 7ª quadra - cemitério da Comunidade Alemã de Florianópolis (SC)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2007

Mas não foi só em Joinville ou em Florianópolis que os imigrantes tiveram que fundar cemitérios, ou para atender as necessidades de habitação ou para poderem sepultar seus mortos na sua condição de acatólicos. Os imigrantes alemães na Bahia fundam, em 1851, em Salvador seu próprio cemitério conhecido como da Associação Cemitério dos Estrangeiros, hoje conhecido pelo nome de Sociedade Cemitério Federação (BARRETO; ARAS, 2003). Também em São Paulo, em 1844, começou a funcionar a Associação Cemitério dos Protestantes, para atender parte da população de São Paulo que era de estrangeiros praticantes de outra religião (ACEMPRO, 2008).

A pesquisadora Ellen F. Woortmann em “A árvore da memória” (1994), na qual analisa categorias simbólicas por meio das quais, os colonos teuto-brasileiros nas colônias do Rio Grande do Sul criaram e mantiveram seus laços de parentesco e de memória, relata outra forma de sepultamento utilizada pelos primeiros imigrantes nos primeiros anos da colonização. Uma forma que não se configura na criação de um cemitério sagrado por pastor ou determinado pela Companhia Colonizadora, mas sim, em uma forma de atender as necessidades iniciais dos moradores:

É muito significativo que no período inicial da colonização, quando não havia cemitérios delimitados (estes foram, em sua maioria, organizados a partir de meados do século XIX, por imposição das igrejas), os fundadores tivessem sido enterrados no espaço das terras das famílias, ao pé de uma árvore frondosa por eles plantada. Eram enterrados junto à raiz dessa árvore, que simboliza a fundação do patrimônio familiar e da Casa Mãe, da qual brotariam no futuro ‘casas filhas’ nas ‘colônias novas’ (WOORTMANN, 1994, p. 9).

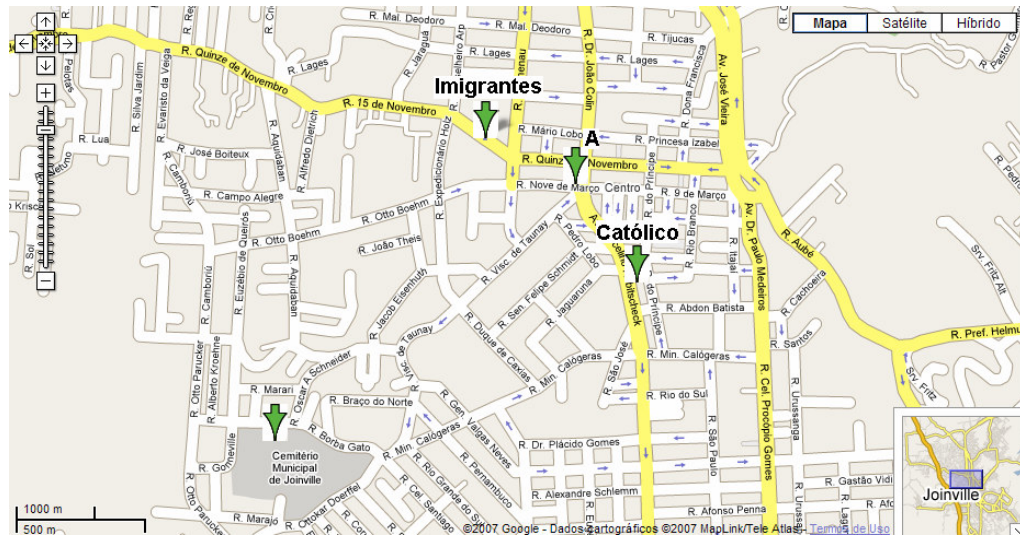
Voltando a Joinville, em 1867 de acordo com o Mappa Estatístico da Colônia Dona Francisca (GUEDES, 2005), a cidade possuía seis cemitérios para uma população de 4.667

pessoas, espalhados por uma área que abrange oito municípios, apenas 17 anos depois da fundação da Colônia. Para a historiadora Sandra P. L. de Camargo Guedes (2005) foram as distâncias, existentes entre as comunidades e as dificuldades de transporte, que devem ter promovido o surgimento de diferentes locais de sepultamento, em um curto espaço de tempo.

Depois da fundação do Cemitério do Imigrante em 1851, também os católicos passaram a realizar sepultamentos neste cemitério, mas a proximidade sepulcral entre católicos e luteranos durou um curto período. Em 1870, dezenove anos após a criação do Cemitério do Imigrante, foi criado o primeiro cemitério católico da cidade, nas proximidades do atual Colégio dos Santos Anjos, deixando o primeiro cemitério oficial para uso dos protestantes. O fato deste cemitério, ter sido usado, desde a criação do primeiro cemitério católico, por uma maioria luterana é fundamental para compreender em grande medida, as especificidades deste bem patrimonial.

Em 1913, foi fundado o cemitério municipal, o que assinala uma importante mudança e a afirmação de uma nova forma de administrar a questão cemiterial na cidade de Joinville: a administração destes espaços deixa de ser responsabilidade única das igrejas e passa para o planejamento do poder público. Com a instalação do cemitério municipal os restos mortais do cemitério católico foram transferidos para o recém inaugurado cemitério (A NOTÍCIA, 2001b). Somente o cemitério católico foi transferido e o Cemitério do Imigrante permaneceu em seu lugar, conservando, muitas vezes, suas características, enquanto a cidade se desenvolvia a sua volta.

Para reforçar a dinâmica cemiterial que se formou desde a chegada dos imigrantes até a fundação do cemitério municipal, a partir do primeiro sepultamento realizado em 1851, no Mapa 3, destaca-se a geografia atual destes cemitérios supracitados. Eles estão ordenados cronologicamente, partindo do mapa atual da cidade, a saber: a letra A no mapa (hoje na proximidade da atual Rua Nove de Março) marca o primeiro local de sepultamento utilizado na chegada dos imigrantes antes do pastor luterano fundar o primeiro cemitério oficial. Também estão localizados, o Cemitério do Imigrante, o primeiro cemitério oficial, na Rua XV de Novembro, o Cemitério Católico que ficava nas proximidades da atual Rua Juscelino Kubitschek e o Cemitério Municipal, que se localiza no atual Bairro Anita Garibaldi.



Mapa 3 - Cemitérios próximos ao núcleo inicial de Joinville (SC)

Fonte: Google Maps, 2008

Analisando a atual estrutura urbana de Joinville e a formação do seu núcleo inicial constata-se que, o Cemitério do Imigrante na sua fundação, estava localizado no perímetro do primeiro núcleo de assentamento dos imigrantes, local relativamente afastado das funções cotidianas na colônia para a época. Com o crescimento da cidade, ele passou a fazer parte da cidade cercado por prédios residenciais e outros, que ocupam o seu entorno.

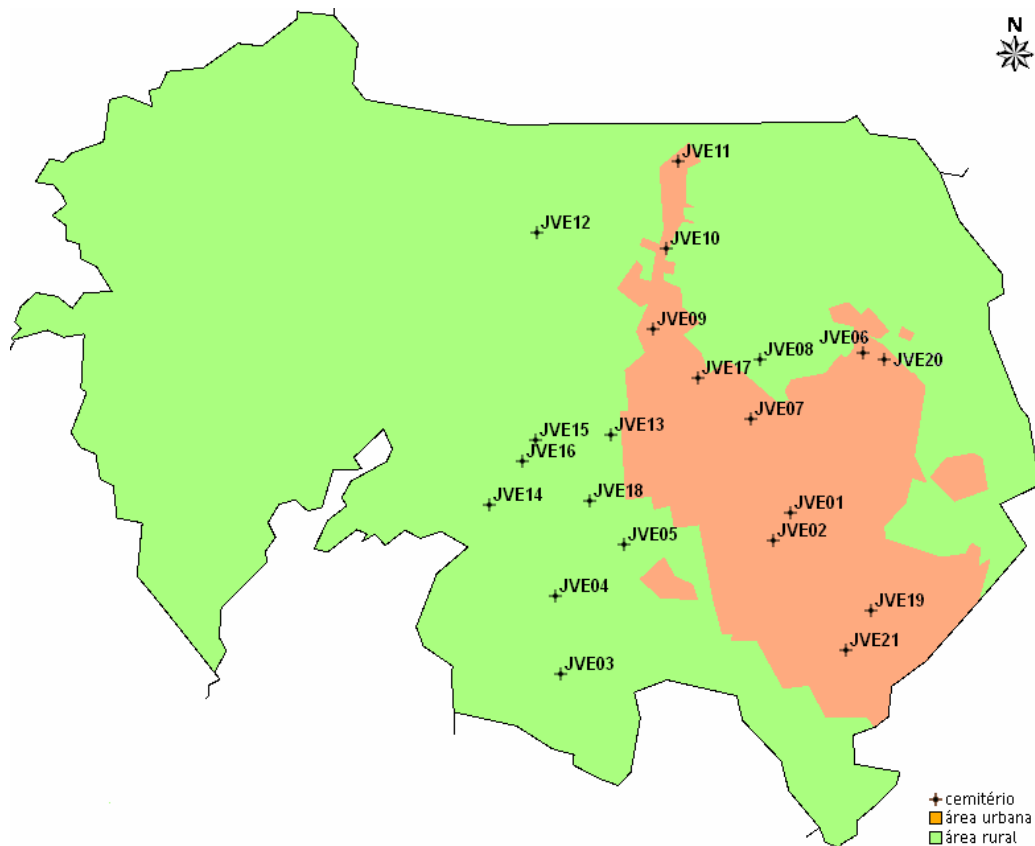
O cemitério, antes distanciado por ter sido instalado em uma colina, passa por sua proximidade espacial na nova configuração a ser, em grande medida, um referencial familiar para os joinvilenses. As visitas realizadas a este cemitério mostraram sua localização em área central por onde circulam muitos carros e pedestres, estando hoje, cercado por prédios comerciais, residências e um prédio antigo abandonado.

A cidade que englobou o primeiro cemitério oficial, diante do aumento populacional teve que promover novos lugares especificadamente para sepultar os mortos. Atualmente são encontrados vários cemitérios na cidade, como mostra o Mapa 4. O município também se preocupa com a falta de espaços para sepultamentos, o que não é problema exclusivo de Joinville (BONIN, 2007), muitas cidades brasileiras buscam solução para o mesmo problema.

No mapa 04, apresenta-se a distribuição geográfica dos cemitérios do município de Joinville (JVE), todos listados no Quadro 2.

Quadro 2 - Lista dos cemitérios de Joinville (SC)

CEM	Localidade
JVE01	Imigrantes
JVE02	Municipal do Centro
JVE03	Evangélico Estrada do Sul
JVE04	Estrada do Salto II
JVE05	Cristo Rei
JVE06	Ribeirão do Cubatão
JVE07	Bom Retiro
JVE08	Municipal Estrada da Ilha
JVE09	Pirabeiraba
JVE10	Rio Bonito
JVE11	Luterano Vila Rio Bonito
JVE12	Protestante Vila Dona Francisca
JVE13	Estrada Mutuca
JVE14	Salto
JVE15	Piraí
JVE16	Estrada do Morro
JVE17	Campus
JVE18	Comunidade Estrada Comprida
JVE19	Bairro Itaum
JVE20	Parque Jardim das Flores
JVE21	Bairro Boemerualdt



Mapa 4 - Distribuição espacial dos cemitérios de Joinville (SC)
 Fonte: IBGE (2007) e Google Earth (2008), adaptado pela autora

Dentro da discussão, acerca de um cemitério que já não cumpre suas funções e se transmuta em um lugar patrimonializado na cidade, é importante pensar sobre o modo como são pensados e geridos os espaços cemiteriais na cidade de Joinville atualmente. A questão cemiterial, em termos de planejamento urbano, envolve vários órgãos, dentre eles, a Fundação Municipal do Meio Ambiente (FUNDEMA). Este órgão estuda formas de resolver o problema, como a elaboração de um cadastro para controlar a taxa de ocupação dos cemitérios, revendo prazos e possíveis espaços a serem ocupados.

Para a Fundação, o cemitério vertical e o crematório são saídas possíveis, sendo consideradas alternativas ecologicamente mais corretas, já que os modelos tradicionais para eles, não conseguem impedir determinada contaminação do necrochorume⁶³, o que tem dificultado a cessão de autorização ambiental por parte da Prefeitura, para abrir novas áreas cemiteriais. Tais considerações apontam que, os cemitérios, fazem parte de um planejamento urbano, que busca determinar os lugares para instalação e expandir suas capacidades de sepultamento, incluindo também, dentre suas propostas, novos projetos arquitetônicos cemiteriais.

Recentemente, um projeto de crematório a ser instalado em Joinville, autorizado por uma lei municipal desde 2000, mobilizou moradores em um abaixo-assinado com 2,5 mil nomes e protestos, o que impediu a sua instalação. O temor era da possibilidade de emissão de vapores poluentes que pudessem causar danos à saúde. Os dirigentes do movimento declararam: "Não somos contra o crematório, mas ele deve ficar em lugar retirado, não em um bairro residencial" (SINCEP, 2007), o que aponta que, novos projetos arquitetônicos estão sendo debatidos na cidade e podem ser introduzidos, como novas soluções urbanas para guardar os mortos.

Ontem e hoje, os cemitérios são parte da cidade de Joinville como de tantas outras. Mas Joinville destaca-se por ter um cemitério tombado, por seu valor e significado histórico e cultural. Valores que ficaram inscritos principalmente em sua arquitetura.

3.2 - Cemitérios protestantes: arquitetura cemiterial e as marcas do sagrado

Como foi visto até o momento, o Cemitério do Imigrante desde sua fundação é um local de sepultamento utilizado primordialmente por luteranos. É possível perceber que ele possui uma arquitetura distinta dos cemitérios comumente conhecidos como convencionais ou secularizados no Brasil.

⁶³ Líquido que sai dos corpos durante sua decomposição, acusado de contaminar os mananciais aquíferos que circulam próximos aos cemitérios (SILVA, 2006).

Durante as pesquisas de campo, verificou-se que esta arquitetura, geralmente relacionada aos preceitos religiosos protestantes, também é encontrada nos cemitérios católicos nas áreas de influência da cultura germânica em Santa Catarina⁶⁴. Uma tipologia cemiterial, conhecida por *Beaux-Arts* que influenciou a tipologia cemiterial na Alemanha, independente da confissão religiosa. Tais características arquitetônicas, também são encontradas em cemitérios conhecidos como ingleses, como o Cemitério Inglês na Argentina. Estas considerações reforçam a relação dos cemitérios com as crenças religiosas que acompanham os fiéis em diferentes fases da vida, e também na morte.



Imagem 72 - Cemitério Inglês em Buenos Aires (Argentina)

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008



Imagem 73 - Vista do cemitério Inglês em Buenos Aires (Argentina)

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008



Imagem 74 - Túmulo e vegetação no cemitério Inglês em Buenos Aires (Argentina)

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008

Mas para compreender a forma como os luteranos materializam no cemitério, por meio das opções arquitetônicas e também de seus ritos fúnebres, suas crenças religiosas

⁶⁴ Cemitérios como o da localidade de Imbiras - Igreja do Bom Jesus de Iguape em Águas Mornas (SC), o da localidade de Barra Clara - Igreja de São José, em Angelina (SC) e o da localidade de Maracujá - da Capela de São Francisco em Anitápolis (SC), visitados durante as pesquisas.

acerca da morte, o que foi determinante para a configuração formal do Cemitério do Imigrante, é preciso refletir sobre suas concepções religiosas.

Para a doutrina luterana, os vivos não podem interferir no destino dos seus falecidos. Atos e ritos durante o enterro e depois dele, não podem favorecer alguém, que durante sua vida, não agiu de acordo com as leis de Deus. A morte é vista como o fim de uma etapa definida por cada fiel, não cabendo depois da morte, ritos que possam mudar o que foi traçado por suas escolhas. Com isso, de acordo com a Confissão Luterana, só existem dois lugares para as almas após a morte: o Paraíso, onde repousam as almas dos justos junto a Deus e que, portanto, não precisam da intervenção dos vivos, e o Inferno, de onde as almas condenadas jamais podem sair, não havendo o Purgatório, como lugar de passagem para os mortos.

Assim, a inexistência do Purgatório ou a ineficácia de qualquer ação pela salvação do morto, parece explicar, juntamente com suas recomendações de uma vida mais austera, a quase ausência de ornatos, santos ou outras esculturas ou da necessidade de investimentos desta ordem nos túmulos. Tais atitudes acabam por gerar um conjunto de sepultamentos formados, em sua grande maioria, por somente lápides, epitáfios e fotos.

Desta forma, pode-se afirmar que perde o sentido o investimento em ritos e cultos, o que acaba por criar uma despedida focada mais na família enlutada e em um sepultamento, sem grandes solenidades, e sem missas de sétimo dia, por exemplo, acontecendo somente um culto para pedir conforto à família enlutada.

Para o luterano, que não crê na possibilidade de interceder pelo falecido, os cultos do Dia de Finados e o uso de velas nos cemitérios, práticas comuns para os católicos, não fazem parte de sua postura funerária. O que não pode ser confundido com desprezo ou com uma relação, na qual o corpo ou morto não tem valor, mas da convicção de que o fiel está salvo por suas ações em vida ou pelo arrependimento sincero.

Tais atitudes, também encontradas, dentre os calvinistas, parecem anular a eficácia creditada, por religiões como a católica, em ritos e cultos posteriores ao sepultamento em prol da alma do falecido. Também para os luteranos, que não crêem nos santos e proibem imagens, o uso mesmo da imagem de Cristo na cruz crucificado em túmulos, igualmente não é bem-vinda, sendo recomendando somente a cruz sem o Messias. Aos luteranos é recomendado, não enfatizar o martírio, uma vez que, como afirma o pastor Luis Dirceu Wasserberg, membro da comunidade luterana de Florianópolis, ninguém sabe realmente como ele foi, e ele não está mais na cruz, porque já ressuscitou (WASSERBERG, 2007).

Mais do que importantes registros culturais, a forma como são construídos os túmulos e a opção por diferentes formas de representar a memória do morto permitem por meio de sua

análise, conhecer o contexto ao qual pertencem. São análises que podem se basear em suas simbologias e opções estéticas, que vão desde grandes ornamentos até pequenas esculturas ou a completa ausência de volumes quaisquer no lugar onde foi colocado o corpo. As imagens do Cemitério do Imigrante a seguir, apresentam parte de sua arquitetura.



Imagem 75 - Formatos tumulares do cemitério do Imigrante (SC)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008



Imagem 76 - Poucos ornamentos e esculturas - Cemitério do Imigrante (SC)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008



Imagem 77 - Formato tumular - Cemitério do Imigrante (SC)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008



Imagem 78 - Cruzes em ferro - Cemitério do Imigrante (SC)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008

Arquitetonicamente, os cemitérios protestantes, e de uma forma geral os cemitérios de origem germânica, diferenciam-se dos católicos por apresentarem uma paisagem mais uniforme e uma regularidade quanto ao formato de seus túmulos. Sem os santos, que não fazem parte dos referenciais religiosos dos luteranos, estes cemitérios costumam apresentar grande quantidade de túmulos compostos por pedra lapidar. São placas verticais com

inscrição geralmente localizada na parte superior do sepultamento, podendo vir junto ao túmulo horizontalizado, como mostra a citação abaixo:

Os protestantes, uma vez que não praticavam sepultamentos em igrejas, tinha um espaço distribuído mais uniformemente, sem ‘distinções’ aparentes entre os defuntos. Já no catolicismo, a variedade de espaços funerários oferecidos pressupunha a própria diferenciação entre os mortos (JÚLIO PEREIRA, 2007, p. 38).

Em uma comparação com a religião católica, é preciso salientar, que os ritos e elementos funerários católicos e, principalmente sua arte funerária, devem representar em grande medida, a preocupação com o destino do morto, um destino que pode ser mudado por meio de orações e outros atos de intercessão. A crença de que se pode interceder pela alma, pela possibilidade de ela estar no Purgatório, reforça a necessidade da realização de ritos por parte dos vivos para os seus mortos, já que a “[...] idéia de purgatório pressupunha, portanto, uma esfera de interação entre os mundos dos vivos e o dos mortos, na qual era possível para os vivos - mediante muito esforço - intervir no destino dos mortos” (VILAR, 1995, p. 96).

Tal crença na possibilidade da intercessão pelos mortos junto a Deus parece refletir nas representações estéticas e nas configurações dos cemitérios católicos. Estes geralmente apresentam grande número de imagens de santos, anjos e virgens, como um prolongamento destes ritos, marcados pela fé no poder dos ritos funerários, de mudar o *status* da alma dos que já partiram (Imagem 79). A ligação do Estado à religião católica, que perdurou por anos depois do surgimento dos primeiros cemitérios públicos, mesmo diante da proibição dos sepultamentos nas igrejas, não determinou o fim do domínio religioso católico sobre este espaço: sua presença passou a ser vista também na arquitetura funerária (ARIÈS, 2003).

Esta comparação apontou que, os cemitérios, podem se apresentar de diferentes formas, sendo influenciados de forma importante, pelos preceitos religiosos. No caso dos cemitérios luteranos, estes possuem uma estética formada, em grande medida, por um grande número de sepulturas horizontais e poucos mausoléus, com túmulos e geralmente compostos por uma lápide (cabeceira) na parte superior do sepultamento, como mostra a imagem do Cemitério do Imigrante que está a seguir (Imagem 80 a Imagem 83).



Imagem 79 - Santos e anjos - Arquitetura monumental do cemitério Central de Montevideo (Uruguai)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008

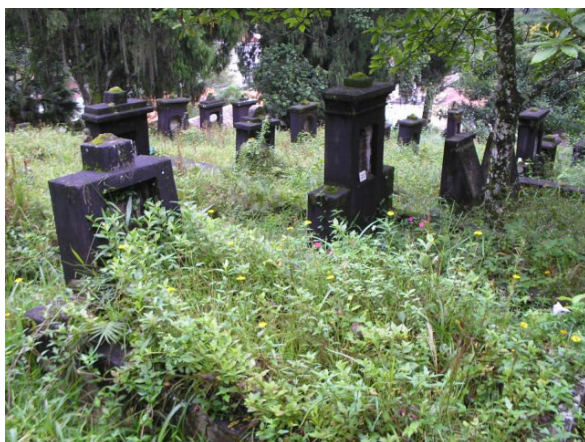


Imagem 80 - Túmulos do cemitério do Imigrante (SC)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008



Imagem 81 - Túmulo do cemitério do Imigrante (SC)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008



Imagem 82 - Vista do Cemitério do Imigrante (SC)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008



Imagem 83 - Cruzes e cabeceiras do Cemitério do Imigrante (SC)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008

No caso do Cemitério do Imigrante de Joinville, como se trata de um cemitério de imigrantes do século XIX é comum encontrar lápides e epitáfios com inscrições em alemão, os quais além dos dados que dão identidade ao morto, costumam acrescentar a cidade natal destes imigrantes. Em caso de sepultamento feminino, é comum encontrar o sobrenome de solteira junto ao nome adquirido com o casamento, evidenciando ainda mais, o testemunho histórico e o seu valor patrimonial. A maioria dos túmulos é de alvenaria, com alguns epitáfios gravados em cerâmica fria (Imagem 84), como também gradis e obras em ferro (Imagem 85).



Imagem 84 - Lápide em cerâmica – Cemitério do Imigrante (SC)

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008



Imagem 85 - Ornamentos e gradis em ferro – Cemitério do Imigrante (SC)

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008

Com relação à arte funerária, praticamente a ausência de símbolos religiosos, como imagens de santos e anjos, além da opção por representações como cruzes, diferenciam arquitetonicamente estes cemitérios. No caso do Cemitério do Imigrante, sua estética revela a influência da doutrina luterana, em suas representações funerárias: um panorama de características que nos cemitérios protestantes evidencia uma ritualidade e expressão funerária peculiar. Esta tipologia, muitas vezes, faz com ele seja confundido com um parque, ou um jardim, algo que dificilmente acontece com cemitérios convencionais. O Cemitério do Imigrante é um caso representativo deste tipo cemiterial, congregando tais elementos juntamente com árvores e vegetação em cume de morro (Imagem 86 a Imagem 88).



Imagem 86 - Túmulos no cume do morro – Cemitério do Imigrante (SC)

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008



Imagem 87 - Vegetação sobre os túmulos – Cemitério do Imigrante (SC)

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008



Imagem 88 - Vista de um dos outeiros do Cemitério do Imigrante (SC)

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008

É também característica destes cemitérios o uso de vegetação principalmente plantas e flores geralmente plantadas sobre o túmulo. Sobre as características materiais deste cemitério, Alcídio Mafra de Souza, fornece um panorama geral dos cemitérios protestantes:

Entre as representações funerárias mais comuns estão a cruz ou a pedra tumular com epitáfio, mas também podemos encontrar representações como o ramo de palma e a âncora. Também é comum arte em ferro, com ornamentações em forma de cruces e corações. Apesar de alguns destes cemitérios possuírem representações e alegorias funerárias, é fato que apresentam poucas estátuas e, portanto, uma paisagem mais uniforme formada muitas vezes por carreiras de pedras tumulares, formando um espaço de grande simplicidade, alinhando-se os túmulos em meio a velhas árvores, muitas das quais já centenárias, ao longo de recantos bem ajardinados (SOUZA, 1992, p. 88).

Na citação anterior, o autor destaca alguns elementos funerários característicos dos cemitérios protestantes, a palma (Imagem 92) e a âncora (Imagem 90) que também são encontradas no Cemitério do Imigrante e outros ornamentos como flores (Imagem 91) e anjos (Imagem 89), apesar de raros. Tais ornamentos têm sua simbologia como foco de vários estudos, como na obra “Cemitérios do Rio Grande do Sul” organizado pelo professor Harry Rodrigues Bellomo (2000). O ramo de palma e a âncora têm significados geralmente ligados à religiosidade cristã e, podem ser relacionados, no caso da palma, à vitória, esperança e a entrada de Jesus em Jerusalém, e a âncora, à segurança e a fé que se firma em Cristo, o Salvador, dentre as muitas possibilidades de interpretação da adoção destes símbolos.



Imagem 89 - Anjo - Ornamento do Cemitério do Imigrante (SC)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008



Imagem 90 - Âncora - Ornamento do Cemitério do Imigrante (SC)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008



Imagem 91 - Flores - Ornamento do Cemitério do Imigrante (SC)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008



Imagem 92 - Palmas - Ornamento do Cemitério do Imigrante (SC)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008

Ainda sobre a paisagem dos cemitérios, Mirtes Timpanaro (2006) apresenta as características de um tipo cemiterial que se assemelha aos cemitérios protestantes relacionados aos imigrantes alemães, os cemitérios norte-americanos. Sobre o cemitério *Mount Auburn* em Massachussets ela destaca que nele “[...] nascia a tradição americana das sepulturas marcadas por pequenas cruzes ou estelas arredondas com nomes e datas circulando por seus cemitérios” (TIMPANARO, 2006, p. 67). Estes cemitérios norte-americanos, tal como os cemitérios protestantes, são diferentes da tradição francesa de grande influência no Brasil, na qual a natureza recuou e cedeu espaço à arte em seus túmulos.

Para completar a análise da arquitetura cemiterial germânica ou protestante, foram visitados diversos cemitérios relacionados com estas denominações. Neles foram encontradas paisagens e muitos elementos arquitetônicos comuns, também presentes no Cemitério do Imigrante. Como no conjunto dos cemitérios visitados, foram observadas poucas diferenças arquitetônicas entre si, decidiu-se descrever dois destes cemitérios.

O cemitério Valdense, da Igreja Evangélica Valdense, fundado no ano 1862 no Uruguai, possui sepultamentos formados, em sua maioria, por pedras lapidares, sem mausoléus ou alegorias em profusão, como mostram as imagens a seguir. Também são encontrados os obeliscos, lápides em pedras brutas com epitáfios em alemão, sendo a maioria dos sepultamentos formados por sepulturas de pequeno porte. Por todo o cemitério existem árvores e flores plantadas junto aos túmulos, sendo que a parte mais nova - separada da mais antiga - é formada somente por cruzes com pequenas floreiras, assemelhando-se a tipologia dos cemitérios jardins, adotando uma tendência de sepultamento mais contemporânea.

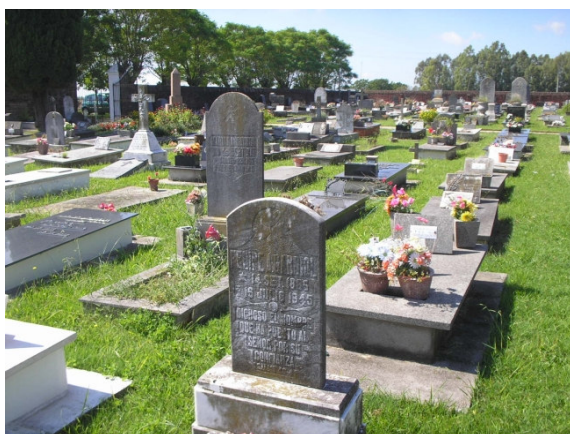


Imagem 93 - Vista da parte antiga do Cemitério Valdense (Uruguai)

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008



Imagem 94 - Vista da parte novo do Cemitério Valdense (Uruguai)

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008

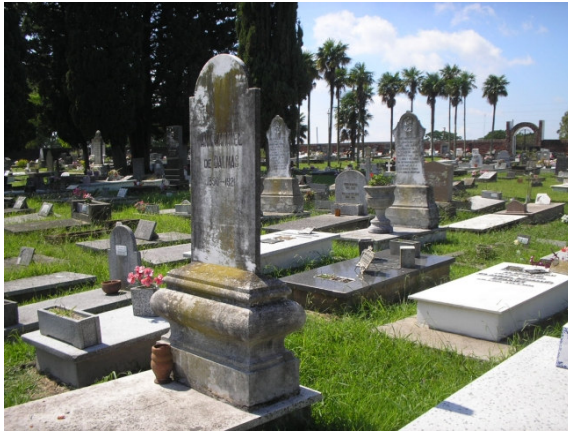


Imagem 95 - Túmulos do Cemitério Valdense (Uruguai)

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008



Imagem 96 - Túmulos com poucos ornamentos - Cemitério Valdense (Uruguai)

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008

Outro cemitério visitado foi Cemitério Alemão de Buenos Aires, que além das características descritas anteriormente, destaca-se pela presença de um grande conjunto tumular formado apenas por lápides, com poucas alegorias. Outro elemento importante deste cemitério é a presença de vegetação incorporada ao sepultamento, cobrindo os túmulos e compondo o cenário, como na Imagem 98. São elementos arquitetônicos, aqui já descritos, indicando que tais grupos incorporam em seus cemitérios, seus referenciais religiosos e culturais, como apresentada nas imagens a seguir. A pesquisa de campo confirmou como os cemitérios, de forma significativa, configuram-se em elementos de expressão cultural destes imigrantes, que em diferentes partes do mundo, apresentaram basicamente as mesmas formas de representar suas crenças e atitudes diante da morte.



Imagem 97 - Vista do Cemitério Alemão em Buenos Aires (Argentina)

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008



Imagem 98 - Vegetação incorporada aos túmulos no Cemitério Alemão em Buenos Aires (Argentina)

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008



Imagem 99 - Sepultamentos compostos por lápides - cemitério Alemão em Buenos Aires (Argentina)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008

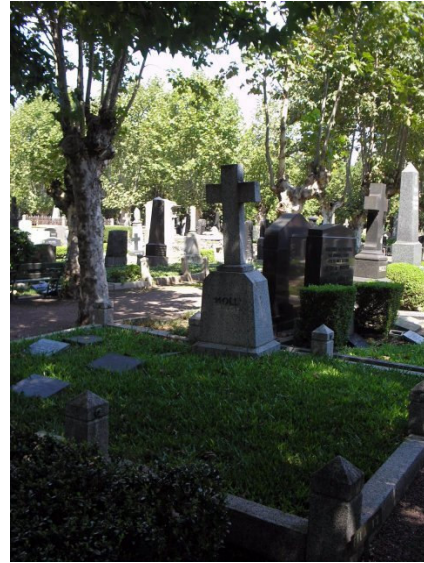


Imagem 100 - Arquitetura funerária do cemitério Alemão em Buenos Aires (Argentina)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008

E para seguir na reflexão, sobre a inserção do Cemitério do Imigrante como um bem tombado na cidade de Joinville, é preciso antes conhecer as ações desenvolvidas pelo município com relação ao patrimônio.

3.3 - Joinville: ações de preservação patrimonial e o processo de tombamento do Cemitério do Imigrante

Joinville, como outras cidades catarinenses, é muitas vezes lembrada pelos costumes e tradições germânicas. Uma imagem que é reforçada de diferentes formas, dentre elas, por ações de preservação patrimonial relacionadas com a participação dos imigrantes europeus na formação da cidade. A autora Maria Bernadete Ramos Flores, em sua obra “Oktorberfest: turismo, festa e cultura na estação do chopp” (1997) discute, dentre outros, a imagem que muitas dessas cidades oferecem aos visitantes. E esta imagem, requer investimentos de toda ordem, investimentos em determinadas memórias, destacando que:

[...] as cidades, ou melhor, a região das festas, está sendo criada como imagem do povo alemão, com o ethos da germanidade. Povo ordeiro, trabalhador, limpo, progressista, mulheres e crianças louras, saudáveis, bem coradas. É a germanidade do povo que é prometida ao turista, com seu casario enxaimel, os gerâneos nas sacadas, os jardins bem cuidados, as ruas e os sanitários muito limpos e, especialmente, moradores que preservam o *ethos* germânico: o trabalho, a limpeza, o capricho dos bordados, um gosto

especial pela culinária e pelos quitutes, uma tradição musical e cultural (FLORES, 1997, p. 98).

Neste item 3.3, que apresenta as políticas de preservação patrimonial de Joinville e discute o processo de tombamento do Cemitério do Imigrante, torna-se importante atentar para o conjunto de atitudes destacadas na citação supracitada e considerar sua participação nas ações patrimoniais empreendidas no município de Joinville.

Esta cidade é um dos núcleos de colonização européia em Santa Catarina que apresenta e oferta aos visitantes, em suas ruas, casas, jardins e festas, traços do que comumente é denominado como germânicos, ou seja, práticas, símbolos e referências relacionadas aos colonizadores de origem européia. Colonizadores que são lembrados e referenciados como alemães ou teuto-brasileiros: denominações que se estendem aos seus descendentes e que se referem àqueles que ainda mantém costumes, hábitos e práticas ditas alemãs. São pessoas que muitas vezes, mesmo sabendo o português ainda falam o alemão, sendo, portanto: “[...] aquele que nasceu no Brasil, mas é ‘de origem’, ou seja, tem sangue alemão, fala alemão e cultiva uma forma de ser, considerada alemã [...]” (KLUG, 2003, p. 7).

No caso de Joinville, os esforços e ações procuram considerar o passado ligado a fundação da cidade na busca, em grande medida, por uma unidade cultural que tem papel central, nas políticas turísticas e patrimoniais do município. Tal esforço na manutenção desta identidade deve ser considerado na análise sobre as ações de preservação do patrimônio cultural nesta localidade.

Considerando como início das iniciativas de preservação do patrimônio cultural, os primeiros tombamentos, foi o atual IPHAN, quem deu os primeiros passos efetivos na preservação do patrimônio da cidade, por meio dos tombamentos do Palácio dos Príncipes, sede da companhia colonizadora da Colônia Dona Francisca, em 1939, do Cemitério Protestante ou do Imigrante em 1962, e do Parque Arborizado - Bosque Schmalz em 1965 (IPHAN, 2008b).

Tendo três bens tombados pelo IPHAN, a cidade de Joinville - juntamente com Biguaçu, Florianópolis, São Francisco do Sul, Rio dos Cedros, Governador Celso Ramos e Laguna - participa do pequeno grupo de municípios catarinenses que possuem bens reconhecidos como de importância nacional, em um total de 21 bens no Estado (IPHAN, 2008b). Outros bens estão sendo inventariados e analisados para futuro tombamento em Santa Catarina pelo projeto “Roteiros Nacionais de Imigração”, lançado pelo IPHAN que prevê diferentes ações de preservação, dentre elas, os tombamentos de cemitérios nas regiões de imigração européia no Estado.

Buscando pontuar os principais momentos dos órgãos que zelam pelo patrimônio cultural joinvilense, foi na década de 1970, período em que os órgãos municipais começam a se preocupar com as edificações em enxaimel⁶⁵, sendo deste período, o aparecimento de leis de incentivo a construções com características neste estilo. Também são desta década, alguns convênios como a cooperação entre o governo brasileiro e órgãos da Alemanha, com o envio de especialistas da área de preservação patrimonial ao município de Joinville (ALTHOFF, 2008).

Em 1980 foi criada a Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville pela Lei nº 1772, com o objetivo de formular políticas de preservação voltadas ao patrimônio cultural da cidade. O “Projeto Memória de Joinville” também foi criado na década de 1980, como um grande projeto sob o qual estariam diversas ações com o objetivo de preservar e desenvolver o patrimônio cultural do município, dentre elas, a restauração do Cemitério do Imigrante (ALTHOFF, 2008). Em 1982 foi criada a Fundação Cultural de Joinville (FCJ), que passa a ser responsável pela aplicação da Lei de Tombamento Municipal e pela presidência da Comissão de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural. De acordo com a FCJ, a sua concepção de patrimônio cultural está em consonância com o que estabelece a Declaração do México da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) de 1982, na qual:

[...] o patrimônio cultural compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas. Qualquer povo tem o direito e o dever de defender e preservar o patrimônio cultural, já que as sociedades se reconhecem a si mesmas através dos valores em que encontram fontes de inspiração criadora (FCJ, 2006).

Atualmente no município de Joinville o patrimônio cultural é tratado por meio de unidades da Fundação Cultural de Joinville (FCJ) que contam com a parceria de outros órgãos do município, como Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville (IPPUJ), Secretaria de Infra-Estrutura Urbana (SEINFRA), Fundação Municipal do Meio Ambiente de Joinville (FUNDEMA), Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) e Companhia de Desenvolvimento e Urbanização de Joinville (CONURB) (ALTHOFF, 2008).

⁶⁵ O *Enxaimel* é um conjunto de caibros e estacas que sustentam as divisões da estrutura da casa. É marca registrada dos estilos normando ou germânico, onde fica aparente e compõe um detalhe interessante na fachada (DICIONÁRIO DA CONSTRUÇÃO, 2008).

A FCJ tem como unidades a Coordenadoria do Patrimônio, situada junto ao Arquivo Histórico de Joinville, o Setor de Patrimônio e o Centro de Conservação de Bens Culturais e como principais objetivos, a difusão, o incentivo e a promoção das atividades culturais no município. É responsável pelos seguintes setores: Arquivo Histórico de Joinville, Casa da Cultura Fausto Rocha Júnior, Cemitério do Imigrante, Galeria de Arte Victor Kursancew, Museu Casa Fritz Alt, Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, Museu de Arte de Joinville, Museu Nacional de Imigração e Colonização e Teatro Juarez Machado (FCJ, 2006).

O Setor de Patrimônio desenvolve diversas atividades e projetos para a conservação e pesquisa do patrimônio histórico, tais como o cadastro de unidades de interesse de preservação (UIPs), fiscalização dos bens tombados e em processo de tombamento, dentre outros. O Centro de Conservação de Bens Culturais desenvolve projetos voltados para a conservação e restauro das edificações tombadas (FCJ, 2006).

O quadro acima descrito mostra, ao longo das últimas décadas, as principais ações pela preservação do patrimônio cultural do município de Joinville. E o tombamento do Cemitério do Imigrante, ocorrido em 1962, está dentre as iniciativas. Este tombamento representa um momento da cidade, que foi destacado do panorama apresentado acima e que será tratado à parte, a seguir.

A cidade de Joinville, principalmente a partir da década de 1950, depara-se com um período de forte industrialização, transformando-se em pouco tempo, em um dos principais pólos industriais do país. O crescimento neste período teve suas implicações como, por exemplo, a vinda de novos imigrantes em busca de emprego nas indústrias da região. Em um movimento parecido com aquele que ocorreu com a chegada navio Colon e dos primeiros imigrantes em 1850, homens e mulheres, principalmente de outras regiões do Brasil, chegaram à Joinville trazendo consigo as suas referências culturais.

O tombamento do Cemitério do Imigrante e outras ações preservacionistas iniciadas neste período parecem apontar, para uma preocupação em salvaguardar os registros dos primeiros imigrantes que participaram da fundação da Colônia Dona Francisca, em um momento que a cidade, novamente recebia novos elementos culturais, por meio de outros imigrantes atraídos pelas oportunidades oferecidas pelas indústrias ali instaladas.

Os critérios ou a decisão pelo tombamento podem estar centrados na idéia de que, a identidade da cidade, geralmente relacionada com os imigrantes germânicos, poderia se diluir, já que neste período, o perfil da população foi modificado radicalmente, com a chegada de imigrantes vindos de várias partes do país.

Aos descendentes dos imigrantes que colonizaram a região, juntaram-se pessoas das mais diferentes origens étnicas e, neste período é possível perceber, a movimentação para a criação e preservação de lugares para a preservação da memória da cidade. Uma memória, principalmente, ligada ao período da formação da colônia, que vai contar com ações e com a participação de interessados, em sua maioria, moradores da cidade e também da administração do município.

Como parte destas ações, o relatório do projeto “Cemitério do Imigrante: pesquisa, interdisciplinaridade e preservação” (FONTOURA, 2007), que será apresentado mais adiante neste capítulo, refere-se à criação na década de 1960 de comissões por ato do executivo municipal, formadas por representantes da comunidade, em especial, por descendentes de imigrantes, que buscavam preservar a memória da imigração. Como a Comissão de Conservação do Cemitério do Imigrante constituída por meio de decreto pelo prefeito Nilson Bender - entre 1964 e 1966, que tinha dentre seus membros Hilda Anna Krisch e Tea Meyer. São também deste período ações como os tombamentos do Parque à Rua Marechal Deodoro em 13/04/1965 pelo IPHAN, além do Cemitério do Imigrante.

Dentre as atividades destas comissões, formadas por “cidadãos voluntários” (MNIC, 2007), interessados na política de preservação, estão o recolhimento de objetos relacionados à imigração que participaram da criação do Museu Nacional de Imigração e Colonização, criado pela Lei Federal nº 3188 de 02 de julho de 1957. O prédio do museu foi tombado pelo IPHAN em 04 de dezembro de 1939 e o museu foi aberto ao público, em 28 de dezembro de 1961, na gestão do Prefeito Helmut Ernesto Fallgatter, que firmou um convênio com o então Serviço do Patrimônio Histórico Nacional objetivando a instalação desta unidade museológica (MNIC, 2007).

Destas comissões, participavam nomes, como Carlos Ficker, Hilda Krisch, Ingo Jordan, Helga Schmidt, João dos Santos Neves e outros. Dentre eles, Hilda Anna Krisch aos 89 anos, ainda participava de assuntos desta ordem relativos à preservação de bens na cidade. Em 30/11/1989, Hilda foi designada como membro, para integrar a Comissão de Manutenção e Conservação do Cemitério do Imigrante (FCJ, 1990, p. 26).

Ainda sobre as iniciativas de preservação da memória da imigração, ocorridas neste momento, no “Guia de Bens Tombados em Santa Catarina” o autor Alcídio Mafra de Souza (SOUZA, 1992), a partir dos documentos disponíveis na Casa da Memória informa que em 1966, preocupado com o abandono do cemitério, a Comissão do Museu Nacional de Imigração e Colonização com mais um grupo de pessoas da comunidade joinvilense, iniciaram um projeto objetivando a restauração do Cemitério do Imigrante. Em consequência

desse trabalho, em 1973, a Prefeitura por meio da Fundação Cultural de Joinville, adquiriu uma construção do mencionado cemitério e a restaurou, instalando a Casa da Memória do Imigrante. Esta declaração e as demais apresentadas indicam a articulação de um grupo de pessoas em torno da preservação dos bens patrimoniais joinvilenses.

Outro membro, Carlos Ficker, presidente da Comissão de Cidadãos Voluntários, que veio de São Paulo em 1955, também participa de outro evento deste conjunto de ações preservacionistas na cidade. É dele o bilhete enviando ao IPHAN, juntamente com o material para instrução do processo, de janeiro de 1962, pedindo o tombamento do Cemitério do Imigrante. A análise do processo de tombamento forneceu algumas visões sobre a importância do cemitério para a construção identitária de Joinville e para a afirmação de determinados laços, tal como os “lugares de memória” de Pierre Nora (1993), buscando promover a construção de laços sociais e temporais.

A análise do conteúdo do processo de tombamento⁶⁶ confirmou que a iniciativa desta ação partiu de pessoas ligadas ao movimento de preservação patrimonial e cultural da cidade, como parte das ações empreendidas neste período. O processo nº 659-T-62 - Cemitério Protestante (PT nº 659-T-62), Joinville (SC), apresentou importantes elementos para a reflexão sobre o seu papel na afirmação de determinadas imagens ligadas à imigração e à cultura européia em Joinville, e que serão aqui apresentadas.

O bilhete enviado por Carlos Ficker reivindicava o tombamento do cemitério, justificando que este lugar tinha papel preponderante para a história da cidade e da imigração alemã, indicando assim a relação deste local com as identidades a serem fortalecidas neste momento na cidade de Joinville. O processo inicia em janeiro de 1962, com o envio do material necessário para o pedido de tombamento por Carlos Ficker ao então diretor do DPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, incluindo os subsídios históricos e fotográficos.

Em uma correspondência de Carlos Ficker, presente no processo, segue um documento anexo intitulado: “O Cemitério Antigo Protestante de Joinville - Subsídios históricos para o tombamento”, com a descrição do cemitério. A análise desta descrição contribuiu para ampliar a reflexão das justificativas apresentadas para o tombamento do cemitério (PT nº 659-T-62).

Neste documento, o atual Cemitério do Imigrante é chamado por “velho cemitério protestante de Joinville” e seu sítio é descrito como um morro quase no centro da cidade, na Rua XV de Novembro. O documento assinala que o cemitério é considerando um “monumento” histórico para os estudos genealógicos e, ao mesmo tempo, constitui-se em um

⁶⁶ Disponível para consulta na 11ª Superintendência Regional do IPHAN, em Florianópolis (SC).

dos recantos mais belos da cidade, com árvores seculares e oferecendo uma vista deslumbrante sobre Joinville. Nota-se nesta descrição, a valoração também do local por seu arranjo paisagístico e, por sua localização privilegiada, em área central da cidade e, tais atributos paisagísticos, serão destacados mais adiante nos pareceres dos técnicos do DPHAN.

Ainda sobre este documento, além de apresentar os dados históricos da fundação da colônia, relata a chegada dos colonos. A falta de estrutura encontrada pelos colonos somada ao calor do verão em março de 1851, às intempéries da viagem, e a falta de higiene e a ocorrência de uma epidemia, exigiu um cemitério para estes recém chegados. Os primeiros mortos foram enterrados no canto mais afastado da clareira, na beira do riacho Mathias, esquina da Rua Nove de Março e da Rua Visconde de Taunay, antes da definição de um lugar oficial para o cemitério da colônia. Portanto, o cemitério em questão para tombamento, não era o mais antigo, como já foi anteriormente citado nesta pesquisa (PT nº 659-T-62).

Com a chegada do pastor foi inaugurado um novo cemitério em um terreno doado pela Sociedade Colonizadora, um morro isolado no prolongamento da *Mittelweg*, o então Cemitério do Imigrante. Este documento informa ainda, que o primeiro mapa da colônia publicado em 1852, pela Sociedade Colonizadora em seu Relatório Anual e no mapa que acompanha o livro sobre a Colônia Dona Francisca de Theodor Rodowicz-Oswiecimsky em Hamburgo, 1853, já apresenta o lugar demarcado para o cemitério, evidenciando o seu valor histórico ligado ao núcleo inicial da colônia (PT nº 659-T-62).

O documento também apresenta o estado de conservação das sepulturas como regular, com a maior parte dos túmulos destruída pela ação do tempo e pelas raízes de árvores seculares, salientando que a conservação dos túmulos é um dos principais objetivos da Comissão do Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville.

Seguindo com o processo, em 09 de abril de 1962, Carlos Ficker respondendo a carta enviada por Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 16 de fevereiro, à Prefeitura de Joinville, informa que já havia providenciado o levantamento e a medição por agrimensor do cemitério, estando já pronta também a planta da situação atual. Junto a esta carta seguiram os documentos relacionados com a Comunidade Evangélica, proprietária do cemitério.

Em correspondência, do dia 14 de abril de 1962, Carlos Ficker comunica a Rodrigo Melo Franco de Andrade que, sobre a documentação requerida, não há escritura atualizada provando que o terreno do cemitério é de propriedade da Comunidade Evangélica, já que não existe registro imobiliário do dito terreno. Mas, junto a esta correspondência, enviava um Memorial emitido pelo Domínio Dona Francisca, enumerando os documentos existentes sobre o lote nº 197 do cemitério, que pode contribuir para confirmar a posse da Comunidade

Evangélica⁶⁷. A comprovação do proprietário é uma exigência para que o tombamento seja realizado, dado que o mesmo tem que ser notificado.

Junto com esta correspondência foi enviada uma planta com um resumo de levantamento e medição por instrumento realizada em abril de 1962, com indicação de área de 11.762,63 m², atendendo as solicitações feitas em um ofício de 16 de fevereiro. Aqui, neste documento, algo chama a atenção: Carlos Ficker salienta que o tombamento é algo que deve ocorrer em caráter de urgência, pois enquanto esteve ausente do país, um túmulo dos mais antigos de todo o cemitério foi reformado: o de Ottokar Doerfell, que em suas palavras era uma “pessoa simbólica da história de Joinville” (PT nº 659-T-62).

A reforma foi feita pela família que, na opinião de Carlos Ficker, pode ter sido motivada pela eminência do tombamento do cemitério, com as melhores intenções por parte dos mesmos, mas apesar destas, substituíram a placa original por uma nova em cimento, o que ele lamentou. Percebe-se, em sua declaração, a preocupação com a originalidade do bem e também com o procedimento do tombamento, como forma de inibir tais iniciativas que, independente das intenções, acabam por gerar, em sua opinião, problemas à manutenção do bem.

Em 17 de abril de 1962, Rodrigo Melo Franco de Andrade comunica que, com referência ao tombamento, estima saber das providências tomadas pela Prefeitura para o levantamento e que ficaria no aguardo de receber o mesmo, juntamente com o requerimento formal para a inscrição nos Livros de Tombos. Ele também ressalta que, os termos a serem enviados, não precisam obedecer a nenhum modelo determinado, devendo somente conter: a identidade do requerente bem explícita, a do imóvel ao qual se pretende tomba, como também, do respectivo proprietário e o endereço (PT nº 659-T-62).

Em 25 de abril, a Prefeitura Municipal de Joinville por meio do Prefeito Helmut E. Fallgatter propõe, em carta aos Membros do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, o tombamento do antigo cemitério de Joinville como forma de enriquecer o acervo histórico e paisagístico do país, por ser tratar este cemitério, de um bem de reconhecida valia histórica. Como motivo para o tombamento apresenta o fato de ser o local,

⁶⁷ O Memorial emitido pelo Domínio Dona Francisca Ltda em 12 de abril de 1962, sobre o lote nº 197 da antiga Colônia Dona Francisca doado pela direção da mesma para o Cemitério de Joinville, no Livro Cadastro de lotes, o lote nº 197, foi reservado pela administração para o cemitério e no Arquivo de segundas vias dos documentos denominados “Concessão de terra (Kaufbrief)”, foi encontrado um documento com a descrição do lote em nome do cemitério datado de 15 de maio de 1856, rubricado pelo procurador dos Príncipes de Joinville, L. Aubé. Outro documento idêntico de 1º de agosto de 1866, com a descrição do lote e assinado por J. Niemeyer e um último documento “Concessão de Terra (Kaufbrief)”, datado de 15 de novembro de 1889, em nome do “Cemitério Protestante” e assinado em nome da direção da colônia por Ottokar Dorfel, contribuíram para a confirmação da propriedade do lote (PT nº 659-T-62).

onde foi sepultada grande parte dos primeiros colonizadores da cidade, além de possuir vários mausoléus artísticos, como também por sua localização em ponto central da cidade. Outro ponto alegado para o tombamento nesta correspondência enviada pelo prefeito é o fato de existir uma tradição arraigada do povo dessa região catarinense pelo culto aos seus ancestrais, motivo que destaca o cemitério não só por seu potencial histórico ou artístico, mas por sua função como lugar de culto (PT nº 659-T-62).

Em um comunicado do dia 20 de junho de 1962, no qual o cemitério é chamado por Cemitério Evangelista de Joinville, Luis Saia⁶⁸ informa que, atendendo a solicitação de uma vistoria, ele esteve em Joinville no dia 28 de maio, vistoriando o cemitério, juntamente com o Prefeito. Na ocasião da visita, foram feitas fotografias de diferentes aspectos do cemitério e de seu estado de conservação. Além das fotografias, ele emitiu um parecer que apresenta diferentes detalhes para a efetivação do tombamento.

De acordo com Luis Saia, o tombamento deste cemitério, situado em plena cidade de Joinville, era algo inteiramente acertado por representar um exemplar característico e bem conservado dos cemitérios implantados sobre as colinas desta região. Ele informa que a escolha do sítio, em 1850, foi motivada pela presença de áreas de baixada com lençol freático, quase à flor da terra e que, não poderiam ser aproveitadas para a instalação de cemitério. Algo que, na sua opinião, fortalecia o fato de provavelmente ter sido um dos primeiros cemitérios neste tipo de instalação. Luis Saia ressalta que, neste sentido, as informações enviadas por Carlos Ficker e as inscrições tumulares ali encontradas, dão testemunho de tal importância, já que alguns datam dos primeiros anos da segunda metade do século passado.

Além destes, é relevante para Luis Saia, o significado paisagístico que o local resguardou como nas imagens a seguir. O mesmo conservava árvores de porte avantajado, algumas nascendo pitorescamente dentre os túmulos e que transformaram o cemitério, em um local realmente parqueado e esplendidamente integrado na estrutura urbana (Imagem 101 e Imagem 102). O tombamento além de resguardar o valor documentário e paisagístico resguardaria, em sua opinião, uma área verde do maior interesse para a cidade. E diante de algumas árvores já envelhecidas informa que instruiu ao Prefeito, plantar junto delas, outras da mesma espécie para substituí-las de forma progressiva. Neste parecer de Luis Saia novamente é salientado o caráter peculiar de sua instalação, valorando-se sua importância paisagística para a história e para a cidade.

⁶⁸ Luis Saia neste período era chefe do 4º. Distrito do IPHAN.

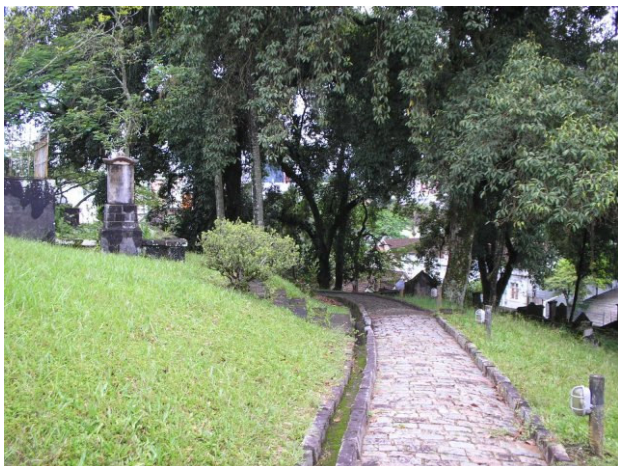


Imagem 101 - Vias do Cemitério do Imigrante (SC)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008



Imagem 102 - Árvores do Cemitério do Imigrante (SC)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008

Seguindo os trâmites do processo, são encontrados os pareceres emitidos pelos técnicos e colaboradores do DPHAN. Em 04 de julho de 1962, no parecer emitido por Judith Martins⁶⁹ o cemitério destaca-se para o tombamento, por ser a necrópole onde foram sepultados em grande número, os primeiros colonizadores da cidade (PT nº 659-T-62).

No parecer de Lúcio Costa⁷⁰ são salientados o sentido histórico da fundação da antiga Colônia Dona Francisca, o alcance e o significado desta obra realizada no sul do país pelos imigrantes de ascendência germânica e que, tais elementos, justificam a inscrição do antigo cemitério, fundado pelo pastor Hoffmann, no Livro do Tombo Histórico. Tais questões levantadas por Lúcio Costa em seu parecer indicam alguns dos atributos a serem considerados para tombamentos, efetuados por um órgão federal: a dimensão nacional e sua ligação com a história do país, no caso para a história da imigração no Brasil.

Ainda em seu parecer, Lúcio Costa acrescenta que, embora a responsabilidade de zelar pela preservação deste local caberia em princípio ao Estado de Santa Catarina, ele opina em favor do tombamento, dando como conclusivo o processo ao Conselheiro Gilberto Ferrez. Mas como condição, solicita que se conserve o aspecto agreste do cemitério, não podendo ser mutilada nenhuma árvore, mesmo para zelar pela proteção das sepulturas, pois em sua

⁶⁹ Judith Martins entrou no IPHAN logo após a sua criação, como secretária de Rodrigo Melo Franco. Fez diversos cursos e assumiu a Seção de História (SH) do IPHAN.

⁷⁰ Lúcio Costa neste período era Diretor do Departamento de Estudo de Tombamento (DET) do IPHAN.

opinião, a impressão de: “cultivado abandono” confere ao cemitério um “ar romântico” (PT nº 659-T-62) - um valor de grande importância, na visão de Lúcio Costa, para seu tombamento. Tal aspecto ainda é mantido neste cemitério. As ações de manutenção ali realizadas buscam não intervir de forma significativa na vegetação, valorada em seu tombamento, zelando pela preservação também de seus aspectos naturais (Imagem 103 e Imagem 104).



Imagem 103 - Aspecto “agreste” do Cemitério do Imigrante (SC)

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008



Imagem 104 - Vista do Cemitério do Imigrante (SC)

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008

Em 20 de julho de 1962, Rodrigo Melo Franco de Andrade em um comunicado, informava sobre o pedido de tombamento feito pelo Sr. Carlos Ficker e reforçado pelo Prefeito da Joinville, Helmut E. Fallgatter, para o qual foram ouvidos vários pareceres, inclusive de Luis Saia que visitou o local e que todos foram unânimes com relação à importância de tornar tal sítio. E em Ata da Quadragésima reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 23 de outubro de 1962, sob a presidência de Rodrigo Melo Franco de Andrade, decidiram com unanimidade e deliberaram que, se procedesse à inscrição deste “Monumento Funerário” (PT nº 659-T-62), nos Livros do Tombo nº 01 e 02 “atendendo a seu valor paisagístico acrescido à sua expressão histórica” (PT nº 659-T-62) e o cemitério é tombado em 09/11/1962.

Depois do tombamento, em 12 de maio de 1964, Carlos Ficker comunica em carta a Rodrigo Melo Franco de Andrade que, o tombamento do “velho cemitério” (PT nº 659-T-62) foi um ato providencial e importante, pois havia recebido há pouco tempo, uma comunicação da Comunidade Evangélica, sugerindo a transferência dos restos do cemitério para outro local com a intenção de no terreno, construir uma nova casa paroquial o que ele considerava como: “Um absurdo incompreensível” (PT nº 659-T-62). E pedia nesta carta novamente, as placas

do DPHAN para serem colocadas no Cemitério e Palácio dos Príncipes, informando o tombamento dos mesmos.

Finalizando o processo, um trecho da carta de 19 de maio de 1964, Rodrigo Melo Franco de Andrade afirma seu contentamento ao saber que, por meio do ato do tombamento do então conhecido como Cemitério da Comunidade Evangélica, que aquele monumento funerário não seria sacrificado pela entidade proprietária que pretendia aproveitar o terreno, para a construção de uma nova casa paroquial e que enviaria as duas placas solicitadas (PT nº 659-T-62).

Tendo apresentado de forma detalhada o processo, serão ressaltados neste momento, alguns aspectos presentes na documentação pesquisada. Por meio dos valores destacados no processo é possível perceber, que o cemitério é tombado por representar valores que se relacionam, com a história da cidade de Joinville. Valores e significados impressos neste cemitério e que pode conduzir sentidos e olhares direcionados para o mesmo (MARTINS, 2004).

Na análise, foram encontrados valores apresentados, tanto por parte dos interessados no tombamento como também pelo órgão responsável - no período o DPHAN, que contribuem para refletir sobre a forma ou sobre os motivos pelos quais os cemitérios são tombados, por seu valor cultural para determinados grupos ou localidades.

Os interessados pelo tombamento no processo, liderados por Carlos Ficker, salientam o papel preponderante do cemitério para a história da imigração alemã, destacando-o como um dos recantos verdes da cidade e como um monumento histórico para os estudos genealógicos. O cemitério, apontado como monumento em seu pedido de tombamento e que aparece em outros momentos e fontes que discutem o Cemitério do Imigrante, indica a comum relação existente entre monumento e patrimônio, relação já discutida neste estudo. Monumento como aquele que representa um discurso, como representante de uma memória, no caso do cemitério joinvilense uma memória da imigração (CHOAY, 2000). Elemento apontado como necessário pelo historiador José Newton Coelho Meneses (2004), que afirma que o homem precisa de monumentos para fundar seus marcos históricos.

O cemitério é também visto pelos requerentes do tombamento, como algo que vai enriquecer o acervo histórico e paisagístico do país, por se tratar, principalmente, do local onde foi sepultada, grande parte dos primeiros colonizadores da cidade, além de possuir vários mausoléus artísticos.

Passando aos motivos apresentados por parte dos técnicos do DPHAN, dentre esses, está o fato do mesmo representar um exemplar característico e bem conservado dos cemitérios

implantados sobre colinas, ressaltando seu valor como exemplar de um modo singular de instalar os cemitérios. Este modo singular também é destacado por Clarival Valladares em sua obra “Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros” de 1970. Para Valladares (1970) o Cemitério do Imigrante é considerado um dos poucos cemitérios brasileiros erigidos no paisagismo de um bosque, e teria servido de modelo para outros, nas regiões de colonização alemã em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. Esta opção por instalar cemitérios em sítios altos foi uma característica bastante encontrada nas comunidades de influência germânica ou teuto-brasileira, durante as pesquisas de campo. A grande maioria dos cemitérios das comunidades teuto-brasileiras visitadas, muitos do século XIX como também os mais recentes, estava instalada em aclives, geralmente acentuados.

As recomendações reforçadas por Luis Saia e o destaque dado à questão paisagística pelo parecer de Lúcio Costa, contribuíram para seu registro também no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, além do Livro Histórico. No caso do Cemitério, o fato de ter sido tombado também por sua paisagem, com destaque para este aspecto, exigiu a manutenção “do que se vê” e do seu ar de abandono, como recomendou Lúcio Costa.



Imagem 105 - Detalhes - Cemitério do Imigrante (SC)
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008

Os valores paisagísticos considerados como importantes em seu tombamento na década de 1960 têm suas implicações. Considerando este valor, a manutenção de elementos que parecem imprescindíveis em um cemitério tombado, como a preservação de seus túmulos e outras construções funerárias, tem que ser realizada, levando em consideração, a

manutenção de seu aspecto e de sua vegetação. Uma questão que vai além de suas sepulturas com o intuito de preservar também seu paisagismo peculiar.

Tal questão está relacionada com opiniões e questionamentos que estão no relatório do projeto “Cemitério do imigrante: pesquisa, interdisciplinaridade e preservação” (FONTOURA, 2007), que será analisado no item a seguir. Neste projeto, surgem questões que versam sobre a vegetação que cobre os túmulos ou sobre a possibilidade da retirada de uma árvore que danificou uma sepultura, dúvida levantada por uma pessoa da comunidade com parentes sepultados no cemitério, durante uma das dinâmicas de educação patrimonial realizada.

Sua aparência de ar de abandono conferida pela presença de árvores e que não devem ser retiradas, valorada por Lúcio Costa, remete a outro conceito de paisagem: o de paisagem cultural. O termo é utilizado pela UNESCO desde a Convenção de 1972 e busca reconhecer porções singulares dos territórios, onde a inter-relação entre a cultura e o ambiente natural confere à paisagem sua identidade. Paisagem, entendida como o resultado da intervenção humana sobre a natureza, associando pessoas ao lugar, algo que se forma a partir da interferência do homem sobre o meio, podendo ser um campo cultivado, um rio manipulado ou uma floresta cortada ou plantada (UNESCO, 2007).

As paisagens podem constituir uma marca do passado, como parece remeter o atributo posto em destaque por Lúcio Costa: o Cemitério do Imigrante, em seu arranjo paisagístico, tem seu valor no tombamento deste cemitério, como também a escolha de seu local de instalação e a vegetação, são partes de suas referenciais culturais. No caso específico das considerações de Lúcio Costa, pode-se aplicar o que define a citação a seguir, que lembra que se deve:

[...] considerar como adequado o conceito de ‘Paisagem Cultural’ para a cidade, usado quando há uma condição local ou regional em que as celebrações, ofícios e saberes se relacionam com a paisagem natural e se constroem como um sistema, de forma a constituir uma experiência singular (ERY, 2007).

Ainda sobre paisagem e especificamente em Santa Catarina, dentre alguns sítios brasileiros que passarão a ser protegidos com essa noção, está a paisagem cultural de imigração de Santa Catarina, que deverá ser tombada em breve no projeto “Roteiros Nacionais da Imigração”. A proposta do IPHAN é que 59 imóveis e dois núcleos históricos de áreas rurais do Estado sejam preservados como exemplares singulares, representativos da história da imigração catarinense também por sua paisagem (PMC, 2008).

A análise do processo de tombamento do Cemitério do Imigrante em sua íntegra, apontou detalhes relevantes para a reflexão acerca do papel ocupado por este cemitério na cidade no momento de seu tombamento, a ponto de ser mantido como um dos lugares aos quais se devem proteger de ações que porventura, venham a mudar sua forma ou comprometer sua existência.

Além disto, o processo permite acompanhar as providências que foram tomadas durante a solicitação do tombamento e identificar os modos pelos quais, a cidade de Joinville e sua identidade, são projetadas no cemitério tombado. Principalmente os argumentos apresentados pelos que iniciaram o processo de tombamento quando contextualizados, indicam a possível relação do tombamento do Cemitério do Imigrante e de outras ações realizadas pelas comissões de voluntários. Parecendo apontar formas de resguardar lugares ou bens que pudessem fortalecer a identidade da cidade relacionada com a fundação da Colônia Dona Francisca. Estes argumentos podem indicar, em grande medida, a necessidade do fortalecimento de territórios, representados por bens como o Cemitério do Imigrante e pela criação do Museu Nacional da Colonização, capazes de guardar a identidade da cidade diante da chegada de novos moradores na cidade.

Passado o tombamento, o Cemitério do Imigrante foi alvo de projetos e manifestações que visaram sua manutenção ou valorização, fontes que serão analisadas e que apresentam impressões de moradores e técnicos, e subsídios para pensar a presença e o papel atual do cemitério nas representações acerca da memória da cidade, tema do próximo sub-capítulo.

3.4 - O projeto “Cemitério do Imigrante: pesquisa, interdisciplinaridade e preservação”

O projeto “Cemitério do Imigrante: pesquisa, interdisciplinaridade e preservação”⁷¹ é um dos mais recentes projetos realizados no Cemitério do Imigrante e teve seu relatório final apresentado à Fundação de Apoio a Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (FAPESC) (FONTOURA, 2007).

Além deste projeto, nos últimos anos, foram desenvolvidas outras ações de preservação no Cemitério do Imigrante. O “Centro de Preservação de Bens Culturais” (CPBC) realiza trabalhos de conservação no cemitério desde o ano de 1999, quando foi feito o primeiro levantamento do estado de conservação dos jazigos existentes, para a elaboração do

⁷¹ As análises sobre este projeto tiveram como base, o relatório final presente na bibliografia desta pesquisa.

projeto “Cemitério do Imigrante de Joinville: o monumento a ser preservado”, com o objetivo de recuperar jazigos danificados. Dentre as etapas deste projeto, estavam: a restauração de túmulos e lápides, projeto paisagístico que previa a retirada de vegetação considerada ‘conflitante e de pouca qualidade’, controle do acesso ao cemitério com a instalação de um gradil na sua parte frontal, dentre outros. O projeto previa também a iluminação de túmulos considerados “estratégicos” (FCJ, 2006).

Dentre as ações complementares, estavam a implantação dos recursos de multimídia, junto à Casa do Imigrante para auxílio nas pesquisas, a organização de visitas monitoradas em horários e dias pré-definidos, a consolidação de um espaço para eventos/apresentações, como também o controle de acesso. Muitas destas ações não foram implementadas. Em 2001, devido à rede de drenagem que seria nele implantada, o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville juntamente com o Arquivo Histórico de Joinville e o Centro de Preservação de Bens Culturais da Fundação Cultural de Joinville realizaram o monitoramento arqueológico, buscando assegurar que nenhuma estrutura fosse atingida pela obra (ROCHA; OLIVEIRA, 2006). Na Imagem 106 está este trabalho de monitoramento.

Como foi visto, o cemitério foi alvo de projetos e atividades que buscaram garantir sua preservação, dentre esses, está o projeto “Cemitério do Imigrante: pesquisa, interdisciplinaridade e preservação” (FONTOURA, 2007) que foi escolhido para ser mais detalhadamente analisado por sua qualidade e por se tratar de um projeto composto de diferentes etapas, inclusive atividades de educação patrimonial. O relatório final do projeto apresenta importantes subsídios para pensar a atual relação do cemitério com diferentes agentes e setores da cidade, como moradores, órgãos públicos e estudantes que participaram de atividades promovidas pelo projeto.

Este projeto foi um trabalho interdisciplinar de três áreas: História, Arqueologia e Conservação, que envolveu os seguintes órgãos: o Arquivo Histórico de Joinville (AHJ), o Centro de Preservação de Bens Culturais (CPBC), o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ), vinculados a FCJ. O envolvimento destes órgãos destaca a participação e a presença de investimentos estatais neste processo de valorização da memória relacionada como coletiva (GILLIS, 1994). A participação de órgão estatais é parte das questões apontadas por Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (1992) quando este observa que a preservação do patrimônio cultural reporta-se a um conjunto de valores reconhecidos e afirmados socialmente, por ações que dependem do reconhecimento público ou de esforços estatais, sempre devendo considerar que diferentes grupos se apropriam de forma desigual desses bens considerados como herança cultural.



Imagem 106 - Trabalho de monitoramento arqueológico no Cemitério do Imigrante de Joinville (SC)
Fonte: BANDEIRA; OLIVEIRA, 2006

O objetivo deste projeto, que esteve sob a coordenação de Arselle de Andrade da Fontoura (AHJ/FCJ), foi realizar um levantamento histórico, arqueológico e estudos de conservação para refletir sobre as relações entre memória, identidade, preservação e patrimônio. O relatório oferece definições sobre o cemitério e impressões acerca da importância de sua manutenção na cidade.

Dentre as definições, o Cemitério do Imigrante é apresentado como um dos mais expressivos bens culturais da cidade, um patrimônio a ser preservado com destaque, por seu papel na história da imigração e da colonização em Joinville, em especial, para os descendentes de imigrantes alemães e suíços. Algo que está relacionado com o conceito de *etnicidade*, que coteja a necessidade essencial de pertencimento a grupos baseados na ancestralidade e na cultura em comum (COZEN *et al*, 1992).

No projeto, observa-se que, em seus mais de 150 anos, o cemitério vem presenciando várias histórias, as dos seus mortos e seus familiares, as comemorações do dia do aniversário da cidade e os Dias de Finados, bem como, os múltiplos usos atribuídos pela população, que vão desde brincadeiras de infância, como também, reuniões de jovens para consumo de bebidas alcoólicas e drogas. Sobre seu tombamento, o relatório do projeto considera que o mesmo ocorreu por: “[...] conta de seu valor histórico e, especialmente, pela importância que o mesmo tinha para os imigrantes dos descendentes europeus [...]” (FONTOURA, 2007, p. 4).

O projeto foi composto de várias etapas, como pesquisa histórica, inventário das estruturas, pesquisa arqueológica, estudos de conservação e ações de educação patrimonial. Na primeira etapa foi feita uma pesquisa histórica em diferentes fontes, dentre elas, jornais, relatórios, registros de livros de óbito, entrevistas orais e também um inventário das estruturas (jazigos) existentes no cemitério.

Por meio da etapa de pesquisa histórica o projeto apresentou dados sobre a instalação da Colônia Dona Francisca e, dentro do conjunto das questões evidenciadas na história da formação da cidade, sublinhou a participação de diferentes grupos étnicos, questões que ainda pouco aparecem na historiografia local. O relatório salienta que, provavelmente, integrantes de outros grupos étnicos foram sepultados no cemitério já que a cidade recebeu imigrantes de várias regiões da Europa como suíços, noruegueses, dinamarqueses, austríacos, russos, holandeses, italianos além dos mais relacionados com o espaço, os alemães (FONTOURA, 2007).

A segunda etapa deste projeto compreendeu a pesquisa arqueológica, que mapeou e registrou as evidências materiais soterradas no cemitério e, a busca de sepultamentos de negros escravos ou ex-escravos, cujos jazigos não estão dentre os identificados na superfície, foi um dos focos desta etapa. Após a pesquisa arqueológica foi feita a análise do material coletado, que confirmou modificações ocorridas em diferentes momentos da história.

A etapa de estudos e ações de conservação ocorreu concomitante aos trabalhos de arqueologia, com o objetivo de identificar, registrar e mapear todas as evidências materiais encontradas, garantindo o tratamento adequado até o condicionamento final. Também foi realizada uma avaliação do estado de conservação dos jazigos que haviam sofrido intervenções de restauração no ano de 2000, durante o projeto *Cemitério do Imigrante de Joinville: o monumento a ser preservado*. O levantamento foi realizado no segundo semestre do ano de 2006 e o resultado foi comparado aos resultados do levantamento realizado em 1999, anterior à intervenção, e também aos resultados do levantamento e relatório de intervenções feitos em 2000. A partir do levantamento do estado de conservação foi possível observar, dentre outros aspectos, que para minimizar a degradação dos materiais é preciso um programa de preservação global que comporte uma equipe técnica especializada para garantir a manutenção adequada dos jazigos (FONTOURA, 2007).

Também fizeram parte deste projeto ações de educação patrimonial. O material presente no relatório, que compreende a metodologia e o conteúdo fundamental das 18 entrevistas realizadas, será aqui analisado. São apresentadas, ao longo das atividades de

educação patrimonial, opiniões e visões sobre o cemitério tombado e também diferentes formas de apropriação do mesmo.

As atividades compreenderam dinâmicas com turmas de ensino médio e com um grupo formado por membros da comunidade e técnicos do projeto. O plano piloto foi realizado nos dias 11, 13 e 15 de setembro de 2006, no cemitério e no espaço da Casa de Memória de Joinville, que fica dentro do cemitério, com turmas de ensino médio. O objetivo foi aproximar o público escolar das discussões relativas ao patrimônio cultural de Joinville a partir do Cemitério do Imigrante. Importante observar que a proposta desse trabalho foi bem recebida pelas unidades de ensino que sugeriram a sua extensão para outras faixas etárias (FONTOURA, 2007).

Com as turmas escolares foram aplicadas as seguintes dinâmicas: trilha da memória, jogo da memória, discussões e caminhada pelo cemitério. Nestas atividades, que contaram com a atuação da equipe de educadores e estagiários do Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville e de professores das unidades educacionais participantes, foi percebida a falta de familiaridade, de alguns professores, com a temática, salientando a necessidade do desenvolvimento de uma atividade específica, por meio de ações de qualificação profissional (FONTOURA, 2007).

Dentre as dinâmicas, destaca-se a “Caminhada pelo cemitério”. As turmas depois da realização das dinâmicas - trilha da memória e o jogo da memória - foram convidadas a percorrer o cemitério. Durante o percurso, foram ressaltados pelos educadores aspectos relativos à história, conservação e preservação do cemitério. Muitos alunos, durante a dinâmica, ao encontrarem sepulturas com sobrenomes iguais aos seus, ficaram surpresos e ao mesmo tempo estimulados, pelo vínculo de proximidade com o espaço por meio dos sepultados. A caminhada também possibilitou discutir os usos diversos do local, como lazer e contemplação.

Para finalizar as dinâmicas com as turmas foi aplicado um questionário que demonstrou que 78% dos alunos não conheciam o Cemitério do Imigrante e, 94% não conheciam a Casa da Memória, que dá apoio aos visitantes do cemitério. Dados que apontam que, mesmo estando localizado em região central e aberto ao público, são necessárias atividades que integrem e divulguem o cemitério. Os alunos demonstraram preocupação com a conservação do cemitério e, 99% das opiniões concordam com as atividades educativas indicando, em grande medida, que atividades patrimoniais podem colaborar para diminuir a distância entre esses locais e o público (FONTOURA, 2007).

Outra atividade desenvolvida foi a “Oficina da memória”, realizada no dia 13 de setembro de 2006, com o objetivo de estimular lembranças relacionadas ao cemitério, em um grupo formado por membros da diretoria da Comunidade Evangélica de Joinville (entidade proprietária do Cemitério), representantes da Sociedade Cultural Alemã⁷², vizinhos, familiares de sepultados no cemitério e moradores da cidade, por meio da metodologia da história oral aplicada para “[...] a reconstrução de múltiplos aspectos sobre a história do Cemitério do Imigrante e da cidade” (FONTOURA, 2007, p.13).

A atividade teve o envolvimento de 29 pessoas - quinze eram o público alvo e, os demais, participantes da organização - desenvolvida em três momentos: “Apresentação, Teia da memória e Café com Memória”. Sobre tais memórias está no relatório a observação a seguir:

As memórias sobre o Cemitério do imigrante e das pessoas que nele encontram-se sepultadas estão geralmente relacionadas à construção e valorização da identidade. Narrativas como as da Sra. Íris: ‘hum, para mim aquilo um dia marcou esta cidade, né. Eu reverencio muito porque meus antepassados estão ali, e eu considero assim uma coisa importante para a gente [...]’ e da Sra. Elzira: ‘Eu acho que é nossas raízes, né. É um pedacinho de uma história que começou lá nos imigrantes, a gente se orgulha de ter alguém ali, ter um lugarzinho’, traduzem a importância do Cemitério, para muitas pessoas (FONTOURA, 2007, p. 13).

Depois da apresentação pessoal, composta por nome e relação com o cemitério, cada participante falou sobre suas experiências acerca do cemitério sem um questionário direcionando seu depoimento, cada participante foi convidado a “[...] discorrer a respeito de suas experiências com o espaço em questão e assim foi construindo-se uma teia coletiva de significados” (FONTOURA, 2007, p. 94). A partir da transcrição do conteúdo fundamental das impressões de cada entrevistado, foi realizado para esta dissertação, um levantamento das referências mais citadas para análise das diferentes percepções acerca do cemitério.

A relação da maioria era de parentesco com os sepultados, mas também estavam presentes, vizinhos e outros, que salientaram ter uma relação de afeto e de identidade com o cemitério. Dentre os valores mais apresentados nas lembranças e falas, está o valor histórico do cemitério, definido por alguns, como “bucólico” e “lugar santo”. Foram encontradas nas falas com mais frequência, preocupações com a conservação dos túmulos, mas também, com relação aos vandalismos e o uso de drogas no cemitério. Com relação às políticas públicas,

⁷² A Sociedade Cultural Alemã de Joinville foi fundada em 03 de outubro de 1999 e promove atividades que visam a manutenção da cultura dos imigrantes da cidade. Dentre essas atividades, está o Domingo Musical com Arte e Cultura, criado em 2000 e promovido no primeiro domingo de cada mês no Cemitério do Imigrante (FCJ, 2006).

pediram mais apoio à conservação deste espaço e um dos participantes, de certa forma, as classificou como omissas (FONTOURA, 2007).

Também foram sugeridos possíveis usos do cemitério, sendo que a maioria apontou que este poderia ser um local para a realização de atividades de lazer e também de contemplação, observando que tais atividades poderiam ser realizadas no Dia de Finados e também foi sugerida a criação de um parque, mas não aparece a definição do que seria entendido como parque, devendo ser possivelmente a adaptação do local para a visitação. Outras sugestões surgem nesta dinâmica, como a extensão do trabalho realizado no Cemitério do Imigrante para outros cemitérios do município, como também limpeza dos jazigos e até, uma maior atenção para estruturas existentes, em vez das pesquisas arqueológicas realizadas neste projeto, que buscam estruturas soterradas e informações sobre a composição étnica dos sepultados (FONTOURA, 2007).

Sobre a obrigação de manter o cemitério, os depoimentos apontaram como de responsabilidade de diferentes instâncias, dentre elas: dos Poderes Públicos, dos familiares, do Arquivo Histórico e da Igreja Evangélica Luterana. Como aspectos positivos das ações realizadas no cemitério, destacaram o sistema de vigilância e limpeza, e a confirmação por meio das pesquisas da contribuição de outras culturas. Como aspecto negativo apareceu, principalmente, a falta de atividades educativas. Algumas dúvidas também surgiram, dentre elas, sobre a propriedade do cemitério e questionamento do fato de ter ocorrido sepultamentos de escravos neste espaço. Em relação ao tombamento, surgiram dúvidas sobre quem pode intervir nos jazigos existentes (FONTOURA, 2007).

Por meio da análise das principais questões levantadas nas entrevistas, foi possível perceber que elas apresentam preocupações e dúvidas. Algumas relacionadas sobre quem pode e como pode ser utilizado o cemitério e, trazem informações que definem o cemitério como um espaço para a memória da imigração, como lugar de encontro, de lazer e de sociabilidade. Tais referências integram diferentes valores ao cemitério e podem dar indícios da maneira como hoje, ele se integra na cidade, já que não é mais um lugar de sepultamento.

Na avaliação da equipe do projeto, as discussões sobre o Cemitério e a Casa da Memória, apontaram para tensões existentes entre o que seria de responsabilidade pública e o que seria privada. Tensões que, para a equipe, podem estar relacionadas com a difusão na época do tombamento, de um modelo, no qual, o Estado, apropriava-se do patrimônio como único tutor desses bens. Para a equipe aí está um paradoxo:

[...] por um lado temos a sociedade expropriada de seu patrimônio seja pelo distanciamento provocado com o passar dos tempos, seja pelo modelo de

tombamento imposto pelo Estado. Por outro lado essa mesma sociedade quer usufruir dos benefícios de um bem tombado cujas ações de preservação, no seu entendimento, seriam de responsabilidade exclusiva do Estado (FONTOURA, 2007, p. 100).

Nas conclusões a equipe sugere que seja dada atenção aos problemas de conservação que continuam ocorrendo, por conta da presença de vegetação, umidade e, principalmente, por conta da falta de segurança. E sugere também que, a Fundação Cultural de Joinville adote medidas preventivas, estabelecendo um programa global de conservação do Cemitério do Imigrante, como parte das ações políticas públicas para a preservação do patrimônio cultural do município. Dentre estas ações, está a urgência de medidas com relação ao processo de degradação dos jazigos e o encaminhamento de um projeto de restauração das estruturas danificadas.

Outra sugestão dada pela equipe é que, em datas específicas, como na semana da comemoração do aniversário da cidade e na semana de Finados, funcionários estejam à disposição para orientar os familiares sobre os procedimentos básicos de conservação dos túmulos. Tal proposta seria de certa forma, uma aproximação com os familiares e visitantes, como também, um estímulo ao compromisso desses com patrimônio cultural. A equipe do projeto também destaca a importância de projetos de educação patrimonial para atender uma demanda presente na sociedade que, durante as atividades desenvolvidas para o projeto, manifestaram o desejo de uma ação patrimonial continuada.

Nesse sentido, a equipe sugeriu a implantação de um corpo técnico específico para a Casa da Memória que fica dentro do cemitério, composto por: especialista cultural/educador, técnicos de conservação e restauro, historiador, monitor, agente administrativo e agente operacional capacitado. E lembra que o Cemitério do Imigrante é de propriedade da Comunidade Evangélica Joinville e que os jazigos continuam de propriedade das famílias (FONTOURA, 2007).

Aqui está uma série de embates, principalmente, com relação ao uso deste local que, apesar de pretérito, ainda possui familiares e outros que mantêm uma ligação afetiva com ele e que, muitas vezes, não sabem o que é permitido ser feito ou não, em um bem tombado de caráter tão particular, como um cemitério. Algo que poderia ser minimizado com a divulgação de informações sobre os efeitos do tombamento e sobre a relação entre, o proprietário e órgão responsável, em um bem protegido por lei. Estas informações poderiam ser divulgadas em trabalhos de educação patrimonial, como os que foram realizados no cemitério durante o projeto “Cemitério do Imigrante - pesquisa, interdisciplinaridade e preservação”, como também, divulgadas em mídias como jornais e TV.

Quem chega ao Cemitério do Imigrante, pode recorrer a Casa da Memória do Imigrante, presente no mesmo terreno do cemitério e que conta com atendimento aos visitantes, espaço para pesquisa e exposição de documentos e objetos referentes aos imigrantes. O seu acervo é composto de fichas obituárias com dados completos dos antigos moradores de Joinville: nome, endereço, profissão, *causa mortis*, etc. A Casa da Memória foi criada em 1984 após a aquisição por parte da FCJ e foi reformada em 2001 (FCJ, 2006). O cemitério possui bancos para os visitantes e uma placa que apresenta a localização dos túmulos (Imagem 109). A Casa da Memória cumpre seu papel em dar suporte às pesquisas e visitas ao cemitério, mas poderia ter apoio de atividades aqui citadas, com a divulgação de seus trabalhos e do cemitério em fontes como jornais e TV, fontes que já divulgaram e discutiram a preservação do Cemitério do Imigrante e que serão apresentadas a seguir, no último sub-capítulo desta dissertação.



Imagem 107 - Placa de Localização – Cemitério do Imigrante (SC)

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008



Imagem 108 - Entrada e bancos do Cemitério do Imigrante (SC)

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008



Imagem 109 - Casa da Memória - Cemitério do Imigrante (SC)

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2008

3.5 - Projetos e impressões sobre o cemitério tombado

Como parte desta pesquisa foram realizados levantamentos de fontes, priorizando jornais e sites, buscando declarações, manifestações sobre o cemitério e sua preservação, com o objetivo de perceber, alguns sentidos e visões sobre a sua importância.

A partir das fontes consultadas, foram encontradas declarações sobre a preservação do cemitério e a importância dos seus sepultados para a história de Joinville. As fontes trazem declarações que buscam reforçar a identidade da cidade em torno de uma memória feita de imigrantes. Salientam que os primeiros colonizadores jazem no solo da necrópole como testemunhas das origens da cidade e, em diferentes fontes, é possível perceber uma aproximação dos interesses na preservação do cemitério com os órgãos que procuram manter a cultura alemã, como mostra a notícia a seguir:

Desde 2001, a Sociedade Cultural Alemã zela pelo patrimônio histórico e pela Casa da Memória, anexa ao cemitério e utilizada como sede. O espaço foi o primeiro palco dos Concertos Matinais, realizado gratuitamente todo o primeiro domingo do mês e que reúne cerca de 200 pessoas. Iniciado em 2001, a idéia foi ampliada pela Fundação Cultural de Joinville e tornou-se um importante evento musical da cidade (FCJ, 2006).

Nas falas encontradas nestas fontes, o Cemitério do Imigrante, é tratado como um bem patrimonial, como um testemunho histórico, que ao ser tratado como documento, pode evidenciar aspectos importantes para história e para a memória da imigração. Nas declarações encontradas, tanto de técnicos que participaram de projetos de preservação, como também da população, é possível perceber que o cemitério é destacado como um bem de referência: um documento histórico para a cidade. O cemitério juntamente com o Museu Nacional de Imigração e Colonização e a Estação Ferroviária são citados como ícones históricos, que formam um tripé histórico “[...] de modo que cada monumento, de acordo com sua época, conte permanentemente uma parte da história da cidade [...]” (ALMEIDA, 1999a).

Sobre o projeto “Cemitério do Imigrante: pesquisa, interdisciplinaridade e preservação” (FONTOURA, 2007), que foi analisado no item anterior, encontra-se a declaração de Maria Judite Pavesi, historiadora do Arquivo Histórico de Joinville. A historiadora declara que a pesquisa realizada neste projeto, visava estabelecer as relações entre memória, identidade, preservação e patrimônio da cidade de Joinville, fundada na metade do século XIX e salienta: "Faremos uma leitura da memória da cidade, para compreendermos os diferentes significados da sociedade joinvilense, sob a ótica da

comunidade evangélica, criando para gerações futuras um banco de dados, a partir dos resultados dessas pesquisas” (FCJ, 2006).

Nos jornais consultados são encontrados depoimentos, como o de Afonso Imhof (1999), falando de história, patrimônio e cidadania, que chama a atenção para a preservação do cemitério e de outros bens culturais da cidade, em nome do dever de preservar para a conservação da história, como está a seguir:

Toda espécie de tipo material ou imaterial de lembranças, memórias, registros documentais orais, textuais ou, ainda, fotos, plantas, mapas, filmes, constitui um acervo de grande importância para a história de uma comunidade rural ou urbana, vila, bairro, rua, cidade e município. Se uma comunidade possui história, então ela tem um valor patrimonial inestimável e singular. Quem tem mais história tem mais cidadania. Patrimônio é um bem que nos pertence. Em se tratando de um bem cultural como um cemitério, por exemplo, o respeito à sua preservação e revitalização torna-se, assim, um dever de todos os cidadãos residentes na cidade, bem como do poder público (IMHOF, 1999).

Ao longo dos projetos desenvolvidos no Cemitério do Imigrante, a população também é chamada a participar e, é possível acompanhar algumas de suas etapas, bem como, as manifestações sobre os trabalhos no cemitério. A população é chamada a participar dos projetos, por meio da divulgação de uma lista dos sepultados no cemitério, que buscava os descendentes para promover atividades de preservação, sendo uma delas, a adoção dos túmulos pelos familiares, permitindo uma participação mais efetiva desses no processo de restauração do cemitério.

E dentre os descendentes, encontra-se a declaração de Ingrid Colin Lepper, presidente da Associação de Moradores do Bairro América, que segue: "Não é possível visitar o cemitério. Até a Prefeitura, quando faz uma homenagem, faz lá embaixo do morro. Nós, das famílias de descendentes, esperamos uma solução” (RIGOTTI, 2000).

Esta declaração pode evidenciar que, certos setores da sociedade ou alguns populares, apóiam o projeto ou pelo menos esperam que o projeto não só preserve o cemitério como dê condições para um ato comum neste espaço: o de visitar seus mortos. Importante salientar que esta moradora reivindica uma solução, fazendo uso de sua condição de descendente, outro indício da aproximação do cemitério com a memória da imigração.

Ainda sobre a participação da comunidade, o jornal do dia 15 de agosto de 1999 (ALMEIDA, 1999b) mostra uma enquête realizada com moradores da cidade de diferentes camadas da população. Ao serem questionados se o cemitério estava sendo tratado com

respeito, a maioria falou da necessidade de mais ações de preservação e pediram providências por ser tratar de um patrimônio do município.

O tombamento do cemitério foi um tema abordado em 27/09/1998 (KARL, 1998), em um jornal de circulação regional. O jornal informa às famílias que possuem sepultados no cemitério, que elas podem ajudar na restauração, dando sugestões à equipe responsável, já que muitos descendentes dos sepultados, por desconhecerem o processo de tombamento, acreditavam que devido a ele, não poderiam participar nos projetos de restauração dos túmulos.

No dia 27 de setembro de 1998, o jornal *A Notícia*, apresenta uma lista com os nomes de alguns sepultados e, é possível perceber por meio da lista apresentada e que segue abaixo, que dentre estes listados, são destacados fundadores e prefeitos sepultados no cemitério:

Entre os nomes ilustres de imigrantes que estão enterrados no cemitério, podem ser citados:

Georg Klaus von der Decken (1814/1847), um dos precursores da aviação na Alemanha.

Ottokar Doerfell (1818/1906), o terceiro prefeito de Joinville. Fundador da Sociedade Harmonia-Lyra, Sociedade Ginástica, Sociedade de Atiradores, Kolonie-Zeitung (primeiro jornal impresso de Joinville).

Eugen Johann Gottlieb (Bogdan) Schmidt (1846/1914), que deixou grande descendência, entre eles os fundadores da Fundação Tupy.

Frederico Brustlein (1835/1911), incumbido pelo Príncipe de Joinville de administrar seus bens. Nono prefeito de Joinville. Construtor da primeira rede de água potável da cidade e responsável pelo plantio das palmeiras da alameda Brustlein.

Félix Heinzelmann (1860/1898), um dos fundadores do Corpo de Bombeiros.

Outras famílias têm suas sepulturas no Cemitério dos Imigrante: Colin, Hansen, Parucker, von Lange, Boehm, Jordan, Lepper, Delitsch, Krisch, Schlemm, Rosenstock, Roskamp (KARL, 1998).

Além de falas sobre participação popular, preservação e os nomes de alguns dos sepultados, os jornais também apresentam artigos que chamam a atenção, sobre o risco da não conservação adequada do Cemitério do Imigrante. Um destes, de 1999 com o título: “Do abandono a monumento da história” (ALMEIDA, 1999c), fala do mal estado de conservação do cemitério e do destaque que ele recebe, dentre os projetos que fazem parte dos festejos dos 150 anos da cidade, salientado que a valorização deve contribuir, para tirar do abandono, um monumento que guarda a história de Joinville.

Também a preocupação com o abandono e o vandalismo está presente em outros artigos e a denúncia de festas no cemitério e de depredação de túmulos, também reforçam o discurso que faz dele um lugar sagrado dos antepassados:

Não é o aspecto histórico do Cemitério do Imigrante o que mais preocupa hoje. São, sim, os atos de vandalismo, depredações e a falta de respeito com um espaço que não é considerado santo pelos invasores, que ali fazem festas e bebedeiras. Eles poderiam, pelo menos, ser um pouco mais cuidadosos. Cada cruz, cada tumba, cada lápide tem uma história. Uma história de dor e sofrimento, de findada esperança e redobrada expectativa sobre o mistério de tempos vindouros, de quem atravessou o Atlântico para terminar seus dias longe do chão pátrio. Quem sabe aqueles que deixam copos e garrafas sobre os túmulos não são bisnetos, tataranetos de quem jaz debaixo da terra? (ALMEIDA, 1999c)

Cabe salientar que, a preocupação com a preservação, também se estende aos demais cemitérios da cidade, como no artigo publicado jornal *A Notícia*, intitulado: *A memória se perde nos túmulos abandonados* (DIAS, 1998). Este artigo informa que, além do Cemitério do Imigrante, existem 18 cemitérios com problemas relacionados à conservação, nos arredores de Joinville, principalmente na área rural, dentre eles, o Cemitério Annaburg no bairro Vila Nova. Este artigo ressalta que ele, guarda em sua terra, um pouco da história de Joinville, já que lá estão sepultados os despojos dos primeiros imigrantes, que vieram da Suíça e da Alemanha, para tentar a sorte nestas paragens.

O mesmo artigo informa que o Núcleo de Patrimônio Histórico da Fundação Cultural de Joinville está fazendo um inventário dos cemitérios mais antigos do município com o objetivo de levantar dados que possam ajudar os pesquisadores a traçar o perfil dos primeiros colonos, identificando a origem, religião, idade média e causas *mortis* da época, dentre outros dados. Nas palavras da historiadora Dietlinde Clara Rothert, então coordenadora do Núcleo de Patrimônio Histórico, a “[...] nossa preocupação é oferecer subsídios para pesquisa. Os cemitérios são patrimônios históricos [...]” (DIAS, 1998).

Em recente comentário enviado à Fundação Cultural e disponibilizado no *site* da FCJ, o ex-superintendente Regional do IPHAN em Santa Catarina, Dalmo Vieira Filho, afirmou que:

O Cemitério do Imigrante de Joinville notabiliza-se não apenas pelo aspecto histórico de abrigar os restos mortais de muito dos pioneiros da fundação da cidade. Parte considerável de seu valor cultural decorre também do aspecto paisagístico resultante da preservação de lápides, gradis e sepulturas, emersos em um verdadeiro jardim de gramados, grandes variedades de flores e árvores de portes diversos (FCJ, 2006).

Outra declaração que segue abaixo aponta outros motivos para a preservação deste patrimônio funerário relacionados com o seu potencial turístico e chama a atenção para a conservação do local:

Como se encontra em local privilegiado pela natureza, o Cemitério do Imigrante teria muitos motivos para ser visitado por alunos de colégios, nativos, descendentes e turistas. Todavia, necessária se faz grande restauração de seus túmulos, além de reforma em seus jardins. O cemitério de Arlington, em Washington, nos Estados Unidos, recebe anualmente milhares de turistas que visitam túmulos de pessoas famosas, entre eles o do ex-presidente Kennedy, o mais procurado. O cemitério de Buenos Aires também é muito visitado, por lá se encontrar o túmulo de Carlos Gardel (GELBCKE, 1998).

Além dos artigos publicados, são encontrados *sites* que tratam da restauração do cemitério. Nestes, o cemitério aparece como um lugar da memória da imigração que pode ser reverenciada por meio de seus túmulos, dos epitáfios, como se percebe em um artigo disponível nestes *sites*: “Obras de restauração fazem do Cemitério dos imigrantes um espaço para reverenciar os primeiros colonizadores” (REVISTA CIDADES DO BRASIL, 2001).

Mas diante das falas aqui apresentadas é importante salientar que, geralmente, é preservada por meio dos túmulos, a lembrança dos que conseguem pagar por essa representação da memória e que muitos imigrantes, que foram sepultados no cemitério, sem túmulos resistentes ao tempo, podem ficar de fora do roteiro dos túmulos significativos a se conhecer dentro do cemitério, o que reforça a importância de uma das propostas do projeto “Cemitério do Imigrante: pesquisa, interdisciplinaridade e preservação” que buscou evidenciar antigos sepultamentos e estruturas soterradas. A declaração a seguir reforça esta idéia:

Conhecemos, hoje, todos os nomes dos primeiros colonos alemães, suíços e noruegueses, porém a história não conservou os nomes dos primitivos moradores destas plagas, simples homens brasileiros e caboclos que ajudaram em muito a sobrevivência dos inexperientes europeus no desmatamento dos seus lotes rurais em plena selva. Conservados os seus primeiros nomes apenas nas listas de pagamento do diretor da colônia Eduard Schroeder, os ‘Luíz’, ‘José’, ‘Maneco’, etc. ficaram para sempre no anonimato, apesar da sua cooperação decisiva no povoamento da Colônia Dona Francisca. Seria uma injustiça ignorar o elemento nacional no árduo trabalho dos primeiros desmatamentos e plantações desta Colônia (JÜRGENSEN, 2007).

A cada artigo, as narrativas remetem a um cemitério que deve ser preservado e que foi escolhido como bem para a cidade, pois além de guardar os primeiros sepultamentos dos imigrantes, pode ser integrado por estar em área central, em um circuito histórico-turístico. O cemitério, devidamente restaurado, passa a ser um lugar a se conhecer no município, como os seus museus, casas de memória e parques.

Na pesquisa realizada para esta dissertação, foi comum encontrar referências ao cemitério como um monumento da história e símbolo da imigração e, considerá-lo como tal,

pode indicar seu caráter singular, dentre outros, lugares ou construções do município. No alargamento deste conceito, que leva a designar os mais diferentes lugares como monumento, o cemitério pode ser enquadrado neste processo de monumentalização dos espaços. Ele destaca-se como referência, como lugar especial, como o portador de memórias a serem preservadas, devendo para tanto considerar que:

Assim, desde a sua origem, o sepulcro pode ser considerado um monumento, portanto memória. Estudá-los significa interpretar o contexto em que estão inseridos. Assim, o cemitério é considerado também como lugar de memória onde são erguidos túmulos que portam significados que representam a expressão de sentimentos individuais ou públicos (ARAÚJO, 2006, p. 52).

Absorvendo outros sentidos, o cemitério segue na cidade. Considerado um bem, um monumento, lugar da memória da imigração, de história, da identidade dos imigrantes europeus, ele também reforça seus sentidos por meio de ações de preservação. Mas seu lugar na cidade é reafirmado, em grande medida, por meio destas ações que garante sua apropriação e sua permanência principalmente pela presença da Casa da Memória em seu espaço. A experiência de Joinville mostra que um cemitério, pode ganhar outros significados e pode ser tombado, mas também que, para mantê-lo vivo, é preciso ações que repensem seu significado, buscando rever sua história e suas contribuições.

Considerações finais

*Os homens temem a morte
como as crianças temem
ir no escuro; e assim como
esse medo natural das crianças
é aumentado por contos,
assim é o outro.*

Francis Bacon

Em uma recente notícia de um jornal da Grande Florianópolis intitulada: *Ossadas humanas do antigo cemitério de Vargem Grande sumiram*, foi encontrada a seguinte denúncia: “Em Vargem Grande, Águas Mornas, foi destruído um cemitério que deveria ter sido tombado como patrimônio histórico, pois ali estavam enterradas pessoas que começaram a construir a localidade” (KUHLEN, 2008). A notícia ainda trazia a indignação diante do desaparecimento dos restos mortais, daquele que encontrou o local de sepultamento, de seus entes queridos, profanado.

A notícia supracitada remete, em grande medida, ao tema abordado por esta dissertação, que discutiu a preservação de um espaço que guarda os mortos nas cidades contemporâneas por seu valor cultural, atentando para o caráter singular da preservação destes locais. A reportagem também apontou, em seu decurso, para uma importante questão relacionada com o tema: o acanhado reconhecimento destes lugares como bens culturais como causa importante do abandono ou da destruição dos cemitérios mais antigos. Este cemitério, considerado um dos mais antigos relacionados com os imigrantes germânicos em Santa Catarina, foi destruído e quantos mais o serão?⁷³

Na contramão desta constatação de abandono e da falta de deferência ao patrimônio funerário, esta dissertação levantou algumas iniciativas, no mundo e no Brasil, que mostraram que apesar das resistências à inclusão dos cemitérios como patrimônio das cidades ou do seu não reconhecimento como bens culturais, os cemitérios como lugares a serem visitados por seu valor patrimonial, já são uma realidade. São os casos, do francês *Père-Lachaise* e do argentino *La Recoleta*, consagrados em seus países como lugares a se conhecer em suas

⁷³ Apesar da lamentável destruição deste cemitério, felizmente o mesmo, participou de um inventário realizado pela pesquisadora, que reuniu e registrou cemitérios relacionados com os imigrantes alemães da região da Grande Florianópolis (SC).

capitais e que contam com ampla divulgação e estrutura de atendimento aos visitantes. No Brasil, onde os primeiros tombamentos direcionados ao patrimônio funerário foram realizados já nos primeiros anos de atuação do IPHAN, cemitérios como o da Consolação em São Paulo e do Imigrante em Joinville, também são apresentados como patrimônios destas cidades, oferecendo estrutura para atender aos visitantes. Principalmente o caso do Cemitério do Imigrante, que além de estar aberto a visitação e pesquisa, conta com projetos que visam promover a preservação deste patrimônio.

Foi possível perceber nesta pesquisa que na arquitetura funerária estão inscritas as crenças acerca da morte, sendo possível encontrar, as mais diversas formas de expressão funerária. Expressões que dependem do lugar ou do grupo social ao qual pertencem essas referências, já que a forma como os diferentes grupos constroem no espaço cemiterial, o lugar onde guardam seus mortos, carrega concepções culturais, além de informarem, sobre seus próprios rituais funerários. Mas apesar destes elementos presentes e de serem considerados patrimônio em cidades pelo mundo e no Brasil, a valorização dos cemitérios nas cidades contemporâneas como um bem cultural, ainda conta com impeditivos relacionados diretamente com sua ligação com o momento da morte e requer discussões mais amplas que considerem as singularidades presentes nesta relação.

No estudo do Cemitério do Imigrante foram encontradas declarações que destacam imagens e momentos da cidade que devem ser preservadas por meio da manutenção de seu primeiro cemitério oficial. Tais declarações tornam os túmulos dos primeiros imigrantes, ali encontrados, em “monumentos” relacionados com a história da cidade, como parte da construção identitária da mesma. As deliberações apresentadas nesta dissertação afirmaram este cemitério como solo dos antepassados e testemunho da imigração e que, portanto, deve ser mantido em seu lugar, em área central da cidade.

A partir dos projetos e, principalmente, dos pareceres presentes nos processos de tombamentos funerários do IPHAN, percebe-se que os cemitérios ganham novos atributos com o reconhecimento deste novo *status*, mas não deixam de ser, lugares de sepultamento e eis, uma questão essencial na gestão deste patrimônio. Nesta pesquisa foram apresentadas algumas proposições e discussões acerca dos valores dos cemitérios como bens patrimoniais e sobre a possibilidade de preservação destes bens. Mas como eles devem ser preservados?

Em muitos cemitérios tombados e principalmente pela análise do caso de Joinville, pode-se apontar que a singularidade deste bem, exige algumas diligências relacionadas com a manutenção do seu conjunto. Já nos primeiros estágios dos projetos de manutenção destes bens, são imprescindíveis debates com os familiares e responsáveis pelos sepultados, que

visem conduzir e discutir as ações a serem realizadas, como as possíveis restaurações de túmulos e outras intervenções. Tais debates devem concorrer para amenizar discordâncias sobre a manutenção da integridade do bem, que pode, para muitos, parecer ou resultar na interferência no modo de ritualizar seus mortos, o que acaba por gerar alguns conflitos. Preservar um cemitério requer considerar o espaço ritual ali estabelecido e, o diálogo pode contribuir, não só para a sua preservação, como também, para divulgar de forma mais efetiva, o valor cultural destes lugares.

A análise do conjunto de cemitérios tombados, tanto no Brasil como no mundo, mostrou que a maioria destes são:

- encontrados uma arquitetura funerária típica do século XIX, com seus mausoléus e estátuas, nos quais são valorados, na maioria das vezes, atributos artísticos ou históricos;
- relacionados como lugar dos primeiros sepultamentos ocorridos em uma cidade, como o caso do Cemitério do Imigrante por seu valor identitário e histórico;
- locais de sepultamentos de pessoas ou eventos que tem destaque histórico, como o caso do Cemitério do Batalhão (PI).

Em sua arquitetura, são diferentes daqueles atualmente construídos, que tendem a ser cada vez mais discretos, se comparados aos cemitérios secularizados do século XIX, como no caso dos jardins ou verticais. Além da afirmação de novas tipologias cemiteriais, a morte parece estar mais distanciada das preocupações de homens e mulheres contemporâneos, dando mais lugar a outras questões, como sexo e violência urbana. Tais elementos, somado ao crescente incremento das políticas de preservação patrimonial nas cidades atuais, parecem facilitar a promoção de ações de musealização e de preservação dos modelos convencionais, objetos preferenciais destas ações em tempos de crematórios e tipos jardins. As políticas patrimoniais têm buscado, cada vez mais, novos itens para compor os lugares a serem oferecidos como parte do patrimônio das cidades e, dentre eles, estão os cemitérios.

Destinados atualmente a ocupar as periferias, geralmente próximos às áreas industriais, os cemitérios são instalados fora da cidade, tal como outros equipamentos urbanos como os lixões e, tal situação descrita, apresenta poucas exceções. O mesmo acontece em relação ao espaço dado aos projetos cemiteriais. Uma consulta às revistas especializadas em projetos arquitetônicos comprova o pequeno interesse pelo tema, como também, aponta uma discussão ainda incipiente deste espaço como equipamento necessário à vida nas cidades.

Ainda sobre os resultados desta pesquisa, ao longo dos três capítulos, foram apresentadas reflexões sobre o tema, das quais, podem ser destacados alguns aditamentos.

Dentre eles, está a discussão de questões relacionadas com patrimônio cultural e cidade, sobre o incremento das políticas patrimoniais nas cidades atuais e os possíveis contributos para a inclusão dos cemitérios no conjunto dos bens patrimoniais. Questão debatida também por meio das transformações ocorridas nos projetos cemiteriais, nos rituais funerários e por meio da presença do tema da morte no espaço dinâmico da *web*.

No segundo capítulo, por meio do levantamento de iniciativas internacionais e nacionais direcionadas à preservação do patrimônio funerário, com destaque para o IPHAN, foram apresentadas formas de lidar ou gerir este patrimônio, como também subsídios para a defesa da preservação destes locais. Destaca-se aqui, a apresentação de requisitos e recomendações que podem compor programas ou projetos, que incluem os cemitérios como patrimônio nas cidades.

O último capítulo, por meio do Cemitério do Imigrante de Joinville, apresentou a experiência de um cemitério, desde sua instalação, passando pelo momento de seu tombamento até os dias atuais. A descrição da trajetória do objeto contribuiu na apreensão de seu lugar atual na cidade, ou seja, na percepção da relação identitária entre a cidade de Joinville, principalmente por meio de projetos e discursos, e o Cemitério do Imigrante. Uma relação estreita com seus imigrantes, pelas marcas deixadas por suas opções culturais em sua apresentação arquitetônica singular. A análise deste também mostrou a importância de projetos, como os realizados no Cemitério do Imigrante, para a manutenção do bem tombado.

Neste momento final, também é importante falar sobre a experiência de realizar esta pesquisa em outra área, a Arquitetura. A prática de consultar diferentes fontes, já experimentada na graduação na História, foi somada aos novos olhares direcionados às cidades e aos cemitérios, intensificadas nas visitas de campo. Foram olhares voltados a perceber em fontes, como localização, disposição espacial, materiais, elementos decorativos, rituais, outras formas de encarar o objeto de pesquisa, na busca por novos indícios, presentes nas paisagens observadas. A arquitetura como área de estudo, exige o exercício indispensável do olhar, da observação, que busca nesta forma de escrita, letras por vezes não tão claras, mas reveladoras. Foi este olhar, que buscou nortear, principalmente as pesquisas de campo no Cemitério do Imigrante e nos demais pesquisados. No caso dos cemitérios, tais olhares foram imprescindíveis, pois em sua materialidade, tais sítios, guardam suas maiores contribuições, considerando que: “A cultura material é aqui percebida como sendo ao mesmo tempo constituída e constituinte das identidades, pensamentos, valores e relações sociais [...]” (RAHMEIER, 2006, p. 5).

Muitas questões emergiram ao longo deste estudo e não puderam ser aqui debatidas: são os limites impostos para atender os objetivos previstos para a pesquisa, que não pretendeu exaurir uma temática, ainda pouco debatida. Mas o tema da preservação patrimonial dos cemitérios instiga a pesquisadora e será alvo de estudos futuros. Grande parte do material levantado, em aproximadamente 130 cemitérios visitados durante a pesquisa, não foi utilizado diretamente na escrita deste trabalho e devem participar dos estudos a serem realizados pela pesquisadora que fez, do tema da preservação dos cemitérios, seu trabalho, sua paixão.

Para encerrar mais esse trabalho sobre cemitérios, tema que acompanha esta pesquisadora desde os primeiros anos de formação acadêmica, olhando ao redor da mesa que partilhou meses de estudos e escritas, vê-se que muitos dos fantasmas que assombravam o começo desta tarefa, já se foram. E, com a saída deles, ficou a certeza: que os maiores assombros para os vivos, não são os mortos, mas não acreditar que se é capaz de fazer aquilo que se ama fazer.

Referências

Obras consultadas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes, In: NOVAIS, Fernando. A (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALTHOFF, Fátima Regina. **Políticas de preservação do patrimônio edificado catarinense: A gestão do patrimônio urbano de Joinville**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, PGAU-CIDADE da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ALVES, Manoel Rodrigues. SILACC 2007 - Simpósio Internacional “Cidade e Cultura: dimensões contemporâneas”. In: **Revista RISCO - Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo/Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da USP**, n°. 4, 2006. Disponível em: < http://www.risco.eesc.usp.br/Risco4-pdf/pes_2_risco4.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2007.

ANDRADE, Mário de. Anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. In: ANDRADE, Mario de. **Mário de Andrade: cartas de trabalho** (correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade - 1936-1945). Brasília: MEC, SPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória, 1981, p. 39-54.

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos, MARICATO, Erminia. **A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, Coleção Zero à Esquerda, 2000.

ARARIPE, Fátima Maria Alencar. Do patrimônio cultural e seus significados. In: **Transinformação**, Campinas, vol. 16, n°. 2, 2004. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewarticle.php?id=63>>. Acesso em: 10 dez. 2007.

ARAÚJO, Thiago Nicolau de. **Túmulos celebrativos de Porto Alegre: múltiplos olhares sobre o espaço cemiterial (1889 - 1930)**. Porto Alegre: Dissertação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

AUGÉ, Marc. **Os não-lugares: introdução a uma antropologia da modernidade**. Lisboa: Bertrand, 1994.

AYMONINO, Carlo. **O significado das cidades**. Lisboa: Editora Presença, 1975.

BANDEIRA, Dione da Rocha; OLIVEIRA, Eloy Labatut. Projeto Cemitério do Imigrante: Pesquisa, Interdisciplinaridade e Preservação: dados preliminares da pesquisa arqueológica. In: **Anais do 2º Encontro de Cemitérios Brasileiros**. Porto Alegre, 2006.

BARRETO, Maria Renilda Nery; ARAS, Lina Maria Brandão de. Salvador, cidade do mundo: da Alemanha para a Bahia. **História Ciência - Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.10, n°1, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702003000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 Maio 2008.

BECK-FRIIS, Johan. **Il cimitero acattolico di Roma**. Roma: San Giovanni, 2006.

BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

BORGES, Maria Elizia. Imagens devocionais nos cemitérios do Brasil. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas. **Na travessia das artes**, São Paulo, 11: ANPAD, 2001, p. 10 - 15.

CALABRE, Lia. Intelectuais e política cultural: o Conselho Federal de Cultura. Atas do colóquio intelectuais, cultura e política no mundo ibero-americano. Rio de Janeiro. 17 -18 de maio de 2006. In: **Intellèctus**, Ano 05 Vol. II, Revista Eletrônica. Disponível em:<www.intellectus.uerj.br/coloquio/Adelia_Migliovich_e_Glauber_Matias___Atas%5B1%5D.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2007.

CALLIA, Marcos H. P. Apresentando a morte. In: OLIVEIRA, Marcos Fleury; CALLIA, Marcos H. P. **Reflexões sobre a morte no Brasil**. São Paulo: Paulus, 2005.

CAMARGO, Haroldo Leitão. Santos, Alemães e o Cemitério Protestante: Colônias estrangeiras e Patrimônio cultural. In: **Patrimônio: lazer e turismo**, Revista eletrônica, UNISANTOS, São Paulo, out. 2006. Disponível em: <http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos.php?cod=83&bibliografia=1&#bibliografia_ancora>. Acesso em: 12 jul. 2006.

CAMBRAIA, Junia Mortimer. Cidade de cidades: cemitério de Babel. In: **Arqchile.cl** - Portal de Arquitectura de la Comunidad Regional Latinoamericana. Disponível em: <http://www.arqchile.cl/cidade_cidades.htm>. Acesso em: 21 fev. 2008.

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. In: **Revista patrimônio histórico e artístico nacional**, nº 23, 1994, p. 95-115.

CASTAÑEDA, Luzia Aurelia. Eugenia e casamento. In: **História, Ciências, Saúde. Manguinhos**, vol. 10(3): 901-30, set.-dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v10n3/19305.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2007.

CASTRO, Elisiana Trilha. **Aqui jaz um cemitério: a transferência do Cemitério Público de Florianópolis, 1923-1926**. 2004. 86 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

CATROGA, Fernando. **O Céu da Memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos**. Coimbra: Minerva, 1999.

CERRI, Rosilene; GONÇALVES, Yacy-Ara Froner. A Preservação Cultural no Contexto Nacional: o IPHAN. In: **Revista Horizonte Científico**, edição nº 1, volume 1, 2002. Disponível em: <<http://www.propp.ufu.br/revistaeletronica/edicao2002/G/A%20Preservacao%20.PDF>>. Acesso em: 27 abr. 2008.

CHAGAS, Mário. Cultura, patrimônio e memória. In: **Ciências & Letras**, Porto Alegre, nº 31, jan - jun. 2002, p. 15-29.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2000.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

COZEN, Kathleen Nehls; GERBER, David A.; MORAWSKA, Eva; POZZETTA, George E.; VECOLI, Rudolph J. Forum - The invention of Ethnicity: A Perspective from the U.S.A. In: **Journal of American History**, Fall, 1992 (Trad.).

CYMBALISTA, Renato. **A cidade dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2002.

DANNEMANN, Fernando. **Caim, Abel e Set**. Disponível em: <<http://www.fernandodannemann.recantodasletras.com.br/index.php>>. Acesso em: 27 mai 2008.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**, seguido de "Envelhecer e morrer". Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ERY, Raquel da Costa. Paisagem e patrimônio do antigo norte de Goiás, após vinte anos de tombamento. In: **Ciência Cultura**, São Paulo, v. 59, nº 4, 2007. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000400008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 fev. 2008.

FCJ - FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE. Portaria nº 079/89. In: **Boletim do Arquivo Histórico de Joinville**. Publicação semestral, março de 1990, nº 06, Joinville (SC).

FERNANDES, Ana. **Cidades e cultura: rompimento e promessa**. In: JEUDY, Henri Pierre e JACQUES, Paola Berenstein (org.). **Corpos e cenários urbanos**. Salvador: EDUFBA, 2006.

FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. **Oktoberfest: festa, cultura e turismo na estação do Chopp**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

FONTOURA, Arselle de Andrade da (Coord.). **Relatório final do projeto Cemitério do Imigrante: pesquisa, interdisciplinaridade e preservação**. Joinville: 2007.

FORTUNA, Carlos. "As Cidades e as Identidades: Narrativas, Patrimônio e Memória". In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 33, p. 127-141, 1997. Disponível em: **Portal das Ciências Sociais Brasileiras**. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_33/rbcs33_08.htm>. Acesso em: 07 dez. 2007.

FUENTES, Maribel Aliaga. O cenário como pretexto. In: **Arquitextos - Periódico mensal de textos de arquitetura**. Disponível em: Vitruvius - Portal de Arquitetura. <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp207.asp>>. Acesso em: 04 set. 2006.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Orgs). **Turismo e Patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo A. Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil. In: **Arquitextos - Periódico mensal de textos de arquitetura**, Texto Especial 013 -

outubro 2000. Disponível em: Portal Vitruvius - Portal de Arquitetura: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp013.asp>>. Acesso em: 26 jun. 2007.

GERTZ, René E. Os luteranos no Brasil. In: **Revista de História Regional** 6 (2): 9-33, 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=article&op=viewPDFInterstitial&path%5B%5D=56&path%5B%5D=115>>. Acesso em: 11 fev. 2008.

GILLIS, John. Introduction: Memory and Identity: the History of a Relationship. In: GILLIS, John R. (Ed.). **Commemorations: the politics of national identity**. Princeton: Princeton University Press, 1994, p. 3-24.

GOITIA, Fernando Chueca. **Breve História do Urbanismo**. Lisboa: Presença, 1982.

GONÇALVES, Antonio Jose Jr.; SANT'ANNA, Aurélio; CARTENS, Frederico R. S. B.; FLEITH, Rossano Lucio, *et al.* **O que é urbanismo?** São Paulo: Brasiliense, 1990.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, MINC/IPHAN, 1996.

_____. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: **Cidade: história e desafios**. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (Org.). **Histórias de (I)migrantes: o cotidiano de uma cidade**. 2ª ed. Joinville: UNIVILLE, 2005.

HACKBARTH, João Koeler. A Colonização Alemã no Brasil. In: **Etni-cidade: a cidade multi-étnica**, 2005. Disponível em: <http://www.etni-cidade.net/colonizacao_alema.htm>. Acesso em: 11 jul. 2007.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do Social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

JOCHEM, Toni Vidal. **A epopéia de uma imigração: resgate histórico da imigração, fundação da Colônia Alemã Santa Isabel e emancipação político-administrativa do Município de Rancho Queimado - SC**. Águas Mornas: Editora do Autor, 1997.

JOINVILLE: CIDADE EM DADOS. Joinville: Prefeitura Municipal, 2006. In: **IPPUJ - Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville**. Disponível em: <<http://www.ippuj.sc.gov.br/index.php>>. Acesso em: 13 jun. 2006.

JÜRGENSEN, Paulo Henrique. História de Joinville: A Colônia Dona Francisca. In: **Colônia Dona Francisca e estado de Santa Catarina**, 2007. Disponível em: <<http://www.portalsbs.com.br/historia/joinville.html>>. Acesso em: 09 jul. 2007.

KASPRZAK, Cristina Celia. **Turismo em cemitérios: a possibilidade da utilização turística do Cemitério Municipal São José de Ponta Grossa**. 2004. 103 f. Monografia (Graduação) - Curso de Turismo, Departamento de Turismo, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2004.

KLUG, João. **A imigração alemã e a construção de uma identidade teuto-brasileira no sul do Brasil.** ADLAF-Jahrestagung/2003. Institut und dem Seminar Für Wissenschaftliche Politik der Albert-Ludwigs Universität. 13-15 de Novembro de 2003, Freiburg, DE.

_____. **Imigração e luteranismo em Santa Catarina:** a comunidade alemã de Desterro-Florianópolis. Florianópolis: Papa-Livro, 1994.

KRISCH, Hilda Anna. **História do Cemitério dos Imigrantes e da Casa da Memória do Imigrante.** Joinville: Arquivo Histórico de Joinville, 1991.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico?** São Paulo: Brasiliense, 2006.

LERMEN, Tito Lívio. Síntese histórica do Instituto Superior e Centro Educacional Luterano - Bom Jesus/IELUSC. In: **IELUSC - Associação Educacional Luterana Bom Jesus.** Joinville: 2006. Disponível em: <<http://www.ielusc.br/instituto/org/historia.php>>. Acesso em: 12 jul. 2007.

LOPES, Raimundo. A natureza e os monumentos culturais. In: **Revista do IPHAN**, nº. 01, 1997. Rio de Janeiro: IPHAN, 1937, p. 77-98. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/revistadopatrimonio/Revista%20do%20patrimonio-2.htm>>. Acesso em: 03 dez. 2007.

MARTINS, José Clerton de Oliveira. **Patrimônio cultural e identidade:** significado e sentido do lugar. In: Anais do XI Congresso Brasileiro de Folclore, 2004, p. 504-514.

MARTINS, José de Souza. Anotações do meu caderno de campo sobre a cultura funerária no Brasil. In: OLIVEIRA, Marcos Fleury; CALLIA, Marcos H. P. **Reflexões sobre a morte no Brasil.** São Paulo: PAULUS, 2005.

MATO, Omar López. **City of angels:** the history of Recoleta Cemetery. Argentina: Integral, 2002.

MATOS, Alderi Souza de. O Cemitério dos Protestantes de São Paulo: Repouso dos Pioneiros Presbiterianos. In: **Portal da Igreja Prebisteriana no Brasil.** Disponível em: <www.ipb.org.br/artigos/artigo_inteligente.php3?id=53>. Acesso em 21 ago. 2006.

MENEGUELLO, Cristina. O coração da cidade: observações sobre a preservação dos centros históricos. In: **Patrimônio** - Revista Eletrônica do IPHAN. Disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=121>>. Acesso em: 21 fev. 2008.

MENESES, José Newton Coelho. **História e turismo cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O patrimônio cultural entre o público e o privado. In: **O direito à memória:** patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico, 1992, p.189-194.

NADALIN, Sergio Odilon; BIDEAU, Alain. Como luteranos alemães tornaram-se brasileiros? [Um ensaio metodológico]. In: **Boletim de História Demográfica**, Ano X, nº 29, julho de 2003. Disponível em: <http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd29/nadalin.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2008.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, n. 10, p. 07-28, dezembro de 1993. São Paulo: PUC, 1993.

OLIVEIRA, Maria Manuel Lobo Pinto de. **In memoriam, na cidade**. Tese de Doutorado em Arquitetura, Concentração Cultura Arquitetônica. Universidade do Minho: Braga, 2007.

PAGOTO, Amanda Aparecida. **Do âmbito sagrado da Igreja ao cemitério público: transformações fúnebres em São Paulo (1850-1860)**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond; IPHAN, 2007.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Origens da Noção de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. In: **Revista RISCO- Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da USP, n.º. 3, 2006. Disponível em: <http://www.eesc.usp.br/sap/revista_risco/Risco3-pdf/art1_risco3.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2007.

PINTO, Fernando. A relatividade do movimento no patrimônio in: **Arquitextos, Periódico mensal de textos de arquitetura**, Texto Especial 086 - julho 2001 - Arquitexto n.º 14. Disponível em: Portal Vitruvius - Portal de Arquitetura: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp086.asp>>. Acesso: 12 dez. 2007.

QUEIROZ, Francisco. Os cemitérios históricos e o seu potencial turístico em Portugal. In: **21 gramas - portal funerário**. Disponível em: <<http://www.21gramas.com.br>>. Acesso em: 21 mar. 2008.

RAHMEIER, Clarissa Sanfelice. Terra, poder e sociedade na organização espacial do Rio Grande do Sul oitocentista: o contexto estancieiro da região de Cruz Alta, RS. In: **26ª Reunião da SBPH**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <sbph.org/reuniao/26/trabalhos/Clarissa_Rahmeier/>. Acesso em: 22 de mai. de 2008.

REITZ, Raulino. **Alto Biguaçu: narrativa cultural tetrarracial**. Florianópolis: Ed. Lunardelli; Ed. da UFSC, 1988.

REZENDE, Eduardo Coelho Morgado. **Cemitérios**. São Paulo: Necrópolis, 2007.

RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além: A secularização da morte no Rio de Janeiro séculos XVIII e XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RODRIGUES, José Carlos. Sentidos, sentimentos José Carlos Rodrigues. In: **ALCEU**, v.1, n.º 1 - p. 47 - 63 - jul/dez 2000.

_____. **Tabu da morte**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural. In: **São Paulo Perspectiva**. São Paulo, v. 15, n.º 2, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 dez. 2007.

SANTOS, Milton. O tempo nas cidades. In: **Ciência, Cultura** [online]. Oct./Dec. 2002, vol. 54, n.º 2 [cited 28 March 2007], p. 21-22. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000967252002000200020&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0009-6725. Acesso em: 28 mar. 2007.

SCHULZ, Norbert. O fenômeno do lugar. In: NESBITT, Kate (Org.). **Uma nova agenda para a arquitetura**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SENNET, Richard. **Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Ed. UNB, 1990.

SILVA, Cíntia Cristina da. O cemitério mais pop do mundo. In: **Revista Mundo Estranho**. Disponível em: <http://mundoestranho.abril.uol.com.br/edicoes/31/almanacao/conteudo_mundo_48083.shtml>. Acesso em: 21 mar. 2008.

SILVA, Valéria T. da; *et al.* Um Olhar Sobre as necrópoles e seus impactos ambientais. In: **III Encontro da ANPPAS**, maio de 2006, Brasília. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/>. Acesso em: 07 fev. 2008.

SOUZA, Alcídio Mafra de. **Guia dos bens tombados em Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1992.

SOUZA, Alfredo de. Turismo em cemitérios mostra história e cultura: um verdadeiro museu a céu aberto está nos cemitérios, 2005. In: **Portal da FALS: Faculdade do litoral paulista**. Disponível em: <<http://www.fals.com.br/principal.cfm?page=news&a=79&b=8638>>. Acesso em: 13 mai. 2007.

TAMASO, Izabela. **A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios**. SÉRIE ANTROPOLOGIA 390. Brasília: 2006.

THOMAS, Louis Vincent. **Antropologia de la muerte**. Mexico, D.F.: Fondo de Cultura Economica, 1983.

TIMPANARO, Mirtes. **A morte como memória: imigrantes nos cemitérios da Consolação e do Brás**. Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2006.

VALLADARES, Clarival do Prado. **Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros: um estudo da arte cemiterial ocorrida no Brasil desde as sepulturas de igrejas e as catacumbas de Ordens e Confrarias até necrópoles secularizadas**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, vol. I, 1970.

VENTURA, Magda Maria. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. In: **Revista SOCERJ**, setembro/outubro 2007. Disponível em: <http://www.socerj.org.br/revista/pdf/a2007_v20_n05_art10.pdf>. Acesso em: 27 maio 2008.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. In: **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, nº 1, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 fev. 2008.

VILAR, Hermínia Vasconcelos. **A vivência da morte no Portugal medieval**. A estremadura portuguesa, 1300-1500. Cascais: Redondo, 1995.

WOORTMANN, Ellen F. A árvore da memória. In: **Série Antropologia**, Brasília: 1994. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie159empdf.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2008.

ZUKIN, Antônio Arantes (org.). **O Espaço da diferença**. São Paulo: Papirus, 2000.

Sites consultados

ACEMPRO - Associação Cemitério dos Protestantes. Disponível em: <<http://www.acempro.com.br>>. Acesso em: 21 fev. 2008.

ADIOS - Órgão oficial da Rede Argentina de Valorização e Gestão Patrimonial dos Cemitérios e Rede Iberoamericana e Internacional de Valorização e gestão de cemitérios patrimoniais. Disponível em: <<http://www.revistaadios.com/revista.htm#redcementérios>>. Acesso em: 11 fev. 2008.

ANC - Arlington National Cemetery. Disponível em: <<http://www.arlingtoncemetery.org>>. Acesso em: 02 fev. 2008.

ARLTR - All Roads Lead to Roma. Disponível em: <<http://www.stuardtclarkesrome.com/campo.html>>. Acesso em: 22 mai. 2008.

ASCE - Associação dos Cemitérios Históricos Monumentais da Europa. Disponível em: <<http://www.significantceteries.net/>>. Acesso em: 22 jan. 2008.

CB - Cabo Frio. Portal da cidade. Disponível em: <http://venus49.digiweb.psi.br/fotos_cabofrio_grande/cabo_frio_051.jpg>. Acesso em: 17 mai. 2008.

CCB - Cemitério Certosa di Bologna. Disponível em: <<http://www.certosadibologna.it/>>. Acesso em: 21 fev. 2008.

CEJ - Comunidade Evangélica de Joinville. 150 anos da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Joinville, 2007. Disponível em: <<http://www.cej.org.br/cej.asp>>. Acesso em: 21 abr. 2007.

CMM - Cemitério Monumental de Milão. Disponível em: <<http://www.monumentale.net/internamenu.aspx?codice=0000000006&tema=1>>. Acesso em: 12 fev. 2008.

CMS - Cemitério Monumental de Staglieno, Gênova. Disponível em: <<http://www.cimiterodistaglieno.it/>>. Acesso em: 10 abr. 2008.

CPCP - Coordenadoria de Patrimônio Cultural do Paraná. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br>>. Acesso em: 05 mai. 2008.

DICIONÁRIO DA CONSTRUÇÃO. Disponível em: <<http://br.geocities.com/andrepcgeo/dicionarioB.htm#e>>. Acesso em: 21 mai. 2008.

ECMV - Espaço Cultural Memória Viva. Disponível em: <<http://www.memoriabovobrasil.com.br/imagens/Rio%20de%20Janeiro/Niteroi/Niteroi,%20Barreto%20Capela%20de%20S%3o%20Pedro%20de%20MaruiGR.jpg>>. Acesso em: 17 maio 2008.

ENEA - Linee Guida Per La Salvaguardia Dei Beni Culturali Dai Rischi Naturali, Cemitério San Miniato al Monte de Florença. Disponível em: <<http://www.afs.enea.it/protprev/www/cases/monteallegroci/testo12.jpg>>. Acesso em: 08 jun. 2008.

FCJ - Fundação Cultural de Joinville. Disponível em: <<http://www.grupofortes.com/fcj/home.php?page=25>>. Acesso em 23 mai. 2006.

FEB - Federação Espírita Brasileira. Disponível em: <<http://www.febnet.org.br/apresentacao/content,0,0,2851,0,0.html>>. Acesso em: 24 fev. 2008.

FGM - Fundação Gregório de Mattos. Disponível em: <<http://www.cultura.salvador.ba.gov.br/sitios-est-da-fe.php>>. Acesso em: 17 maio 2008.

FHCT - Friends of Highgate Cemetery Trust: Disponível em: <<http://highgate-cemetery.org/>>. Acesso em: 05 jun. 2008.

FIND A GRAVE. Disponível em: <<http://www.findagrave.com>>. Acesso em: 01 abr. 2008.

FLICKR. Álbum de fotografias. Disponível em: <http://farm2.static.flickr.com/1330/1099155930_a474f83502.jpg?v=0>. Acesso em: 18 mai. 2008.

FUNERÁRIA ON LINE. Divisão Social Ocorre até na Hora da Morte, 2003. Disponível em: <<http://www.funerariaonline.com.br/news/Default.asp?idnews=2447>>. Acesso em: 29 abr. 2008.

GOCC - Guia com Orientações para Conservação dos Cemitérios. In: **National Trust of Australia** - Guidelines for cemetery conservation. Disponível em: <<http://www.nsw.nationaltrust.org.au/cemsguidelines.html>>. Acesso em: 18 jan. 2008, tradução do autor.

GOOGLE EARTH. Disponível em: <<http://earth.google.com/intl/pt/>>. Acesso em: 08 mai. 2007.

GOOGLE MAPS. Disponível em: <<http://maps.google.com.br/>>. Acesso em: 21 abr. 2006.

HISTÓRIA VIVA. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/historiaviva/noticias/img/igrejabahia.jpg>>. Acesso em: 18 mai. 2008.

HCG - Hospitality Center Gallery. Disponível em: <http://www.hcgallery.com.br/cemiterio_1.htm>. Acesso em: 21 mai. 2008.

IBGE - Portal do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 21 jul. 2007.

IGATUR. Disponível em: <<http://igatur.googlepages.com/cemitriobizantino3.jpg/cemitriobizantino3-full.jpg>>. Acesso em: 18 mai. 2008.

IMPERIVM. **La via Apia**. Disponível em: <<http://www.imperivm.org/articulos/via-apia.html>>. Acesso em: 26 mai. 2006.

INFOFACIL. **Cemitério Virtual**, Novembro 12, 2007. Disponível em: <<http://infofacil.wordpress.com/2007/11/12/cemiterio-virtual/>>. Acesso em 25 fev. 2008.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12238&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>>. Acesso em: 09 abr. 2008a.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12577&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>>. Acesso em: 09 abr. de 2008b.

IPPUJ - Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville. Disponível em: <<http://www.ippuj.sc.gov.br/>>. Acesso em: 13 jun. 2006.

JORNAL DO SOL. Disponível em: <<http://www.jornaldosol.com.br/turismo/pontos%20turisticos/images/cidades-historica.jpg>>. Acesso em: 18 mai. 2008.

KG - Kensal Green. Disponível em: <<http://www.kensalgreen.co.uk/>>. Acesso em: 15 abr. 2008.

LAGOA SANTA. Portal da cidade. Disponível em: <http://www.lagoasanta.com.br/homem/enterro_festivo_de_dr_lund.htm>. Acesso em: 17 mai. 2008.

MAC - Mount Auburn Cemetery: Disponível em: <<http://www.mountauburn.org/>>. Acesso em: 04 jun. 2008.

MNIC - Museu Nacional da Imigração e Colonização. Disponível em: <<http://www.museunacional.com.br>>. Acesso em: 30 de nov. 2007.

NFCF - National Federation of Cemetery Friends. Disponível em: <<http://www.cemeteryfriends.org.uk/>>. Acesso em: 21 abr. 2008.

PA - Prefeitura de Arez. Disponível em: <http://www.icone.inf.br/ares/ver_noticia.php?cod_noticia=149&area=Hist%F3ria>. Acesso em: 17 mai. 2008.

PCR - Portal do Cemitério da Recoleta. Disponível em: <<http://www.cementeriorecoleta.com.ar>>. Acesso em: 03 mar. 2008.

PMJ - Portal da Prefeitura Municipal de Joinville. Disponível em: <<http://www.joinville.sc.gov.br/index.php?sect=voce&goto=investajlle>>. Acesso em: 12 jul. 2007.

PMC - Portal do Ministério da Cultura. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias/noticias_do_minc/index.php?p=31098&more=1&c=1&pb=1>. Acesso em: 21 jan. 2008.

PMSP. Arte tumular: obras de arte nas necrópoles. In: **Portal da Prefeitura Municipal do Estado de São Paulo**. Disponível em: <http://portal.prefeitura.sp.gov.br/empresas_autarquias/servico_funerario/arte_tumular/0001>. Acesso em: 26 mai. 2007.

PMJMS - Prefeitura Municipal de Jardim-MS. Disponível em: <<http://www.jardim.ms.gov.br/site/?pg=atrativos/heróis>>. Acesso em: 18 maio 2008.

PR - Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 23 mar. 2008.

PROMOTUR. Turismo industrial: um novo segmento do turismo em Joinville. In: **Portal da Promotur**. Joinville, 2007. Disponível em: <<http://www.promotur.com.br/capa/u18.asp>>. Acesso em: 05 jun. 2007.

REVISTA CIDADES DO BRASIL. Os relatórios derrubam muitos mitos contados até hoje, nº 17, fevereiro, 2001. Disponível em: <<http://cidadesdobrasil.com.br/cgicn/news.cgi?cl=099105100097100101098114&arecod=15&newcod=487>>. Acesso em: 04 ago. 2005.

RJ - RIO DE JANEIRO. Portal da cidade. Disponível em: <<http://www.marcillio.com/rio/tihlictf.jpg>>. Acesso em: 17 mai. 2008.

ROMANIAN. Disponível em: <<http://www.ro-am.net/images/Copy%20MerryCemeterySapanta.jpg>>. Acesso em: 06 jun. 2008.

SCMG - Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.cultura.mg.gov.br/?task=interna&sec=3&con=368>>. Acesso em: 28 abr. 2008.

SINCEP. Joinville protesta contra crematório, Jornal Diário Catarinense - Florianópolis/SC - 24/07/2004. In: **Sindicato dos cemitérios particulares do Brasil**. Disponível em: <<http://www.sincep.com.br/noticias/549.asp>>. Acesso em: 14 jul. 2007.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em: <<http://www.unesco.org.br>>. Acesso em: 14 mai. 2007.

WIKIPÉDIA. Desenvolvido pela Wikimedia Foundation. Apresenta conteúdo enciclopédico. Kolonien Suedbrasilien.1 (imagem). Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Kolonien_Suedbrasilien.png>. Acesso em: 11 jul. 2007a.

WIKIPÉDIA. Desenvolvido pela Wikimedia Foundation. Apresenta conteúdo enciclopédico. Disponível em: Georges-Eugène Haussmann <http://pt.wikipedia.org/wiki/Georges-Eug%C3%A8ne_Haussmann>. Acesso em: 02 mai 2008a.

WIKIPÉDIA. Desenvolvido pela Wikimedia Foundation. Apresenta conteúdo enciclopédico. Pedro e Abelardo. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Pedro_Abelardo&oldid=10556292>. Acesso em: 02 mai. 2008b.

WIKIPÉDIA. Desenvolvido pela Wikimedia Foundation. Apresenta conteúdo enciclopédico. Highgate Cemetery. Disponível em: <<http://en.wikipedia.org/wiki/Image:HighgateCemeteryLondon4.jpg>>. Acesso em: 06 jun. 2008c.

WIKIPÉDIA. Desenvolvido pela Wikimedia Foundation. Apresenta conteúdo enciclopédico. Paul Gauguin. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Image:Paul_Gauguin_085.jpg>. Acesso em: 02 mai. 2008d.

WIKIPÉDIA. Desenvolvido pela Wikimedia Foundation. Apresenta conteúdo enciclopédico. Vicente van Gogh. Disponível em:

<http://en.wikipedia.org/wiki/Image:Van_gogh_alyscamps_other.jpg>. Acesso em: 02 mai. 2008e.

WIKIPÉDIA. Desenvolvido pela Wikimedia Foundation. Apresenta conteúdo enciclopédico. Cemitério do Batalhão. Disponível em: <<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/d/dd/Cemit%C3%A9riomj.jpg/250px-Cemit%C3%A9riomj.jpg>>. Acesso em: 17 mai. 2008f.

WIKIPÉDIA. Desenvolvido pela Wikimedia Foundation. Apresenta conteúdo enciclopédico. Kensal Green Cemetery. Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/Image:Kensal_Green_Cemetery_view_December_2005.jpg>. Acesso em: 15 mai. 2008g.

WC - Woodland Cemetery. Disponível em: <<http://www.woodlandcemetery.org/>>. Acesso em: 05 jun. 2008.

Cartas patrimoniais e compromissos

CARTA DE BURRA, Austrália, 1980. Disponível em: <<http://www.pdturismo.ufsj.edu.br/legislacao/cartas/burra.shtml>>. Acesso em: 14 dez. 2007.

CARTA DE PETRÓPOLIS, Petrópolis, 1987. Disponível em: <<http://www.pdturismo.ufsj.edu.br/legislacao/cartas/petropolis.shtml>>. Acesso em: 14 dez. 2007.

CARTA DE QUITO, 1964. Disponível em: <www.lacult.org/docc/cartaquito1967.doc>. Acesso em: 09 mai. 2008.

COMPROMISSO DE BRASÍLIA DE ABRIL DE 1970 - 1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/documento/patrimonio/patrimonio09.asp>>. Acesso em: 19 out. 2007.

EMBRATUR / UFSJ. Carta de Atenas de Novembro de 1933. In: **Plano Diretor para Desenvolvimento do Turismo em São João Del Rei/MG**. Disponível em: <<http://www.pdturismo.ufsj.edu.br/legislacao/cartas/atenas.shtml>>. Acesso em: 14 dez. 2007.

Jornais consultados

ALMEIDA, Sérgio. Nova comissão agiliza Memorial do Imigrante. **A Notícia**, Joinville, 15 set. 1999a. Disponível em: <<http://an.uol.com.br/1999/set/15/0cid.htm>> Acesso em: 05 ago. 2005.

_____. Você acha que o Cemitério do Imigrante está sendo tratado com o devido respeito? **A Notícia**, Joinville, 15 ago. 1999b. Disponível em: <<http://an.uol.com.br/1999/ago/15/0cid.htm>> Acesso em: 04 ago. 2005.

_____. Do abandono a monumento da história. **A Notícia**, Joinville, 15 ago. 1999c. Disponível em <<http://an.uol.com.br/1999/ago/15/0cid.htm>>. Acesso em: 05 ago. 2005.

A NOTÍCIA. Cidade é o maior pólo luterano do continente, Joinville, 09 de mar. 2001a. Disponível em: <<http://www1.an.com.br/jville2001/pg03.htm>>. Acesso em: 13 jul. 2006.

A NOTÍCIA. O primeiro cemitério oficial da cidade, Joinville, 09 de Março de 2001b. Disponível em: <<http://www1.an.com.br/jville2001/pg09.htm>>. Acesso em: 13 mai. 2007.

BONIN, Robson. Cemitérios com áreas reduzidas. **A Notícia**, Joinville, 25 de jan. 2007. Disponível em: <<http://www.an.com.br/ancidade/2007/jan/25/3ger>>. Acesso 18 jul. 2007.

CUNHA, Dilney Fermino. Joinville: um breve histórico. In: **Jornal da Educação**, 2001. Disponível em: <<http://www.jornaldaeducacao.inf.br/jornal147/imp.htm> >. Acesso em: 22 jun. 2007.

DIAS, Maria Cristina. A memória se perde nos túmulos abandonados. **A Notícia**, Joinville, 16 abr. 1998. Disponível em <<http://an.uol.com.br/1998/abr/16/0cid.htm>>. Acesso em: 28 jul. 2005.

GELBCKE, Séfora Schubert. Cemitério dos Imigrantes. **A Notícia**, Joinville, 19 jul. 1999. Disponível em: <<http://an.uol.com.br/1999/jul/19/0opi.htm>> Acesso em: 28 jul. 2005.

IMHOF, Afonso. Bem cultural: um patrimônio singular. **A Notícia**, Joinville, 15 ago. 1999. Disponível em: <<http://an.uol.com.br/1999/ago/15/0cid.htm>>. Acesso em: 04 ago. 2005.

KUHNEN, Paulo. Ossadas humanas do antigo cemitério de Vargem Grande sumiram. In: **Jornal VIP, Vitrine Popular**, 16/05/2008, pág. 06, nº 261, ano 05.

KARL, Fernando José. O riso antigo do Campo Santo. **A Notícia**, Joinville, 27 set. 1998. Disponível em <<http://an.uol.com.br/1998/set/27/0ane.htm>>. Acesso em: 28 ago. 2005.

MARTINS, Celso. São Pedro resgata patrimônio histórico. **A NOTÍCIA**, Joinville, 25 ago. 2002. Disponível em: <<http://an.uol.com.br/ancapital/2002/ago/25>>. Acesso em: 05 ago. 2005.

JORNAL METAS. SC inaugura primeiro crematório do Estado. Gaspar, 24 de jul. de 2007, Edição nº 408. Disponível em: <http://www.jornalmetas.com.br/hp/index.asp?p_codmnu=1&p_codedo=156&p_codnot=6450#>. Acesso em: 02 jun. 2008.

RIGOTTI, Genara. Restauração de cemitério já tem recursos. **A Notícia**, Joinville, 23 fev. 2000. Disponível em: <<http://www.an.com.br/2000/fev/23/0cid.htm>>. Acesso em: 03 ago. 2005.

Processos de tombamento (IPHAN)

PT nº 22-T-38. Processo de tombamento. Igreja de São Francisco da Penitência, Cemitério e Museu de Arte Sacra. Arquivo Central do IPHAN (Noronha Santos), Rio de Janeiro.

PT nº 185-T-38. Processo de tombamento. Cemitério do Batalhão. Arquivo Central do IPHAN (Noronha Santos), Rio de Janeiro.

PT nº 122-T-38. Processo de tombamento. Inscrições tumulares da Igreja da Vitória. Arquivo Central do IPHAN (Noronha Santos) Rio de Janeiro.

PT nº 163-T-38. Processo de tombamento. Capela de São Pedro e Cemitério de Maruí. Arquivo Central do IPHAN (Noronha Santos), Rio de Janeiro.

PT nº 447-T-51. Processo de tombamento. Convento e Igreja de N. S^a dos Anjos, Cruzeiro, Capela e Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco. Arquivo Central do IPHAN (Noronha Santos), Rio de Janeiro.

PT nº 87-T-38. Processo de tombamento. Lápide tumular de Estácio de Sá. Arquivo Central do IPHAN (Noronha Santos), Rio de Janeiro.

PT nº 376-T-48. Processo de tombamento. Cemitério de N^a Senhora da Soledade. Arquivo Central do IPHAN (Noronha Santos), Rio de Janeiro.

PT nº 603-T-59. Processo de tombamento. Túmulos do Dr. Pedro Lund e seus colaboradores. Arquivo Central do IPHAN (Noronha Santos), Rio de Janeiro.

PT nº 669-T-62. Processo de tombamento. Portão do Cemitério de Ares. Arquivo Central do IPHAN (Noronha Santos), Rio de Janeiro.

PT nº 659-T-62. Processo de tombamento. Cemitério Protestante. Arquivo Central do IPHAN (Noronha Santos), Rio de Janeiro.

PT nº 778-T-66. Processo de tombamento. Estátua do Mausoléu da família do Barão de Cajaíba. Arquivo Central do IPHAN (Noronha Santos), Rio de Janeiro.

PT nº 800-T-68. Processo de tombamento. Porto Seguro, conjunto arquitetônico e paisagístico. Arquivo Central do IPHAN (Noronha Santos), Rio de Janeiro.

PT nº 974-T-78. Processo de tombamento. Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade de Mucugê, especialmente o Cemitério. Arquivo Central do IPHAN (Noronha Santos), Rio de Janeiro.

PT nº 1220-T-87. Processo de tombamento. Cemitério da Candelária (Estrada de Ferro Madeira Mamoré). Arquivo Central do IPHAN (Noronha Santos), Rio de Janeiro.

PT nº 533-T-55. Processo de tombamento. Lugar de sepultamento do guia Lopes, o Cel. Camisão e o Ten. Cel. Juvêncio. Arquivo Central do IPHAN (Noronha Santos), Rio de Janeiro.

Entrevistas

WASSERBERG, Luis Dirceu. **Entrevista oral** [agosto 2007]. Alice de Oliveira Viana e Elisiana Trilha Castro. Florianópolis: Comunidade Evangélica Luterana de Florianópolis, 2007. Mídia digital. Entrevista concedida sobre a postura da confissão luterana com relação à morte. Arquivo Pessoal da autora.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. **Entrevista oral** [fevereiro 2008]. Elisiana Trilha Castro. Florianópolis, 2008. Entrevista concedida sobre procedimentos de tombamentos realizados pelo IPHAN. Arquivo Pessoal da autora.

Arquivos consultados

- Casa da Memória de Joinville (SC).
- Arquivo da 11ª. Superintendência Regional - IPHAN - Florianópolis.
- Arquivo Central do IPHAN (Noronha Santos) Rio de Janeiro.
- Arquivo da Fundação Catarinense de Cultura (Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural).

Lista de cemitérios citados (pesquisa de campo)

- Necrópole Les Alyscamps - Arles (França), visita realizada em abril/2007
- Cemitério *Père-Lachaise* - Paris (França), visita realizada em abril/2007.
- Cemitério Acatólico - Roma (Itália), visita realizada em abril/2007.
- Cemitério do Imigrante - Santa Catarina (Brasil), visitas realizadas durante os anos de 2007 e 2008.
- Cemitério da Recoleta - Buenos Aires (Argentina), visita realizada em março/2008.
- Cemitério Alemão - Buenos Aires (Argentina), visita realizada em março/2008.
- Cemitério Inglês - Buenos Aires (Argentina), visita realizada em março/2008.
- Cemitério do museu Forte São Miguel - Chuy (Uruguai), visita realizada em março/2008.
- Cemitério do museu Santa Teresa - La Coronilla (Uruguai), visita realizada em março/2008.
- Cemitério da Igreja Evangélica - Colônia Valdense (Uruguai), visita realizada em março/2008.
- Cemitério de Buceo - Montevideo (Uruguai), visita realizada em março/2008.
- Cemitério Central - Montevideo (Uruguai), visita realizada em março/2008.